Prospectiva (Frutal).

Universidade de ideias volume 1.

Otávio Luiz Machado (Org.).

Cita:

Otávio Luiz Machado (Org.) (2016). *Universidade de ideias volume 1*. Frutal: Prospectiva.

Dirección estable: https://www.aacademica.org/repositorio.digital.uemg.frutal/11

ARK: https://n2t.net/ark:/13683/pZsz/Urr

Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org*.

Otávio Luiz Machado (Org.)

Universidade de ideias

Otávio Luiz Machado (Org.)

Universidade de ideias [volume 1]

Frutal-MG
Editora Prospectiva
2016

Copyright 2016 by Editora Prospectiva

Capa: Jéssica Caetano
Revisão: Os autores.
Edição: Editora Prospectiva
Editor: Otávio Luiz Machado
Assistente de edição: Jéssica Caetano
Conselho Editorial: Antenor Rodrigues Barbosa Jr, Flávio Ribeiro da Costa, Leandro de Souza Pinheiro, Otávio Luiz Machado e Rodrigo Portari.
Contato da editora: editoraprospectiva@gmail.com
Página: https://www.facebook.com/editoraprospectiva/
Telefone: (34) 99777-3102
Correspondência: Caixa Postal 25 – 38200-000 Frutal-MG

978-85-67463-91-9

Universidade de ideias (volume 1) / org. Otávio Luiz Machado. – Frutal: Prospectiva, 2016.
555 p.

ISBN: 978-85-67463-91-9

1. Ciências Humanas. 2. Ciências exatas, da terra, agrárias, engenharias e biológicas. 3. Ciências sociais aplicadas. 4. Ciências da linguagem, letras, artes e comunicação. I. Machado, Otávio Luiz Machado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: EDITANDO SONHOS
Otávio Luiz Machado e Jéssica Silva Caetano.....9

PARTE 1: ÁREA DE HUMANAS.....13

O amor e suas vicissitudes sob a perspectiva freudiana
Wyara Sofia Amaral e Marcelo Gonçalves Campos.....14

Repositório digital sobre a UEMG de Frutal: uma visão panorâmica e sua importância para as juventudes universitárias
Otávio Luiz Machado e Jacqueline Rodrigues Rocha....42

Acompanhamento terapêutico: de dispositivo da reforma psiquiátrica à contribuição para a construção do *sinthoma*
Júlia Roberta de Oliveira Carvalho Caetano e Rogéria Araújo Guimarães Gontijo.....73

Ser ou não Ser, impactos e influências no desenvolvimento do sujeito
Suzana Pardini Pereira, Ana Lívia Amaral e André Amorim Martins.....128

Cibercultura e educação: estudo nas Escolas do Ensino Fundamental II e Médio Sul-Mineiras sobre o Impacto das TIC na Gestão do Conhecimento
Carla Maria Nogueira de Carvalho, Jéssica Brito Silva e Fernanda Silveira Santiago.....172

As contribuições da abordagem de Reggio Emilia para a educação infantil brasileira
Márcia Pimenta Ferreira.....198

PARTE 2: ÁREA DE EXATAS, DA TERRA, AGRÁRIAS, ENGENHARIAS E BIOLÓGICAS..243

Determinação do fator de atrito utilizando as principais equações de mecânica dos fluidos para regime turbulento via scilab@
Luciana Claudia Martins Ferreira Diogenes e Ana Maria Ferreira de Almeida.....244

Riqueza ictiológica do Museu de Zoologia Newton Baião de Azevedo da Universidade do Estado de Minas Gerais (Unidade Carangola)
Michel Barros Faria, Ariel Guilherme Santos do Nascimento e Daniel da Silva Ferraz……..…262

Uso de plantas medicinais no município de Carangola-MG
Jaquelina Alves Nunes e Geisiany Schitini Damique Lanes.....285

PARTE 3: ÁREA DE SOCIAIS APLICADAS.....310

Aspectos de gestão e de caracterização da cadeia de suprimentos da cana-de-açúcar na região de Frutal
Júlio Afonso Alves Dutra e Lucas Fernando Buosi.....311

O princípio da serendipidade nas interceptções telefônicas e na busca e apreensão
Fausy Vieira Salomão e Lorena Isadora Siqueira.....344

O plano nacional de mineração 2030 e a estratégia neodesenvolvimentista brasileira
Pedro Ivo Oliveira Nasser e Frederico Daia Firmiano.....389

PARTE 4: ÁREA DE LINGUAGENS, LETRAS, ARTES E COMUNICAÇÃO.....439

Mulheres que somos: Uma análise da mulher contemporânea
Priscila Angelo Paes Landim.....440

Móveis, mercado e sustentabilidade
André Vitarelli, Gabriele Abreu Rocha, Isadora Mayumi Watanabe Nicacio, Polyanna de Paula Moreira, Edson José Carpintero Rezende.....467

O posicionamento da igreja católica nas comunicações de mídias impressas e online veiculadas em Frutal-MG
Gustavo Tofanin Cristofoli, Daniela Soares Portela e Alaor Ignácio dos Santos Júnior.....496

A curadoria de arte no ciberespaço: conceitos presentes na construção de um museu virtual
Celina F. Lage e Jade Liz de O. França.....540

Técnica ao trombone: o ensino, desenvolvimento e uso da técnica de embocadura
Jonatha Maximiniano do Carmo.....566

INTRODUÇÃO: EDITANDO SONHOS

Otávio Luiz Machado[1]
Jéssica Silva Caetano[2]

O ambiente universitário é marcado pela multiplicidade de posições sociais, de visões de mundo, de experiências e de vivências por aqueles que contracenam no seu cotidiano.

Não é por acaso que o título da coletânea é universidade de ideias. Falamos de um ambiente em que o pensar e a elaboração de ideias que contribuirão com a sociedade possui um espaço adequado e único.

Não é só nos debates, nas palestras, nas aulas ou nas reuniões de grupos de estudo ou pesquisa, de orientação ou em torno da atividade administrativa que muitas ideias são criadas e podem se tornar

[1] Professor da UEMG – unidade Frutal. É editor da Editora Prospectiva.
[2] Estudante de Geografia da UEMG – unidade Frutal. É assistente de edição da Editora Prospectiva.

ações efetivas. Mas também nas conversas de corredor, nos cafezinhos das cantinas ou mesmo durante as mais diversas confraternizações que marcam o calendário anual.

Desde quando o Professor Otávio Luiz Machado assumiu a chefia do **Departamento de Ciências Humanas** da unidade da UEMG em Frutal, percebeu de imediato a necessidade de uma atividade para valorizar o trabalho científico dos docentes e dos estudantes com o máximo de empenho e compromisso, principalmente para concretizar algo que aproximasse as áreas de conhecimento, os grupos de pesquisa e produzisse o mínimo de diálogo entre todos na universidade a partir da produção científica desenvolvida.

Um trabalho só se faz bem feito se for criterioso e respaldado no que se tem de melhor naquilo a que se propõe desenvolver. A coletânea veio de um acúmulo de experiências produzidas dentro da primeira etapa do projeto de extensão intitulado **Repositório Digital da UEMG de Frutal**, cuja equipe coordenada pelo Professor

Otávio Luiz Machado, também contou com as estudantes Jacqueline Rodrigues Rocha e Karoline Lousada Maia na sua execução. O apoio da direção da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG – Campus Frutal – MG) – nas pessoas do diretor Alynson Fujita e do vice-diretor Eduardo Rodrigues – foi essencial para a vitalidade e o sucesso do projeto.

Uma nova etapa do projeto ganhou corpo com a publicação de parte da produção acadêmica da UEMG. A participação, a colaboração e o trabalho empreendido pela aluna Jéssica Silva Caetano (discente do curso de Geografia) como assistente de edição reforçou de forma significativa o processo editorial e a produção artística das atividades de publicação das obras.

Sem o respaldo dos autores – estudantes e docentes – nada seria possível. O subtítulo mais adequado para esse trabalho seria “editando sonhos”, pois o que estamos fazendo nada mais é do que contribuir para que muitos trabalhos dos mais variados autores sejam publicados, conhecidos e

reconhecidos. Muitos autores estão publicando seus trabalhos pela primeira vez, então a oportunidade criada vai despertando sonhos a muitos que querem contribuir com seus trabalhos no momento atual ou posteriormente.

Se podemos levar informação, cultura e educação através de autores e trabalhos, logo tratamos de algo único e de grande importância para a sociedade. A experiência em trabalhar neste projeto é única, quando a oportunidade de ir construindo novos caminhos é algo real e especial.

É muito satisfatório desenvolver um **projeto pioneiro** na UEMG que permite o acesso livre, aberto e gratuito aos trabalhos acadêmicos produzidos na universidade para toda a sociedade.

PARTE 1: ÁREA DE HUMANAS

O AMOR E SUAS VICISSITUDES SOB A PERSPECTIVA FREUDIANA[3]

Wyara Sofia Amaral[4]
Marcelo Gonçalves Campos[5]

RESUMO: O presente artigo busca investigar o amor sob a perspectiva freudiana em suas diversas vicissitudes. Ressalta também algumas contribuições do psicanalista francês Jacques-Allain Miller sobre a temática proposta. Procura-se aqui destacar a relação do Complexo de Édipo e a questão da repetição com a eleição do objeto amoroso. Para tanto, o método utilizado foi a pesquisa bibliográfica. Esse tema justifica-se por sua relevância para os sujeitos e pelo aporte

[3] Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

[4] Graduanda do 10º período matutino de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). E-mail: sofiaamaral_ns@hotmail.com

[5] Professor orientador do Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), mestre em Psicologia pela UFSJ. E-mail: marcelopsicampos@gmail.com

teórico, oferecido pela psicanálise, como um campo do saber, que tem algo a dizer sobre o amor, com uma vasta gama de conhecimentos oriundos de sua práxis. **Palavras-chave:** Amor. Complexo de Édipo. Psicanálise. Freud.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo abordar o tema do amor sob a perspectiva freudiana, contemplando três textos de Sigmund Freud, reunidos e intitulados: *Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens (Contribuições à psicologia do amor I)* (1910), *Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor (Contribuições à psicologia do amor II)* (1912), *O tabu da virgindade (Contribuições à psicologia do amor III)* (1918 [1917]) e o livro *Lógicas de la vida amorosa* (1991), de Jacques-Alain Miller, que retoma os textos freudianos supracitados.

Freud aponta que a temática do amor durante muito tempo, ao longo da história, foi retratada apenas por escritores e poetas, que encantavam as

pessoas com obras literárias, relatando os traços dos amantes e, de certo modo, as condições para o amor. No entanto, ele ressalta que o assunto carecia de mais estudos sobre a sua origem e o seu desenvolvimento, sendo necessário também que outras áreas de conhecimento se ocupassem dessas questões, já que existe a possibilidade de outros olhares acerca do amor.

Desse modo, justifica-se abordá-lo pela visão da psicanálise como um campo do saber que tem algo a dizer sobre o assunto, por possuir uma vasta bagagem de conhecimentos, adquiridos durante o tratamento psicanalítico, sobre a posição dos sujeitos em relação ao amor. Sob a ótica psicanalítica, ele será aqui apresentado com a ajuda dos três textos já mencionados sobre a psicologia do amor, fazendo uma leitura acerca do Complexo de Édipo e da questão da repetição. Posteriormente, será contemplado o diálogo que Miller estabeleceu com tais escritos e os avanços promovidos por esse autor.

2 MÉTODO

Neste trabalho, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, empreendendo um recorte na obra de Freud sobre a temática do amor. Lançou-se mão também da produção de um autor contemporâneo, Miller, que retomou as contribuições freudianas sobre a psicologia do amor. Severino (2007) afirma que a pesquisa bibliográfica consiste em uma busca por escritos disponíveis de estudos realizados anteriormente, em registros publicados – como livros, teses, artigos etc., com o objetivo particular em determinado tema.

O pesquisador toma tais dados e informações teóricas devidamente documentadas e já articuladas por outros autores, para trabalhar, comentar e acrescentar esses referenciais encontrados durante a investigação do tema proposto.

3 DISCUSSÃO

3.1 Freud e a psicologia do amor

O primeiro texto relacionado às "Contribuições à psicologia do amor" foi denominado *Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens (Contribuições à psicologia do amor I)*, publicado em 1910. Nessa obra, o autor pretende apresentar as condições necessárias ao amor, tendo em vista que ele não ocorre de maneira natural e é possível descrever alguns tipos de escolha de objeto, devido à extensa gama de impressões colhidas pela prática psicanalítica.

Uma das condições percebidas por Freud e apontada nesse escrito é a necessidade da existência de um "terceiro prejudicado". A mulher, considerada o objeto de amor, deve ser comprometida com outro indivíduo, que possa reclamar seus direitos como cônjuge, noivo ou amigo. Desse modo, a mulher desimpedida tende a ser desinteressante ao homem e, em alguns casos, rechaçada; mas quando está

envolvida em qualquer um desses tipos de relacionamento, se apresenta mais atrativa e passível de ser eleita como objeto de amor.

Outra precondição para que uma mulher seja selecionada como objeto amoroso é uma fama duvidosa, uma vez que as castas não exercem atração, mas sim aquelas cuja fidelidade seja questionável, podendo oscilar entre meros rumores a constatações de escândalos, em se tratando de uma mulher comprometida, chegando a gradações mais elevadas como mulheres promíscuas e/ou prostitutas.

Ao mesmo tempo em que a primeira precondição fomenta a rivalidade do homem para com o parceiro da mulher por direito, a segunda refere-se ao valor da mulher atrelado à necessidade de sentir ciúmes e certa insegurança, o que é considerado inesperado, por não preconizar a integridade, mas constatar justamente o contrário: o interesse por mulheres de má fama. Porém, essa escolha do objeto acarreta uma série de dificuldades, revelando uma natureza compulsiva, sendo comum

que esse protótipo de eleição de objeto se repita ao longo de toda a vida erótica do homem.

O homem que tende a eleger esse tipo de mulher como objeto de amor acredita que ela é desprovida de domínio no quesito moral e necessita de sua ajuda para não se perder. Com efeito, ele tentará salvá-la, permanecendo a seu lado para que não ceda ao risco de uma conduta volúvel, mesmo que isso não seja realidade.

> As condições que se impõem ao homem, de que sua amada não deve ser desimpedida e deve ser semelhante à prostituta, o alto valor que lhe atribui, sua necessidade de sentir ciúmes, sua fidelidade que, não obstante, é compatível em ser transgredida, em uma longa série de circunstâncias, e a ânsia de salvar a mulher – parecerá pouco provável que todas decorram de uma única fonte (FREUD, 1910, p.152).

Freud pontua os atravessamentos dessa eleição do objeto amoroso masculino com a vivência edipiana e sua fixação, por, muitas vezes, notar-se no objeto de amor traços maternos, como alguns casos

de homens jovens que se envolvem com mulheres maduras, denotando que a libido continua relacionada à figura materna.

O homem em sua tenra infância deseja a mãe para si e cria certa rivalidade com o pai por este impedir tal desejo, precisando recalcá-lo. Quando cresce e começa a entender como funcionam as relações sexuais, passa a depreciar a mãe e se sente atraído por mulheres de fama duvidosa, apresentando uma tendência a desejar pessoas que já sejam comprometidas, precisamente pela questão da conquista e da competição, vivenciadas na fase edipiana.

> É, de imediato, evidente que, para a criança que está crescendo no círculo familiar, o fato de que a mãe, ao pertencer ao pai, torna-se parte inseparável da essência da mãe, e que a terceira pessoa injuriada não é outra senão o próprio pai. Pode-se observar a característica de supervalorizar a pessoa amada, e de considerá-la como única e insubstituível, por recair, também, naturalmente no contexto da experiência da criança, pois ninguém possui mais de uma mãe, e a relação com ela baseia-se em um acontecimento que não pode

> ser exposto a qualquer dúvida e nem pode ser repetido (FREUD, 1910, p.153).

Desse modo, a segunda precondição colocada por Freud parece paradoxal, por lidar com ideias totalmente distintas, ou seja, o conceito de mãe, que está atrelado a uma pureza moral, intocável e ao ideário relacionado às mulheres promíscuas, prostitutas, instigando a investigação da relação inconsciente entre ambos os termos (mãe/prostituta), uma vez que é conhecido que determinadas questões que na consciência se encontram divididas em opostos, no inconsciente podem se encontrar unificadas.

Quando crescido, o sujeito ao tomar conhecimento de mulheres que realizam favores sexuais em troca de dinheiro e que, por isso, são desprezadas e marginalizadas socialmente, percebe a possibilidade de iniciar-se na vida erótica. Ao notar que a atividade sexual é um fator comum a todos, o que engloba os próprios pais, começa a perceber que a linha de separação entre a mãe e a prostituta, ao contrário do que se pensava antes, é tênue. Então,

esses esclarecimentos recém-adquiridos retomam questões recalcadas sobre o próprio desejo que sente pela mãe e a rivalidade com o pai.

> A informação esclarecedora que recebeu, despertou, de fato, traços de lembrança das impressões e desejos de sua tenra infância que, por sua vez, levaram à reativação de certos impulsos psíquicos. Ele começa a desejar a mãe para si mesmo, no sentido com o qual, há pouco, acabou de se inteirar, e a odiar, de nova forma, o pai como um rival que impede esse desejo; passa, como dizemos, ao controle do Complexo de Édipo. Não perdoa a mãe por ter concedido o privilégio da relação sexual, não a ele, mas a seu pai, e considera o fato como um ato de infidelidade (FREUD, 1910, p.154-155).

Como consequência dessa nova atribuição acerca de sua mãe e da relação sexual concedida ao pai, apresentam-se no homem duas forças impulsivas: desejo e vingança. Freud ressalta que as concepções fantasiosas relativas à infidelidade da mãe, na maior parte das vezes, assumem características similares ao ego do homem ou de sua

personalidade, idealizada próxima à figura do pai. Nota-se que o homem traz para sua escolha de objeto amoroso o complexo materno e, por isso, carrega em si uma crença na necessidade de salvar a pessoa amada, devido a sua característica volúvel e infiel, sendo supostamente alvo fácil para situações de risco.

Nesse enfoque do complexo materno e da vivência edipiana, a segunda obra da tríade sobre o amor intitulada *Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor (Contribuições à psicologia do amor II)* (1912), dá continuidade à temática e aborda a questão da impotência psíquica quando o homem ou a mulher não consegue conciliar as correntes sensual e afetiva.

Esse escrito de Freud aponta – motivo de grande parte dos atendimentos na clínica psicanalítica – a impotência psíquica, que consiste no fracasso da execução do ato sexual pela "falha" dos órgãos sexuais. Nesse caso, não existe nenhum impedimento fisiológico, mas sim há um bloqueio psíquico que impede o êxito do coito.

Os pacientes relatavam que tal evento ocorria apenas quando a tentativa de relação sexual era feita com determinados sujeitos; porém com outras pessoas, o ato era bem sucedido. Alguns suspeitavam que certos atributos do objeto sexual fossem a causa da impotência, funcionando como uma barreira que impedia a concretização do ato. Porém, não conseguiam determinar quais atributos do objeto eram responsáveis por desencadear essa situação.

Freud entende que a impotência psíquica é gerada por complexos inconscientes, relacionados em sua maioria com a figura da mãe ou da irmã, derivada do desejo incestuoso não trabalhado e de outras vivências marcantes e pautadas na sexualidade infantil.

Segundo Freud, para que o desenvolvimento da libido ocorra de forma satisfatória, é necessário que haja a unificação de duas correntes: corrente afetiva e corrente sensual, que, nos casos de impotência psíquica, não foram devidamente unidas.

A corrente afetiva institui-se na tenra infância, vinculada à família e aos cuidadores da criança como

forma de preservá-la e está relacionada à eleição do objeto primitivo, havendo desde o princípio atributos sexuais. Esses objetos estarão presentes por toda a infância do sujeito que apresentará fixação neles, sendo importantes para eleição de objetos futuros na adolescência, em que a corrente afetiva se unifica com a corrente sensual.

> Essas fixações afetivas da criança persistem por toda a infância e continuamente conduzem consigo o erotismo, que, em consequência, se desvia de seus objetivos sexuais. Então, com a puberdade, elas se unem através da poderosa corrente "sensual", a qual já não se equivoca mais em seus objetivos. Evidentemente, jamais deixa de seguir os mais primitivos caminhos e catexizar os objetos da escolha infantil primária com cotas de libidos, que são agora muito mais poderosas (FREUD, 1912, p.165).

O sujeito, que na infância elegeu seus objetos e deparou-se com barreiras que impediam o incesto, por intermédio da corrente sensual, buscará outras direções que o leve a novos objetos. Ressalta-se que essa escolha poderá estar baseada no protótipo

materno, conforme elucidado no primeiro texto das "Contribuições à psicologia do amor", e/ou a referida escolha poderá resultar na união das correntes afetiva e sensual, seguindo a hipótese do segundo artigo freudiano aqui utilizado.

Tal unificação das correntes no mesmo objeto propicia o surgimento do vínculo amoroso, mas necessita de estratégias para tornar isso possível, devido à dificuldade estabelecida pela corrente afetiva, relacionada aos objetos primitivos, e que busca no novo objeto o protótipo materno, que necessita ser depreciado para que haja o desejo sexual. A não confluência dessas duas correntes pode trazer perturbações significativas como a impotência psíquica, em que os homens, quando amam, não são capazes de desejar, e quando o desejo ocorre o amor não é possível.

Ainda neste escrito, Freud pontua outro modo de impotência psíquica, que acomete os chamados "homens psicanestésicos", isto é, os que obtêm êxito nas relações sexuais, porém, não alcançam prazer algum. O autor faz uma analogia desses homens com

as mulheres frígidas, ressaltando que não há nestas uma grande necessidade em utilizar a estratégia psíquica de depreciação do objeto de amor. Também é colocado que elas não apresentam traços que demonstrem a supervalorização notada nos homens, mas, sim, fantasias proibitivas, devido a repressões sexuais vivenciadas.

Tais fantasias vinculadas às proibições têm sua ligação dificilmente desfeita, provocando impotência psíquica/frigidez nas mulheres quando a relação sexual é permitida e, como saída à frigidez, muitas delas preferem relacionamentos secretos, ou até mesmo extraconjugais. Dessa forma, a proibição seria uma precondição necessária ao amor. Essa proibição é equiparada por Freud à depreciação do objeto sexual nos homens.

Prosseguindo sua investigação relacionada ao Complexo de Édipo e à questão da repetição, colocada nos textos anteriores, assim como a questão da impotência psíquica, que na segunda contribuição foi apresentada sob o aspecto da universalidade do fenômeno da depreciação do objeto, Freud publica a

terceira contribuição: *O tabu da virgindade (Contribuições à psicologia do amor III)* (1918 [1917]), em que discute a frigidez nas mulheres, buscando compreender o valor do defloramento.

Freud afirma que a questão da virgindade e da primeira relação sexual feminina era de grande importância para os povos primitivos, sendo até mesmo colocada como um tabu. Existem relatos de povos que designavam outros homens para cumprir a tarefa de deflorar uma mulher, para que o noivo fosse assim resguardado desse momento.

O autor se indaga sobre o assunto e tece várias explicações possíveis para esse tabu relacionado à virgindade, pontuando uma ligação desse com o tabu do sangue e o da menstruação, também temidos pelos povos primitivos. Outra questão levantada explora o receio desses povos diante de situações desconhecidas, assemelhando-se à neurose de angústia. Dessa forma, o receio dos povos antigos relaciona-se, entre outros, a um tabu vinculado à figura da mulher, uma vez que os tabus instituídos são em geral relacionados às coisas que provocam

medo e oferecem risco, seja de ordem física ou psíquica. “Esta apreensão se manifestará de forma mais intensa em todas as ocasiões que diferem de qualquer forma do habitual, que envolvam alguma coisa nova ou inesperada, algo não compreensível ou misterioso” (FREUD, 1918 [1917], p. 183).

Esse escrito também elucida que o sujeito projeta seus impulsos psíquicos agressivos no meio exterior, apontando nos objetos o que lhe parece hostil e que lhe causa estranhamento. As mulheres, muitas vezes, tornam-se alvos dessa projeção e são tomadas como fonte de perigo. Dessa forma, a primeira experiência sexual com a mulher pode ser considerada um risco.

Ainda nesse escrito, Freud discute a respeito da posição da mulher daquela época em relação ao primeiro ato sexual. Em geral, elas apresentavam frieza e certa frustração, obtendo alguma satisfação apenas nas relações sexuais posteriores. Freud pontua as proibições referentes à sexualidade como justificativa para esse desapontamento, tendo em vista que a primeira experiência evoca na mulher

impulsos remotos pelo fato de que aquele homem, que é seu marido, não é o homem certo, mas, sim, apenas um substituto do pai, que fora inicialmente eleito como objeto.

Outra explicação para essa insatisfação está relacionada ao complexo de castração e à "inveja do pênis", que antecede a escolha de objeto, e que se deve à sustentação insuficiente do amor pelos objetos primitivos, seguida pela efervescência da sexualidade na adolescência, culminando em uma fixação da jovem na vivência edipiana. Essa fixação é refletida nos relacionamentos amorosos, e, em algumas mulheres, pode gerar frigidez, assim como a impotência sexual nos homens, conforme explicitado no segundo artigo da tríade sobre o amor.

A temática do amor também foi alvo do interesse de outros psicanalistas. Elegeu-se aqui Jacques-Alain Miller, que, em 1991, publicou o livro *Lógicas de la vida amorosa*, no qual retoma as contribuições de Freud à psicologia do amor, demonstrando assim que tanto o tema em questão

quanto os escritos freudianos continuam significativos para a psicanálise.

Para Miller, o primeiro texto da tríade freudiana enfatiza o particular, através da perspectiva da escolha de objeto masculino. Já no segundo artigo – que abrange a posição amorosa de homens e mulheres – há certa concepção universal. Finalmente, no terceiro trabalho dessa série, Freud introduz a questão da castração, que ainda não havia sido trabalhada nos dois escritos anteriores.

A questão do Complexo de Édipo e da repetição, apresentada nos três artigos de Freud, demonstra que o encontro com o objeto é sempre da ordem de um reencontro, haja vista que ele nada mais é do que uma substituição do objeto primitivo incestuoso. Miller utiliza a passagem bíblica de Adão e Eva de um modo derrisório, para comparar e ilustrar essa repetição. Aborda também a eleição do objeto, uma vez que Adão, ao ver pela primeira vez Eva, reconhece nela algo dele, em comum aos dois, mas ressalta que essa familiaridade, nessa situação,

não remete à mãe, considerando sua condição peculiar.

Segundo Miller, Eva, ainda que fosse a primeira e única mulher a ser criada até o momento, também seria eleita como objeto por Adão, assim como ocorre comumente com os demais indivíduos – tendo em vista a possibilidade levantada por outros autores sobre a relação sexual mantida por Adão com animais. Sendo assim, nota-se que houve uma escolha por parte de Adão, preferindo Eva a outros animais. Percebe-se também que a eleição desse objeto ocorre devido a seu caráter familiar, como apontado nos textos de Freud.

Miller faz uma leitura que privilegia, no primeiro artigo de Freud, a associação entre o significante "mãe" e o significante "prostituta". Já na segunda contribuição à psicologia do amor, o psicanalista francês percebe uma separação entre estes dois termos: "mãe" e "prostituta". Para ele, essa relação é relevante, já que o objeto de amor se constituiria entre esses dois significantes. Talvez aqui, já se possa evocar o que Freud afirmava sobre a

conjunção da corrente afetiva e da corrente sensual para a emergência do amor.

Na primeira contribuição, Freud introduz a temática do amor de uma maneira particularizada, ao passo que, na segunda, toma o assunto sob uma visão universal. Isso, no entanto, não sugere uma "relação sexual universal", mas, sim, introduz a questão geral sobre a escolha do objeto de amor do homem, atrelado a dois atributos do outro sexo (prostituta e protótipo materno) e à escolha da mulher relacionada às proibições, como precondição para a eleição do objeto de amor. Percebe-se, dessa forma, que o valor do objeto é de suma importância na sexualidade, apresentando-se entre a depreciação a superestimação.

Miller, valendo-se do ensino de Jacques Lacan, faz uma leitura da descoberta freudiana sobre o valor do objeto atribuído através da figura materna. A questão da vivência edípica e da disputa do filho com o pai, que detém o carinho dessa mãe, surge como barreira do desejo do filho em possuí-la toda para si. Essa barreira ao incesto estabelecida pela figura do

pai apresenta uma mãe não toda para o filho. Em paralelo à participação do pai em relação à eleição de objeto do homem, o pai está presente também na eleição de objeto da mulher, como visto na terceira contribuição *O tabu da virgindade (Contribuições à psicologia do amor III)*. Sobre esse escrito, Miller ressalta, ainda, a importância da castração que denuncie a falta e, assim, propicie a busca pelo amor. Freud apresenta em seus escritos sobre *O tabu da virgindade (Contribuições à psicologia do amor III)* a mulher como um ser misterioso e enigmático, escancarando ao homem a alteridade. Havendo o tabu sobre a mulher, mas não sobre o homem, o autor aponta que não há proporção entre os sexos e que, em determinado momento, durante o matrimônio, a mulher pode se sentir perdida quanto à sua própria alteridade e tenha anseio em recuperar esse aspecto, tornando-se mulher do outro, como colocado por Miller.

> Este es el problema analítico del matrimonio: que constituye, o siempre puede constituir, un aplastamiento de la alteridad de la mujer, ya sea por el

> hombre, ya sea por la mujer misma. Allí, el orden simbólico juega un juego peligroso: forzar la semejanza, dar a los dos el mismo apellido, etcétera; todos esos mecanismos de identidad, de identificación narcisista entre los esposos. De esta manera, la mujer ligera encarna la alteridad bajo la forma de la infidelidad; en tanto ella es la que uno no tiene, la que no es posible detentar; es por essa razón que tienta (MILLER, 1991, p. 45).[6]

A recuperação da alteridade feminina pela via do que é proibido consiste em uma questão a ser discutida em análise sobre o matrimônio, por esse conduzir a um distanciamento da alteridade da

[6] Este é o problema analítico do matrimônio: que constitui, e sempre pode constituir, um esmagamento da alteridade da mulher, quer seja pelo homem, quer seja pela própria mulher. Aí, na ordem do simbólico, joga-se um jogo perigoso: forçar a semelhança, dar aos dois o mesmo nome, etc.; todos esses mecanismos de identidade, de identificação narcisista entre os cônjuges. Dessa maneira, a mulher encara os jogos da alteridade sob uma forma de infidelidade; como ela é a única que não tem, o que não é possível empunhar; é por esta razão que o tenta. (Tradução livre).

mulher, seja esta provocada por qualquer um dos sexos. Nessa relação, há uma proposta imperativa de semelhança entre ambos, para assumirem certa identificação um com o outro. Porém, para que o amor seja preservado, é importante que os pontos divergentes entre os pares sejam resguardados.

Para pensar sobre a problemática do amor, retomando os textos de Freud, Miller, além de comentar os pontos supracitados, ressalta também o que denominou de "boa nova lacaniana", referindo-se às contribuições feitas por Lacan sobre essa questão. Segundo Miller, se em Freud pode-se afirmar que o amor possui sempre algo da ordem de uma repetição ou de um reencontro, com o ensino de Lacan é possível vislumbrar um "novo" amor; um amor que rompa com a repetição, e, nesse sentido, que saiba operar com a falta. Essa é uma questão bastante interessante: o amor como invenção – que não será aprofundado aqui, devido ao recorte proposto para o presente artigo. Entretanto, registra-se mais essa via de pesquisa psicanalítica sobre as vicissitudes do amor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi realizar um breve estudo acerca da temática amorosa sob a ótica freudiana, tendo em vista que o próprio Freud sentiu a necessidade de discutir o assunto para além das concepções artísticas presentes em sua época. Nesse percurso, percebeu-se certa relação entre o amor, o Complexo de Édipo e a questão da repetição.

Desse modo, nota-se que o amor não ocorre de maneira natural, pois há precondições para ele e para eleição de objeto. Essa eleição é pautada no complexo de Édipo, havendo, assim, um reencontro com traços dos objetos eleitos na tenra infância, revivendo questões próximas às experimentadas com as figuras materna e paterna.

Esses objetos de amor, elencados na infância, como vistos no decorrer deste estudo, são escolhidos por meio da chamada corrente afetiva, que mais tarde será unificada à corrente sensual, originada durante a puberdade e direcionada a novos objetos,

demonstrando que a possibilidade de amar está relacionada à confluência dessas duas correntes.

No caso masculino, para que essas correntes permaneçam em confluência, a depreciação do objeto sexual pode ser uma estratégia para que os atributos da mulher, relacionados à figura materna, não sejam uma barreira ao desejo sexual. Já nas mulheres, percebeu-se que elas tomam, como saída à impotência psíquica, a precondição das proibições, que pode causar frigidez nos casos em que a relação seja permitida. Nota-se que a mulher pode apresentar tal impotência psíquica como consequência da frustração, originada inconscientemente pelo fato de que o homem que se tornou seu marido não seria o homem correto, mas somente uma segunda opção, cujo pai é a primeira.

Considera-se, com tudo o que foi aqui apresentado e discutido, que a temática do amor para a psicanálise é bastante ampla. Sendo assim, não foi o propósito deste trabalho esgotar esse tema. Antes, procurou-se delimitar, dentro da obra freudiana, alguns escritos especialmente significativos para um

primeiro percurso de investigação, tão instigante e sempre atual: o amor e suas vicissitudes.

REFERÊNCIAS

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas.* Colaboração: Maria Helena de Andrade Magalhães, Stella Maris Borges. 9. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. 263 p.

FREUD, Sigmund. Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens (Contribuições à psicologia do amor I) (1910). *In*: _____. *Cinco lições de psicanálise, Leonardo da Vinci e outros trabalhos.* Ed. Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. vol. XI. p. 149-157.

_____ Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor (Contribuições à psicologia do amor II) (1912) *In*: _____. *Cinco lições de psicanálise, Leonardo da Vinci e outros trabalhos.* Ed. Standard

Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. vol. XI. p. 163-173.

_____ O tabu da virgindade (Contribuições à psicologia do amor III) (1918 [1917]). *In*: _____. *Cinco lições de psicanálise, Leonardo da Vinci e outros trabalhos.* Ed. Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. vol. XI. p. 179-192.

MILLER, Jacques-Allain. Primera conferencia; Segunda conferencia; Tercera conferencia; Cuarta conferencia. *In*: _____. *Lógicas de la vida amorosa.* 2. ed. Buenos Aires: Manantial, 1991. p. 5-62.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Parte III. Teoria e prática científica: Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa experimental, pesquisa de campo. *In*: _____. *Metodologia do trabalho científico.* 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. p. 122-123.

REPOSITÓRIO DIGITAL SOBRE A UEMG DE FRUTAL: UMA VISÃO PANORÂMICA[7]

Otávio Luiz Machado[8]
Jacqueline Rodrigues Rocha[9]

RESUMO: Este artigo apresenta e analisa de forma abrangente a inicialização, o desenvolvimento, as experiências e o balanço final de atividades e conquistas do projeto de extensão "Repositório Digital sobre a UEMG de Frutal", visando demonstrar sua importância para a guarda da e divulgação da memória e da produção acadêmica da

[7] O texto apresenta os principais resultados do projeto de extensão intitulado "Repositório digital da UEMG de Frutal", que foi financiado pelo edital PAEX 2015 da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). O apoio da UEMG foi fundamental para a realização do trabalho.

[8] Professor da UEMG (unidade Frutal). E-mail: otaviomachado3@yahoo.com.br. É coordenador do projeto projeto "Repositório Digital sobre a UEMG de Frutal".

[9] Discente do curso de Comunicação Social (Habilitação em Jornalismo) da Universidade do Estado de Minas Gerais (Unidade de Frutal) e bolsista do projeto "Repositório Digital sobre a UEMG de Frutal". E- mail: jacquelinerodriguesrocha@hotmail.com.

Universidade, como também na aproximação da sociedade frutalense à Instituição.

PALAVRAS-CHAVES: Repositório; Instituição; Sociedade; Digital.

Introdução

Segundo o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), "Os repositórios digitais (RDs) são bases de dados online que reúnem de maneira organizada a produção científica de uma instituição ou área temática"[10]. E acrescentando, "[Os RDs] resultam em uma série de benefícios tanto para os pesquisadores quanto às instituições ou sociedades científicas"[11].

O projeto de extensão intitulado **"Repositório Digital sobre a UEMG de Frutal"** surgiu com o intuito de reunir, organizar e colocar à disposição da sociedade frutalense através do meio digital a produção acadêmica e cultural da Universidade do

[10] http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/repositorios-digitais

[11] *Idem.*

Estado de Minas Gerais em sua unidade de Frutal. Se tratando de um projeto que abrange toda uma instituição[12], então é preciso considerar que "repositórios institucionais lidam com a produção científica de uma determinada instituição" (LEITE; AMARO; BATISTA; COSTA, 2012, p.7).

É perceptível que a população frutalense muitas vezes não dirige seu olhar para a Universidade com a valorização que esta merece, principalmente a importância da UEMG para o desenvolvimento da cidade.

A função do projeto é criar uma ponte entre a unidade e os moradores da cidade, traçando uma nova maneira de ambos se enxergarem. O olhar sobre a Universidade será cada vez mais aprimorado quanto mais ela agir estrategicamente no sentido de corresponder àquilo que a sociedade exige desta

[12] Os repositórios digitais possuem duas classificações: os Temáticos (trabalham com a produção científica de uma instituição, focando em uma área de conhecimento especifica) e os Institucionais (trabalham com a produção científica da instituição em sua totalidade).

instituição. A visibilidade da instituição passa pela apresentação daquilo que ela tem de melhor, nesse caso o que é produzido por seus estudantes, professores e funcionários técnicos. Não existe ponte ou relação da universidade com a sociedade sem uma comunicação capaz de propiciar condições de tornar conhecido e público algo que é essencial e fundamental: a produção científica, o debate existente das mais diversas questões e o cotidiano do ambiente universitário.

Como falamos de "mundos" nem sempre em sintonia e que não seguem o mesmo ritmo, então o projeto **Repositório** veio mostrar o "tempo" da universidade, seu papel, suas particularidades e suas produções.

Objetivos iniciais, sua concretização e demais metas a serem alcançadas

Desde a criação do Projeto já havia a certeza de que o caminho a ser percorrido seria desafiador e exigiria muito empenho e dedicação da equipe para

concretizar seus objetivos. O principal deles foi gerar um vínculo maior de criação e compartilhamento de conhecimento entre a Universidade e a comunidade frutalense, permitindo a circulação de informações relevantes.

Um dos patrimônios de uma instituição universitária é a sua produção científica, sem contar os documentos históricos e os mais diversos registros que mostram a existência da instituição e das pessoas que nela contribuíram para sua construção, assim necessitando a criação de instrumentos "que visam garantir a produção, circulação e guarda de informações em meio digital" (DODEBEI, 2009, p.84).

A contribuição para a devida guarda de registros que contribuem para o patrimônio histórico da instituição é também um ponto importante trabalhado do nosso projeto desde seu início, em março de 2015. É de suma importância que a Universidade conte com arquivos que relatem e armazenem sua história, constituindo assim uma forma de mantê-la viva e de apresentar a dimensão

do espaço que ocupa não apenas no meio acadêmico, mas na sociedade em que está inserida.

As bases efetivamente extensionistas do Projeto não impediram que houvesse o aproveitamento de possibilidades de pesquisa, tendo em vista que uma atividade de extensão também contribui para a produção de conhecimento, pois nas palavras de Sérgio Vasconcelos de Luna "Essencialmente, pesquisa visa a produção de conhecimento novo, relevante teórica e socialmente e fidedigno" (2013, p.15).

Por se tratar de um Repositório Digital, o projeto utiliza de ambientes digitais para trazer a produção científica e cultural da Universidade e permitir o acesso, não apenas da população frutalense como também do Brasil inteiro, a esses dados através de banco de imagens, documentos oficiais e registros de informações vivas, como depoimentos daqueles que fizeram e fazem parte da instituição. Uma das ferramentas virtuais que o projeto faz uso é a rede social Facebook com a página "UEMG até você", constituindo uma

excelente concretização do projeto. Além do mais, o Repositório produz bases de dados no site da UEMG de Frutal, sendo elas a Coleção Produzir Cidadania e a Coleção Universidade de ideias.

A experiência do Projeto Repositório Digital sobre a UEMG

Desde o início, o projeto tem gerado inúmeras experiências positivas, tanto no âmbito da Universidade quanto fora dela. Com seu caráter inovador, visto que não só a unidade da UEMG em Frutal – mas a UEMG como um todo – ainda não contava com um Repositório Digital, então abriu ainda mais o caminho para que o projeto se desenvolvesse com muita sustentação e ganhasse cada vez mais forma.

A ideia do professor e chefe do Departamento de Ciências Humanas Otávio Luiz Machado de iniciar um projeto de extensão visando a criação de um Repositório Digital para a UEMG de Frutal foi aplaudida por todos. Inúmeras universidades já

contam com esse tipo de base de dados, e se fazia necessário que a Universidade de Frutal também começasse a utilizar dessa tecnologia em prol da unidade e da sociedade frutalense.

Como toda caminhada exige esforço, sabedoria e perseverança, assim tem ocorrido para que o Repositório seja ainda mais trabalhado e aperfeiçoado. A dimensão e a importância do projeto são percebidas através dos resultados de suas ações que foram ganhando maior visibilidade com o desenvolvimento do mesmo.

O registro através de fotos de acontecimentos e eventos que ocorrem no interior da unidade, assim como de atividades que são realizadas fora desta, mas que esteja interligada à Universidade, vem contribuindo não apenas para a guarda da memória da instituição, como também para a interação das pessoas para com ela. Os alunos e funcionários se acostumaram tanto com esses registros, que o momento de tirar as fotos se torna praticamente uma diversão que fornece a eles a sensação de pertencimento e de elo com a Universidade.

Para as orientandas Karoline Louzada Maia e Jacqueline Rodrigues Rocha, a experiência de fazer parte do projeto tem sido muito enriquecedora em todos os sentidos, ainda mais pelo fato de ser a primeira vez que ambas participam de um projeto de extensão.

No dia 26 de outubro de 2015 foi realizada a V Jornada Interna de Pesquisa e Extensão na UEMG de Frutal, que funcionou como uma preparação para o 17º Seminário de Pesquisa e Extensão da UEMG (em 2015 aconteceu na unidade da UEMG em Carangola). A apresentação do projeto pelas bolsistas foi uma sensação nova. Ao mesmo tempo única. A avaliação feita pelos membros da banca diante das bolsistas do projeto (que foi toda baseada em elogios ao projeto) veio como a certeza de que estamos no caminho certo.

A página na rede social *Facebook*: "UEMG até você"

A página na rede social Facebook "UEMG até você" foi criada no início do mês de abril de 2015. Seu intuito foi dar mais um impulso e visibilidade ao projeto, bem como contribuir para a circulação de informações sobre a UEMG.

A importância das bases de dados constituindo uma ferramenta de "acesso aberto e interoperável que coleta, armazena, dissemina e preserva digitalmente a produção intelectual da instituição" (DODEBEI, 2009, p. 91) é uma tendência nas mais diversas instituições universitárias do mundo.

Inicialmente, o nome da página era o do próprio projeto: Repositório Digital sobre a UEMG. Com a mudança de administrador da página, resolveu-se alterar também o seu nome para "UEMG até você". As mudanças na página contribuíram muito para sua melhora.

Atualmente “UEMG até você” conta com mais de 448 curtidas, o que representa um alcance ainda maior do projeto. Por estar em um ambiente virtual muito utilizado por inúmeras pessoas, a página se torna um grande referencial para a sociedade frutalense interagir e conhecer mais sobre o que acontece na UEMG.

Inicialização do livro sobre o Projeto e os dois volumes da coletânea “Universidade de ideias”

Outra importante criação do projeto é o livro “Aspectos do Cotidiano Universitário da UEMG em Frutal 2015” (em elaboração). A intenção é permitir a reunião de todas os registros realizados pelo projeto (textos escritos pelos orientandos; fotos de eventos, festas, movimentos, do cotidiano, etc.), com o intuito de contribuir para a memória da instituição. Consequentemente, aproximar a sociedade da universidade ainda mais.

A respeito da necessidade abarcada pelo projeto de criar um vínculo da Universidade com a

sociedade, também precisamos compreender as particularidades dessa relação e sua construção:

> "A universidade é uma instituição social e, como tal, *expressa de determinada maneira a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo"* (BERNHEIM & CHAUÍ, 2008, p. 18).

Segundo eles, a "universidade pública sempre foi, desde o início, uma instituição social [...], uma *ação* social, uma *prática* social baseada no reconhecimento público da sua legitimidade e das suas atribuições" (*idem). S*endo assim, é perceptível o quanto é importante o trabalho que o projeto está realizando para permitir que a sociedade frutalense conheça cada vez mais a sua UEMG.

É válido salientar que o livro está em seu primeiro volume e em construção. O objetivo é criar mais de um volume por ano, visto que são muitos os registros realizados pelo projeto.

A experiência do projeto **Repositório Digital da UEMG de Frutal** foi aos poucos buscando contribuir com a UEMG como um todo. A primeira

iniciativa nesse aspecto veio com a presente coletânea **Universidade de ideias** (em dois volumes), que reúne artigos de todas as áreas do conhecimento aberta para docentes e estudantes da UEMG que produziram trabalhos na instituição.

Também foi muito bem aceita pelos membros da UEMG, se consideramos a quantidade de artigos recebidos e o interesse vindo das mais diversas unidades e escolas da Universidade.

"Coleção Produzir Cidadania" e "Coleção Universidade de ideias": mais duas grandes conquistas para o Projeto

O projeto tem obtido muitas conquistas, sendo a "Coleção Universidade de ideias" e a "Coleção Produzir Cidadania" as suas duas mais recentes. Em ambas são publicados trabalhos de discentes e docentes da Universidade, mas há algumas diferenças entre elas. A Coleção Produzir Cidadania não possui enfoque na área de Ciências Humanas, abarcando trabalhos em geral que auxiliem na

popularização da ciência, além de ser aberta não apenas para os trabalhos da Universidade, mas também de outras instituições e pessoas que não são da UEMG. A Coleção Universidade de ideias gira principalmente em torno da área de Humanas, focando nos trabalhos oriundos da produção da UEMG.

A Coleção Produzir Cidadania já conta com a publicação dos seguintes trabalhos acadêmicos completos produzidos na UEMG de Frutal:

ARCAIN, Fernando Augusto Miranda. **O Direito sob a ótica crítica: a norma enquanto instrumento de dominação e legitimação da classe dominante**. Frutal-MG: Prospectiva, 2015.

BERNARDES, Rogério. **A descaracterização do contrato de estágio e respectivas consequências no âmbito jurídico.** Frutal-MG: Prospectiva, 2016.

BERTOLDO, Reginei Pedro. **A permanência da problemática fundiária no campo: um estudo de caso no município de Frutal.** Frutal-MG: Prospectiva, 2016.

COSTA, Aline Ferreira da. **A inclusão do espectro autista na educação e suas garantias constitucionais.** Frutal-MG: Prospectiva, 2015.
BOSNICH, Nádia Martins. **A responsabilidade penal do agente policial infiltrado em organização criminosa.** Frutal-MG: Prospectiva, 2016.
CUNHA, Estela Poliana Gomes da. **Criminalidade urbana em Frutal/MG: um estudo de caso no bairro Vila Esperança.** Frutal-MG: Prospectiva, 2016.
FERNANDES PEREIRA SILVA, Thamires. **A importância da inclusão escolar na cidade de Frutal sobre uma base tridimensional.** Frutal-MG: Prospectiva, 2016
FREITAS, Régis Arantes de. **Carência regulatória do contrato de gaveta.** Frutal-MG: Prospectiva, 2015.
FURTADO, Adriana Lopes. **Correlação entre geografia escolar e o meio ambiente natural.** Frutal-MG: Prospectiva, 2016.

ISSA, Rayan. **A aplicabilidade da insignificância pelo poder judiciário brasileiro: a jurisprudência do STJ e STF.** Frutal-MG: Prospectiva, 2016.
MACHIONI, Giovanna. **Aspectos de regionalização da mídia impressa: um estudo de caso do Jornal Pontal.** Frutal-MG: Prospectiva, 2016.
MATA, Jessica Roberta Ramos da. **A formação inicial necessária para o trabalho de inclusão na educação básica.** Frutal-MG: Prospectiva, 2016.
MORAIS, Alisson Osvaldo Freitas. **Análise da influência do patrocinador no comportamento de compra do torcedor em uma pequena cidade do interior de Minas Gerais.** Frutal-MG: Prospectiva, 2016.
MORAIS, Mariella Eduarda Reis de. **O direito de educação para os portadores de deficiência intelectual: da realidade jurídica à efetividade da norma.** Frutal-MG: Prospectiva, 2016.
NETO, Antonio Landin. **A educação ambiental como resolução do conflito entre desenvolvimento sustentável e globalização.** Frutal-MG: Prospectiva, 2016.

OLIVEIRA, Caio Ramos Machado de; Silveira, Guilherme Lacerda; Beltrão, Thaiz Cristina. **Pelo direito de amar: as relações afetivas dos soropositivos.** Frutal-MG: Editora Prospectiva, 2016.
OLIVEIRA, Hugo Santos de. **Políticas ambientais sustentáveis de comando e controle e a eficácia dos instrumentos econômicos.** Frutal-MG: Prospectiva, 2016.
OLIVEIRA, Marly Borges. **Gestão integrada e gerenciamento de resíduos domiciliares no município de Frutal/MG.** Frutal-MG: Prospectiva, 2016.
PAULA, Ítalo Borges Florêncio de. **O dano moral e suas implicações no direito do trabalho**. Frutal-MG: Prospectiva, 2015.
PEREIRA, Juciele Bandeira. **O computador como ferramenta pedagógica.** Frutal-MG: Prospectiva, 2016.
QUEIROZ, Gilviano Marcos de. **Direito ao trabalho das pessoas com deficiência física no**

âmbito do serviço público. Frutal-MG: Prospectiva, 2016.
REIS, Nerci Aparecida dos. **A migração do nordestino trabalhador rural e a educação escolar de seus filhos.** Frutal-MG: Prospectiva, 2016.
ROSA, Thais Bernardes da Cunha. **Estudo da eficiência das lâmpadas UV para tratamento de água contaminada por bactérias termotolerantes**. Frutal-MG: Prospectiva, 2015.
SANTOS BATISTA, Emily Alves dos. **A "maquiagem" do trabalho formal: um estudo sobre a terceirização no setor agrícola da região de Frutal-MG.** Frutal-MG: Prospectiva, 2016.
SILVA, Maria Paula Souza. **Inclusão de libras como disciplina no ensino fundamental.** Frutal-MG: Prospectiva, 2016.
SILVA, Mayara Oliveira. **A importância da intervenção notarial na prevenção de litígios: panorama no município de Frutal-MG.** Frutal-MG: Prospectiva, 2015.
SOUZA, Raquel de. **Um estudo dos benefícios da aplicação das melhores práticas de gerenciamento**

de projetos do PMBOK no projeto de diagnóstico de microbacias para sustentabilidade. Frutal-MG: Prospectiva, 2016.
TERRA FERREIRA, Patrícia Palmerino. **A Inclusão da Estrutura TEACCH na Educação Básica.** Frutal-MG: Prospectiva, 2016.

O respaldo institucional do Departamento de Ciências Humanas (DCH) da UEMG de Frutal permitiu que essa iniciativa tomasse forma.

Uma analogia entre o Projeto e os Repositórios Digitais da UFMG e Harvard

Apesar das inúmeras conquistas do **"Repositório Digital sobre a UEMG de Frutal"** tem conquistado, é claro que precisa muito a ser realizado. Porém, características presentes nos RDs[13] da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e da Universidade de Harvard, que aqui apresentamos,

[13] RDs: Abreviação de "Repositórios Digitais".

nos fornecem a certeza de que o projeto está trilhando o caminho certo já no seu início.

A UFMG está entre as dez melhores universidades brasileiras. Sua produção acadêmica é significativa, inclusive seu acesso é garantido pela *internet*.A caracterização e os objetivos traçados pelo RD da UFMG são:

> "O Repositório Digital da UFMG é uma ferramenta de acesso aberto desenvolvida para o armazenamento, organização e disseminação da produção científica da Universidade e de materiais de pesquisa de órgãos com os quais a UFMG colabora. Propõe a dinamização interoperável da produção do conhecimento, a colaboração em escala global e o entendimento público da pesquisa. Idealizado e mantido pela Coordenadoria de Políticas de Inclusão Informacional (CPINFO) e pela Diretoria de Divulgação Científica (DDC) o Repositório Digital orienta-se por sua perspectiva transdisciplinar e uso da tecnologia de informação e comunicação em rede para possibilitar o diálogo entre a comunidade acadêmica e a comunidade

> externa à UFMG de modo a democratizar o acesso à informação". [14]

A formação de uma "ponte", um vínculo entre a universidade e a comunidade é de exímia importância, e os repositórios digitais são excelentes mecanismos para que haja essa interação.

A Universidade de Harvard, que possui mais de 370 anos de história, também possui um importante espaço de divulgação de sua produção acadêmica. Aqui uma parte da história da universidade:

> Harvard é a mais antiga instituição de ensino superior nos Estados Unidos, criada em 1636 pelo voto da Grande e Corte Geral da Massachusetts Bay Colony. Foi nomeada após o primeiro benfeitor da faculdade, o jovem ministro John Harvard de Charlestown, que após a sua morte em 1638 deixou a sua biblioteca e metade de sua propriedade para a instituição. Uma estátua de John Harvard está hoje na frente da

[14] Disponível no site do repositório da UFMG: https://dspaceprod02.grude.ufmg.br/dspace/

> University Hall em Harvard Yard, e é talvez o mais conhecido marco da Universidade.[15]

O repositório digital da Universidade de Harvard é conhecido como DASH ("Digital Access to Scholarship at Harvard"). A sua amplitude é muito grande e beneficia toda a sua comunidade acadêmica. Um dado importante sobre o repositório de Harvard é visto nas palavras de DODEBEI:

> Na universidade de Harvard, em 2008, a Faculdade de Artes e Ciências adotou uma política de acesso aberto à informação que requer que todos os seus autores acadêmicos enviem, automaticamente, uma cópia eletrônica de seus artigos ao repositório digital da universidade. Foi acordado, ainda, que os autores devem conceder automaticamente a permissão dos direitos autorais à universidade para distribuir estes artigos em um sistema de acesso livre. (DODEBEI, 2009, p. 93)

[15] Disponível em: http://www.harvard.edu/about-harvard/harvard-glance/history Tradução nossa.

Podemos perceber que essa característica do repositório digital de Harvard é análoga à tida no projeto em sua "Coleção Produzir Cidadania". A importância que a publicação de artigos produzidos pelos membros acadêmicos é imensa, gerando democratização do conhecimento científico e cultural da Instituição, assim permitindo que vários indivíduos sejam beneficiados por esse conhecimento.

> Eu estou fazendo o meu curso sobre a forma como os meios de comunicação nos EUA cresceram em direção a polarização e as conseqüências que se seguiram. Infelizmente, este tópico não é pesquisado no meu país natal, por isso é que qualquer pedaço de informação que posso encontrar on-line é realmente útil (especialmente se se trata de fontes bem-respeitadas). Eu aprecio o fato de que agora tenho um acesso aos artigos. Obrigado!" (Depoimento de um estudante russo a respeito do DASH).[16]

[16] https://dash.harvard.edu/stories/ Tradução nossa.

Circulação das imagens do repositório

O registro através de imagens é um dos meios mais utilizados pelo projeto para auxiliar na documentação da história da Universidade, além de possibilitar o abastecimento de outras fontes. Em diversas publicações oficiais da UEMG de Frutal foram utilizadas imagens do projeto do Repositório. Esta parceria fortalece a Instituição e contribui para que se tenha transparência nas suas ações, que se conheça os seus desafios, que amplie sua presença, que contribua para que a sociedade entenda sua dinâmica, seus movimentos, sua razão de existir.

Abaixo,as imagens utilizadas no vídeo institucional da UEMG de Frutal como balanço de 2015:

A seguir temos as imagens utilizadas na cartilha institucional da UEMG de Frutal fazendo o balanço de um mês de gestão da nova direção:

FONTE: Imagem inferior (oriunda do repositório)

- Blog do Portari:

Professores da UEMG fazem paralisação em busca de reajuste salarial

- Alô Frutal:

Renato Furtado EM SUA DEFESA
Advogados associados
Narcio Rodrigues comenta manifestação de universitários da UEMG
Dr. Edgard Luiz Mendonça

Considerações finais

A necessidade da criação de um repositório digital para a UEMG de Frutal possibilitou ao professor Otávio Luiz Machado idealizar e levar adiante o projeto de extensão pelo PAEX **"Repositório Digital sobre a UEMG de Frutal**". Em menos de um ano de projeto, vários passos foram dados e muitas conquistas foram obtidas através de muito trabalho e dedicação.

É perceptível o quanto o projeto tem contribuído para dar mais visibilidade à UEMG, tornando-a ainda mais viva e presente tanto na vida dos seus membros acadêmicos, quanto da comunidade externa. A guarda da memória da Instituição encontrou auxílio através das práticas e registros feitos pelo projeto. A ponte entre a Universidade e a sociedade frutalense está ganhando cada vez mais forma à medida que o projeto avança.

"Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a

caminhar". (Paulo Freire). O projeto iniciou como um sonho, composto pela vontade de torna-lo real. Muito já foi caminhado, a semente já foi plantada, mas ainda há muito "chão pela frente".

Referências Bibliográficas

BERNHEIM, C. T.; CHAUÍ, M. de. S. *Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior*. – Brasília: UNESCO, 2008. p. 18.

Digital Access to Scholarship at Harvard (DASH). *Your Story Matters*. Disponível em < https://dash.harvard.edu/stories/ > Acesso em 07 jan. 2016.

History of the Harvard University. Disponível em <http://www.harvard.edu/about-harvard/harvard-glance/history > Acesso em 07 jan. 2016.

IBICT. *Sobre Repositórios Digitais*. Disponível em: < http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/repositorios-digitais >. Acesso em 20 dez. 2015.

Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação/ organizadores Luiz Sayão... et al.- Salvador: EDUFBA, 2009. p. 84- 93. Disponível em < https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf >.

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. *Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica* / II. Leite, Fernando. III. Amaro, Bianca. IV. Batista, Tainá. V. Costa, Michelli. - Brasília: IBICT, 2012. 34 p. il. Cartilha p.7 Disponível em < http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/703/1/Boas%20pr%C3%A1ticas%20para%20a%20constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20reposit%C3%B3rios%20institucionais%20da%20produ%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica.pdf >

LUNA, S. V. de. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. 2 ed., 2 reimpr. – São Paulo: EDUC, 2013. p. 15.

Notícia: *Departamento de Ciências Humanas cria Coleção "Humanidades" para incentivar a*

divulgação científica na Universidade. Disponível em < http://www.uemgfrutal.org.br/mostranoticia2.php?codnot=1750 > Acesso em 07 jan. 2016.

Repositório Digital da UFMG. Disponível em < https://dspaceprod02.grude.ufmg.br/dspace/> Acesso em 04 jan. 2016.

Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Federal_de_Minas_Gerais >Acesso em 07 jan. 2016.

ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO: DE DISPOSITIVO DA REFORMA PSIQUIÁTRICA À CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DO *SINTHOMA*[17]

Júlia Roberta de Oliveira Carvalho Caetano[18]
Rogéria Araújo Guimarães Gontijo[19]

RESUMO: o Acompanhamento Terapêutico é uma prática ainda pouco conhecida como dispositivo de saúde mental, mas de grande relevância nos casos onde o paciente necessita ser acompanhado em sua reinserção na sociedade. Considerando seu desenvolvimento a partir da Reforma Psiquiátrica e tendo como enfoque a clínica psicanalítica, o

[17] Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à faculdade de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), campus Divinópolis (MG), como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Psicologia.

[18] Discente do 10º período do curso de Psicologia da UEMG. Contato: juliaroc@msn.com

[19] Professora orientadora; mestra em Psicologia pela PUC/MG; doutoranda em Psicologia/Teoria Psicanalítica pela UFMG e docente do curso de Psicologia da UEMG. Contato: raggontijo@hotmail.com

presente artigo pretende desenvolver as construções teóricas acerca do Acompanhamento Terapêutico, desde a sua função enquanto dispositivo da reforma psiquiátrica até a sua contribuição para a construção do *sinthoma* lacaniano, passando pelo desenvolvimento de seu conceito e sua prática e pela evolução da clínica das psicoses. Optamos por utilizar a pesquisa bibliográfica a partir da contribuição de autores da teoria psicanalítica, da Reforma Psiquiátrica e do Acompanhamento Terapêutico, sob a ótica do método psicanalítico.
Palavras-chave: Acompanhamento Terapêutico. Reforma Psiquiátrica. *Sinthoma*.

1 Introdução

"Que é loucura: ser cavaleiro andante
ou segui-lo como escudeiro?
De nós dois, quem o louco verdadeiro?"
Carlos Drummond de Andrade

O verbo acompanhar, segundo o dicionário Michaelis, significa (dentre outras coisas): "Fazer companhia a, ir em companhia de. [...] Seguir com instrumento (a parte cantante da música, ou o

instrumento principal) [...]"[20]. Ao pensarmos no termo Acompanhamento Terapêutico, podemos juntar os significados do verbo acompanhar com a palavra terapêutico, onde teremos então que ser acompanhante terapêutico é fazer companhia ao paciente, sustentando o canto que este traz de sua história de vida e de suas possibilidades: tudo isso com uma intenção terapêutica.

Portanto, o presente artigo pretende desenvolver as construções teóricas acerca do Acompanhamento Terapêutico (AT), desde a sua função enquanto dispositivo da Reforma Psiquiátrica até a construção de uma clínica psicanalítica do AT enquanto produtora do *sinthoma* lacaniano. Para isso, iremos proceder com revisões bibliográficas sobre a Reforma Psiquiátrica, a construção do conceito e da prática do AT e a evolução da clínica das psicoses. Ao final, iremos estabelecer a ligação entre o AT enquanto dispositivo da Reforma Psiquiátrica e da

[20]Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=acompanhar>.

clínica psicanalítica pautada na construção do *sinthoma*.

Analisando o contexto explicitado acima, este trabalho se justifica na oportunidade de se compreender melhor sobre o AT, sua interface com a Reforma Psiquiátrica e com a clínica psicanalítica. Esta prática ainda é pouco conhecida como dispositivo na área de saúde mental, mas de grande relevância nos casos onde o paciente necessita ser acompanhado em sua reinserção na sociedade, em tarefas do cotidiano como pegar ônibus, ir a bancos, consultas, fazer compras, solicitar benefícios no Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), dentre outros. O AT se articula ao que preconiza a luta antimanicomial, embasada pela Reforma Psiquiátrica, pois promove a autonomia dos sujeitos que realizam seus tratamentos em meio aberto, fora do hospital psiquiátrico.

Este dispositivo, de acordo com Palombini (2007), poderá ser muito útil para atender a dinâmica dos serviços substitutivos da rede de saúde mental, e também poderá se firmar como uma oportunidade de

formação no âmbito universitário e no âmbito da educação continuada de quem já trabalha na rede. Nesse sentido, podemos enfatizar que o AT se trata de um dispositivo que percorre a formação profissional de quem o pratica, proporcionando a superação de antigos paradigmas e promovendo a constante reflexão acerca do real espírito da Reforma Psiquiátrica.

Optamos por utilizar a pesquisa bibliográfica a partir da contribuição de autores da teoria psicanalítica, da Reforma Psiquiátrica e do Acompanhamento Terapêutico, sob a ótica do método psicanalítico. Temos a questão do saber como um ponto de referência para a pesquisa em psicanálise, e a partir desta busca pelo saber, apoiada na prática do fazer e na construção teórica, temos enfim a pesquisa psicanalítica, gerando uma transmissão de conhecimento.

Para conduzir a uma melhor compreensão do trabalho, optaremos por adotar duas siglas diferentes para os seguintes termos: Acompanhamento Terapêutico (AT) e acompanhante terapêutico (at). A

sigla em maiúsculo irá remeter à prática/dispositivo, já a sigla em minúsculo irá remeter à pessoa que desenvolve a prática.

Este tema foi escolhido a partir da experiência como acompanhante terapêutica de pacientes psicóticos, desenvolvida no Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ)[21] do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). A questão que nos norteará nesta pesquisa será: a partir do dispositivo de saúde mental, como o Acompanhamento Terapêutico poderá contribuir para a construção do *sinthoma* dos pacientes?

[21] O PAI-PJ é um programa vinculado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), criado em 1999 pela psicóloga judicial e psicanalista Fernanda Otoni de Barros-Brisset. O programa apresenta uma alternativa para a lógica da exclusão social, advinda das medidas de segurança impostas nos processos judiciais envolvendo pacientes judiciários. O objetivo do programa é o acompanhamento integral dos pacientes, até que seja confirmada a cessação da periculosidade.

2 Reforma Psiquiátrica: o solo fértil para o AT

Podemos considerar que o AT é um dispositivo de saúde mental recente, e que seu uso tem aumentado a partir das próprias ressonâncias da Reforma Psiquiátrica pelo país. Ou seja, o AT está atrelado à abertura do espaço manicomial e asilar, que caracterizava o único tratamento possível do louco. Este tratamento tem início no século XIX, onde "há a produção de uma percepção dirigida pelo olhar científico sobre o fenômeno da loucura e sua transformação em objeto de conhecimento: a doença mental" (AMARANTE, 1995, p. 23).

A partir da obra de Michel Foucault, *Histórica da Loucura na Idade Clássica* (1978), é possível traçar a mudança do olhar sobre a loucura: de desrazão à periculosidade social, onde a punição e o tratamento se sobrepõem. Com Foucault (1978), vimos que na Antiguidade não se tinha a necessidade de segregar os loucos, sendo que na Idade Média é que se inicia a internação: época da Nau dos Loucos.

A retirada dos loucos da sociedade se baseava na preservação, para que pudessem ser perdoados. No século XVII temos os grandes locais de internamento, que antes eram os leprosários. Com a aproximação do século XIX, temos um delineamento de cunho mais científico da loucura, o que contribui para a própria formação do psiquiatra. A transformação dos hospitais (antes de cunho assistencial e agora com vistas à medicalização e propriamente à constituição da instituição hospitalar) se dá a partir do ato de Pinel, de fundação da psiquiatria e do hospital psiquiátrico. Bazhuni (2010) esclarece que esta legitimação da loucura enquanto objeto do discurso científico propõe "o gerenciamento da loucura não mais referido à religião, mas ao discurso científico com seus valores humanitários representado pela psiquiatria biologizante" (BAZHUNI, 2010, p. 27). Com esta concepção, reforça-se ainda mais a segregação do louco, confinado ao manicômio e tolhido de sua liberdade.

O panorama do tratamento da loucura permanece o mesmo até o período que sucede a Segunda Guerra Mundial, onde se iniciam projetos de Reforma Psiquiátrica pela Europa e Estados Unidos. Amarante (1995) cita estes projetos, que são a comunidade terapêutica e psicoterapia institucional, psiquiatria de setor e psiquiatria preventiva e a antipsiquiatria. A comunidade terapêutica é caracterizada pela proposta de reformas institucionais, ou seja, uma reformulação do espaço asilar, com inspiração no trabalho do inglês Maxwell Jones (tendo outros expoentes como Sullivan, Bion, Reichman, dentre outros). A psicoterapia institucional é de origem francesa, e também se ancora no questionamento do espaço asilar. Tem como porta voz Jean Oury, que preza pelo coletivo: temos então novas possibilidades terapêuticas, como ateliês, reuniões, festas, etc. A psiquiatria de setor e a psiquiatria preventiva pautam-se respectivamente pelo tratamento direcionado à comunidade e pelas intervenções precoces, tendo como objetivo a obsolescência dos hospitais psiquiátricos. Por fim, a

antipsiquiatria traz em seu cerne uma crítica ao saber médico e psiquiátrico, a partir das ideias dos psiquiatras ingleses Laing e Cooper, e busca romper com o modelo vigente de assistencialismo e valor ao saber médico.

Porém, Amarante (1995) denomina estes projetos citados como "reformas da reforma", pois considera que é somente a partir da intervenção de Franco Basaglia e da psiquiatria democrática italiana é que se desconstrói o paradigma psiquiátrico clássico. De fato, Saraceno (2001) aponta que até a década de 1970 não houve desinstitucionalização, e sim desospitalização, que é o que podemos evidenciar na colocação de Amarante, onde os projetos de Reforma Psiquiátrica se ocupavam da desospitalização, enquanto a experiência basagliana se ocupava da desinstitucionalização. Ambos os conceitos se diferenciam, pois a desospitalização está ligada apenas à retirada dos pacientes dos hospitais e manicômios, ao passo que a desinstitucionalização se ocupa de um aspecto mais amplo, envolvendo as relações sociais e a construção de vínculos do louco

na sociedade. Hermann (2008) nos dá um apontamento importante, de que

> a experiência basagliana de substituição do manicômio passa por uma premissa fundamental: a de que a sociedade como um todo é produtora de loucura e, consequentemente, responsável pela exclusão social do louco. Desse modo, caberia a essa mesma sociedade criar estratégias de inserção que possam sanar seus princípios de funcionamento enlouquecedor e de exclusão (HERMANN, 2008, p. 20).

No Brasil, a reforma psiquiátrica inicia-se na década de 1970, mais precisamente nos anos finais. O Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) representa um importante papel na reestruturação psiquiátrica brasileira. Devemos ressaltar que trata-se de um contexto histórico onde há o descontentamento com o Estado autoritário, e esta insatisfação popular é que propicia uma maior participação política da população, dando voz aos movimentos, associações e sindicatos

(AMARANTE, 1995). O MTSM é o responsável pela vinda de Franco Basaglia ao Brasil, em 1979.

Basaglia denuncia a violência e o descaso dos manicômios brasileiros, e sua vinda impulsiona a Reforma Psiquiátrica no país, que ganha mais solidez no final da década de 1980. Em 1987 ocorre a I Conferência Nacional de Saúde Mental, e neste mesmo ano é construído o lema "por uma sociedade sem manicômios", que caracteriza a Luta Antimanicomial no país. Neste mesmo findar de década surge o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) em São Paulo e é criado o projeto de Lei nº 3.657/89, pelo deputado federal Paulo Delgado. Esta lei é aprovada apenas em 2001, sob o número 10.216, e preconiza o acesso ao tratamento de saúde em ambiente terapêutico com meios menos invasivos, extra-hospitalares e visando a reinserção social. É importante enfatizar o artigo quinto desta lei, que destaca a reabilitação psicossocial de pacientes internados por longos períodos:

> Art. 5º O paciente há longo tempo hospitalizado ou para o qual se caracterize situação de grave dependência institucional, decorrente de seu quadro clínico ou de ausência de suporte social, será objeto de política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial assistida, sob responsabilidade da autoridade sanitária competente e supervisão de instância a ser definida pelo Poder Executivo, assegurada a continuidade do tratamento, quando necessário (BRASIL, 2001).

A partir deste artigo sobre a reabilitação psicossocial podemos inserir a atuação do AT como uma importante contribuição nestes casos. Mas quando se dá o início deste dispositivo?

3 A construção de um conceito e a evolução de uma prática

Em relação ao histórico deste dispositivo, é importante questionarmos sobre seu surgimento, visto que se trata de algo recente. Reis Neto (1995), em sua dissertação de mestrado sobre o tema, indica que o AT surgiu na década de 1960, na Argentina.

Antes de ter esta denominação com a qual trabalhamos, o at era nomeado como amigo qualificado e como auxiliar psiquiátrico. O amigo qualificado, de acordo com Reis Neto (1995), era um dos componentes de uma equipe especializada do Centro de Estudos e Tratamento de Abordagem Múltipla em Psiquiatria (CETAMP), em Buenos Aires. Neste primeiro momento, o amigo qualificado ou auxiliar psiquiátrico não precisava de uma formação específica na área *psi*, e seu papel era geralmente desempenhado por auxiliares de enfermagem. Sua função estava mais ligada ao cuidado com o paciente, sua integridade física, higiene, utilização da medicação, dentre outros cuidados. Guerra e Milagres (2005) salientam que nesta época a única exigência era a disponibilidade de convivência, e que é somente a partir da saída do at com o paciente para a rua é que surge uma ampliação de sua função, conforme ocorreu na Clínica Villa Pinheiros, no Rio de Janeiro.

Aqui no Brasil, devemos ressaltar o trabalho realizado pelos acompanhantes terapêuticos do

Instituto A Casa, de São Paulo, que foi publicado em 1991 sob o título *A rua como espaço clínico*[22]. De acordo com Bazhuni (2010), a equipe de at's do Hospital-Dia A Casa surgiu em 1982, sendo que o AT desempenhava um papel de continência para o paciente, acompanhando-o pela cidade e mediando sua relação com os familiares. Em 1993 foi criado um espaço denominado "A República", que consistia numa moradia para os loucos acompanhados pelo Instituto. "A República tornou-se assim um ponto fundamental de uma rede de tratamento do sofrimento psíquico mostrando a potência terapêutica do trabalho com fatos do cotidiano" (BAZHUNI, 2010, p. 36).

Destacamos a importância da psiquiatria democrática italiana para pensarmos a Reforma Psiquiátrica e o surgimento do AT. Porém, Hermann (2008) também irá ressaltar a importância da

[22] EQUIPE DE ACOMPANHANTES TERAPÊUTICOS DO HOSPITAL-DIA "A CASA" (org). **A rua como espaço clínico**: acompanhamento terapêutico. São Paulo: Escuta, 1991.

psicoterapia institucional francesa para a origem do AT. Para o autor, o surgimento da figura do at perpassa por uma demanda institucional, sendo que muitas vezes os pacientes que se encontravam no hospital-dia ou nos institutos não estabeleciam uma transferência junto à instituição. O papel do at seria ir ao encontro desses pacientes, para que se fizesse um vínculo e uma transferência com eles e posteriormente se criasse uma transferência com a própria instituição.

Portanto, a partir do surgimento do AT e de sua posterior evolução e ampliação, surgem outras experiências com at's na rede de saúde mental, como no CAPS, Centro de Referência em Saúde Mental (CERSAM), Centros de Convivência, dentre outros. Destacamos ainda a experiência no PAI-PJ, onde o at transita com o paciente judiciário pelos circuitos da cidade, com o intuito de facilitar sua reinserção social, o vínculo com o serviço de saúde, com os familiares e com a comunidade.

Podemos localizar a função do at como conector do laço social do paciente que acompanha.

Esta conexão será desenvolvida tanto no decorrer dos caminhos percorridos pelo território do paciente, quanto na própria transferência estabelecida na relação terapêutica. Bazhuni (2010) traz duas dimensões do objetivo do AT, que se caracteriza "tanto por sair à rua com o paciente quanto ter por objetivo promover sua reabilitação social, como denominam algumas correntes, quanto promover a estabilização do sujeito no laço social, como sugere a contribuição lacaniana" (BAZHUNI, 2010, p. 40). Para melhor delimitar seus objetivos – que se constroem no singular de cada relação - é importante refletir sobre o tipo de demanda estabelecida entre paciente e at; para isso precisamos questionar quais são os sujeitos que se beneficiam da prática do AT.

O surgimento do AT dentro dos institutos psiquiátricos nos revela o cerne de seu objetivo de reabilitação psicossocial, que está intimamente ligada aos pacientes com sofrimento mental que não conseguem se manter de maneira autônoma e independente. É por causa da loucura que é necessário o surgimento de um profissional que

conseguisse criar vínculo com o paciente para auxiliá-lo a se alimentar, a manter a higiene, a cuidar da medicação e a se deslocar pelo manicômio e posteriormente pela cidade. “Muitos autores defendem que o AT surgiu no campo da saúde mental no momento histórico conhecido como Reforma Psiquiátrica, visto que se caracteriza pela aproximação à loucura e novos modos de tratamento” (BAZHUNI, 2010, p. 15).

Ainda hoje temos a prática do AT ligada a espaços que se destinam ao acolhimento de pacientes com sofrimento mental, como no CAPS e CERSAM, hospitais psiquiátricos, Centros de Convivência, dentre outros serviços, e o AT se destinaria àqueles pacientes que necessitam de algum auxílio individualizado em sua reabilitação e reinserção social.

Mas, analisando o atual contexto em que vivemos, o AT se dispersou para outros espaços. Hermann (2013) nos traz a prática do AT no contexto da justiça através do PAI-PJ e também a função do AT na escola. Sobre a prática no PAI-PJ, temos a

confluência dos fatores ligados à periculosidade intrínseca ao louco, o que o faz receber a medida de segurança que muitas vezes tolhe a sua responsabilização pelo crime cometido. O AT pode então facilitar esta busca da responsabilização, visto que "o caminho passa pela necessidade de transmitir e assegurar a cada um que é considerado paciente judiciário [...] de que pode ser chamado a se apresentar do seu jeito e responder publicamente pela sanção penal que lhe foi aplicada" (BARROS-BRISSET, 2010, p. 123).

Já a prática do AT na escola muitas vezes está atrelada ao conceito de educação inclusiva, de modo a favorecer este conceito em sua efetivação. Sereno (2013) destaca a função do AT "dentre os diversos dispositivos criados para este desafio de escolarização de crianças e jovens psicóticos e autistas em salas de aula regulares" (p. 90).

Analisando as três possibilidades de AT citadas anteriormente, nos esbarramos com um dado importante: esta prática geralmente é realizada com pacientes que possuem sofrimento mental, por mais

que se encontrem em espaços diferentes. Então é pertinente pensarmos sobre os profissionais que atuam como at's, tanto em sua formação teórico-prática, quanto em sua disposição ética para ocupar este lugar. Conforme já salientado anteriormente, inicialmente este lugar era ocupado por auxiliares psiquiátricos, sendo que aos poucos foram inseridos profissionais da área *psi*, da Enfermagem, da Terapia Ocupacional e Pedagogia para desempenharem esta função, tanto estagiários quanto profissionais formados.

O AT ainda não possui uma regulamentação profissional, e esta questão implica em alguns pontos que esbarram na conveniência de se regulamentar ou não sua função. Porém, neste trabalho iremos considerar a prática do AT que se utiliza dos referenciais teóricos psicanalíticos; portanto, a regulamentação desta prática deverá ser problematizada na mesma proporção da regulamentação da psicanálise. Apesar de não ser regulamentado, diversos municípios oferecem o curso de formação para at's, como por exemplo, o

ContATo, o Projeto Humanitas e o Instituto A Casa em São Paulo; a Attenda em São Bernardo do Campo; o Centro de Atenção à Saúde Mental (CESAME) em Belo Horizonte; e o Grupo de Acompanhamento Terapêutico no Rio de Janeiro. Os cursos podem ser realizados por estudantes e profissionais de diversas áreas, e é importante ressaltar que são cursos de formação e não profissionalização, considerando a não regulamentação do AT.

Consideramos que a teoria psicanalítica poderá sustentar a posição de at, sendo que será a partir deste referencial teórico-prático é que conseguiremos pensar no AT para além da Reforma Psiquiátrica, englobando a construção do *sinthoma* e consequentemente do laço social do paciente. A partir deste embasamento, é pertinente refletirmos sobre a formação do at para além do aspecto prático *stricto sensu*, e pensarmos sobre a ética sob o viés psicanalítico. Por isto mesmo, devemos considerar a clínica das psicoses para nos orientar em relação aos pacientes acompanhados, e consequentemente

devemos discutir sobre a transferência na psicose, pensando na especificidade da convocação que o psicótico faz ao analista.

O desenvolvimento da teoria psicanalítica acerca da psicose permite a elaboração de uma clínica onde se torna possível seu tratamento, desde a construção da metáfora delirante em Freud e posteriormente em Lacan, até a construção do *sinthoma* em Lacan. O efeito clínico da construção do *sinthoma*, conforme nos aponta Hermann, "permite, ao paciente, recursos subjetivos imprescindíveis para suas tentativas de realização de laço social" (2013, p. 25). A teoria lacaniana nos traz o embasamento teórico para que se discuta a função do at como um Outro orientado, onde a circulação do at com o paciente pela comunidade se dará através de uma intenção terapêutica.

4 A clínica das psicoses e a transferência

Ao considerarmos o AT como uma prática que se utiliza dos referenciais psicanalíticos, podemos

pensá-lo como uma borda que se autoriza como lugar de objeto. Esta borda é pensada a partir da clínica das psicoses, que sofreu modificações ao longo dos anos.

A partir do estudo das memórias do presidente Schreber, descrito em *Notas psicanalíticas sobre o relato autobiográfico de um caso de paranoia*, Freud nos aponta uma importante contribuição: a de que o delírio do psicótico seria, ao invés de um sintoma, uma tentativa de cura, visto que "a formação delirante, que presumimos ser um produto patológico, é, na realidade, uma tentativa de restabelecimento, um processo de reconstrução" (FREUD, 1911/1969, pp. 94-95). O autor ainda ressalta a relação do psicótico com a realidade, que ao contrário da neurose que a ignora, "a psicose a repudia e tenta substituí-la" (FREUD, 1924/1969, p. 231).

Retomando a questão do delírio enquanto tentativa de cura, Guerra (2010) irá salientar que Freud já inicia a reflexão acerca da arte e a relação entre o sentido e a obra; então o autor "já esboça que há um insondável, um impossível de dizer, uma cifra,

enfim, na produção artística que a orienta por outra via que não a estritamente simbólica" (GUERRA, 2010, p. 26). Este impossível de dizer será revisado por Lacan ao elucidar Joyce e o *sinthoma*. Mas antes de nos determos neste último ensinamento de Lacan, é importante ressaltar que, diante da impossibilidade de Freud em submeter o psicótico ao tratamento analítico devido ao impasse da transferência, Lacan irá sustentar que não devemos recuar diante da psicose, e com isso devemos apostar naquilo que o sujeito aponta como saída, secretariando o alienado. E o próprio Lacan irá transformar seus ensinamentos a partir do que podemos localizar como uma renovação de sua clínica: da clínica estrutural à clínica borromeana.

No primeiro ensino de Lacan, temos a apropriação do conceito freudiano *Verwerfung*, designando a rejeição. De acordo com Hanns (1996) no *Dicionário Comentado do Alemão de Freud*, "o termo *Verwerfung* é traduzido frequentemente por 'forclusão', 'preclusão', 'rejeição', e ainda por 'repúdio', recusa' e 'condenação'" (p. 368). O autor

ainda enfatiza que o termo *verwerfen* diz respeito a aspectos diferentes de outros mecanismos de defesa, como por exemplo *verleugnen* (negar) e *verdrängen* (recalcar), sendo que o primeiro correlaciona-se ao mecanismo de defesa da perversão, e o segundo ao mecanismo de defesa da neurose. A *Verwerfung* seria o mecanismo de defesa correlacionado à psicose, e "consistiria em rejeitar ao nível do processo imaginário algo que deveria ser simbolizado" (HANNS, 1996, p. 374). Lacan modifica o conceito rejeição para o conceito de foraclusão, conforme nos afirma no texto *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose*:

> A *verwerfung* original será tida por nós, portanto, como foraclusão do significante. No ponto em que, veremos de que maneira, é chamado o Nome-do-Pai, pode pois responder no Outro um puro e simples furo, o qual pela carência de efeito metafórico, provocará um furo correspondente na significação fálica (LACAN,1956-1957/1998, p. 564).

Para Lacan, nesta primeira clínica, o Nome-do-Pai é o significante que simboliza a Lei, a partir da metáfora paterna. Se há a foraclusão desse significante, temos uma falha na tela simbólica do sujeito, e nesse sentido, pode ocorrer a prevalência do registro imaginário para que o sujeito aposte em identificações ou bengalas imaginárias para se estabilizar. Se há uma ruptura nestas identificações, poderá ocorrer o desencadeamento do surto psicótico. À medida que avança em sua teoria, Lacan dá continuidade ao aforismo de Freud sobre o delírio enquanto tentativa de cura, e estabelece o delírio como substituição da metáfora paterna (GUERRA, 2010). Mas ainda assim temos a questão da falta estrutural como primordial para a clínica lacaniana. Neste sentido, Miller[23] (1999, citado por GOROSTIZA, 2010) irá definir as duas clínicas de Lacan: a clínica da falta e a clínica do funcionamento, sendo que a primeira remete à clínica estrutural e a segunda à clínica borromeana.

[23] MILLER, J.-A. **Los inclasificables de la clinica psicoanalitica**. Buenos Aires: ICBA/Paidós, 1999.

Em seu segundo ensinamento, Lacan utiliza os nós borromeanos para fundamentar sua clínica, englobando as articulações entre o Real, o Simbólico e o Imaginário[24]. Guerra (2010) ressalta que as articulações entre esses três registros podem ocorrer sem a obrigatoriedade do significante Nome-do-Pai,

[24] Real, simbólico e imaginário são as três instâncias psíquicas formuladas por Lacan. De acordo com Roudinesco (1998), o conceito de Real "designa a realidade própria da psicose (delírio, alucinação), na medida em que é composto dos significantes foracluídos (rejeitados) do simbólico" (p. 645). Já o Simbólico designa "um sistema de representação baseado na linguagem, isto é, em signos e significações que determinam o sujeito à sua revelia [...]" (p. 714). Por fim, o Imaginário seria o "correlato da expressão do estádio do espelho e designa uma relação dual com a imagem do semelhante [...]" (p. 371). É interessante ressaltar que, na primeira clínica de Lacan, o Simbólico ocupava uma posição predominante diante das outras duas instâncias (e a ordem das instâncias era Simbólico, Imaginário e Real – SIR); já em sua segunda clínica, temos uma mudança da posição entre as instâncias, sendo que Lacan confere ao Real a primazia de sua organização (e a ordem passa a ser Real, Simbólico e Imaginário – RSI).

"desde que o sujeito suplencie ou invente outro recurso que sustente este enlaçamento" (p. 60). Mas, e no caso das psicoses, onde temos a foraclusão? Rabinovich[25] (1993, citado por HERMANN, 2005) irá afirmar que

> aquilo que foi foracluído permite delimitar o lugar mesmo da construção de uma suplência, conforme o próprio exemplo de Joyce. Há três elementos possíveis para ocupar o lugar de suplência na psicose, ou então, suplementar a falta do Nome-do-Pai: o *sinthome*, o fazer o nome e o ego. Tais suplências não produzem significações, uma vez que elas assumem o estatuto de S1 e, por isso mesmo, não são nem metafóricos e nem metonímicos (RABINOVICH, 1993, citado por HERMANN, 2005, p. 8).

Podemos pensar a construção do *sinthoma* como uma suplência que o psicótico inventa para se organizar. Torna-se importante considerarmos a função de secretários do alienado pensando

[25] RABINOVICH, D. **La angustia y el deseo del outro**. Buenos Aires, BA: Manantial Estudios de Psicoanálisis, 1993.

justamente nesta construção do *sinthoma* de cada paciente acompanhado. Para Joyce a escrita foi seu *sinthoma*, e cada paciente poderá nos apontar o caminho – tanto no sentido figurado quanto no sentido literal – para a construção de sua suplência. Hermann (2005) nos dá um apontamento importante acerca da contribuição de Lacan em sua teoria dos nós borromeanos, visto que através desta teoria podemos pensar numa formalização dos significantes que sucedem o percurso de nossos pacientes.

O AT com pacientes psicóticos também nos leva a considerarmos a rua e a cidade como forma de construção de laço social. Podemos pensar na interface com a Reforma Psiquiátrica, que conforme já descrito no presente trabalho, propõe o tratamento do louco em meio aberto. O AT, na maioria das vezes, ocorre pelas ruas do percurso que compõe a dimensão espacial do paciente, seja pelas ruas do bairro onde mora, do centro da cidade, do local onde faz o tratamento ou busca seus remédios. A clínica do AT é, portanto, uma clínica a céu aberto que acompanha o inconsciente a céu aberto, observando

suas tentativas de laço social e construção do *sinthoma*, compondo assim um tecido social.

Para pensarmos nesta clínica a céu aberto, devemos considerar as implicações da Reforma Psiquiátrica e a reinserção do louco na sociedade: como se dá esta reinserção, considerando a particularidade da psicose e o laço social? França Neto (2011) propõe analisar a frase que percorre a Reforma Psiquiátrica: é preciso incluir a exclusão. E nos explica: "trata-se de uma inclusão que é o oposto da assimilação. O objetivo aqui não é eliminar o excesso, escondendo-o intramuros ou assimilando-o. Trata-se de incluí-lo, deixando-o viver enquanto diferença, ou enquanto resto irredutível ao campo do saber" (FRANÇA NETO, 2011, p. 5). Para isso, o autor ressalta que é importante não só o tratamento do louco, como também a intervenção na própria sociedade, no espaço social, que é o que preconiza a psiquiatria democrática italiana. E no que concerne ao tratamento do louco, deve-se salientar a importância da prática feita por muitos, no trabalho em rede e na clínica ampliada, pensando sobretudo

no manejo da transferência e na diluição do efeito persecutório e erotômano.

Porém, como pensar no manejo da transferência se a própria transferência se coloca como um impasse na clínica das psicoses? Se Freud disse ser impossível que ocorra a transferência com psicóticos, como fica esta questão?

A transferência com pacientes psicóticos será repensada a partir de Lacan. Gurgel (2010) nos aponta a estratégia de Freud com o tratamento de prova para verificar a possibilidade da análise, sendo que neste período não se utilizava a interpretação para evitar possíveis surtos de pacientes psicóticos. Esta estratégia também foi tomada por Lacan com suas entrevistas preliminares.

> Conhecemos casos em que o sujeito ensimesmado, separado do Outro, ao entrar em tratamento, quando começa a falar e se manifesta a transferência, abre sua relação ao inconsciente e então aparece o delírio. Portanto, a questão na atenção ao psicótico é *como manejar a transferência e não negá-la*. O que pode desencadear o surto numa estrutura psicótica, não é o

> encontro com o analista e a transferência subsequente, mas a interpretação (GURGEL, 2010, p. 169, grifo nosso).

O avanço de Lacan em relação à transferência na clínica da psicose foi justamente o de considerar o analista como um secretário do alienado, para que assim o sujeito possa fazer circular sua palavra e consequentemente para que haja um apaziguamento do gozo que o invade. O aparecimento da fala do psicótico faz surgir o próprio sujeito, onde o analista oferece sua escuta diante do delírio. É a partir deste encontro que é possível estabelecer a transferência, uma articulação entre analista e paciente. Mendonça (2012) nos esclarece que

> o trabalho da clínica psicanalítica com psicóticos caminha, de certa forma, na contramão do trabalho com neuróticos. Enquanto nestes buscamos o deciframento, a abertura do inconsciente, que por mais de um século tem sido abordado nos diversos textos psicanalíticos, naquele buscamos o ciframento, o fechamento do inconsciente, uma forma de construir a

> barreira necessária ao gozo do Outro (MENDONÇA, 2012, p. 81).

Esta regulação do gozo do Outro é o que Mezêncio (2011) ressalta para a direção do tratamento com psicóticos. A autora complementa a função de secretário do alienado proposto por Lacan, salientando que o testemunho do delírio não é o único papel do secretário: é preciso organizar o mundo e as regras para se regular o gozo.

Podemos pensar a posição do at enquanto secretário do alienado, que possibilita um lugar de escuta e acolhimento do paciente que acompanha, fazendo borda frente ao gozo invasivo. Portanto, é extremamente importante pensar na transferência do paciente acompanhado com seu at, para que efetivamente haja um lugar da palavra e um lugar da escuta. Além disso, Bazhuni (2010) complementa que "a intervenção do at se alternaria entre um silêncio de testemunha e um apontamento de limite" (p. 87), sempre tendo em vista a manobra da transferência. O encontro, a palavra, o delírio, o

silêncio e o limite são elementos que podemos tomar como norteadores na construção transferencial e na relação entre at e paciente, durante suas caminhadas ou mesmo por dentro das instituições.

Portanto, podemos compreender que a clínica das psicoses sofreu modificações ao longo do tempo, partindo de uma impossibilidade de seu tratamento devido à suposta falha na transferência e no efeito persecutório, até chegar à possibilidade de tratamento pela via da própria transferência, calculada a partir da posição do analista de secretário do alienado. E conforme já ressaltado neste trabalho, a própria clínica lacaniana sofreu modificações, onde descrevemos duas clínicas: a estrutural e a borromeana. A clínica borromeana permite-nos pensarmos sobre a construção do *sinthoma*, da amarração dos registros Real, Simbólico e Imaginário. Então, como se dá a contribuição do AT para a formação do *sinthoma* do paciente?

5 A construção do *sinthoma* e a contribuição do AT: os frutos do solo fértil

O que seria esse *sinthoma*, com a escrita diferente, com um h a mais? Lacan dedicou o seminário 23 para a construção deste conceito, a partir da análise da obra do escritor irlandês James Joyce. De acordo com Guerra, Lacan propõe que "Joyce teria prescindido da função do Nome-do-Pai como conector ao inventar, através de sua obra, uma outra maneira de articular os três registros" (GUERRA, 2010, p. 71).

Estamos tratando de uma suplência à função do Nome-do-Pai, que na primeira clínica lacaniana era o responsável pela amarração dos três registros. Mas agora sabemos que esta amarração pode ser feita com outros recursos, através do *sinthoma* que faz o nó borromeano. No nó borromeano, se algum de seus elementos for desamarrado, os outros também se desatam. Esta é sua propriedade matemática da qual Lacan se apropria (GUERRA, 2010).

Mas, é necessário esclarecer o motivo pela qual preferimos a segunda clínica lacaniana ao invés da primeira clínica. É justamente porque concordamos com Ferreira e Trópia, que fazem a seguinte observação sobre a metáfora delirante, relacionada à primeira clínica lacaniana: "a metáfora delirante é uma solução um tanto precária, visto que se trata de uma 'bengala imaginária'. Além do mais, é uma 'saída' bastante rara – o que aconteceu a Schreber, 'ser a mulher que falta aos homens', não acontece todo dia na clínica" (FERREIRA; TRÓPIA, 2010, p. 125). A clínica borromeana possibilita uma amplitude do tratamento das psicoses, e poderá abranger outras suplências a serem inventadas por cada paciente além da metáfora delirante, que também poderá se designar enquanto uma forma de suplência.

No Seminário 23, Lacan define que "*sinthoma* é uma maneira antiga de escrever o que posteriormente foi escrito sintoma" (1975-1976/2007, p.11). Esta forma antiga de escrever seria o *symptôme*. Para diferenciar os dois termos –

sintoma e *sinthoma* - Miller (2013) destaca que o *sinthoma* designa o que o sintoma tem de rebelde ao inconsciente. "El *sinthome* es para Lacan una suplencia [...] del padre y del falo"[26] (p. 72).

Sobre o *sinthoma* como suplência do pai, Lacan exemplifica o caso de Joyce sobre sua relação com o pai, na qual ele questiona: "seu desejo de ser um artista que fosse assunto de todo o mundo, do máximo de gente possível, em todo caso, não é exatamente a compensação do fato de que, digamos, seu pai jamais foi um pai para ele?" (LACAN, 1975-1976/2007, p. 86). Sabemos que o pai de Joyce repassou a função de educação de seu filho aos jesuítas, além de se considerar como um "irmão" de seu filho, deixando assim um vazio em sua função paterna. É a partir desse vazio que Joyce realiza seu trabalho de escrita, sua obra, seu *savoir-faire*[27], em

[26] "O sinthoma é para Lacan uma suplência [...] do pai e do falo" (tradução nossa).

[27] *Savoir-faire* é uma expressão francesa que significa "saber fazer". Lacan (1975-1976/2007), no Seminário 23, a denomina como "a arte, o artifício, o que dá à arte da qual se é

busca de reconhecimento para seu nome enquanto sua suplência. “O nome que lhe é próprio, eis o que Joyce valoriza à custa do pai. Foi a esse nome que ele quis que fosse prestada a homenagem que ele mesmo recusou a quem quer que fosse” (LACAN, 1975-1976/2007, p. 86).

Portanto, a partir da leitura de Lacan sobre a escrita de Joyce, podemos compreender de que maneira Joyce constrói seu *sinthoma*, sua suplência da demissão paterna a partir da valorização do nome próprio e de sua obra. No caso dos nossos pacientes acompanhados, como podemos observar o processo que cada um constrói em seu percurso? E de que maneira podemos auxiliá-los, em nosso papel de at?

Um dos pontos de ancoragem em que o at pode se basear em sua contribuição para a construção do *sinthoma* de seus pacientes é reconhecer as demandas que eles formulam diante do AT, por onde quer caminhar, qual local quer frequentar, quais suas percepções diante de tal instituição... Para isso, nos

---

capaz um valor notável, porque não há Outro do Outro para operar o Juízo Final” (p. 59).

apropriamos do conceito de "trivializar" proposto por Miller e comentado por Ferreira e Trópia (2010). Segundo as autoras, "trivializar é trazer para o atendimento a dimensão do cotidiano: relação familiar, relações sociais, atividades, interesses, projetos, enfim, aspectos do dia-a-dia" (FERREIRA; TRÓPIA, 2010, p. 126). A ideia deste conceito é produzir um "semblante de diálogo", um "vínculo frouxo", evitando-se assim os efeitos erotômanos ou mesmo persecutórios da relação com o psicótico (FERREIRA; TRÓPIA, 2010). As autoras propõem este conceito a partir da figura do analista, mas podemos transferi-lo para a prática do AT, onde a partir da presença física do at, todas as dimensões do cotidiano apontadas acima poderão ser vivenciadas, de maneira a contribuir para a construção do *sinthoma* do paciente.

A partir da presença física do at, enquanto alguém que acompanha o paciente pelos percursos da cidade, da instituição, da própria casa, poderá ser mais fácil o seu posterior esvaziamento junto ao sujeito. Como? A partir da "presença vazia", que de

acordo com Hermann (2008), “possibilita o estabelecimento da transferência entre o paciente e os objetos presentes na realidade” (p. 239). Ou seja, o at esvazia a sua própria presença no manejo da transferência, para que haja um deslocamento aos objetos da realidade, e para que o paciente possa efetivamente aparecer no laço social, seja ao tomar a iniciativa de efetuar uma compra numa loja, ou ao escolher um caminho diferente ao que estava acostumado a percorrer. Este esvaziamento da presença do at pode conduzir a algo que consista em uma suplência para o paciente, a partir do momento que ele concretize suas escolhas frente às ofertas de laço social.

Partindo desse pressuposto, o próprio AT poderia se transformar numa suplência para o paciente acompanhado? Ferreira e Trópia afirmam que “o analista, ao sustentar esse semblante de laço social via trivialização, poderia vir a fazer suplência para um sujeito. O analista entraria aí, ele mesmo,

como ponto de *capitoné*[28], ou seja, a estabilização seria sustentada na figura do analista" (FERREIRA; TRÓPIA, 2010, p. 127). Podemos supor, a partir da afirmação das autoras, que o AT poderia se encaixar como uma suplência para o paciente acompanhado. Porém, o que sustentamos enquanto norteador desta prática é justamente a presença vazia, ou seja, o esvaziamento do próprio AT para que ocorra o surgimento do sujeito. O AT até pode se encaixar como ponto de *capitoné*, porém cabe a esta prática suscitar no paciente acompanhado a construção de outras soluções, de outras suplências que possibilitem sua estabilização.

Além disso, precisamos nos atentar para o risco que o at corre de se tornar uma figura pedagógica ou educativa. "Não se trata de tomar a realidade como referência para uma ação educativa ou pedagógica, como se fosse possível restabelecer a

[28] O ponto de *capitoné* é uma técnica utilizada em estofados, sobre a qual Lacan se apropriou para dizer sobre a articulação entre significante e significado, ou seja, um ponto de amarração.

ordem anteriormente perturbada" (HERMANN, 2008, p. 214). Não é disso que se trata o AT, apesar de que existirão alguns momentos em que a demanda por uma ação educativa ou pedagógica poderá se apresentar. Novamente dependerá da relação transferencial estabelecida entre at e paciente, para que se saiba o momento em que este tipo de demanda poderá ou não ser atendido. É o cuidado que se deve ter para que o at não caia na posição de saber absoluto, como aquele que sabe tudo e sempre conduz o caminho. Observando a ética psicanalítica que nos norteia, o at deve sempre considerar a posição e a verdade do sujeito que acompanha.

Esta ação pedagógica ou educativa muitas vezes remonta à questão do AT enquanto dispositivo de reabilitação psicossocial da Reforma Psiquiátrica, conforme já discutido no início do trabalho. A respeito do conceito de reabilitação psicossocial, concordamos com Saraceno (2001), que enfatiza a ambiguidade na noção do termo reabilitação: trata-se da reprodução da lógica de controle e contenção ou da melhora real do paciente?

Sobre este ponto, podemos pensar na contribuição da psicanálise e de sua ética na relação com os pacientes, e consequentemente na posição em que o at se autoriza, de acompanhar o alienado. Precisamos sempre nos questionar a respeito da ambiguidade colocada por Saraceno, e pensar no que está sendo proposto para nossos pacientes, em consenso com as instituições de saúde mental que os atendem. É aí que concordamos com Hermann, que salienta:

> não se trata apenas de criar condições para sustentar uma posição no contexto social, mas de criar estratégias simbólicas do sujeito para barrar o real do gozo do Outro. Entram em concordância a dimensão social e a dimensão subjetiva para pensar a inclusão social, uma vez que a clínica é indissociável do laço social (HERMANN, 2008, p. 41).

6 Considerações finais

A partir do que foi discutido sobre o AT, foi possível visualizarmos sua construção enquanto conceito e enquanto prática a partir da Reforma Psiquiátrica, de onde parte de um viés reabilitativo com vistas à reinserção social. Vimos que a própria Reforma Psiquiátrica percorreu um caminho para que se efetivasse, onde no Brasil este movimento se desenvolve com mais solidez no final da década de 80. O AT surgiu a partir do próprio desenvolvimento da Reforma Psiquiátrica, onde há o início da desinstitucionalização e consequentemente o tratamento do louco em meio aberto. O acompanhamento individualizado dos pacientes que necessitam de um suporte em tarefas do cotidiano promove este tratamento em meio aberto, a partir do que é preconizado pela Lei 10.216 e pela luta antimanicomial.

Porém, ressaltamos a evolução desta prática a partir do enfoque psicanalítico, onde pensamos o at enquanto secretário do alienado, que busca junto ao

paciente a construção de seu *sinthoma* a partir das ofertas do laço social. Esta evolução permitiu pensar o AT para além da reabilitação, com uma intenção terapêutica amparada pela ética da psicanálise e pelo manejo da transferência. E conforme ocorre com a Reforma Psiquiátrica, a clínica da psicose também evoluiu de acordo com o tempo, de onde partimos de uma impossibilidade do tratamento do psicótico em Freud até a elaboração deste mesmo tratamento a partir de Lacan.

A mudança da clínica lacaniana, que passa do imperativo do Nome-do-Pai para a diversidade dos Nomes-do-Pai – este último como as suplências que cada um elege para a amarração dos três registros – permite pensarmos no percurso que cada paciente irá constituir, ou seja, a ênfase está na possibilidade que cada um elege. O não recuo frente à psicose nos faz pensar sempre em cada encontro com os pacientes, e será a partir de cada encontro que conseguiremos visualizar a direção que os pacientes apontam para suas suplências. Então, será a partir dos conceitos de trivialização e presença vazia, pensados a partir da

dinâmica do manejo da transferência, que afirmaremos a contribuição do AT para a construção do *sinthoma* dos pacientes, onde o enfoque está voltado para a dimensão das tarefas do cotidiano e para a própria presença do paciente, fazendo com que o at seja um mediador. Ou seja, apesar da possibilidade do próprio AT se configurar em uma suplência, um ponto de *capitoné* para o paciente acompanhado, partimos da lógica de que o AT faça a mediação do paciente no laço social, para que ele possa surgir enquanto sujeito que faz as próprias escolhas.

Apesar de ser um conceito e uma prática recente, a ser cada vez mais explorada pelas instituições de saúde mental, pelos dispositivos da justiça, da escola, dentre outros, o AT se mostra cada vez mais necessário e condizente com o mundo em que vivemos, onde devemos possibilitar que todos circulem e promovam seus próprios caminhos. Este é o suporte que o at pode oferecer ao seu paciente: um suporte para que ele descubra o seu caminho. Por

isso mesmo, nosso intuito não é esgotar o tema, e sim suscitar novas pesquisas relacionadas ao AT.

Pensando nisso, e analisando as inquietudes colocadas sobre a reabilitação psicossocial e as ações educativas e pedagógicas; a discussão sobre o surgimento da figura do at dentro da reforma psiquiátrica, e de como o at poderá contribuir para a construção do *sinthoma* de seus pacientes na perspectiva da clínica borromeana, a questão que deixaremos para produzir novas reflexões é: efetivamente, o que está sendo feito com o paciente é em prol da construção do seu *sinthoma*?

Referências

ACOMPANHAR. In: DICIONÁRIO Michaelis. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=acompanhar>. Acesso em: 30 out. 2015.

AMARANTE, Paulo (Org). **Loucos pela vida**: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **As impurezas do Branco**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

BARROS-BRISSET, Fernanda Otoni de. Um dispositivo conector - relato da experiência do PAI-PJ/TJMG, uma política de atenção integral ao louco infrator, em Belo Horizonte. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum**., São Paulo, v. 20, n. 1, Abr 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822010000100016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 ago. 2015.

BAZHUNI, Natasha Frias Nahim. **Acompanhamento Terapêutico como dispositivo psicanalítico de tratamento das psicoses na saúde mental**. 2010. 107 f. Dissertação (mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/

tde-30072010-111155/pt-br.php>. Acesso em: 29 ago. 2015.
BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 6 abr. 2001. Seção 1. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm>. Acesso em: 18 jul. 2015.
EQUIPE DE ACOMPANHANTES TERAPÊUTICOS DO HOSPITAL-DIA "A CASA" (Org). **A rua como espaço clínico**: acompanhamento terapêutico. São Paulo: Escuta, 1991.
FERREIRA, Cristiana M. R.; TRÓPIA, Maria Rachel A. B. O escriturário das suplências. **Curinga**, Belo Horizonte, v. 1, n. 31. Dez. 2010. Disponível em: <http://ebpmg.org.br/wp-content/uploads/2013/07/edicao_14.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.
FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FRANÇA NETO, Oswaldo. Reforma Psiquiátrica – uma questão clínica ou política? **CliniCAPS**, Belo Horizonte, v. 5, n. 14, 2011. Disponível em: <http://www.clinicaps.com.br/clinicaps_pdf/Rev_14/Padronizado-Franca-Neto.pdf>. Acesso em: 05 out. 2015.

FREUD, Sigmund. Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de Paranóia (*Dementia Paranoides*) (1911). In: _____. **O caso Schreber, Artigos sobre Técnica e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1969. p. 15-108. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 12).

FREUD, Sigmund. A perda da realidade na neurose e na psicose (1924). In: _____. **O ego e o id e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1969. p. 227-234. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 19).

GOROSTIZA, Leonardo. Clínica estrutural e clínica borromeana. In: BATISTA, Maria do Carmo Dias; LAIA, Sérgio (Orgs.). **Todo mundo delira**. Belo Horizonte: Scriptum, 2010. p. 131-137.

GUERRA, Andréa Máris Campos. **A psicose**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
GUERRA, Andréa Máris Campos; MILAGRES, Andréa Franco. Com quantos paus se faz um acompanhamento terapêutico?: contribuições da psicanálise a essa clínica em construção. **Estilos clin.**, São Paulo, v. 10, n. 19, dez. 2005 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282005000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 jul. 2015.
GURGEL, Iordan. Transferência e delírio na clínica das psicoses. In: BATISTA, Maria do Carmo Dias; LAIA, Sérgio (Orgs.). **Todo mundo delira**. Belo Horizonte: Scriptum livros, 2010. p. 169-175.
HANNS, Luiz Alberto. **Dicionário comentado do alemão de Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
HERMANN, Maurício Castejón (Org.). **Acompanhamento terapêutico**. 1 ed. São Paulo: Zagodoni, 2013.

HERMANN, Maurício Castejón. **Acompanhamento Terapêutico e psicose**: um *art*iculador do real, simbólico e imaginário. 2008. 271 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-01122009-105523/pt-br.php>. Acesso em: 18 jul. 2015.

HERMANN, Maurício Castejón. O significante e o real na psicose: ferramentas conceituais para o acompanhamento terapêutico. **Estilos clin.**, São Paulo, v.10, n. 19, dez. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282005000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 jul. 2015.

LACAN, Jacques. De uma questão preliminar a todo tratamento possível na psicose (1956-57). In: _____. **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 537-590.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 23**: o sinthoma (1975-76). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

MENDONÇA, Roberto Lopes. **O inconsciente a céu aberto e a transferência**: o secretário do alienado como manejo clínico na psicose. Dissertação (mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2012. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestradopsicologia/Dissertacao_O_inconsciente_a_ceu_aberto_e_a_transferencia.pdf>. Acesso em: 18 out. 2015.

MEZÊNCIO, Márcia de Souza. **Clínica psicanalítica das psicoses**: o impasse da transferência. Belo Horizonte: Coopmed, 2011.

MILLER, Jacques-Alain. Síntoma y sinthome. In: _____. **Piezas sueltas**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2013. p. 67-77.

PALOMBINI, Analice de Lima. **Vertigens de uma psicanálise a céu aberto**: a cidade - contribuições do acompanhamento terapêutico à clínica da reforma

psiquiátrica. 2007. 247 f. Tese (Programa de Pós-graduação em saúde coletiva – área de concentração em Ciências Humanas e Saúde) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10191/000596452.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 jul. 2015.

REIS NETO, Raymundo de Oliveira. **Acompanhamento terapêutico**: emergência e trajetória histórica de uma prática em Saúde Mental no Rio de Janeiro. 1995. 324p. Dissertação (mestrado em Psicologia Clínica), Pontifícia Universidade Católica de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SARACENO, Benedetto. **Libertando identidades**: da reabilitação psicossocial à cidadania possível. 2ª ed. Rio de Janeiro: Te Corá/Instituto Franco Basaglia, 2001.

SERENO, Deborah. Sobre a função do acompanhamento terapêutico na escola. In: HERMANN, Maurício Castejón (Org.). **Acompanhamento terapêutico**. 1 ed. São Paulo: Zagodoni, 2013. p. 87-107.

SER OU NÃO SER: IMPACTOS E INFLUÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO DO SUJEITO

Suzana Pardini Pereira [29]
Ana Lívia Amaral[30]
André Amorim Martins [31]

RESUMO: O sujeito não é uma tábula rasa como propôs John Locke, ele é ativo em seu processo de desenvolvimento, se relaciona com seu ambiente externo e sofre influências dos sujeitos que se relaciona. Sobre essas relações, destaca-se a grande influência exercida pelos seus cuidadores, principalmente nos anos iniciais do desenvolvimento, as marcas desse período são cicatrizes que influenciarão todo o futuro do pequeno ser. A partir de pesquisa bibliográfica amparada nos teóricos John Bowlby, René Spitz, Donald Winnicott e Sigmund Freud tem-se como objetivo discorrer sobre essas influências. Será feito ainda um estudo de caso

[29] Graduanda em Psicologia da Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG.
[30] Graduanda em Psicologia da Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG. E-mail: anali.amaral@yahoo.com.br
[31] Professor de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, Unidade Divinópolis.

para comprovar tais impactos, trazendo-se à luz um exemplo vivenciado na prática de estágio, no qual o pequeno ser não se deparou com um ambiente adequado para seu desenvolvimento.
Palavras-chave: Desenvolvimento saudável. Impacto dos Cuidadores. Apego.

1. INTRODUÇÃO

O ser humano é múltiplo e extremamente complexo, sendo utópico pensar em uma única teoria para explicá-lo. Os estudos que buscam predizer a personalidade, os comportamentos e preferências dos sujeitos despertam curiosidade e fascínio, e muitos deles mencionam as influências do ambiente externo no desenvolvimento do sujeito. (SHULTZ e SHULTZ, 1992). A Psicologia se atém a tais estudos e como ciência do comportamento humano, sofreu diversas influências filosóficas e históricas, tendo sido desenvolvidas diferentes escolas de pensamento para explicar o sujeito. Tais escolas dizem de “um grupo de psicólogos que se associam ideologicamente e, às vezes, geograficamente ao

líder de um movimento. Em geral, os membros de uma escola trabalham em problemas comuns e compartilham uma orientação teórica ou sistemática". (SHULTZ e SHULTZ, 1992, p. 29). A multiplicidade de escola de pensamentos é considerável, mas todas compartilham o interesse pelo mesmo objeto de estudo: o ser humano e suas especificidades.

Nessa multiplicidade do humano, a questão da primeira infância[32] vem ganhando destaque nessas diferentes escolas de pensamento. A princípio, os anos iniciais do ser humano eram tidos com fase de ínfima importância. Conforme Ariès (1981), a infância foi uma descoberta, uma construção social. Antigamente as crianças não eram vistas como sujeitos em potencial, pelo contrário, eram tidas como "adultos em miniaturas" que não necessitavam de uma atenção diferenciada, possuindo o mesmo tratamento dispensado aos adultos. Ainda conforme o

[32] Período compreendido entre o desenvolvimento pós nata e a segunda infância, que vai dos 0 à 3 anos (PAPALIA, 2010).

autor, até o século XVII, não existia sequer o sentimento de infância, que passou a ser construído socialmente na Idade Moderna, devido aos impactos da Igreja e dos moralistas.

No cotidiano, assiste-se um movimento oposto, em que a criança, mesmo antes de seu nascimento, é valorizada e considerada, ela possui espaço social e ganhou escopo no estudo da ciência, tendo seus sentimentos e suas características individuais estimadas. Desde então, diversos estudos sobre o desenvolvimento da criança e sobre a influência de seus cuidadores surgiram, algumas são compatíveis, e outras, nem tanto. Sigmund Freud, por sua vez, trouxe à luz a importância da infância para determinar a estruturação dos fenômenos psíquicos e a constituição da história do inconsciente. Ele propôs o caráter transformador e evolutivo das experiências infantis em oposição ao caráter estático, conforme será retomado adiante. Winnicott estudou a importância da presença de um outro no desenvolvimento do sujeito e os impactos de tais cuidados:

> Nas primeiras fases do desenvolvimento do bebê humano, um papel vital é desempenhado pelo meio ambiente, que, de fato, o bebê ainda não separou de si mesmo. Gradativamente, a separação entre o não-eu e o eu se efetua, e o ritmo dela varia de acordo com o bebê e com o meio ambiente. As modificações principais realizam-se quanto à separação da mãe como aspecto ambiental objetivamente percebido. Se ninguém ali está para ser mãe, a tarefa desenvolvimental do bebê torna-se infinitamente complicada (WINNICOTT, 1975, p. 153).

Nesse sentido, Bowlby também colaborou com estudos sobre a significância de quem presta cuidados à criança, segundo ele, as experiências primitivas de apego são gradativamente internalizadas e arranjadas para em seguida regular as relações e os comportamentos adultos, com uma flexibilidade que possibilite uma adaptação mesmo em situações de mudanças extremas (CORDINI, 2012).

Não é novidade que a criança necessita do afeto do adulto. Miller (1987) chegou a dizer que a

infância esconde as raízes de toda vida, sendo por isso imprescindível que os sentimentos e sensações desses sujeitos em etapas iniciais do desenvolvimento humano sejam extremamente considerados, sendo o sentimento de segurança e aconchego fomento para o desenvolvimento da confiança e da autonomia. Dessa forma, percebe-se o quanto é amplo tal campo de estudo.

O interesse pela análise dos impactos dos anos iniciais na vida do sujeito foi surgindo a partir dos impasses que a atuação proporciona. As atividades de estágio acadêmico na área da Psicologia foram fazendo surgir indagações referentes à centralidade do papel de pais e mães para a saúde mental dos indivíduos e a pensar sobre quantas aflições mentais poderiam ter sido evitadas. A cada caso atendido foi se tornando mais claro o quanto os anos iniciais do desenvolvimento são cruciais para uma vida psiquicamente sadia e o quanto o cuidado de um outro é fundamental, o que corrobora claramente com a teoria pesquisada.

A partir daí, o desejo pelo estudo da influência dos pais para o desenvolvimento dos sujeitos foi se tornando cada vez mais concreto. E é disso que tal estudo versa, apoiado nos teóricos John Bowlby, que desenvolveu a significativa Teoria do Apego, Winnicott, que discute a mãe ideal para transcorrer sobre a infância, período de singular importância na vida de todos os sujeitos, Spitz, que dá especial valor à figura da mãe, considerando-a fundamental no papel de abstração do mundo por parte da criança e em Freud, que versa sobre o Complexo de Édipo. Esse trabalho desenvolvido pretende trazer contribuições sobre como cada um se torna aquilo que é. O intuito é propiciar contribuições para a literatura científica e para a prática profissional, além de aguçar estudos sobre a correlação das dificuldades das crianças em tenra idade com as experiências vividas nos anos iniciais e suas influências.

2. MÉTODO

Pensando em tais considerações mencionadas acima, o presente trabalho pretende trazer um *estudo teórico intencional*[33] referente aos anos iniciais do bebê, as relações que são estabelecidas e o impacto que isso tem para o sujeito. Aliado a isso, será apresentado um estudo de caso de uma família atendida em um estágio curricular. Tal estágio envolveu um amplo e concreto trabalho de pesquisa-ação[34] em uma Unidade de Saúde de Divinópolis-MG, que vem ocorrendo desde o ano de 2013 e se pretende perdurar na unidade devido à grande demanda e à resposta positiva que vem sendo trazida

[33] Os autores foram escolhidos de forma estratégica a partir de busca teórica sobre o tema, sendo escolhidos os mais mencionados em pesquisas da área.

[34] Envolve toda tentativa que seja sistemática, contínua e comprovada empiricamente de melhorar a prática. Tem como características a inovação, intervenção e a participação (TRIPP, 2005).

pela comunidade. Foram desenvolvidos dois grupos de orientação aos pais com reuniões semanais com o objetivo de auxiliá-los e conscientizá-los sobre a importância do papel familiar no desenvolvimento biopsicossocial do indivíduo, envolvendo uma prática de orientação em saúde ancorada nas considerações teóricas que serão mencionadas a seguir. Nos grupos são trabalhados temas focados na orientação familiar trazidos pela estagiária e pelos próprios pais, como por exemplo: vida social da família, influências da modernidade na família, diálogo e autoconhecimento. Nos casos em que se considerou necessário, foram feitos ainda atendimentos individuais, conjuntos e com crianças. No total foram feitos em torno de 50 atendimentos. Em consonância com esse amplo projeto foram realizadas ainda palestras para a comunidade, conforme a demanda.

3. REFERÊNCIAL TEÓRICO
3.1 Bowlby e a Teoria do Apego

Edward John Mostyn Bowlby, psicólogo, psiquiatra e psicanalista londrino nascido em 1907, desenvolveu a Teoria do Apego, segundo a qual a tendência em estabelecer vínculos é componente fundamental para o desenvolvimento saudável dos seres humanos e está presente desde o nascimento. (BOWLBY, 1984)

Tal teórico considerava que tanto a mãe quanto o bebê retroalimentam o vínculo que se estabelece, um com comportamentos que controlam as atitudes da cuidadora e a outra respondendo as necessidades do infante. Tal vínculo, conforme Bowlby, será o mais significativo ao longo da vida do sujeito, e deve ocorrer, preferencialmente até o primeiro ano de vida e no mais tardar, até os dois anos. Longos períodos de privação materna durante a primeira infância ocasionam retardo mental, social ou emocional, conforme pesquisa desenvolvida por Bowlby. Essa relação é tão importante que se configura como

modelo para futuros vínculos, tendo caráter decisório em questões como a confiança e a valorização de si próprio. Ele acreditava que tal ligação com o bebê só poderia ocorrer com uma mulher – não necessariamente a mãe-, fenômeno conhecido como "monotropia", o homem ficaria como coadjuvante, auxiliando a mulher emocional e financeiramente, o que foi alvo várias críticas (COLLIN et al., 2012).

Conforme o criador da teoria do apego, quando os cuidados da criança não ocorrem da forma adequada, ocorrem prejuízos ao desenvolvimento dos sujeitos. É fundamental considerar que nesse sentido, mais significativo que a relação que se estabelece, é a interpretação que o sujeito faz da circunstância, o que possibilitará conjecturas sobre sua aceitação e guiará a forma singular com que o sujeito se relacionará ao longo da vida, logo, um apego inadequado, não é sinônimo de fracasso (ABREU, 2015).

O apego se caracteriza como uma disposição para estabelecer contato e proximidade com determinado sujeito, e por isso, o estabelecimento do senso de segurança é fator fundamental (MOURA e

RIBAS, 2004). Bowlby (1984) considera que há uma predisposição inata para o estabelecimento de vínculos, já que o mesmo diz de uma necessidade básica à sobrevivência, possuindo determinante papel biológico para a sobrevivência da espécie. Os comportamentos mediadores do apego são arranjados em sistemas. Eles se desenvolvem de acordo com a capacidade do infante de se adaptar:

> Ao nascer, um bebê está equipado com um certo número de sistemas comportamentais prontos para serem ativados por estímulos e poderão ser, então, fortalecidos ou enfraquecidos. Dentre os sistemas estão presentes àqueles que fornecem a base para o desenvolvimento de apego. (BOWLBY, 1984, p.283).

Bowlby (1984) menciona ainda que há diferenças entre apego e comportamento de apego:

> Dizer que uma criança é apegada ou tem um apego por alguém, significa que ela está fortemente disposta a buscar proximidade e contato com uma figura específica, principalmente quando está assustada, cansada ou doente. A disposição de comportar-se

> dessa maneira é um atributo da criança, atributo este que só se modifica com o tempo e não é afetado pela situação do momento. Em contraposição,o comportamento de apego refere-se a qualquer forma de comportamento que uma criança comumente adota para conseguir e/ou manter uma proximidade desejada.Em qualquer ocasião alguma forma desse comportamento pode estar presente ou ausente e da qual ela depende, em alto grau, das condições que prevalecem no momento. (Bowlby, 1984, p. 396).

E, é aí que se manifesta uma criança segura ou insegura, repetindo durante a vida comportamentos comprometidos e dependentes, sem autonomia.Bowlby realizou uma pesquisa a respeito das ascendências do desenvolvimento psicopatológico na infância considerando a relação entre distanciamento do cuidador do bebê e consequências emocionais identificáveis ao longo da vida. Ele identificou que as crianças que não tiveram um relacionamento saudável com sua genitora ou cuidadora - considerando como saudável a relação que propicie segurança e afeto- infringiram a lei e não demonstraram sentimentos por outras pessoas.

Filhos que sofreram privação materna nos anos iniciais apresentavam traços de violência, egoísmo, ausência de noção de tempo, inabilidade social, dificuldade de concentração e de alterar o próprio comportamento. Identificou-se também comportamentos associados à má conduta sexual ou sexualidade precoce, falsidade, mentira, roubos, superficialidade, inacessibilidade, ausência de relacionamentos autênticos ou amizades sinceras e até mesmo distúrbios de personalidade e psiquiátricos, como a depressão e os traços suicidas. Tais crianças, segundo a análise de J. Bowlby, não estabeleceram uma relação pautada pelo amor e apego saudável na primeira infância, e por isso eram incapazes de construir relações emocionais com pessoas ou grupos. A carência vivida nos três primeiros anos afetam o recebimento de amor e afeto nas relações futuras (SILVEIRA e FERREIRA, 2005).Tal consideração a seguir explana sobre a importancia de tal cuidado:

> No momento, basta dizer que o que se acredita ser essencial à saúde mental é que o bebê e a criança pequena tenham a vivência de uma relação calorosa, íntima e contínua com a mãe (ou mãe substituta permanente – uma pessoa que desempenha, regular e constantemente, o papel de mãe para eles), na qual ambos encontram satisfação e prazer. É esta relação complexa, rica e compensadora com a mãe, nos primeiros anos, enriquecida de inúmeras maneiras pelas relações com o pai e com os irmãos e irmãs, que os psiquiatras infantis e muitos outros julgam, atualmente, estar na base do desenvolvimento da personalidade e saúde mental (BOWLBY, 2002, p. 3-4)

Percebe-se então, que o infante necessita de muito mais que a satisfação de suas necessidades fisiológicas, necessita de afeto, acolhimento, carinho e amor, o que pode ser encontrado em uma relação única capaz de lhe fornecer um apego seguro. O exposto acima mostra a importância fundamental dos pais para o desenvolvimento saudável do sujeito e da sua forma de se colocar no mundo.

3.2 Considerações de René Spitz

O psicanalista austríaco René Arpard Spitz desenvolveu estudos experimentais sobre as trocas emocionais que ocorrem entre a criança e a mãe e sobre o impacto da ausência de tal relação na vida do sujeito. Spitz analisou crianças que viviam em abrigos e percebeu que elas não recebiam afeto dos cuidadores, os quais se atinham a desempenhar as funções básicas de alimentação e vestimenta. Conforme Spitz, os bebês em tais situações apresentavam diversas manifestações da carência de uma relação afetuosa, como falta de apetite, perda de interesse no ambiente externo, baixo peso e condições desfavoráveis que, segundo estudos de Spitz, podiam ocasionar o óbito dessas crianças institucionalizadas. Ele chamou tal síndrome de "hospitalismo" e constatou que, durante sua pesquisa, 23 dos 88 abrigados com menos de dois anos morreram em decorrência de sarampo, somente 2 aprenderam a andar e falar e ninguém aprendeu a se alimentar sem a ajuda de terceiros (SPITZ, 1998).

Spitz, tal como Freud, propõe que o bebê é um organismo psicologicamente indiferenciado que necessita do estabelecimento de relações objetais[35] significativas. Tais relações ocorreriam primordialmente com a mãe, sendo que a ausência da mesma leva a uma carência do investimento libidinal -mobilização de uma energia pulsional na via psíquica do sujeito-, necessário para que sua bagagem congênita, filogeneticamente determinada, possa evoluir: "Na primeira infância, as influências psicológicas prejudiciais são a conseqüência de relações insatisfatórias entre mãe e filho" (SPITZ, 1998: 153). Conforme Pereira (2010) a relação insatisfatória entre mãe e filho seria patogênica, podendo ocorrer em duas situações, uma delas é quando acontece uma redução do contato entre a díade mãe e filho, tratando-se de um fator

[35] Para René Spitz a relação objetal diz de um vínculo estabelecido entre a criança e sua mãe, estabilizando as relações com o objeto como o alicerce da vida e desenvolvimento infantil (CARVALHO apud, 2006, p. 24).

quantitativo com potencial gerador de distúrbios emocionais, chamados doenças de carência afetiva. Tais carências não dizem das necessidades fisiológicas infantis e sim da escassez de suprimentos libidinais.

> Spitz considera que os distúrbios infantis podem se converter numa base ou ponto frágil sobre o qual irão se desenvolver distúrbios e doenças posteriores. Por ocorrerem num período precoce no qual a estrutura e funcionamento psíquico estão em formação, os distúrbios infantis adquirem a função de fatores que predispõe o desenvolvimento de patologias subseqüentes. Ele acredita que suas descobertas podem ser úteis tanto no campo da prevenção como da terapia (PEREIRA, 2010, 31).

O outro caso de relação insatisfatória diz de quando a personalidade materna é um agente provocador de doenças, com comportamentos maternos inadequados, onde decorrem fatores qualitativamente prejudiciais. Tais comportamentos são a rejeição primária manifesta, a superpermissividade ansiosa primária, a oscilação

entre mimo e hostilidade, dentre outros. A rejeição primária manifesta envolve a rejeição da maternidade, onde em alguns casos a criança chega ser abandonada ou a morrer “acidentalmente”. Na superpermissividade ansiosa primária o bebê reage com cólicas quando recebe muitos cuidados maternos, manifestando sua superproteção. Já a oscilação entre mimo e hostilidade diz da ampla variação de atenção dada ao bebê: hora muito carinho, hora hostilidade.

Percebe-se então que afeto entre mãe-bebê é significativo para que ocorra um “clima emocional favorável” ao desenvolvimento da criança, o que permite que várias experiências vitais ocorram. É a relação afetiva com a figura materna que proporciona à criança a percepção e a aprendizagem, ambas fundamentais para o desenvolvimento do sujeito (BOING, CREPALDI, 2004).

Por fim, tal relação dita ainda como serão as relações futuras, e provavelmente são as responsáveis por casos em que não ocorrem a adaptação do indivíduo à sociedade, pois, quando o sujeito não

vivencia a elementar relação de afeto com a mãe terá as demais relações comprometidas. Depreende-se então que, os cuidados, vínculos e relações iniciais estabelecidos com o indivíduo são fundamentais para um desenvolvimento saudável e que a mãe é figura fundamental nesse processo. (PEREIRA, 2010).

3.3 Apontamentos de Donald Winnicott

Donald W. Winnicott, pediatra e posteriormente psiquiatra e psicanalista inglês também foi um teórico que contribuiu nos estudos das influências da figura materna –ou figura cuidadora- no desenvolvimento do sujeito, tendo sido "o psicanalista que mais trabalhou e estudou sobre o papel do ambiente na constituição total do indivíduo ou suas doenças psíquicas" (ANDRADE, 2012). Sua contribuição foi no sentido de valorar o olhar e o cuidado da mãe, postulando que a reação dela aos olhares e estímulos da criança é fundamental para o desenvolvimento psíquico saudável do infante. "Quando olho, sou visto; logo, existo. Posso agora

me permitir olhar e ver" (WINNICOTT,1975). Por isso se diz que o bebê não existe sozinho, ele coexiste a partir de uma relação com a mãe. Sempre que encontramos um bebê encontramos também a maternagem. Caso a reação materna não venha a ocorrer é como se o bebê não visse, o que é um potencial gerador de psicopatologia (BRUM, SCHERMANN, 2004).

A base da estabilidade mental depende das experiências iniciais com a mãe e, principalmente de seu estado emocional. Da relação saudável que ocorre entre a mãe e o bebê, emergem os fundamentos da constituição da pessoa e do desenvolvimento emocional-afetivo da criança." (ANDRADE, 2012).

Os anos iniciais são extremamente significativos para a saúde mental de um sujeito e é do primeiro ao quinto ano que se localiza o cerne das psiconeuroses, sendo os doze primeiros meses de vida, especificamente, o alicerce de uma saúde mental satisfatória (BRUM, SCHERMANN, 2004).Winnicott considera que a saúde biológica

também depende disso e que muitas das intercorrências físicas são devido ao meio externo e à deficiência dele. Por isso se diz que a mãe deve dispor de recursos internos e ambientais para cumprir a função de cuidado, sendo essa a mãe suficientemente boa. Essa mãe reforça o ego do novo ser e auxilia no desenvolvimento de um self verdadeiro (CORDINI, 2012).

O oposto, a mãe não suficientemente boa, seria aquela que não responde de forma adequada às solicitações do seu filho, contribuindo para os conflitos emocionais na produção de distúrbios somáticos.

Nesse sentido, o autor cunhou um termo conhecido como *holding*, o qual diz do afeto envolvido aos cuidados básicos dispensados ao bebê envolvendo as necessidades físicas e emocionais, o qual propõe um ambiente sustentador. O holding é muito importante, mas não significa que os cuidados maternos devem ser perfeitos, apenas que o ambiente externo deve ser sensível e atento ao bebê, que começa a vida em um estado de não integração, com

a experiência em fragmentos difusos e precisa de um ambiente externo que lhe propicie auxílio nessa organização, fenômeno conhecido como integração, uma tendência inata do indivíduo, conforme Winnicott.

A mais significativa herança do indivíduo envolve "a tendência no sentido do crescimento e do desenvolvimento", o que ocorre mediante um ambiente facilitador e fica claro na seguinte elucidação: "Não podemos nem mesmo ensiná-los a andar, embora sua tendência inata para andar em certa idade precise de nós como figura de apoio" (WINNICOTT, 1975). Mas tal crescimento não é observado quando as condições não são suficientemente boas.

Cabe ainda salientar que, conforme sugere Andrade (2012), Winnicott propõe que a teoria do Complexo de Édipo não é suficiente para explicar muitos dos problemas inicias do ser humano. Segundo a autora "Winnicott revoluciona os conceitos científicos e substitui os paradigmas da psicanálise tradicional pela teoria do

amadurecimento pessoal, não utilizando mais a teoria da função sexual, sendo a sexualidade apenas um importante processo de amadurecimento humano e o estudo da natureza humana" (ANDRADE, 2012, 03).

Winnicott propõe então a fundamentalidade da figura cuidadora para o desenvolvimento de todos os sujeitos, acreditando que tal relação é de grande importância para o desenvolvimento psíquico saudável do sujeito (ANDRADE, 2012; CORDINI, 2012).

3.4 Contribuições de Freud

Sigismund Schlome Freud nasceu em Freiberg e cresceu em Viena, ambiente com forte apelo intelectual onde se tornou médico neurologista e posteriormente desenvolveu a cura pela fala, se aprofundando nos estudos do que viria a se tornar a psicanálise. Ele estudou profundamente o inconsciente humano e seus conflitos, analisado mediante os sintomas manifestos. Sua teoria foi

inovadora, sendo conhecida e muito utilizada até hoje (COLLIN et al., 2012).

A psicanálise traz contribuições em inúmeros aspectos do desenvolvimento humano, e tem uma especial discussão sobre a importância do pai e da mãe para a constituição do sujeito, pois considera que para o desenvolvimento psíquico saudável do indivíduo é fundamental que haja desejo sobre ele. A mãe e o pai tem o papel de supor um sujeito, conferindo um lugar privilegiado ao filho e lhe atribuindo significado. Logo após o nascimento, o filho não fala, mas já existe no discurso dos pais, e sofre as consequências do que significa no discurso do outro. Nesse momento, o sujeito ainda não fala, mas já é falado. (JERUSALINSKY, 2006)

A língua materna transmite desde o início da vida do sujeito todo o conteúdo moral, afetivo, cultural e pulsional. Nesse sentido:

> Embora nos primeiros tempos de vida o bebê não tenha condições de distinguir os princípios lógicos do sistema simbólico que lhe é proposto, muito cedo

> começa a sofrer as discrepâncias, o empobrecimento ou as falhas do sistema de pensamento que lhe é imposto em comparação à realidade na qual se encontra imerso. (JERUSALINSKY, 2006, p. 70)

Ainda segundo o mesmo autor o bebê não tem papel passivo nessa relação, pelo contrário, ele sente como necessário o desejo da mãe por ele, passando a desejar o desejo da mãe e a fazer coisas para ser desejado, buscando agradar seu objeto de desejo –a mãe- agindo do modo que ela espera: andar, falar, aprender, etc.

De acordo com a psicanálise, os cuidados maternos e paternos só adquirem sentido na estruturação do sujeito se vêm acompanhados de um lugar que o filho adquire na economia do desejo dos pais. É esse o princípio do investimento de afeto que deve sustentar toda relação parental. Para que haja um ambiente psiquicamente saudável na família deve existir investimento afetivo de ambas as partes para a formação dos vínculos afetivos, de forma que cada sujeito, identificado como pai, mãe, filho ou filha, tenha espaço no universo simbólico do outro. Se faz

importante também que seja oferecido ao novo ser espaço de transmissões simbólicas culturais, de funções, papéis e heranças. É fundamental ainda, um ambiente de trocas, em que esteja presente além do investimento libidinal e do carinho, impedimentos e barramentos que possibilite ao filho se constituir de forma autônoma como sujeito da própria história. Freud (1910, p. 54) relembra que "na maioria dos seres humanos, tanto hoje como nos tempos primitivos, a necessidade de se apoiar numa autoridade de qualquer espécie é tão imperativa que seu mundo desmorona se essa autoridade é ameaçada".

Na análise da estruturação psíquica do sujeito a partir das considerações de Freud, é crucial mencionar o Complexo de Édipo, Laplanche e Pontalis (1992) o caracteriza como um:

> Conjunto organizado de desejos amorosos e hostis que a criança sente em relação aos pais. Sob a sua forma dita positiva, o complexo apresenta-se como na história de Édipo-Rei: desejo da morte do rival que é a personagem do mesmo sexo e desejo sexual pela

> personagem do sexo oposto. Sob a sua forma negativa, apresenta-se de modo inverso: amor pelo progenitor do mesmo sexo e ódio ciumento ao progenitor do sexo oposto. Na realidade, essas duas formas encontram-se em graus diversos na chamada forma completa do complexo de Édipo. Segundo Freud, o apogeu do complexo de Édipo é vivido entre os três e os cinco anos, durante a fase fálica; o seu declínio marca a entrada no período de latência. É revivido na puberdade e é superado com maior ou menor êxito num tipo especial de escolha de objeto. O complexo de Édipo desempenha papel fundamental na estruturação da personalidade e na orientação do desejo humano. Para os psicanalistas, ele é o principal eixo de referência da psicopatologia (LAPLANCHE, PONTALIS 1992, p. 77).

O eixo central do Complexo de Édipo é a mudança dos investimentos amorosos do primeiro objeto-mãe, para o pai, o deslocamento do primeiro objeto de amor e o conflito que se da entre o desejo pelos pais (BORGES, 2005). A resolução de tal Complexo é essencial para assentar o caráter masculino ao menino e feminino à menina:

> Dessa maneira, a dissolução do complexo de Édipo consolidaria a masculinidade no caráter do menino. De maneira precisamente análoga, o desfecho da atitude edipiana numa menininha pode ser uma intensificação de sua identificação com a mãe (ou a instalação da identificação pela primeira vez) – resultado que fixará o caráter feminino na criança (FREUD, 1976, cap. 3, pag. 47).

Segundo Borges (2005) a resolução do conflito edípico leva também a uma mudança do ego, sendo desenvolvido o superego, aquela instância psíquica que envolve as escolhas primitivas de objeto e também os preceitos e proibições. Preceitos envolvem os posicionamentos que se espera que o sujeito tenha, enquanto proibições são as que ele não pode ter. Tal fala de Borges (2005) clarifica sobre a função materna e a paterna ao considerar o Complexo de Édipo:

> Penso que devemos acrescentar que aos fatores de suas funções materna e paterna, a continência dos pais junto à vivência dos conflitos relacionados ao processo de

> individualização advindos do conflito edípico de tal forma que o conflito possa ser vivenciado e não atuado como na tragédia grega. Com isto, quero dizer, que os pais precisam exercer sua função, suportando os conflitos relacionados às vivências de rivalidade dos filhos, sendo presentes como modelos para imitações, identificações, não se omitindo ou abandonando o filho como Laio e Jocasta (pais de Édipo na tragédia grega) por temor de morte pulsional e de impulso agressivo por parte dos filhos (BORGES, 2005, p. 67-8).

Percebe-se então, mais uma vez, a significância única que os pais tem na constituição psíquica do sujeito, cabe considerar que a presença do pai e da mãe não são sinônimos de sucesso nesse sentido, já que, como apontado, o mais importante é a possibilidade que eles tem de atender a demanda dos seus filhos e de voltarem seu desejo à ele. Inúmeros outros apontamentos podem ser tomados em Freud, que não serão retomados devido às limitações desse trabalho.

4. ESTUDO DE CASO

Uma das mães que frequentava continuamente o Grupo de Mães[36] era A.P.C, uma jovem de 28 anos, casada e mãe de duas filhas. Em um dos encontros em que se discutia sobre os filhos e sobre seus comportamentos, essa mãe se mostrou angustiada e trouxe questões sobre a filha que não lhe agradava, manifestando desejo de ter sua criança atendida pela estagiária, com o anseio de mudança de comportamento da menina, no sentido de resolver algum problema do outro. Após análise de demanda decidiu-se por fazer o psicodiagnóstico da criança, um trabalho prático da teoria que estava sendo vista através da disciplina Psicodiagnóstico Infantil.

A princípio foi feita a anamnese com os pais; nesse momento os genitores manifestaram sua ansiedade em relação à filha, que segundo eles

[36] Atividade do Estágio Supervisionado de Psicologia e Saúde Coletiva, realizado na ESF Belvedere desde 2013, no qual é abordado com as mães questões como autonomia, relacionamento familiar e educação dos filhos.

apresentava-se muito tímida e quieta, aparentando-se solitária. A mãe revelou algo de fundamental importância na entrevista de anamnese, segundo ela se tratou de uma gravidez não planejada aos dezessete anos, que trouxe inúmeras mudanças para sua vida, pois era uma época em que ela traçava planos profissionais e pessoais. Ela teve dificuldades de aceitar a gravidez e relatou ter passado o período da gestação com profunda "resistência e insatisfação" (sic). Contou que após o parto, pensou que sua filha havia morrido. A mãe apresentava muita resistência e relatou não ter conseguido prestar os cuidados iniciais à filha, pois se viu sem energia e disposição para com a filha, o que também é muito significativo. Diante dessa situação a menina teve de ser cuidada pela tia e avó materna. Com isso não foi possível o processo de

amamentação e a mamadeira foi introduzida aos dois meses de vida da menina. Conforme afirma Spitz, o primeiro ano de vida da criança é de grande importância para o seu desenvolvimento psíquico, e a relação comprometida com a figura materna traz

inúmeros comprometimentos. Nesse sentido, Bolwby, que diz da importância das figuras de apego, acrescenta que a relação com a figura feminina é ainda mais significativa, relação essa que não foi estabelecida adequadamente entre A.P.C e sua filha, por questões particulares da própria mãe. Cabe mencionar aqui, aquilo que Winnicott denominou como *holding*, que envolve os cuidados básicos da criança. No caso mencionado, a mãe não teve energia –ou desejo- de se envolver nos cuidados da filha, que, teve como opção ser cuidada por outros membros da família, ela não recebeu o carinho, o afeto, nem o olhar da mãe.

A mãe admitiu no momento da anamnese ainda ter resistência à filha. Era incomodada com as manifestações de vontade da filha, como quando a menina queria usar seus acessórios. A mãe sente que a relação da criança com o pai é cercada por afeto e que ele a compreende nos conflitos com a mãe. A estagiária percebeu, por meio da anamnese e avaliação psicológica, que ele era cooperativo e tinha uma relação diferenciada com a menina, relação essa

que foi fundamental para um crescimento minimamente saudável da criança e que conforme sugeria a mãe, tinha potencial de deixá-la incomodada.

Em seguida ocorreram os atendimentos com a criança, de acordo com suas regras e técnicas, onde ocorreram nove atendimentos com duração aproximada de uma hora cada, além da entrevista de anamnese e de devolução (MANNONI, 2004), no qual os pais se envolveram empaticamente com relatos e confirmações relevantes.

Na avaliação psicológica, feita conforme sugerem Ocampo (1984), foram utilizados como instrumentos os testes projetivos gráficos: desenho livre e desenho da família, HTP (casa-árvore-pessoa), testes não gráficos: Fábula de Duss e a caixa lúdica, além do teste Raven (matrizes progressivas coloridas de Raven), juntamente com a entrevista com a criança e com os pais. Na avaliação percebeu-se que o desenvolvimento cognitivo e motor ocorreram conforme o esperado. Os pais se relacionam de maneira adequada e o genitor é

presente na vida da criança. Ela não possui problemas significativos de saúde e apresenta bom desempenho escolar.

A avaliação mostrou ainda outras questões, no desenho da família por exemplo, observou-se que a localização no papel foi abaixo do ponto médio, o que denota insegurança e inadequação, conforme Campos (1984). A pressão do desenho da menina era leve, o que, conforme a mesma autora, diz de suas repressões, restrições e baixa energia. Já seu desenho assimétrico sugere insegurança emocional, enquanto a pobreza de detalhes do desenho diz do seu sentimento de vazio e de falta de vitalidade. O desenho com movimento hesitante sugere novamente a insegurança da criança, o que também foi observado na interpretação do teste HTP. De fato, as queixas dos pais foram identificadas na avaliação psicológica, bem como: sentimento de inferioridade, insegurança, inadequação, tensão e acanhamento, o que foi notado principalmente nos testes projetivos. Diante do que foi identificado realizou-se uma entrevista devolutiva com os pais, com cuidado e

sutileza para não gerar neles culpabilização. Foi feito ainda o encaminhamento para processo psicoterápico da criança.

A partir do trabalho desenvolvido percebeu-se que a mãe em conflito, devido à sua gravidez não planejada, resultou na ausência de interesse pela filha, o que, por sua vez, levou a uma criança dependente e limitada.

Concomitante ao processo terapêutico da criança, a genitora foi participando do Grupo de Mães e conseguiu ressignificar sua maternidade, o que gerou inúmeros impactos positivos na relação mãe e filha e na forma da criança se colocar no mundo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho foi uma possibilidade de comprovação teórica daquilo que já é discutido a tanto tempo, seja em telejornais, em filas de banco ou em conversas informais: que a presença dos pais é

fundamental para o desenvolvimento saudável da criança.

Percebeu-se o quanto diferentes teóricos estão em consonância sobre a importância dos vínculos iniciais para o desenvolvimento do sujeito. Bowlby, Spitz, Winnicott e Freud foram importantes teóricos da psicanálise que trouxeram diferentes contribuições. Suas idéias não eram unânimes, pois cada um apresenta uma forma de conceber o sujeito. Mas todos comungam da ideia de que um novo ser necessita ser banhado por desejo, afeto e carinho, necessitando de uma figura de apego a que possa se apegar e se vincular, tomando-a como referência.

Mencionou-se aqui o quanto é fundamental o papel da figura cuidadora desde a fase uterina. Foi possível perceber que uma gravidez não planejada e não desejada na adolescência foi geradora de conflitos, negação e resistências da figura materna. Tal frustração gerou um bebê fisicamente saudável, mas psicologicamente necessitado de um olhar para existir, como colocou Winnicott.

Tal situação levou aos sintomas de comportamento inseguro, dependente, tímido, triste e desmotivado, que posteriormente foram expostos em um espaço que busca dar voz ativa às mães: o grupo de mães desenvolvido no estágio curricular. Nesse grupo a mãe teve a oportunidade de discutir seu passado e relembrar vivências que lhe possibilitaram a ressignificação de sua função materna. Percebeu-se que a mãe foi desenvolvendo naturalmente um novo olhar para sua criança e para sua vida como um todo, renovando suas relações familiares, especificamente o contato mãe e filha.

Diante de tal trabalho, percebe-se além da contribuição acadêmica o desejo de que haja políticas públicas - em destaque à Secretaria de Saúde da presente cidade – que se atentem para tal questão e considerem a possibilidade de investir em cursos de orientações de pais com o intuito de desempenharem melhor suas funções, tão caras ao desenvolvimento do sujeito, garantindo assim, uma melhor saúde psíquica de seus filhos. Cabe mencionar que já existe um projeto arquivado na instituição devido ao

trabalho desenvolvido com as mães e que almeja-se algo que abarque toda a população.

Meu interesse e entusiasmo em ver mudanças nos cuidados psíquicos do desenvolvimento infantil espera por respostas e resultados concretos, mas enquanto isso não me posiciono como alguém ativa que almeja intervenções práticas. No trajeto do estágio desenvolvido ao longo desses dois anos foi possível pensar nas necessidades e lacunas dos pais, e como fruto das experiências realizadas foi desenvolvida uma Cartilha de Orientação aos Pais que possibilite que cuidadores leigos possam ter em mãos algum material que oriente e auxilie durante o processo de desenvolvimento infantil. Busca-se ir de encontro à sociedade para trazer contribuições simples, que concomitantemente propicie uma intervenção prática e efetiva. Tal material, que consta em anexo, foi distribuído no campo de estágio, e será divulgado em escolas e pontos estratégicos. Entende-se que ações como essa, além de contribuir para o bem comum, possibilita o empoderamento da psicologia.

Referências

ABREU, Cristiano Nabuco de. **Teoria do Apego: Fundamentos, pesquisas e implicações clínicas.** São Paulo: Casa do Psicólogo. 2005

ANDRADE, Thaís Oliveira. **As teorias Winnicottiana e um enfoque sobre a importância do cuidado e comunicação entre a mãe e o bebê.** Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia: Bahia, 2012.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LCT Editora, 1981

BORGES, Maria Luiza Soares Ferreira. **Função materna e função paterna, suas vivências na atualidade.** Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

BOING, Elisângela, CREPALDI, Maria Aparecida. **Os efeitos do abandono para o desenvolvimento psicológico de bebês e a maternagem como fator de proteção**. *Estud. psicol. (Campinas)* [online]. 2004, vol.21, n.3, pp. 211-226. ISSN 1982-0275.

http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2004000300006.
BOWLBY, John. **Apego e perda,** Vol 2: Separação**.** São Paulo: Martins Fontes. 1984.
BOWLBY, John. **Cuidados maternos e saúde mental.** São Paulo: Martins Fontes. 2002
BRUM, Evanisa Helena Maio de, SCHERMANN, Lígia. **Vínculos iniciais e desenvolvimento infantil: abordagem** teórica em situação de nascimento de risco. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2004, vol.9, n.2, pp. 457-467. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232004000200021.
CAMPOS, Dinah Martins. **O teste do desenho como instrumento de diagnóstico da personalidade.** Rio de Janeito: Vozes, 1984.
COLLIN, Catherine; GRAND, Voulla; BENSON, Nigel; LAZYAN, Merrin; GINSBURG, Joannah; WEEKS, Marcus. **O livro da Psicologia**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2012
CORDINI, Kariny Larissa. **Associação entre vínculo parental na infância, padrão de relações objetais na idade adulta e fator neurotrófico**

derivado do cérebro. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Medicina, Programa de Pós-Graduação em Ciências Médicas: Psiquiatria, Porto Alegre, BR-RS, 2012

FREUD, Sigmund. **Leonardo da Vinci e uma lembrança da sua infância** 1910. In: Freud S. Obras psicológicas completas. Vol.XI. Rio de Janeiro:Imago; 1970. p.59-124.

JERUSALINSKY, Alfredo. A descoberta do mundo**. Revista Mente e Cérebro.** São Paulo, Ano XVI, p. 68-73. Set/2006

LAPLANCHE, Jean, PONTALIS, Jean-Bertrand . **Vocabulário da psicanálise** . São Paulo: Martins Fontes, 1992

MANNONI, Maud. **A primeira entrevista em psicanálise: um clássico da psicanálise.** Nova Ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2004

MILLER, Allice. **O drama da criança bem dotada:** como os pais podem formar (e deformar) a vida emocional dos filhos**.** São Paulo: Summus, 1997.

OCAMPO, M. L. S.; ARZENO, M. E. et al. **O Processo Diagnóstico e as técnicas projetivas.** São Paulo: Martins Fontes, 1981

PAPALIA, Diane; OLDS, Sally Wendkos, FELDMAN, Ruth Duskin. **O mundo da criança:** da infância à adolescência. 11ª edição. Porto Alegre: AMGH, 2010

PEREIRA, Cyntia de Almeida Leonel Ferreira Mendes. **A idéia do determinismo infantil entre estudantes de psicologia:** proposta de uma escala de avaliação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

RIBAS, Adriana F. Paes; SEIDL DE MOURA, Maria Lucia. **Responsividade materna e teoria do apego:** uma discussão crítica do papel de estudos transculturais. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 2004, vol.17, n.3, pp. 315-322. ISSN 1678-7153. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722004000300004.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. **História da psicologia moderna.** 5ª. ed. São Paulo: Cultrix, 1992.
SILVEIRA, Juline Aldanê; FERREIRA, Maria Odete Amaral, **A formação do apego e suas implicações na Construção de vínculos futuros.** Florianópolis: Familiare Instituto Sistêmico, 2005
SPITZ, René Arpad. **O primeiro ano de vida**: um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anômalo das relações objetais. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educ. Pesqui.* [online]. 2005, vol.31, n.3, pp. 443-466. ISSN 1678-4634. http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009.
WINNICOTT, Donald Woods. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
WINNICOTT, Donald Woods. **Da pediatria à psicanálise:** obras escolhidas – Rio de Janeiro: Imago, 2000.

CIBERCULTURA E EDUCAÇÃO ESTUDO NAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL II E MÉDIO SUL-MINEIRAS SOBRE O IMPACTO DAS TIC NA GESTÃO DO CONHECIMENTO

Carla Maria Nogueira de Carvalho[37]
Jéssica Brito Silva[38]
Fernanda Silveira Santiago[39]

RESUMO: De acordo com Murray, o último quarto do século XX marca o início da era digital. (2003, p. 41). Imersos na cultura digital do século XXI, habitamos, de modo consciente ou não, o ambiente multiforme de comunicação virtual disposto pela tecnologia, ou seja, o ciberespaço. Sua presença em todas as dimensões da vida cotidiana constitui uma realidade, e seu impacto dentro da instituição educativa,

[37] Professora da UEMG – unidade de Campanha. É a orientadora do trabalho aqui publicado em forma de artigo. E-mail: profcarlamaria@oi.com.br
[38] É estudante de Pedagogia da UEMG – unidade de Campanha. E-mail: jessica-brito@live.com
[39] Estudante do ensino médio na E.E.Vital Brasil, Campanha-MG.

um campo fértil ainda pouco explorado. Dentro desse contexto, os alunos parecem não ser os mesmos. Se os antigos estudantes eram indivíduos isolados, os novos são conectados. Assim, as possibilidades vindas do modo de usar as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) nas instituições de ensino podem representar a ruptura do paradigma disciplinar individualista ainda dominante, em favor de uma educação em rede, aberta a construção de ideias e de uma nova forma de gestão do conhecimento. Mas até que ponto essas tecnologias fazem parte do cotidiano escolar sul mineiro? Como se dá a interlocução entre os estudantes, os docentes, as novas mídias e o conhecimento? Tal relação precisa ser analisada e explorada em favor de uma prática educativa coerente com as necessidades e possibilidades do nosso momento histórico. Assim, o presente trabalho investigou a utilização das TIC como ferramenta pedagógica nas escolas de ensino fundamental II e ensino médio públicas e privadas da região sul-mineira, considerando as formas de gestão do conhecimento por ela permitidas, bem como buscando experiências inovadoras, nesse sentido. A pesquisa, desenvolvida dentro das abordagens quantitativa e qualitativa, dividiu-se em quatro etapas distintas: revisão bibliográfica, pesquisa de campo, análise e sistematização dos dados.Constatou-se a existência de experiência inovadora integrada ao contexto escolar dos ensinos fundamental II e médio, através do uso das TIC como ferramenta pedagógica,

em apenas uma instituição privada.Inferiu-se que é imperativo ressignificar o uso das TIC nas instituições de ensino fundamental II e médio sul-mineiras, em prol de um diálogo autêntico entre educador/educando, contribuindo para uma prática pedagógica coerente com as novas realidades humanas e tecnológicas, bem como para a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem.
Palavras-chave: TIC – Ensino Fundamental II - Ensino Médio – Gestão do Conhecimento - Educação

Introdução

O presente trabalho tem sua gênese no *Curso de Extensão em Educação, Ciência e Tecnologia*, em desenvolvimento na Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Campanha (UEMG/Campanha), a partir de uma cooperação entre os cursos de Pedagogia e História. Percebeu-se que o amplo alcance das TIC como ferramentas de ensino-aprendizagem torna cada vez mais tênue a linha que separa as modalidades de ensino presencial e à distância, bem como que sua paulatina integração à rotina das instituições escolares tem mostrado que o uso das TIC começa a mostrar-se inexorável. Nesse

sentido, pareceu-nos de fundamental importância investigar como as TIC têm sido utilizadas nas escolas de ensino fundamental II e médio, públicas e privadas da região sul-mineira, dentro do perímetro de abrangência da UEMG-Campanha, ou seja, de Nepomuceno a Extrema, margeando a BR-381 e adentrando aos municípios no sentido da BR-381 para a Serra da Mantiqueira, considerando seu uso como ferramenta pedagógica e de forma inovadora, a favor da construção do conhecimento.

Até que ponto as TIC fazem parte da realidade do ensino fundamental II e médio sul-mineiros? Elas são usadas como ferramenta pedagógica?Faz-se necessário analisar a relação entre professor, aluno e novas tecnologias, em favor de uma prática educativa coerente com as necessidades e possibilidades do nosso momento histórico. Outro questionamento nos é sugerido por Sardelich (2006): Qual atenção a escola tem dado no sentido formar alunos que não sejam meros receptores de imagens, e sim críticos construtores e intérpretes delas, capazes de pensar

suas funções sociais e suas relações de poder para além da fruição de prazer que elas proporcionam?

As novas tecnologias na cultura contemporânea

Desde a última década do século passado, como explica José Arruda, tem-se falado numa *Revolução Cibernética*, resultante da difusão dos computadores e da ciência da informática (1991, p. 20). Interessa-nos refletir sobre as implicações desse processo no cotidiano escolar brasileiro.

Segundo Janet Murray, a partir do último quarto do século XX tem início a era digital. Se até então os computadores pessoais inexistiam, e os chamados *mainframes* eram grandes e caros, os computadores passam agora a dispor de microprocessadores, tornam-se menores, mais baratos, mais rápidos e potentes, e cada vez mais conectados uns aos outros, fundindo num único meio tecnologias de comunicação e de representação antes díspares. Atuam como telefone, televisão, auditório, biblioteca, museu, quadro de avisos, rádio, tabuleiro

de jogos e, até mesmo, como um manuscrito (MURRAY, 2003, p. 41). Manuel Castells (2009) atesta a emergência de um novo paradigma tecnológico nos anos 1970. Este, baseado nas tecnologias de informação e comunicação (TIC), desempenharia uma influência definitiva no campo da comunicação. A difusão em larga escala da internet nos anos 1990 parece dever-se a diversos fatores, como a popularização dos computadores pessoais e os programas de software que facilitaram o acesso e a comunicação de conteúdo.

Dos anos 1990 em diante, outra revolução tomou forma ao redor do mundo com a explosão da comunicação *wireless*, a crescente capacidade de conectividade e banda larga, em sucessivas gerações de telefones móveis. Segundo Castells (2009), "essa foi a tecnologia da comunicação de mais rápida difusão na história". André Lemos sugere que os primeiros anos do século XXI tenham assistido a uma nova fase da sociedade de informação, iniciada com o advento da internet e radicalizada com o desenvolvimento da computação sem fio, pervasiva e

ubíqua, a partir da popularização dos celulares e da tecnologia *bluetooth* (2004, p. 18). Ligados em rede, os computadores podem se comunicar e compartilhar informações. Através da internet, as fontes de informação têm sido compartilhadas de modo imediato em vários e diferentes espaços do mundo, inacessíveis em outros tempos.

Para Lemos, a introdução de tecnologias móveis está nos levando a um re-exame do que significa proximidade, distância e mobilidade.[40] As práticas contemporâneas ligadas às tecnologias da cibercultura, portanto, teriam configurado a cultura contemporânea como a cultura da mobilidade (2004, p. 20-1). Em seu relatório anual sobre os consumidores britânicos, lançado em agosto de 2014, o órgão regulador de mídia do Reino Unido, Ofcom, constatou que uma criança de 6 anos sabe mais sobre tecnologia digital do que um adulto de 45 anos.

[40] Podemos definir mobilidade como o movimento (de pessoas, de objetos, de informação, de dejetos, de produtos e de serviços) entre espaços, entre localidades, entre espaços privados e públicos (LEMOS, 2004, p. 20).

“Estas crianças estão moldando as comunicações”, declarou Jane Rumble, chefe de pesquisa de mídia no órgão. “Por terem crescido na era digital, elas estão desenvolvendo hábitos de comunicação completamente diferentes das gerações mais velhas, mesmo comparado com os jovens entre 16 e 24 anos”. De acordo com a pesquisa, a forma como as crianças deste milênio se comunicam entre si e consomem entretenimento mudou. Se décadas atrás o principal meio de comunicação era o telefone, hoje 90% das conversas a distância entre jovens de 12 a 15 anos ocorre via mensagens de texto e quase 10% pelo compartilhamento de fotos ou vídeos. O tempo em frente à televisão também cai.[41]

O uso de dispositivos digitais, como tablets e smartphones, parece indicar o papel das novas tecnologias no novo milênio, ou o que Lemos define como “transformações nas práticas sociais, na

[41] Dados de acordo com: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed812_criancas_de_6_anos_dominam_tecnologia_digital_melhor_que_adultos>.

vivência do espaço urbano e na forma de produzir e consumir informação" (2004, p. 18). Gaëtan Tremblay nos remete ao pensamento de Marshall McLuhan, segundo o qual a mídia ou o processo do seu tempo definem o ambiente do homem, produzem e reestruturam padrões de interdependência social e todo aspecto da vida pessoal (2003, p. 15). Segundo Dimantas, com o advento das tecnologias da comunicação e da interação as redes passaram a facilitar a convivência em tempo real e à distância (2004, p. 80).

As tecnologias e a questão pedagógica

Em fins do século XVIII tem início o processo de desenvolvimento técnico conhecido como Revolução Industrial. Para Arruda, um de seus marcos seria o rompimento brutal com as antigas relações de produção, instaurando o domínio completo da máquina e do capital sobre a sociedade (1991, p. 21). De acordo com Rui Fava (2012), a educação teria sido, a partir daí, moldada para suprir

a necessidade de profissionais dentro de um contexto em que memorização, padronização, repetição e habilidades manuais eram fatores determinantes para o desempenho profissional. Nas últimas décadas do século XIX, o engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor, representante da chamada Segunda Revolução Industrial, parece ter criado princípios que não somente interferiram nos processos produtivos, mas que teriam também modificado a metodologia de ensino. A padronização significaria que a sala de aula deveria ser vista sem diferenças e que o aprendizado deveria ser o mesmo. O que implica produzir serviços iguais, sem se importar com as diferenças. As pessoas e as salas de aula deveriam ser homogeneizadas, com data e hora programadas para a aprendizagem. A escola, tal qual uma fábrica, onde há necessidade que todos estejam presentes na linha de montagem, passa a necessitar de sincronização temporal para que todos os estudantes compareçam na mesma hora, no mesmo espaço, no mesmo lugar. Aqui, a educação tem como objetivo o treinamento. Os currículos são cartesianos,

fragmentados, com pouca ou nenhuma ligação entre as disciplinas; perdem a noção intrínseca de conexão com o todo e, fatalmente, de compreensão, reflexão e leitura da realidade.

Partimos da premissa de que a era pós-industrial trouxe princípios antagônicos aos da era industrial, que refletiram no próprio sistema de ensino. Aparentemente, a padronização deu lugar à personalização, e os alunos parecem não ser mais os mesmos. Se os antigos estudantes eram indivíduos isolados, os novos são conectados. Se antes a busca pela aprendizagem era mais passiva e silenciosa, os novos estudantes são ativos, públicos, globais. Portanto, nossa questão central não gira em torno da tecnologia e sim da questão pedagógica, das modalidades de ensino por simulação e experimentação enquanto processos de compreensão da realidade que apresentam novas possibilidades pedagógicas e sociais. Somente ao assumirmos esses novos aspectos poderemos avaliá-la. Segundo Gómez:

> La red es más un espacio de la escuela contemporánea que necesita orientación y cuidado para transformarse en un dispositivo pedagógico.(...)el alumno puede informarse tanto a través del profesor como de la red y ahí tenemos que aclarar que información no es conocimiento y conocimiento no es educación. Claro que si nos referimos a un profesor tradicional, que observa las jerarquías mas que a partir del uso de las redes cambia su manera de pensar y hacer educación estaremos frente a una ruptura epistemológica, lo que no necesariamente puede ocurrir simplemente porque él usa el internet, ya que él puede usar la red como un bien de control y con restricciones y no de manera abierta y democrática (GÓMEZ, 2010, p. 100).

Nesse sentido, não se trata simplesmente de agregar novas tecnologias de informação e comunicação ao sistema existente, sem alterar e/ou dialogar com os outros elementos. Como todo processo educativo, fala-se de um projeto político, com intencionalidade clara, que emoldura nas situações educativas a circulação do conhecimento por canais não tradicionais.

O contexto sul-mineiro: em que passo estamos?

Até que ponto as tecnologias de informação e comunicação fazem parte da realidade do ensino fundamental II e médio sul-mineiros? Consideramos que as possibilidades geradas pelo uso dessas tecnologias nas escolas podem representar a ruptura do paradigma disciplinar individualista e receptor ainda dominante, em favor de uma educação em rede, aberta à construção de conhecimentos e de uma metodologia eficiente. Um computador com acesso à internet, por exemplo, deveria significar compartilhar, construir, motivar-se. Então,

> [...] por que é urgente integrar as TIC nos processos educacionais? A razão mais geral e a mais importante de todas é também óbvia: porque elas já estão presentes e influentes em todas as esferas da vida social, cabendo à escola, especialmente à escola pública, atuar no sentido de compensar as terríveis desigualdades sociais e regionais que o acesso desigual a estas máquinas está gerando (BELLONI, 2002, p. 25).

No entanto, averiguou-se a existência de 33 escolas públicas e 9 escolas privadas de Ensino Fundamental II na região de influência da UEMG-Campanha e, destas, apenas 1 escola pública e 6 privadas informaram fazer uso das TIC como ferramenta pedagógica.

Constatou-se, no ensino médio, na região de influência da UEMG-Campanha, a existência de 22 escolas públicas e 14 escolas privadas e, destas, 8 escolas públicas e 2 escolas privadas informaram trabalhar com as TIC como ferramenta pedagógica.

Após análise mais detalhada das instituições que informaram fazer uso das TIC, verificou-se que há a existência das mesmas, bem como de outras tecnologias mas seu uso é feito como simples recurso visual ou técnico e não como ferramenta pedagógica e de forma inovadora, a favor da construção do conhecimento.Aclara-se que informação não é conhecimento.

É relevante registrar que encontrou-se escola que embora informasse o uso, não apontava a prática

ou mesmo escola que não encontrava tempo ou possibilidade de estabelecer diálogo para explicitá-la. Interpretou-se, assim, a não existência da ação.

Nesse sentido, localizou-se experiência inovadora, a favor da construção do conhecimento em apenas uma instituição privada sul-mineira, na área de influência da UEMG- Campanha, que desenvolve a prática tanto no ensino fundamental II como no ensino médio, através da robótica, onde os estudantes são convidados a desenvolver projetos e pesquisas.

Importante destacar que o ensino médio reúne atualmente alguns dos piores indicadores da educação brasileira. É nessa etapa da educação básica que se concentram as maiores taxas de abandono escolar e também as menores notas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que mede a qualidade de nossas escolas. Os dados, compilados a partir de resultados de 2011 do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e da Prova Brasil, revelam que apenas 10,3% dos alunos brasileiros terminam o ensino médio

sabendo o que deveriam em matemática – ou seja, quase 90% dos alunos não aprendem o esperado. É um retrocesso em relação à medição anterior, realizada em 2009, quando 11% dos estudantes do 3º ano sabiam o esperado. Em língua portuguesa não houve retrocesso, contudo, praticamente não houve avanços. Em 2009, 28,9% dos estudantes demonstraram dominar os conteúdos esperados. Em 2011, o número chegou a 29,2%. Coerente com o Ideb, o ensino médio obteve em 2011 a nota 3,7 em uma escala de 0 a 10.[42]

De acordo com pesquisa realizada em 400 escolas públicas em 13 capitais brasileiras, o problema da falta de infraestrutura está sendo superado pela falta de preparo para lidar com as novas tecnologias. De maneira geral, as escolas agora possuem computadores, mas têm de enfrentar a falta de treinamento dos profissionais para melhorar o uso das máquinas. O levantamento foi realizado pela

[42] Dados de acordo com: http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/ensino-medio-brasileiro-era-ruim-e-esta-pior# texto1.

Fundação Victor Civita. Para Ângela Danneman, diretora executiva da fundação, a formação inicial não prepara os professores para utilizarem a tecnologia no processo de aprendizagem. A subutilização teria impacto no aprendizado do aluno, que já tem contato com o mundo digital pela internet, pelo celular e pelo videogame. Parece indispensável aproximar esses sujeitos (professor e aluno). Caso contrário, o desinteresse e o distanciamento continuarão sistêmicos.[43]

Mesmo quando os professores procuram apresentar suas ideias por meio de recursos de última geração, é necessário esforço no sentido de transferir o paradigma do ensino da memória para a construção, do professor para o aluno, do passado para o futuro. Nesse sentido, infere Pierre Lévy:

[43] Dados de acordo com: http://www.jb.com.br/pais/noticias/2009/12/27/ pesquisa-revela-despreparo-dos-professores-para-usar-novas-tecnologias/.

> Toda e qualquer reflexão séria sobre o devir dos sistemas de educação e formação na cybercultura deve apoiar-se numa análise prévia da mutação contemporânea da relação com o saber. A esse respeito, a primeira constatação envolve a velocidade do surgimento e da renovação dos saberes e do know-how. Pela primeira vez na história da humanidade, a maioria das competências adquiridas por uma pessoa no começo do seu percurso profissional serão obsoletas no fim de sua carreira. A segunda constatação fortemente ligada à primeira, concerne à nova natureza do trabalho, na qual a parte da transação de conhecimentos não para de crescer. Trabalhar equivale cada vez mais a aprender, transmitir saberes e produzir conhecimentos. Terceira constatação: o ciberespaço suporta tecnologias intelectuais que ampliam, exteriorizam e alteram muitas funções cognitivas humanas: a memória (bancos de dados, hipertextos, fichários digitais [numéricos] de todas as ordens), a imaginação (simulações), a percepção (sensores digitais, telepresença, realidades virtuais), os raciocínios (inteligência artificial, modelização de fenômenos complexos) (LÉVY, 1999, p. 74)

Hoje, a construção da personalidade e dos valores parece percorrer caminhos diversos daqueles

atravessados pelas mídias "tradicionais". A configuração de todos os processos perceptivos parece muito mais imagética e hipertextual/hipermidiática. A tradição oral permanece, embora totalmente contaminada por estruturas definidas pelos processos de globalização e pelas dinâmicas de consumo. A língua escrita estaria sendo totalmente reconfigurada e existiria uma resistência grande à forma tradicional de leitura. Com a globalização do conhecimento, fruto do desenvolvimento acelerado da informática e da telemática, unido a certas ideias e visões de mundo, um *novo modo de gestão do conhecimento* deveria ter surgido, apontando para uma interlocução entre os estudantes e as novas mídias. Tal relação precisa ser analisada e explorada em favor de uma prática educativa coerente com as necessidades e possibilidades do nosso momento histórico.

Apontamentos finais

Se por um lado Andraus (2006) sugere que somos seres imagéticos, que vivemos cada vez mais imersos num mundo de visualidades, agora facilitadas pelos recursos tecnológicos, por outro, Sardelich (2006) nos permite propor alguns questionamentos. Qual atenção a escola tem dado no sentido de fazer com que os alunos não sejam apenas receptores de imagens, mas críticos construtores e intérpretes delas, capazes de pensar suas funções sociais e suas relações de poder para além da fruição de prazer que elas proporcionam? Retomando os argumentos de Schwartzman, percebemos que ainda temos muito a caminhar em direção à educação do século XXI. É preciso que os alunos aprendam a construir novas estruturas visuais que estimulem uma realidade menos consumista e mais ética.

Considera-se necessário e urgente que os professores e gestores se abram, corajosamente, ao aprendizado de novas linguagens, de modo especial

às imagéticas, computacionais e multimidiáticas, pois este parece ser um caminho não só de aproximação com as novas gerações, mas também de aproximação com modelos contemporâneos de construção do conhecimento.

Muitos profissionais estão despreparados para lidar com essas questões, acomodados a velhos modelos e resistentes a uma compreensão mais ampla das formas de leitura e apreensão do mundo pelas novas gerações. Este é um problema complexo para os jovens, pois seu mundo entra em choque com o de seus pais e educadores: o choque de formas diferentes de apreensão/percepção e, consequentemente, de construção do conhecimento. As TIC são uma realidade e, na escola, professores e alunos precisam lidar com elas. É preciso conhecer as suas várias possibilidades, bem como refletir sobre as relações sociais que possibilitam.

A educação sul-mineira precisa ser capaz de desencadear uma visão do todo – de interdependência e de transdisciplinaridade – além de possibilitar a construção de redes de mudanças

sociais com a consequente expansão da consciência individual e coletiva. Portanto, um dos seus méritos deve estar na busca de metodologias inovadoras que, coerentes com as possibilidades e necessidades de seu tempo, admitam uma prática pedagógica reflexiva e transformadora, ultrapassando os limites do treinamento puramente técnico, para efetivamente alcançar a formação do indivíduo enquanto ser histórico, inscrito na dialética da ação-reflexão-ação. Nesse sentido, é imperativo ressignificar o uso das TIC nas instituições de ensino fundamental II e médio sul-mineiras, em prol de um diálogo autêntico entre educador/educando, contribuindo para uma prática pedagógica coerente com as novas realidades humanas e tecnológicas, bem como para a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem.

Bibliografia

ANDRAUS, Gazy. *As Histórias em quadrinhos como informação imagética integrada ao ensino universitário*. 2006. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ARRUDA, José J. Andrade. *A revolução Industrial*. 2.ed. São Paulo: Ática,1991.

BELLONI, M. L. Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. Educação & Sociedade, ano XXIII, n. 78, abr. 2002.

CASTELLS, Manuel. *Communication power*. New York: Oxford University Press, 2009.

DIMANTAS, Hernani. Linkania – A multidão hiperconectada. In: LEÃO, Lucia (org.). *Derivas*: cartografias do ciberespaço. São Paulo: Annablume; Senac, 2004.

ENSINO MÉDIO brasileiro era ruim. E está pior. *Veja*. 6 mar. 2013. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/ensino-medio-brasileiro-era-ruim-e-esta-pior#texto1>. Acesso: 19 abril 2013.

ENSINO MÉDIO brasileiro precisa entrar no século XXI. *Veja*. 26 ago. 2012. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/o-ensino-medio-do-seculo-xxi>. Acesso: 19 abril 2013.

FAVA, Rui. *Educação 3.0*: como ensinar estudantes com culturas tão diferentes. Cuiabá: Carlini e Caniato, 2012.

GARSIDE, Juliette. Crianças de 6 anos dominam tecnologia digital melhor que adultos. *Observatório da Imprensa*, n. 812, 29 set. 2014. Reproduzido do The Guardian. Trad. Rodrigo Neves. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed812_criancas_de_6_anos_dominam_tecnologia_digital_melhor_que_adultos>. Acesso: 29 set. 2014.

GOMEZ, M.V. *Cibercultura, formación y actuación docente en red*: guía para profesores. Brasília: Liberlivro, 2010.
INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: 10 out. 2011. Disponível em: http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/relatorio_tecnico.htm. Acesso: 18 abril 2014.
LEMOS, André. Cibercultura e mobilidade: a era da conexão. In: LEÃO, Lucia (org.). *Derivas*: cartografias do ciberespaço. São Paulo: Annablume; Senac, 2004.
LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.
MURRAY, Janet H. *Hamlet no holodeck*: o futuro da narrativa no ciberespaço. São Paulo: Itaú Cultural: Unesp, 2003.
PESQUISA revela despreparo dos professores para usar novas tecnologias. *Jornal do Brasil*. 27 dez. 2009. Disponível em: http://www.jb.com.br/pais/noticias/2009/12/27/pesquisa-revela-despreparo-dos-professores-para-usar-novas-tecnologias/. Acesso: 19 abril 2013.

SARDELICH, Maria Emilia. Leitura de imagens, cultura visual e prática educativa. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 128, p. 451-472, maio/ago. 2006.
SCHWARTZMAN, S.M.C. *Os desafios da educação no Brasil*. RJ. Ed. Nova Fronteira, 2005.
TREMBLAY, Gaëtan. De Marshall McLuhan a Harold Innis ou da Aldeia Global ao Império Mundial. *Revista FAMECOS*, n. 22, Porto Alegre: dez. 2003.

AS CONTRIBUIÇÕES DA ABORDAGEM DE REGGIO EMILIA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA

Márcia Pimenta Ferreira[44]

RESUMO: A infância é fase de extrema importância na evolução do indivíduo, período no qual sãogeradas as bases para todo o desenvolvimento do sujeito. Assim, a Educação Infantildeve seguir como objetivo principal auxiliar no desenvolvimento integral das crianças.Para que isso aconteça efetivamente, é necessário expandir os horizontes da Educação Infantil, buscando sempre novas fontes de saber, a fim de elaborar propostas pedagógicas que propiciem experiências diversificadas e inovadoras aos pequenos, queenglobem seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, tornando o processo deconstrução do conhecimento instigante e prazeroso. Seguindo este pressuposto, estapesquisa busca a partir de estudos bibliográficos, focalizando autores como EDWARDS e RINALDI, entrevistas e visitas *in loco,* adquirir maiores informações acerca da abordagem de Reggio Emilia, considerada exemplo de Educação Infantil nomundo.Nota-se que Reggio dispõe de diversos aspectos singulares, como organizaçãodo espaço,

[44] Pedagoga, UEMG. E-mail: marciapimentaf@gmail.com

visão da criança, participação da família na educação, planejamento, tais quesão algumas das principais contribuições desta abordagem para a primeira etapa da Educação Brasileira. Vale ressaltar que aqueles que almejam uma educação de qualidade e novos conhecimentos na área, não devem copiar tal ideologia, mas refletir acerca de suas bases e transpor para cada realidade o que irá auxiliar verdadeiramente no desenvolvimento dos pequenos inseridos nestes contextos.
Palavras-chave: Educação infantil. Aprendizagem e prazer. Projetos. Reggio Emília

INTRODUÇÃO

A educação foi se transformando ao longo do tempo, se modificando, a fim de atender as necessidades que surgiram juntamente com o crescimento populacional, econômico e social. Depois de muitas lutas e embates, o “ser criança” ganhou maior espaço na sociedade, os civis e governantes tomaram consciência a cerca da educação, compreendendo a necessidade de que esta seja gratuita e com qualidade para todos. Logo no decorrer da história do Brasil, foram e são realizados

diversos diálogos entorno do ensino no país, buscando sempre um maior desenvolvimento e avanço nesta área.

Embora em muitas instituições brasileiras as propostas pedagógicas sejam realizadas voltadas à criança, buscando atender todos os pré-requisitos de uma boa Educação Infantil, há uma necessidade de se atentar mais intimamente as especificidades da infância e ao que os educandos estão realmente sentindo, vivendo e principalmente expressando.

Inúmeras escolas e docentes estão sempre em busca de novas metodologias que englobem o brincar e a ludicidade, porém ainda há muito que se avançar neste aspecto. Os projetos pedagógicos desenvolvidos devem priorizar a criança, seus valores, conhecimentos, seguindo como principal objetivo o desenvolvimento global do discente, instigando-o a criar, refletir, a ser o produtor do seu próprio conhecimento.

Deve-se elaborar propostas que valorizem os professores, além de concretizar uma relação efetiva entre escola/família/alunos, um currículo que

transpareça que a própria criança é um ser pertencente e de extrema importância para a sociedade.

Seguindo essa perspectiva de educação, a abordagem de Reggio Emilia, região italiana, é uma das mais bem conceituadas do mundo em se tratando de Educação de crianças pequenas, visto que as instituições de Reggio cultivam e orientam cuidadosamente o potencial intelectual, emocional, social e moral de cada criança.

Seguindocomo enfoque o método qualitativo, realizando pesquisa bibliográfica, visitas *in loco*, observações, entrevistas e participações em encontros, buscou-se por meio deste trabalho adquirir maiores informações acerca da abordagem da educação de Reggio Emília, suas práticas pedagógicas, principais pressupostos teóricos, perspectiva histórica de sua construção, além de buscar identificar qual sua contribuição para a Educação Infantil brasileira.

Percebe-se que os centros educacionais de Reggio caracterizam-se por suas práticas inovadoras,

metodologias de documentação, suas experiências diversificadas, formação contínua de seus profissionais, e principalmente, pela relação íntima estabelecida entre família, crianças e escola, o que culmina em uma gestão democrática com participação efetiva da comunidade.

Para se perceber e compreender com maior clareza os fundamentos e trabalhos desenvolvidos na comuna italiana até os dias atuais é necessário realizar uma breve contextualização, identificando a trajetória, lutas e conquistas de todos envolvidos na construção das escolas da região.

Narrando a história de Reggio Emilia

Reggio Emilia é uma comuna[45] italiana, com população aproximada de 170 mil habitantes, situada na região de Emilia Romagna, ao Norte da Itália. Em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, diante de cidades completamente devastadas, em meio aos

[45] Comuna é a unidade básica de organização territorial na Itália, equivalente aos municípios no Brasil.

escombros, via-se a necessidade de planejar uma nova história, nova vida. No vilarejo de Villa Cella, região italiana, a população que alí estava depositou a esperança de um futuro melhor na educação. Em meio aos destroços deixados pela guerra, com esforço e dedicação da comunidade iniciou-se a construção de uma escola.

Por meio da venda de um tanque de guerra, alguns caminhões e cavalos deixados na região pelos soldados alemães, foram arrecadados valores que contribuíram para esta construção, tal que foi estruturada em um terreno cedido por um fazendeiro. Porém, o que receberam ainda não era suficiente, assim, removeram das casas bombardeadas as vigas, tijolos e da margem do rio que cortava a cidade, foi retirada a areia. Aos poucos com a colaboração e trabalho dos sobreviventes da guerra, principalmente com a força e dedicação das mulheres e mães, a escola foi sendo edificada.

Após oito meses e dedicação total, iniciava-se ali uma revolução política e social com a “Escola do

Tanque”[46], tal que foi a percussora da experiência de Reggio Emilia.

> O que ocorreu em Villa Cella foi apenas a primeira fagulha. Outras escolas foram abertas na periferia e nos bairros mais pobres da cidade, todas criadas e operadas por pais. Encontrar apoio para a escola, em uma cidade devastada, rica apenas no luto e na pobreza, seria um processo longo e difícil, e exigiria sacrifício e solidariedade impensáveis à época. (EDWARDS, 1999, p.60)

Sete outras escolas foram iniciadas nas áreas mais pobres de Vila Cella e embora muitos pensassem que tais não iriam sobreviver por muito tempo, sua grande maioria ficou aberta por quase vinte anos.

Nota-se que as instituições criadas nessa época, de certa forma, foram as bases para duas das principais instituições públicas da primeira infância

[46] A instituição, construída pela comunidade, recebeu esse nome porque foi edificada por meio da venda de um tanque e os destroços deixados pela guerra.

que estão ativas atualmente na Itália, sendo elas os centros para a primeira infância *Asili Nido* que atendia bebês dos 4 meses aos 3 anos, e escolas pré-primárias *Scuoledell' Infanzia*, atendendo crianças dos 3 aos 6 anos de idade. (ROSS, *in*EDWARDS,1999, p.30)

Iniciava-se então uma parceria entre escola, família e criança, base do trabalho realizado nas instituições de Reggio Emilia, que perdura fortemente até os dias atuais, contribuindo para o desenvolvimento e crescimento de ambos.

Principais pensadores e pressupostos que alicerçam a proposta de Reggio Emilia

Loris Malaguzzi, principal protagonista na elaboração desta abordagem, destaca que as maiores partes dos educadores seguem com uma visão fixa de que as únicas teorias que podem auxiliar no desenvolvimento de propostas pedagógicas, são as já estabelecidas e formadas na área da educação. Porém, o pedagogo adverte a importância de se

buscar sempre novas fontes de conhecimento, visto que a educação é a via para a transformação social, econômica e política de uma comunidade.

Nota-se que, é a partir da leitura do mundo em geral que se encontram novos problemas e questões a serem trabalhados com as crianças. É necessário destacar que independente das teorias utilizadas, os educadores de Reggio não apenas importavam as principais ideologias, mas sim, realizavam sobre estas uma reflexão crítica, a fim de criar propostas significativas para os pequenos dos centos educacionais.

Uma das grandes teorias que influenciaram a elaboração da abordagem de Reggio Emília foi à de Maria Montessori (1870-1952). A psicóloga seguia com a ideia de que a infância é a fase crítica na evolução do indivíduo, período no qual são geradas as bases para todo o desenvolvimento do sujeito. Partindo desta perspectiva criou teorias embasadas na liberdade e responsabilidade, transformando a educação em todo o mundo com suas ideologias inovadoras.

O principal fundamento de seus estudos é a independência da criança, visando que a educação deve auxiliá-la em seu desenvolvimento global, interior e exterior, criando diversas experiências, visto que são por meio destas que o sujeito toma consciência do mundo e de si mesmo.

Assim, promulgou a visão de criança adotada não somente nos centros de educação em Reggio, mas em toda comunidade italiana, de que os pequenos são seres completos, que possuem capacidades, criatividade e potenciais, que necessitam de estimulação e principalmente liberdade para construírem seu próprio conhecimento.

Outro teórico que seguia com uma perspectiva de educação libertadora e influenciou Reggio, foi John Dewey (1859-1952). Ele visava uma proposta que levasse as crianças ao pensamento crítico, que instigasse o questionamento da realidade, assim como Montessori, também almejava uma educação onde os educandos pudessem construir seus próprios saberes.

Os estudos de Jean Piaget também influenciou na construção desta perspectiva inovadora. Para o teórico o conhecimento não deve ser visto como pronto e inacabado, mas este deve ser construído através da ação, interação e relação do sujeito com o seu meio. Logo, apresenta que esta construção não é linear, visando que se aprende por meio das tentativas e erros.

Jean Piaget ressalta a importância de contextualizar a realidade do aluno no processo de construção do seu saber. A escola segue o dever de respeitar os conhecimentos prévios de cada discente e deve aproveitar as experiências individuais para relacionar aos conteúdos desenvolvidos, deve-se discutir a realidade concreta em que vivem, associando-a as disciplinas trabalhadas, tornando assim o conhecimento mais significativo para os educandos (FREIRE, 2013).

Na perspectiva da contextualização da realidade do aluno, de relacionar o meio, o social as atividades desenvolvidas nas instituições educacionais, ponto de trabalho pedagógico em

Reggio Emília, nota-se traços da teoria de Lev Vygotsky (1896-1934).

Para o estudioso no decorrer das vivências e interações, o homem transforma o meio e este também o influencia. Pela interação social, o sujeito aprende e se desenvolve, criando novas formas de agir no mundo, ampliando suas ferramentas de atuação neste contexto cultural complexo, durante todo o ciclo vital. (RIBEIRO,2005, p.1)

Reggio a cada fase de sua construção fez maior uso de determinado pensamento, ideologia e teoria como base teórica, nunca fixando apenas em uma ou importando seus modelos de educação, mas sim, refletindo e questionando individualmente sobre seus conceitos, suas possibilidades e contribuições, elaborando assim uma proposta pedagógica singular.

Aspectos singulares de Reggio Emilia

Nota-se que embora a perspectiva educativa de Reggio Emilia, se modifique e transforme constantemente, buscando sempre atender as

necessidades e especificidades das crianças, suas bases e objetivos vêm perpassando durante anos, visando a valorização da criança e suas diversidades..

Tal ideologia busca estimular a criança a desenvolver suas diversas linguagens a todo o momento e para que isso aconteça verdadeiramente, propõe-se uma elaboração e organização de espaço diferenciado, uma equipe educadora que busca o desenvolvimento integral da criança e reconhece que é parte fundamental nesse processo.

Destaca-se também que a presença e participação da comunidade e pais no âmbito escolar é efetiva, tanto no planejamento, quanto no desenvolvimento das atividades.Com todas suas singularidade e inovações, esta perspectiva ficou conhecida como "pedagogia da escuta".

Pedagogia da Escuta – a criança como protagonista da construção do conhecimento

O primeiro diferencial da educação em Reggio Emília é a visão de criança que se adota, não somente nas instituições educacionais, mas em toda a comunidade. Interiorizou-se durante toda sua história

uma grande valorização dos pequenos, sendo estes reconhecidos como cidadãos participantes e de extrema importância social. Assim segue-se com

> [...] uma imagem baseada na compreensão de que todas as crianças são inteligentes, o que quer dizer que todas as crianças atribuem significado ao mundo, num processo constante de construção de conhecimento, identidade e valores. Seguindo essa construção social, luta-se para mostrar as potencialidades de cada criança e para dar a cada uma delas o direito democrático de ser escutada e de ser reconhecida como cidadã na comunidade. (RINALDI, 2014, p.40)

Os pequenos, desde o nascimento são vistos como protagonistas ativos na sociedade, comunicadores, que apresentam competências, identidade pessoal, cultural e histórica, sendo sujeitos de direitos e deveres que devem ser respeitados e vistos como tal. Logo, idealizou-se uma educação que considera as especificidades de cada criança, excluindo qualquer tipo de classificação, transmissão do saber, educação tradicionalista e normativa.

Assim, a “pedagogia da escuta” estrutura-se nos princípios ético, estético e político, objetivando criar condições para que o educando seja o protagonista principal do processo de construção do seu próprio conhecimento.

> Se nós acreditamos que as crianças têm teorias, interpretações e questões próprias e que são coprotagonistas dos processos de construção do conhecimento, então os verbos *mais* importantes na prática educativa não são mais “falar”, “explicar” ou “transmitir”, é apenas “escutar". Escutar significa estar aberto aos outros e ao que eles tem a dizer, ouvindo as cem (e mais) linguagens com todos os nossos sentidos. Escutar é um verbo ativo, pois significa não só gravar uma mensagem, mas também interpretá-la, e essa mensagem adquire sentido no momento em que o ouvinte a recebe e avalia.. (RINALDI, 2014, p.228)

Essa abordagem difunde uma visão de inquietação e transformação, que busca verdadeiramente escutar o ambiente, o outro e a si mesmo, dar voz e vez principalmente às crianças. O

escutar remete a estar aberto aos novos conhecimentos, aos pensamentos e ideias dos colegas, sendo um momento para reflexão, para absorção e inclusão das diferenças, no qual procura-se compreender e valorizar os sujeitos em suas diversidades.

Visto que o foco principal dessa ideologia não é o resultado em si, mas todo o processo de conhecimento, o pensamento individual é tratado de forma séria, sendo propiciada uma abertura ao diferente, ao novo. O erro é tomado como oportunidade, às crianças são respeitadas em seu ritmo de aprendizagem e crescimento, valorizadas em todas as suas formas de expressão e compreensão (RINALDI, 2014).

Partindo desse pressuposto, nas instituições educacionais os pequenos aprendem através de investigações, descobertas, experiências diversificadas, questionamentos que surgem cotidianamente.

> O processo de aprendizado privilegia as estratégias de pesquisa, confronto e coparticipação; vale-se de criatividade, incerteza, intuição, curiosidade; é gerado nas dimensões lúdica, estética, emocional, relacional e espiritual que cruza e alimenta; propõe a centralidade da motivação e do prazer do aprender. (REGGIO CHILDREN, 2012, p. 11)

Ao pesquisar, investigar e refletir as crianças enriquecem suas teorias, o processo educacional vai se moldando em novas formas, se renovando, reformulando os saberes, realizando uma verdadeira inovação pedagógica.

Buscando realizar esse processo de construção do conhecimento prazeroso e significativo, a pedagogia da escuta enfoca a estimulação global das crianças, a fim de que elas utilizem todos os sentidos, diálogo, movimento, corpo, interação, todos os instrumentos possíveis.

Esses diversos símbolos e códigos que os educandos utilizam para se expressar, interagir e compreender o mundo ao seu redor e a si mesmo,

foram denominados em Reggio Emília, como as linguagens da criança.

As cem linguagens da criança

Malaguzzi em sua perspectiva educacional utiliza a metáfora das “cem linguagens da criança”, ilustrando as diversas representações simbólicas utilizadas pelos pequenos, suas múltiplas maneiras de expressar, aprender e compreender.

> As cem linguagens são metáforas das extraordinárias potencialidades das crianças, dos processos cognitivos e criativos, das múltiplas formas com que a vida se manifesta e o conhecimento é construído. As cem linguagens devem ser entendidas como disponibilidades que se transformam e multiplicam, na cooperação e na interação entre linguagens, entre crianças e entre crianças e adultos. (REGGIO CHILDREN, 2012, p.10)

São inúmeras as possibilidades de metodologias e instrumentos que podem ser utilizados para que as diversas linguagens da criança

sejam estimuladas. A música e a dança, por exemplo, estimulam o desenvolvimento da sensibilidade, ritmo, linguagem oral e corporal. A natureza, os animais, a luz, as diversas formas, materiais, texturas, gostos, o questionamento, a curiosidade, tudo que é encontrado no meio em que a criança está inserida é recurso de aprendizagem.

Através de diversas experiências lúdicas, no diálogo com o diferente, na relação com sujeitos de outras idades e realidades, os pequenos alcançam novos conhecimentos de forma prazerosa, incorporando-os assim em sua vida, no cotidiano.

Vale ressaltar que em todas as ações de investigação, descoberta e desenvolvimento, a criança é respeitada em sua identidade, sendo livre para se expressar, questionar, podendo através de todas as suas potencialidades interagir e compreender a si mesmo e o mundo ao seu redor.

Equipe educadora

No decorrer da construção da educação italiana, foi-se percebendo que o professor não é o único responsável pela aprendizagem dos pequenos. Logo, educador não é somente o professor em sala de aula, mas todos aqueles que contribuem para o crescimento dos sujeitos, todos integrantes do espaço formal da escola.

> O grupo de trabalho é composto por todos aqueles que, na especificidade dos diversos papéis e perfis profissionais (professor, educador, atelierista, cozinheira, auxiliares e pedagoga) que atuam dentro de cada creche e escola para a infância. O grupo de trabalho é fundamentado no valor da relação, do confronto e da responsabilidade. (REGGIO CHILDREN, 2012, p. 16)

Independente do papel e função que desempenha o educador é valorizado como pessoa, sendo crucial para o desenvolvimento dos projetos.

Assim, cada sujeito complementa as ações e diálogos dos outros, do grupo, da escola, vistos como protagonistas indispensáveis das experiências realizadas diariamente.

Essa perspectiva gera uma legítima interdisciplinaridade, no qual todos participantes das instituições estão intimamente ligados ao desenvolvimento e aprendizagem, escutam os pequenos, têm consciência de suas potencialidades, estão sempre observando o modo de expressão, compreensão, buscando propiciar espaços de saberes mais ricos.

O professor exerce papel de mediador e interlocutor. Em algumas experiências se coloca como observador, e em outras, realiza intervenções, sendo protagonista. Independente de sua posição ele segue sempre com o objetivo principal de apoiar a curiosidade dos educandos, instigar o questionamento e a reflexão.

Um grande diferencial da perspectiva de Reggio é que os professores trabalham em pares, co-ensinando em cada sala de aula, inspirando assim

maior comunicação, além de seguirem com as turmas no decorrer dos anos, tendo a possibilidade de dialogar com o colega sobre os avanços e desenvolvimento dos pequenos no decorrer do tempo, planejando propostas que atendam verdadeiramente as necessidades das crianças. (EDWARDS, 1999)

Um educador chave na proposta pedagógica de Reggio Emília é o atelierista. Diferente do que muitos pensam, este profissional não é apenas um artista que trabalha isolado em seu espaço. Ao contrário, ele é parte integrante da equipe educadora, um dos principais a propiciar diálogos entre os projetos, documentações, atividades desenvolvidas pelas crianças e professores.

O atelierista trabalha com os professores na didática diária das instituições, levando para os laboratórios perspectivas diferentes, inovadoras, que realizam efetivamente a ligação entre as diversas linguagens, que possibilitam a experimentação de diferentes materiais, expandindo assim, as potencialidades dos pequenos.

Estes são responsáveis por gerar solidariedade, comunicação entre todos inseridos na instituição educacional, utilizando momentos e fatos importantes do cotidiano para fazer com que as crianças aproveitem ao máximo as experiências oferecidas pelos espaços.

É um dos principais responsáveis pela construção da documentação realizada em Reggio, o atelierista seleciona e prepara as exibições. Esta documentação é a representação da trajetória das crianças nas instituições educacionais, é o que torna visível a aprendizagem, no qual serve como base de análise do seu desenvolvimento.

Outro integrante do grupo de educadores é o *pedagogista*[47] que trabalha com pequenos números de escolas municipais. Estes profissionais apresentam alta formação em psicologia e pedagogia, seguindo como uma de suas principais funções auxiliar os centros educacionais no entendimento do processo de aprendizagem.

[47] Profissional voltado para área pedagógica da Educação, auxilia o trabalho dos educadores e alunos.

> É responsabilidade do *pedagogista* trabalhar com professores para identificar os novos temas e as experiências para o desenvolvimento profissional contínuo e o treinamento em serviço. [...] O *pedagogista* trabalha para promover em si mesmo e nos professores uma atitude de "aprendendo a aprender" [...], uma receptividade à mudança e uma disposição para a discussão de pontos de vista opostos. (EDWARDS, 1999,p.124)

Na perspectiva de Reggio Emília, todos aprendem no cotidiano escolar. Não há hierarquia entre profissionais ou alunos, todos se desenvolvem a partir das relações, interações e diálogos, assim o *pedagogista* cria oportunidades para que este processo seja efetivamente realizado.

Todos os educadores oferecem extrema autonomia às crianças, dispondo de inteira confiança nos trabalhos que elas realizam. Um aspecto que é diferenciado nas instituições italianas e representa bem essa relação entre educador e criança é a participação dos pequenos nas cozinhas.

Este espaço que na grande maioria das instituições é negado às crianças, em Reggio é aberto e visto como fator principal na formação do sujeito. As cozinheiras são também educadoras, permitindo que os pequenos as auxiliem no preparo de alimentos, propiciando assim que as crianças aprendam por meio dos diversos sentidos, olfato, paladar e tato.

Por meio das experiências sensoriais de descascar, cortar, degustar, as crianças conseguem tomar maior noção das texturas, diferenças e semelhanças, além de dialogar sobre plantio, colheita e a importância nutricional de cada alimento.

Todos integrantes das instituições de Reggio no decorrer de seu trabalho visam apoiar e encorajar os educandos em suas investigações. Logo, propiciam oportunidades de crescimento, propondo sempre novas descobertas e experimentações, contribuindo verdadeiramente na aprendizagem e no desenvolvimento de todos os aspectos físico, motor, afetivo e cognitivo dos pequenos.

Participação de pais e comunidade

A relação entre família, comunidade e escola é um dos principais pilares da filosofia da abordagem de Reggio Emília. Assim a presença das famílias nas instituições italianas acontece naturalmente, os centros educacionais são abertos aos pais e instiga que estes tenham participação real nos planejamentos e vida educativa dos filhos.

Segue-se com um ideal de gestão social, no qual ocorre participação comunitária ativa na educação. Este modelo de organização é visto como um meio de incentivar, apoiar e idealizar inovações para este setor, propiciando que a educação se afaste cada vez mais das burocracias excessivas.

A fim de realizar efetivamente essa estratégia educativa de participação e relação entre pais, educadores e crianças, são promovidos diversos encontros e eventos que propiciam o diálogo entre os mesmos, seja em grandes ou pequenos grupos, até mesmo com pais individualmente.

Assim, ocorrem periodicamente palestras, feiras, discussões em mesa redonda, conversas individuais, pequenas reuniões, celebrações na instituição, excursões, momentos práticos e dinâmicos. Ambientes no qual são reunidos os anseios e especificidades das diferentes famílias, de todos aqueles que expiram grande interesse pela educação.

Nestes espaços os educadores relatam as experiências vivenciadas nos centros educacionais, realizam avaliações em conjunto, identificando com mais facilidade as necessidades principais das crianças. Logo, todos os integrantes opinam, apresentam seu conhecimento e ponto de vista, dando sugestões de atividades e metodologias que sejam mais significativas para os pequenos.

Essa íntima relação transmite assim uma cultura de comunicação, solidariedade, responsabilidade e inclusão no âmbito educacional, no qual são consideradas as ideias e perspectivas expostas, estabelecendo conexões ativas entre pais, educadores e crianças.

Organização do espaço

Os espaços no qual as instituições são construídas são amplos e estratégicos, com estruturas que se conectam, que favorecem o diálogo e as comunicações. Os centros educativos contam com arquitetura natural, utilizando em sua composição todos os instrumentos oferecidos pela natureza e o meio em que está inserido.

São ambientes transparentes, visíveis, livres, que propiciam sensações de mudança, entrada da luz natural, fazendo sempre uma conexão entre o âmbito interno e externo.

> O ambiente interage, modifica-se e toma forma de acordo com os projetos e experiências de aprendizado das crianças e dos adultos e num constante diálogo entre arquitetura e pedagogia. O cuidado com a estética, os objetos, os locais de atividade por parte das crianças e dos adultos é um ato educativo que gera bem-estar psicológico, senso de familiaridade e

> pertencimento, gosto estético e prazer de habitar o local [...] (REGGIO CHILDREN, 2012, p.13)

Os espaços são relacionais, recintos acolhedores que permitem a construção de diálogos, captando diferentes perspectivas e pontos de vista. Nota-se uma preocupação com a estética, visto que esta é mais um elemento que qualifica o conhecimento, que propicia às crianças uma multiplicidade e pluralidade de experiências sensoriais.

O espaço das instituições é visto como um educador, que deve ser fonte de experiências e inquietações. Assim, os ambientes dos centros são elaborados para se transformarem no decorrer do desenvolvimento de projetos, se conectando com as especificidades das propostas pedagógicas, propiciando maiores fontes de exploração, atendendo as necessidades das crianças.

O grande diferencial nas escolas de Reggio são os laboratórios e ateliês. Locais que expiram a imaginação e criatividade, estimulam a mente e o

corpo. São compostos por instrumentos intrigantes, que ressaltam as peculiaridades do ambiente, que possibilita o uso e manuseio de diferentes ferramentas e técnicas.

> O *atelier* serve a duas funções. Em primeiro lugar, ele oferece um local onde as crianças podem tornar-se mestres de todos os tipo de técnicas, tais como pintura, desenho e trabalho com argila – todas as linguagens simbólicas. Em segundo lugar, ele ajuda que os professores compreendam como as crianças inventam veículos autônomos de liberdade expressiva, de liberdade cognitiva, de liberdade simbólica e vias de comunicação. O atelier tem um efeito importante, provocador e perturbador sobre ideias didáticas ultrapassadas. (EDWARDS, 1999, p.130

O âmbito educacional em geral é projetado para atender e subsidiar os pais, alunos e professores. Assim o espaço transpassa confiança e segurança para ambos, estimulando verdadeira colaboração e diálogo entre pais, dispondo de mobiliários adequados que auxiliam o trabalho dos educadores,

dando-os privacidade e os apoiando em seu processo de desenvolvimento profissional.

O recinto escolar promove a curiosidade, a autonomia, propiciando que os pequenos expressem seus potenciais, desenvolvam suas diversas linguagens comunicativa, cognitiva, lógica, imaginativa. O espaço é organizado para que a criança explore, pesquise, trabalhe em grupos e individualmente, se comunique, dialogue, reforce sua identidade e segurança.

Planejamento

A organização curricular nos centros educacionais italianos se apóia na aprendizagem por meio de projetos. Logo estes buscam promover em harmonia os aspectos do desenvolvimento infantil, colocando os pequenos como principais protagonistas da construção do conhecimento.

Os projetos e atividades refletem a gestão democrática realizada nas instituições, exaltando a relação entre escola, pais e crianças. Visando o

diálogo, a coletividade e a aprendizagem em conjunto, o envolvimento dos pais é propiciado tanto na elaboração, quanto no desenvolvimento das propostas pedagógicas, no qual é trabalhada a solução de problemas e a cooperação.

Voltando-se para a avaliação e análise do desenvolvimento e crescimento dos pequenos, o principal método utilizado pelos educadores é a documentação. Esta que é a representação dos trabalhos desenvolvidos no decorrer destes processos.

A documentação é construída por meio de vídeos, gravações, fotos, relatórios escritos, materiais que oferecem memória concreta e visível das atividades realizadas.

> Garantir o escutar aos outros e a si próprio é uma das tarefas primárias da documentação: isto é, produzir traços/documentos capazes de testemunhar e de tornar visíveis as modalidades da aprendizagem individual e em grupo, capazes de garantir ao grupo e a cada criança individualmente a possibilidade de observar-se de um ponto de vista externo enquanto aprende (tanto

> durante quanto após os processos). (ZERO, 2014, p.85)

Este método de avaliação favorece o confronto, a aprendizagem, sendo ferramenta significativa de estudo, análise e renovação. É dialético que não apenas acompanha o processo de conhecimento da criança, mas o estimula e transforma. (ZERO, 2014)

Percebe-se que a criança e seu desenvolvimento global é o foco de todos os aspectos desta abordagem educativa. Desde o planejamento até a exposição dos trabalhos, volta-se um grande cuidado aos pensamentos, sentimentos e expressões dos pequenos. Estes que são respeitados em suas singularidades, valorizados e principalmente encorajados a serem sempre autônomos, questionadores, reflexivos, sujeitos ativos e transformadores.

Conhecendo a realidade

Como parte da coleta de dados foram efetivadas participações em encontros realizados pela RedSolare[48] e visitas *in loco* a duas instituições situadas na cidade de Belo Horizonte em Minas Gerais, que desenvolvem suas propostas educacionais à luz das perspectivas italiana. As escolas se encontram em regiões diferentes da cidade, o que possibilitou realizar uma análise sobre os contrastes entre os contextos sociais. Estes centros educacionais serão denominados no decorrer do trabalho como escolas A e B.

A RedSolare é uma rede internacional que se faz presente em doze países, expandindo as ideias da prática educativa de Reggio Emilia e criando espaços para a discussão de propostas que visam à inclusão e educação de qualidade para todos. Esta rede objetiva

[48] RedSolare é uma rede internacional que expande a proposta pedagógica de Reggio Emília e propõe diálogos entorno de perspectivas educativas inovadoras.

reunir profissionais do âmbito educativo a fim de buscarem novos conhecimentos, realizando intercâmbios entre diversos países em defesa de uma cultura mundial da infância que compreenda a criança por inteiro e busque seu desenvolvimento integral.

A RedSolare está ativa no Brasil desde 2006, efetivando seu trabalho em diversos estados do país, propiciando diálogos entorno de propostas educacionais inovadoras e transformadoras.Em agosto de 2015 foi efetuada a abertura da Rede Solare Brasil - Polo Minas Gerais, em Belo Horizonte, seguindo como tema os "Olhares sobre a experiência educativa de Reggio Emilia".

A participação nesse encontro promoveu o primeiro contato com a realidade escolar, propiciado a percepção das singularidades de uma instituição que desenvolve seu trabalho embasado nas ideologias de Reggio, além de oportunizar relatos de experiências desenvolvidas pelos educadores.

Nos meses de setembro e outubro, foram realizadas as visitas *in loco* as instituições. Escola A

é uma instituição da rede privada, com 17 anos de história, situada em um bairro de classe média/alta de Belo Horizonte. Escola B pertence à rede pública, iniciou suas atividades em 2009 e está situada na periferia da cidade.

Ambas as instituições contam com espaços diferenciados e integradores, ambientes abertos, no qual as crianças podem brincar jogar, se relacionarem. Há também locais para a interação dos pais, sala de entrada ampla, aconchegante e auditório, ambientes onde os discentes e familiares podem usufruir de diversas atividades culturais.

Ao analisar as diferenças entre as instituições, percebe-se que as principais estão relacionadas ao espaço. O ponto positivo é que independente das condições destes aspectos, ambas as escolas prosseguem com a ideia de espaço que é utilizada na abordagem educativa de Reggio Emilia.

Através das observações foi possível perceber a preocupação com a disposição dos objetos, materiais e ferramentas nos espaços, visto que estes são de extrema importância no processo de

construção dos conhecimentos, identidades e histórias pessoais dos pequenos.

Os ambientes nos centros educacionais são ativos, no qual os pequenos e o meio se relacionam e modificam um ao outro. Com isso, os espaços propiciam a cada criança lhe atribuir significados especiais e diferenciados, criando um território individual e significativo para cada educando. (RINALDE, 2014, p.154)

Em ambas as instituições a cozinha é utilizada como espaço educador, visto que a comida propõe à criança a experiência relacional da nutrição, de alimentar-se sozinha, além de experimentar a própria limpeza e ordem pessoal, estimulando a autonomia dos pequenos. (VECCHIATO, 2003, p.139)

Nas instituições observadas nota-se que os educandos em suas descobertas se interagem com as variadas ferramentas de aprendizagem, o que propicia a realização da base pedagógica de Reggio Emilia, a criança ser o produtor do seu próprio conhecimento.

Assim os pequenos individualmente vivenciam novas experiências, buscam novos conhecimentos, são incitados pelo ambiente a utilizar e desenvolver suas diversas formas de expressão e compreensão do mundo e de si mesmo.

Ao analisar os planejamentos, propostas pedagógicas e projetos desenvolvidos nas escolas, percebe-se que em ambas, uma das finalidades principais é a estimulação da autonomia da criança.

Ao focar as avaliações, assim como em Reggio Emilia, é utilizada principalmente a documentação. São reunidos diversos materiais como fotos, vídeos, registros dos trabalhos desenvolvidos pelos pequenos e elaborado um documento de toda trajetória da criança no seu processo de construção do conhecimento.

Por meio das observações, análises dos planos curriculares e propostas pedagógicas das instituições, percebeu-se que todas as atividades desenvolvidas no decorrer dos projetos, compreendem as necessidades e interesses dos pequenos, propiciando canais de expressão para dá-los voz; levando em conta o corpo,

a mente, as emoções, o espírito da criança na inteireza. (FRIEDMANN, 2005, p.13)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem de Reggio Emilia além de pensar em uma educação transformadora que está em constante mudança, se fundamenta em uma perspectiva que compreende a criança por inteiro, desenvolvendo projetos que auxiliam na construção de sua autonomia, identidade, reflexão e criticidade.

Percebe-se que a principal diferença entre a educação italiana e a brasileira é a questão cultural.Em Reggio segue-se historicamente com uma visão diferenciada da educação e principalmente da criança. Toda a comunidade dispõe de imenso valor aos pequenos e suas singularidades, a educação é reconhecida como via para a transformação.

Assim, os pais participam efetivamente nas instituições, nos planejamentos, organizações, elaborações da proposta educacional. Esta que já vem se desenvolvendo e aperfeiçoando a mais de 60

anos, o que promoveu uma educação de qualidade, diferenciada e inovadora.

No Brasil a Educação Infantil vem se desenvolvendo mais intensamente nas duas últimas décadas. Logo há ainda muitas barreiras da visão tradicional de educação a serem quebradas, um longo caminho a ser percorrido em busca da compreensão da importância da criança e da educação para a comunidade.

Embora na sociedade brasileira muitos ainda não compreendam a importância de um âmbito educacional voltado para o desenvolvimento global das crianças, afastado da visão tradicional de educação, nas instituições que trabalham a luz da abordagem de Reggio Emilia, há participação efetiva dos pais.

Isto propicia uma gestão democrática nestes centros educacionais, no qual ocorrem diálogos abertos e verdadeiros, tornando as propostas pedagógicas elaboradas com a colaboração de todos, significativas para as crianças, atendendo verdadeiramente as suas necessidades.

A pesquisa de campo propiciou analisar o contraste entre dois contextos sociais do Brasil.A grande diferença entre os centros educacionais é o espaço físico, mas ao analisar a elaboraçãodestes espaços, nota-se que ambas as instituições os organizam de maneira que estes sejam estimulantes aos educandos.

Os âmbitos educacionais incitam experiências diversificadas, estimulam às emoções, sensações, percepções, relações prazerosas entre os pequenos e objetos, educandos e educadores, crianças e seus coetâneos.

Ao focar as bases teóricas e filosóficas, percebe-se que tanto na Itália, quanto no Brasil, busca-se uma formação do desenvolvimento integral dos pequenos, em seus aspectos motor, afetivo, social e cognitivo. Logo, os educandos são colocados como protagonistas principais da construção do seu próprio conhecimento.

Os planejamentos desenvolvidos em ambas as instituições consideram as culturas e histórias individuais dos pequenos, dão voz e vez as

especificidades, expressões e comunicações das crianças, ressaltando e dando visibilidade, principalmente por meio da documentação, aos seus trabalhos desenvolvidos.

Assim os educadores dão forma e vida à imaginação e criatividade dos pequenos, estimulando a representação por meio de suas diversas linguagens, os apoiando no decorrer das experiências, criando momentos para reflexão e análise dos trabalhos.

Todos os integrantes das instituições propiciam momentos no qual as crianças se desenvolvem por meio do diálogo, relações, brincadeiras, unindo o prazer ao aprender. Estimulando a todo tempo a mudança, levando os pequenos a perceberem que são agentes ativos, que devem discutir, refletir e buscar a transformação.

Em ambos os espaços as crianças são encorajadas diariamente a serem autônomas, solidárias, reflexivas e críticas. Há um trabalho voltado à formação de cidadãos capazes de discutir abertamente sobre a diversidade, os diferentes pontos

de vista, que respeitem e valorizem a opinião de cada sujeito.

Percebe-se que as crianças inseridas nos contextos que desenvolvem o trabalho a luz da educação de Reggio Emília, são ativas, que apresentam maior facilidade para dialogar, expor suas ideias, questionar a si mesma e aos outros.

Assim a abordagem educativa italiana oferece então diversas contribuições para a Educação Infantil brasileira, visto que seus aspectos singulares dependem somente de uma mudança de atitude por parte daqueles que o realizam.

Logo os educadores brasileiros que desejam uma Educação Infantil de qualidade, novos conhecimentos na área, não devem buscar copiar as ideologias italianas, mas sim, realizar uma reflexão acerca de suas propostas educacionais, transpondo para cada realidade as inovações pedagógicas que atenda melhor as necessidades e especificidades das crianças, auxiliando assim no desenvolvimento integral dos pequenos inseridos nestes contextos.

REFERÊNCIAS

COSTA. Magda Suely Pereira. *Maria Montessori e seu método.* Linhas críticas. Brasília, v. 7, n.13, jul./dez. 2001.

CRAIDY, Carmen Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva (orgs.). *Educação infantil: pra que te quero?*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

EDWARDS, Caroline; GANDINI, L. *As cem linguagens da criança: as abordagens de ReggioEmilia na Educação da Primeira Infância*.Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 44ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FRIEDMANN, Adriana. O que é infância. In: *revista patio educação infantil*. Porto Alegre-RS: Artmed, ano II, nº 6, março 2005, p.14-17.

GANDINI, Lella; HILL, Lynn; CADWELL, Louise; SCHWALL, Charles (Orgs.).*O papel do ateliê na educação infantil: a inspiração de Reggio Emília*. Porto Alegre: Penso, 2012.

REGGIO CHILDREN. Regimento Escolas e Creches para a Infância da Comuna de ReggioEmilia. ReggioEmilia: Nerocolore, Corregio, 2012.
RINALDI, Carla. Diálogos com ReggioEmilia: escutar, investigar e aprender – São Paulo: paz e Terra, 2014.
VECCHIATO, Mauro. *A terapia psicomotora*. Tradução de Mabel de Melo Malheiros Bellati. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. 216p.
ZERO, Project. *Tornando visível a aprendizagem: crianças que aprendem individualmente e em grupo.* Reggio Children; tradução Thaís Helena Bonini. 1. ed. São Paulo: Phorte, 2014.

PARTE 2: ÁREA DE EXATAS, DA TERRA, AGRÁRIAS, ENGENHARIAS E BIOLÓGICAS

DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ATRITO UTILIZANDO AS PRINCIPAIS EQUAÇÕES DE MECÂNICA DOS FLUIDOS PARA REGIME TURBULENTO VIA SCILAB@[49]

Luciana Claudia Martins Ferreira Diogenes[50]
Ana Maria Ferreira de Almeida[51]

RESUMO: O trabalho em desenvolvimento na UEMG – Unidade Frutal apresentou como principal objetivo simular o diagrama de Moody utilizando o software SCILAB@, o qual se encontra disponível para instalação gratuitamente, e também comparar o valor do fator de atrito obtido entre as principais equações de mecânica dos fluidos. O entendimento da lógica de programação se faz necessária para a utilização do SCILAB. O diagrama de Moody foi obtido experimentalmente e é muito utilizado para se determinar o fator de atrito f em estudos que envolvam escoamento. Uma

[49] Esse trabalho conta com o apoio da FAPEMIG (edital 07/2014 FAPEMIG).

[50] Professora do Departamento de Ciências de Exatas e da Terra da UEMG – Unidade Frutal. E-mail: lucianafem@yahoo.com.br

[51] Aluna do curso de Tecnologia em Produção Sucroalcooleira da UEMG – Unidade Frutal.

forma de representá-lo no regime turbulento é calcular o fator de atrito pela equação de Colebrook. Porém, a equação é implícita em f, uma vez que ele aparece em ambos os lados da equação. Para resolver equações desse tipo torna-se necessária a utilização de métodos iterativos, os quais são possíveis de serem encontrados utilizando comandos específicos do Scilab. Para se construir o diagrama no regime turbulento, deverá ser conhecido o número de Reynolds Re (Re > 2.300) e o valor da rugosidade relativa e/D. Variando-se esses parâmetros obtém-se o fator de atrito com os métodos iterativos do SCILAB$^{@}$. Outra fórmula que também é utilizada para a obtenção do fator de atrito é a equação de Haaland, a qual é explícita em f, não sendo necessária a utilização de métodos iterativos. Porém, a de Colebrook apresenta maior precisão em seus resultados. Para regimes turbulentos, pode-se empregar a equação de Blasius, Prandtl para o limite de $\varepsilon \rightarrow 0$ e Von Kármán para $Re \rightarrow \infty$ e os fatores de atrito obtidos deverão ser comparados aos calculados pela equação de Colebrook (Fox, Pritchard e Donald, 2010), (Çengel e Cimbala, 2013). Esse estudo de comparação de valores de f obtido por várias equações diferentes deverá ser apresentado também nos resultados simulados finais.

Palavras Chaves: Scilab, fator de atrito, Colebrook, Haaland, Blasius, Von Kàrmán, Diagrama de Moody.

Introdução

Mecânica dos fluidos é uma parte da física voltada para estudar os fluídos estejam eles em movimento, ou parados. Fluidos são materiais que escoam como líquidos e gases. O escopo é muito vasto uma vez que 75% da Terra é composta por água e 100% do volume do planeta contém ar. Problemas de aerodinâmica de aeronaves e foguetes, hidrodinâmica de navios e submarinos, escoamento de vapor para geração de energia elétrica através de turbinas, estudos médicos de circulação sanguínea e respiração, irrigação, combustão envolvem escoamento de fluidos (Yunus e Cimbala, 2013).

Limitando-se o escoamento por substâncias sólidas, como o que ocorre em tubos, dutos, bocais, difusores, contrações e expansões súbitas, válvulas e acessórios, o escoamento interno pode ser laminar ou turbulento. Soluções para regime laminar, em alguns casos, podem ser resolvido analiticamente enquanto que no turbulento, as soluções analíticas não são

possíveis com maior precisão (Fox, Pritchard e Donald, 2010).

O número de Re para escoamento em tubos circulares caracteriza o fluxo em laminar, se Re < 2.300, fluxo de transição se 2.300≤ Re≤ 4.000 e Re > 4.000 (Yunus e Cimbala, 2013).

A perda de carga pode ser definida como a dissipação de energia que o fluido perde durante o escoamento em uma tubulação. Um dos fatores que ocasiona essa perda é o atrito (Fox, Pritchard e Donald, 2010), (Yunus e Cimbala, 2013). Dessa forma, esse trabalho mostra como é possível calcular o fator de atrito nos regimes laminar e turbulento, sendo que no regime turbulento é apresentada a forma mais precisa para a obtenção do fator e como é possível o uso equações mais simples e analíticas, dentro das limitações. Os valores serão obtidos por simulação computacional com o uso do software gratuito e disponível na internet SCILAB$^{@}$.

Equações para Regime Turbulento

Existe uma equação mais simples para calcular o fator de atrito f do que a equação de Colebrook, devido a ela não ter a presença de f em ambos os lados da equação. Porém, segundo autores como Yunus e Cimbala (2013), seus resultados se comparados em alguns casos podem variar em até em 2% de diferença. Se algum projeto que envolva tubulação exigir um resultado mais preciso aconselha-se que use a equação de Colebrook. A fórmula de Haaland é representada na equação (2.1):

$$\frac{1}{\sqrt{f}} = -1{,}8log[\left(\frac{\frac{e}{d}}{3{,}7}\right)^{1{,}11} + \frac{6{,}9}{Re}] \quad (2.1)$$

onde f: fator de atrito, Re: número de Reynolds, e: rugosidade absoluta, d: diâmetro do tubo, e/D: rugosidade relativa.

Para regime turbulento pode se utilizar a equação que é conhecida por correlação de Blasius (Pope, 2000), (Chadwick, Morfett, Borthwick, 2013),

nos limites de Re inferior a 10^5 e para tubulações lisas dada por (2.2):

$$f = \frac{0{,}316}{Re^{0{,}25}} \quad (2.2)$$

sendo que a equação não varia em função da rugosidade relativa.

A equação de Colebrook em que Re tende ao infinito se reduz a equação de Vón Kàrmán (Çengel e Cimbala, 2013):

$$\frac{1}{\sqrt{f}} = -2{,}0\ log\ (\frac{\frac{e}{d}}{3{,}7}) \quad (2.3)$$

A equação de Prandtl (2.4) refere-se ao limite de ε à 0 da equação de Colebrook, com Re entre $5*10^3$ e $3{,}4*10^6$ (Schaschke, 2005).

$$\frac{1}{\sqrt{f}} = 2{,}0\ log\ (Re\sqrt{f}) - 0{,}8 \quad (2.4)$$

Cyril F. Colebrook (1910-1997) fez uma relação entre os dados que haviam disponíveis na época para escoamento de transição e de regime turbulento, para todos tipos de tubo, tanto rugosos quanto lisos. Essa relação deu origem a equação que

é conhecida atualmente como equação de Colebrook na qual está representada na equação (2.5).

$$\frac{1}{\sqrt{f}} = -2{,}0\ log(\frac{\frac{e}{D}}{3{,}7} + \frac{2{,}51}{Re\sqrt{f}}) \quad (2.5)$$

Equação para Regime Laminar

No regime laminar onde Re < 2.300, aplica-se a equação (2.6) dependente somente de Re (Çengel e Cimbala, 2013):

$$f = \frac{64}{Re} \quad (2.6)$$

Diagrama de Moody

O diagrama de Moody, como o mostrado na figura 4.1, foi obtido por Lewis Ferry Moody (1944) a partir da equação de Colebrook para Re> 4.000 no regime turbulento (Çengel e Cimbala, 2013).

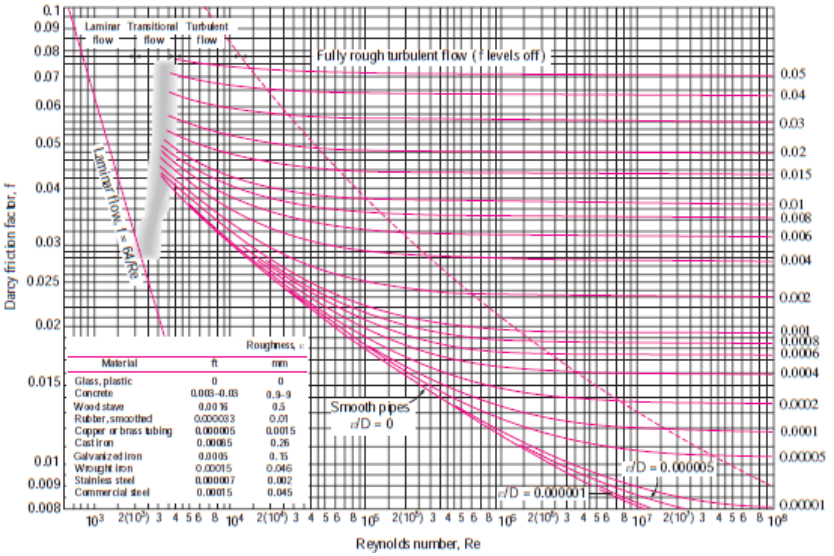


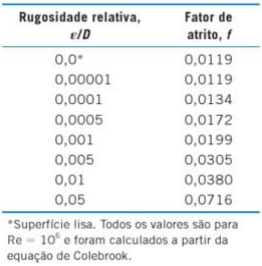
Figura 4.1: Diagrama de Moody (Çengel e Cimbala, 2013).

Resultados Simulados

A equação de Colebrook foi inserida no SCILAB@ para calcular o fator de atrito e construir o Diagrama de Moody. Primeiramente, checou-se se os valores encontrados na equação estavam de acordo

com os citados na literatura. A comparação está mostrada a figura 4.2:

e/D	**Fator de atrito simulado**
0,00001	0,0118695
0,0001	0,0134414
0,0005	0,0172067
0,001	0,0199435
0,005	0,0304650
0,01	0,0379647
0,05	0,0715738



Rugosidade relativa, ε/D	Fator de atrito, f
0,0*	0,0119
0,00001	0,0119
0,0001	0,0134
0,0005	0,0172
0,001	0,0199
0,005	0,0305
0,01	0,0380
0,05	0,0716

*Superfície lisa. Todos os valores são para $Re = 10^6$ e foram calculados a partir da equação de Colebrook.

Figura 4.2: a) A esquerda: fator de atrito obtido por simulação utilizando a equação de Colebrook para Re= 10^6**,** b) A direita: fator de atrito apresentado em Çengel e Cimbala (2013) para Re= 10^6**.**

Os dados obtidos através da simulação da equação de Colebrook (figura 4.2) estão bem próximos aos valores reais, o que demonstra que o programa pode ser utilizado para realizar as simulações. Para se construir o Diagrama de Moody

é necessário encontrar o fator de atrito f utilizando a equação de Colebrook variando-se e/D e Re. Para essa simulação, Re no regime turbulento assumiu valores entre 2.300 e 10^8 e os valores de e/D usados foram 0,00001; 0,00005; 0,0001; 0,0002; 0,0004; 0,0006; 0,0008; 0,001; 0,002; 0,004; 0,006; 0,008; 0,01; 0,015; 0,02; 0,03; 0,04 e 0,05.

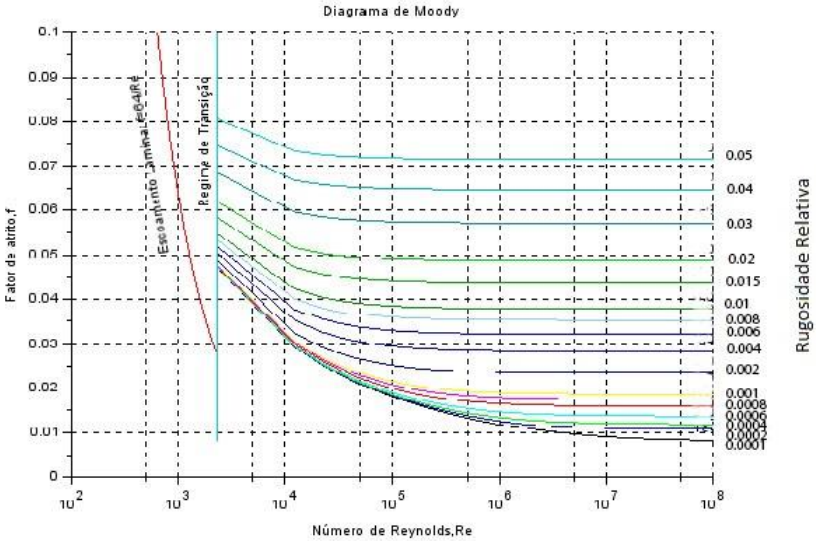


Figura 4.3: Resultado da simulação utilizando a equação de Colebrook**.**

O diagrama de Moody simulado é apresentado na figura 4.3 e comparado com a figura 4.2, pode-se afirmar que existe muita semelhança mesmo os valores de e/D não terem sidos os mesmos usados.

e/D	Re	Fator de atrito Haaland	Fator de atrito Colebrook	Diferença
0.00001	3000.	0.0435282	0.0443462	1.8793664
0.00001	10000.	0.0308984	0.0308943	- 0.0132972
0.00001	100000.	0.0180438	0.0178604	- 1.0164736
0.00001	1000000.	0.0118695	0.0117669	- 0.8650942
0.00001	10000000.	0.0089957	0.0089580	- 0.4194047
0.00001	1.000D+08	0.0081876	0.0081936	0.0732436
0.001	3000.	0.0444113	0.0450287	1.3901869
0.001	10000.	0.0323818	0.0321749	- 0.6389749
0.001	100000.	0.0221745	0.0219662	- 0.9394647
0.001	1000000.	0.0199435	0.0199412	- 0.0113399
0.001	10000000.	0.0196671	0.0197019	0.1773632
0.001	1.000D+08	0.0196386	0.0196775	0.1979875
0.01	3000.	0.0518684	0.0522431	0.7225263
0.01	10000.	0.0431266	0.0430449	- 0.1893987
0.01	100000.	0.0385035	0.0385385	0.0908030
0.01	1000000.	0.0379647	0.0380362	0.1881635
0.01	10000000.	0.0379098	0.0379853	0.1990740
0.01	1.000D+08	0.0379043	0.0379802	0.2001776

Figura 4.4: Comparação do fator de atrito por simulação computacional: equação de Haaland X equação de Colebrook.

e/D	Re	Fator de atrito Blasius	Fator de atrito Colebrook	Diferença
0.00001	3000.	0.0435282	0.0426979	- 1.9074095
0.00001	10000.	0.0308984	0.0316	2.2705914
0.00001	100000.	0.0180438	0.0177700	- 1.5175128
0.00001	1000000.	0.0118695	0.0099928	- 15.811452
0.00001	10000000.	0.0089957	0.0056194	- 37.53287
0.00001	1.000D+08	0.0081876	0.00316	- 61.404859
0.001	3000.	0.0444113	0.0426979	- 3.8580317
0.001	10000.	0.0323818	0.0316	- 2.4143383
0.001	100000.	0.0221745	0.0177700	- 19.863099
0.001	1000000.	0.0199435	0.0099928	- 49.894379
0.001	10000000.	0.0196671	0.0056194	- 71.427529
0.001	1.000D+08	0.0196386	0.00316	- 83.909267
0.01	3000.	0.0518684	0.0426979	- 17.680212
0.01	10000.	0.0431266	0.0316	- 26.72733
0.01	100000.	0.0385035	0.0177700	- 53.84844
0.01	1000000.	0.0379647	0.0099928	- 73.678743
0.01	10000000.	0.0379098	0.0056194	- 85.177028
0.01	1.000D+08	0.0379043	0.00316	- 91.66322

Figura 4.5: Comparação do fator de atrito por simulação computacional: equação de Blasius X equação de Colebrook.

e/D	Re	Fator de atrito Prandtl	Fator de atrito Colebrook	Diferença
0.00001	3000.	0.0435282	0.0435292	0.0023797
0.00001	10000.	0.0308984	0.0308891	- 0.0301850
0.00001	100000.	0.0180438	0.0179926	- 0.2838037
0.00001	1000000.	0.0118695	0.0116465	- 1.878793
0.00001	10000000.	0.0089957	0.0081036	- 9.9176074
0.00001	1.000D+08	0.0081876	0.0059410	- 27.438369
0.001	3000.	0.0444113	0.0435292	- 1.9862197
0.001	10000.	0.0323818	0.0308891	- 4.6097181
0.001	100000.	0.0221745	0.0179926	- 18.859209
0.001	1000000.	0.0199435	0.0116465	- 41.602223
0.001	10000000.	0.0196671	0.0081036	- 58.796305
0.001	1.000D+08	0.0196386	0.0059410	- 69.748269
0.01	3000.	0.0518684	0.0435292	- 16.077507
0.01	10000.	0.0431266	0.0308891	- 28.375742
0.01	100000.	0.0385035	0.0179926	- 53.270291
0.01	1000000.	0.0379647	0.0116465	- 69.322745
0.01	10000000.	0.0379098	0.0081036	- 78.624137
0.01	1.000D+08	0.0379043	0.0059410	- 84.326256

Figura 4.6: Comparação do fator de atrito por simulação computacional: equação de Prandtl X equação de Colebrook.

e/D	Re	Fator de atrito Von de Kàrmán	Fator de atrito Colebrook	Diferença
0.00001	3000.	0.0435282	0.0080632	- 81.475797
0.00001	10000.	0.0308984	0.0080632	- 73.90401
0.00001	100000.	0.0180438	0.0080632	- 55.312916
0.00001	1000000.	0.0118695	0.0080632	- 32.067746
0.00001	10000000.	0.0089957	0.0080632	- 10.365633
0.00001	1.000D+08	0.0081876	0.0080632	- 1.5182767
0.001	3000.	0.0444113	0.0196355	- 55.787258
0.001	10000.	0.0323818	0.0196355	- 39.36266
0.001	100000.	0.0221745	0.0196355	- 11.450386
0.001	1000000.	0.0199435	0.0196355	- 1.544365
0.001	10000000.	0.0196671	0.0196355	- 0.1606062
0.001	1.000D+08	0.0196386	0.0196355	- 0.0161259
0.01	3000.	0.0518684	0.0379037	- 26.923251
0.01	10000.	0.0431266	0.0379037	- 12.110564
0.01	100000.	0.0385035	0.0379037	- 1.5578609
0.01	1000000.	0.0379647	0.0379037	- 0.1607544
0.01	10000000.	0.0379098	0.0379037	- 0.0161274
0.01	1.000D+08	0.0379043	0.0379037	- 0.0016133

Figura 4.7: Comparação do fator de atrito por simulação computacional: equação de Von de Kàrmán X equação de Colebrook.

A figura 4.4 mostra, em sua terceira coluna, os valores de fator de atrito obtidos pela equação de Haaland. Segundo o que foi explicado em “Equação de Haaland”, a diferença do fator de atrito obtido pelas equações de Haaland e Colebrook deveria ser

de aproximadamente 2%. A coluna "Diferença" mostra que realmente a diferença entre essas equações não ultrapassa esse limite, sendo que a simulação abrangeu valores baixos e altos de e/D e Re.

A figura 4.5 mostra, em sua terceira coluna, os valores de fator de atrito obtidos pela equação de Blasius, e segundo o que foi informado em "Equação de Blasius", deveria ser válida somente para valores inferiores a $Re < 10^5$ e para tubulações lisas. As três primeiras linhas mostram os valores de fator de atrito para e/D pequenos e $Re \leq 10^5$, mostrando uma diferença inferior a 2% e comprovando a eficiência da equação nessas condições de limites.

A figura 4.6 mostra, em sua terceira coluna, os valores de fator de atrito obtidos pela equação de Prandtl. Segundo Schaschke (2005), a equação tem validade para tubulações lisas, onde de $\varepsilon \rightarrow 0$, e Re entre $5*10^3$ e $3{,}4*10^6$. Dessa forma, observando a coluna "Diferença", nas seis primeiras linhas onde a simulação é realizada para uma tubulação com e/D muito pequeno, a diferença é inferior a 2% somente

até Re=10^6. Quando o fator de atrito aumenta para 0,001, somente para Re= 3.000 o fator de atrito foi inferior a 2%. Para qualquer outro valor de Re, a diferença ultrapassou de 4%. Se e/D é aumentado ainda mais, passando a assumir o valor de 0,01, percebe-se que a diferença torna-se superior a 16% para qualquer Re. Dessa forma, pode-se comprovar o que é dito na literatura.

A figura 4.7 mostra, em sua terceira coluna, os valores de fator de atrito obtidos pela equação de Von Kàrmán. Essa equação, segundo Çengel e Cimbala (2013) é utilizada no limite Re $\rightarrow\infty$. Nesse caso, observa-se que as linhas 6, 12 e 18 onde Re= 10^8, a diferença é inferior a 2%, comprovando a eficiência da equação de acordo com a descrição da literatura.

Conclusão

Conclui-se que com o entendimento de lógica programável e com o auxílio do software SCILAB$^{@}$ foi possível alcançar o objetivo proposto para esse

trabalho que era o de construir o Diagrama de Moody no regime laminar e turbulento (figura 4.3) e de comparar os valores obtidos do fator de atrito no regime turbulento entre a equação Colebrook (2.5) e Haaland (2.1), Blasius (2.2), Von Kàrmán (2.3) e Prandlt (2.4), conforme mostrado nas figuras 4.4 a 4.7.

A figura 4.2 mostra que os valores de f obtidos pela simulação são similares aos apresentados em (Çengel e Cimbala, 2013), o que comprova que o código de programação elaborado para construir o diagrama de Moody baseado na equação de Colebrook está descrito corretamente.

A eficiência da equação de Haaland é apresentada na figura 4.4, onde se observa que sempre a diferença não ultrapassa o valor de 2%, conforme previsto em literatura.

A equação de Blasius pode ser aplicada para valores inferiores a $Re < 10^5$ e para tubulações lisas, e dessa forma, a figura 4.5 comprova sua eficiência conforme descrito em (Pope, 2000), (Chadwick, Morfett, Borthwick, 2013).

A figura 4.6 mostra que a validade da equação de Prandtl para tubulações lisas, onde $\varepsilon \rightarrow 0$, e Re entre $5*10^3$ e $3{,}4*10^6$, segundo Schaschke (2005).

Os valores de atrito calculados pela equação de Von Kàrmán apresentados na figura 4.7 comprovam que a equação pode ser utilizada no limite $Re \rightarrow \infty$ conforme descrito em (Çengel e Cimbala, 2013).

Referências

CHADWICK Andrew, MORFETT John, BORTHWICK Martin. **HYDRAULICS IN CIVIL AND ENVIRONMENTAL ENGINEERING**. 5ª edição. CRC Press. 2013.

ÇENGEL, Yunus A.; CIMBALA, John M. **MECÂNICA DOS FLUÍDOS FUNDAMENTOS E APLICAÇÕES**. 3ed. 2013.

FOX Robert W.; PRITCHARD Philio J.; McDONALD Alan T**. MECÂNICA DOS FLUIDOS**. 7ª edição. LTC, 2010.

POPE, Stephen.B. **TURBULENT FLOWS.** Cambridge University Press. 2000.
SCHASCHKE, Carl. **FLUIDS MECHANICS: WORKED EXAMPLES FOR ENGINEERS.** The Institution of Chemical Engineers; New Ed edition. 2005.

.

RIQUEZA ICTIOLÓGICA DO MUSEU DE ZOOLOGIA NEWTON BAIÃO DE AZEVEDO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS UNIDADE CARANGOLA

Michel Barros Faria[52]
Ariel Guilherme Santos do Nascimento[53]
Daniel da Silva Ferraz

RESUMO: Coleções científicas são fundamentais para o conhecimento da biodiversidade, possuem informações importantes para a pesquisa em diversas áreas como a sistemática, ecologia e biogeográfica. O Museu de Zoologia Newton Baião de Azevedo-MZNB, pertence à Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade Carangola. A coleção

[52] Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade de Carangola. Departamento de Ciências Biológicas. Praça dos Estudantes, 23. Bairro Santa Emília. 36800-000. Carangola, Minas Gerais. Autor correspondente: Michel Barros Faria (michel.faria@uemg.br)

[53] Os demais autores são participantes das atividades do Museu de Zoologia Newton Baião de Azevedo. Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade Carangola. Praça dos Estudantes, 23. Bairro Santa Emília. 36800-000. Carangola, Minas Gerais, Brasil.

ictiológica do MZNB é representada por peixes da região do município de Carangola, Minas Gerais. O presente estudo teve como objetivo reorganizar a coleção ictiologica do MZNB para conhecer a riqueza depositada em seu acervo. Para isso, todos os espécimes foram contados, etiquetados e os nãos identificados foram checados em chaves específicas para o grupo e identificados em nível de espécie. De acordo com o estudo realizado, o MZNB conta com 732 espécimes de peixes dulcícolas, representadas por 15 espécies, sendo uma exótica, o trairão (*Hoplias lacerdae* Ribeiro, 1908). A espécie com maior abundancia foi o lambari-prata (*Hyphessobrycon reticulatus* Ellis, 1911).
Palavras-chave: Museu de Zoologia, Coleção, Ictiofauna, Conservação, Rio Carangola.

1. INTRODUÇÃO

Os peixes representam quase 50% dos vertebrados atuais, isso compreende aproximadamente 31.000 espécies (IUCN, 2008; FROESE & PAULY, 2009; ESCHMEYER & FONG, 2010). A região Neotropical abriga cerca de 5.000 espécies de peixes de água doce e, aproximadamente, 1.500 ainda esperam uma

denominação formal (REIS *et al*., 2003). O Brasil é o país que abriga o maior número de espécies de peixes de água doce da região neotropical com aproximadamente 3.000 espécies (KOTTELAT & WHITTEN, 1996; MCALLISTER *et al*., 1997; FROESE & PAULY, 2009). Minas Gerais abriga uma ictiofauna nativa estimada em 354 espécies, o que representa quase 12% do total encontrado no Brasil (n = 3.000) (MCALLISTER *et al*., 1997; VIEIRA, 2005) ou 7,9% (n = 4.475) em relação à região Neotropical (REIS *et al*., 2003).

Mesmo com essa riqueza a ictiofauna vem sofrendo ameaças relacionadas com atividades humanas que tem alterado a qualidade do habitat, como por exemplo, poluição por esgoto, desmatamento, mineração, assoreamento e introdução de espécies exóticas e construções de barragens que impede a migração dos peixes para a sua reprodução (VIEIRA, 2005).

A bacia do rio Paraíba do Sul tem uma extensão de cerca de 1.100km, com área aproximada de 55 mil km², que se estende pelos estados de São

Paulo (13.900 km^2 – 25%), Minas Gerais (20.700 km^2 – 37%) e Rio de Janeiro (20.900 km^2 – 38%) (CEIVAP, 2009). Por ser localizado no maior polo industrial do Brasil, o rio Paraíba do Sul tem recebido certa atenção no tocante a sua conservação não só de sua ictiofauna, mas também de diversas outras áreas (BIZZERIL, 1999; ARAUJO *et al.*, 2001). A bacia do rio Paraíba do Sul é reconhecida pela sua ictiofauna característica em todas as suas unidades geográficas (AB'SABER & BERNARDES, 1958). O trecho superior compreende uma região de maior altitude com ausência de grandes centros urbanos ou industriais, sendo o menos alterado pelo lançamento de efluentes. Já os trechos a jusante estão inseridos em grandes centros urbanos e industriais, sofrendo com isso uma atividade antrópica intensa tendo em vista à sua localização geográfica (BIZERRIL & PRIMO, 2001).

O rio Carangola é um dos principais afluentes do rio Muriaé, que por sua vez e o maior tributário da porção inferior do rio Paraíba do Sul. O rio Carangola percorre por diversos municípios tendo

sua nascente na cidade de Orizânia, passando pelas cidades de Divino, Carangola, Faria Lemos e Tombos no estado de Minas Gerais, e Porciúncula, Natividade é Itaperuna, no estado do Rio de Janeiro (MELO *et al.*, 2006). O rio Carangola foi considerado como área prioritária para levantamentos científicos por abrigar diversas espécies nativas de peixes e por ainda abrigar importantes fragmentos de Mata Atlântica (DRUMMOND *et al*., 2005).

Estudos de inventários ictiofaunísticos são realizados desde o início do século XX, mas tornaram-se mais numerosos a partir da obrigatoriedade da execução de Estudos de Impacto Ambiental definida pela Resolução CONAMA nº 001/86. Estudos especificamente realizados na bacia do rio Paraíba do Sul e no rio Carangola são mais recentes, a partir da década de 90 e no ano de 2006, respectivamente (ARAÚJO & NUNAN, 2005; MELO *et al*., 2006). MELO *et al.*, (2006), realizaram um levantamento das espécies de peixes no rio Carangola usando seis diferentes pontos no município de Carangola de forma a abranger trechos

com e sem lançamento de resíduos orgânicos não tratados (esgoto) para avaliação da estrutura da comunidade de peixes.

O presente estudo reorganizou todos os espécimes de peixes já depositados no Museu de Zoologia Newton Baião de Azevedo da Universidade do Estado de Minas Gerais (MZNB/UEMG) Unidade Carangola, para a reestruturação e revitalização da coleção ictiológica do MZNB. O objetivo foi conhecer com exatidão o acervo ictiológico para a reestruturação do mesmo, tendo em vista a grande importância de coleções científicas. Desta forma, através do exame do material depositado, estudos relativos à taxonomia e sistemática de peixes podem ser realizados e, consequentemente subsidiar outros estudos de cunho aplicado nas mais diversas áreas de conhecimento.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os dados foram coletados no Museu Newton Baião de Azevedo (MZNB) que está situado na

Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade Carangola (UEMG). A reestruturação do MZNB se deu através da reorganização das coleções, dentre elas a coleção de peixes. Todos os peixes depositados no MZNB foram revisados, tiveram seus dados biométricos tomados e posteriormente receberam número de tombo do museu. As informações foram obtidas pelos dados das etiquetas contidas em cada indivíduo, e/ou no livro de coleta (Figura 1).

Figura 1 - Revisão da coleção ictiológica do MZNB. Todos os espécimes foram verificados individualmente e suas informações registradas no banco de dados do Museu.

Os dados foram analisados de forma quantitativa, onde todo o acervo do MZNB foi contabilizado, identificado e catalogado. Esses dados foram analisados de acordo com número total de espécimes de peixes existentes no MZNB, número de indivíduos para cada táxon e riqueza de espécies.

A nomenclatura científica utilizada seguiu os padrões adotados pelo Código Internacional de Nomenclatura Zoológica. Os nomes científicos das espécies seguiram as descrições originais atualizados através do "Check List of Fresh Waters Fishes of South and Central América" (REIS, KULLANDER & FERRARIS, 2003; ESCHMEYER & FONG, 2012). As espécies tiveram seu *status* de ameaça identificados a nível mundial, nacional e estadual. Em nível mundial foi utilizada a Lista de União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, 2014), a nível nacional foi utilizado a Lista das Espécies Brasileiras Ameaçadas de Extinção (MACHADO; DRUMMOND & PAGLIA, 2008) e a nível estadual foram utilizadas as listas das espécies

ameaçadas de extinção no Estado de Minas Gerais (COPAM, 2010). O período de organização da coleção ictiológica do MZNB teve duração de seis meses, cinco dias por semana, no ano de 2014.

Após esses procedimentos as informações dos espécimes foram tabuladas, onde cada representante obteve o seu respectivo número. Esses dados estão disponíveis em planilha digital, obedecendo aos seguintes critérios: número de tombo, número de campo, data, ordem, família, espécie, autor, nome popular, comprimento padrão, comprimento total, peso, bacia hidrográfica, sub-bacia, drenagem, municípios, localidade, coordenadas geográficas, coletor, projeto, grau de ameaça e observações. Após a checagem das informações os peixes foram depositados no acervo do museu em bombonas, em solução de álcool 70%. Também foram feitos registros fotográficos para cada espécie da coleção (Figuras 2 a 14).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os registros obtidos, todos os peixes depositados no MZNB foram coletados em trechos urbanos do município de Carangola, que totalizam seis pontos, três pontos a montante é três pontos a jusante do município (Tabela 1). Esses pontos foram amostrados no estudo de Melo *et al.* (2006), que objetivaram conhecer a riqueza ictiológica do rio Carangola.

O estudo de reorganização da ictiofauna resultou em mais de 50% de etiquetamento das amostras, criação do livro de tombo do MZNB para grupo zoológico em questão e identificação de aproximadamente 5% das espécies.

Tabela 1. Pontos de coletas de peixes no rio Carangola, município de Carangola, Minas Gerais, Brasil, de acordo com os resultados obtidos por Melo *et al.* (2006).

Localidade	Posição em relação área urbana de Carangola	Coordenadas
Fazenda Barra da Conceição	Montante	20° 41' 42.9"S; 42° 04' 35.5"W
Rancho Niágara	Montante	20° 42' 17.3"S; 42° 04' 27.0"W
Fazenda Santa Clara	Montante	20° 41' 42.9"S; 42° 02' 35.4"W
Horto Florestal	Jusante	20° 44' 45.0"S; 42°00' 46.2"W
Fazenda Boa Vista	Jusante	20° 44' 42.9"S; 42° 00' 00.0"W
Fazenda Fim do Mundo	Jusante	20° 45' 32.7"S; 41° 59' 34.7"W

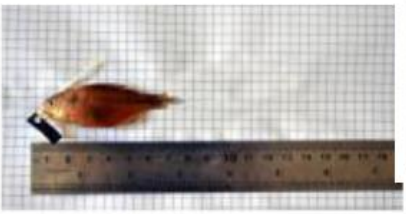


Figura 2 – *Hypostomus reticulatus* (lambari)

Figura 3 - *Oligosarcus argenteus* (lambari-bocarra)

Figura 4 - *Geophagus brasiliensis* (acara)

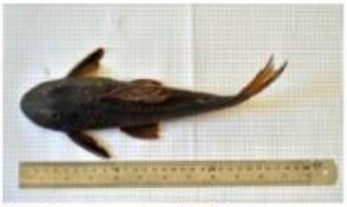


Figura 5 - *Hypostomus affinis* (cascudo)

Figura 6 - *Cyphocharax gilbert* (sairu)

Figura 7 - *Astyanax bimaculatus* (lambari)

Figura 8 - *Hoplias malabaricus* (traira)

Figura 9 - *Callichthys callichthys* (tamboatá)

Figura 10 - *Trycomycterus immaculatus* (cambeva)

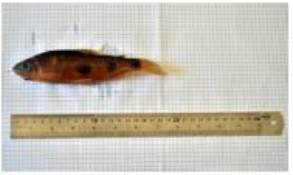


Figura 11 - *Leporinus copelandii* (piau)

Figura 12 - *Rhandia quelen* (bagre)

Figura 13 - *Gymnotus carapo* (sarapó)

De acordo com o método obtido de reorganização, a coleção ictiológica do MZNB, conta com 732 espécimes em seu acervo, representados por quatro ordens, nove famílias, quinze gêneros e quinze espécies (Tabela 02). A ordem de abundância das espécies foi: *Hyphessobrycon reticulatus* (n = 207) seguida de *Geophagus brasiliensis* (n =183), *Hypostomus affinis* (n = 100), *Rhandia quelen* (n = 86), *Cyphocharax gilbert* (n = 74), *Leporinus copelandii* (n = 28), *Deuterodon parahybae* (n = 20), *Oligosarcus argenteus* (n = 9), *Hoplias malabaricus* (n = 8), *Astyanax bimaculatos* (n = 7), *Gymnotus carapo* (n = 3), *Harttia loricariformes* (n = 3), *Hoplias lacerdae* (n = 2), *Trycomyceterus immaculatos* (n = 1) e *Callichthys callichthys* (n = 1).

O alto número de *Hyphessobrycon reticulatus* pode ser explicado pela sua ampla distribuição em toda a região neotropical ocorrendo em grande parte na América latina, sua maior diversidade está situada na América do Sul (LIMA & MOREIRA, 2003), por serem espécies facilmente adaptáveis, permitindo com que eles ocupem vários tipos de habitat como,

lagoas, rios e áreas pantanosas (MOREIRA *et al*., 2002). A maior diversidade deste gênero pode ser encontrada na bacia amazônica representado com mais de um terço das espécies (LIMA *et al*., 2003).

Tabela 02: Registro das espécies da coleção de ictiofauna identificadas, organizadas e depositadas no Museu de Zoologia Newton Baião de Azevedo – MZNB da Universidade do estado de Minas Gerais Unidade Carangola.

Ordem	Familia	Espécie	Nome Comum	Nº de espécimes
Siluriformes	Loricariidae	*Hypostomus affinis*	cascudo-acari	100
Characiformes	Characidae	*Deuterodon parahybae*	lambari	20
Characiformes	Characidae	*Astyanax bimaculatus*	lambari	07
Gymnotiformes	Gymnotidae	*Gymnotus carapo*	Sarapó	03
Characiformes	Characidae	*Oligosarcus argenteus*	lambari-bocarra	09
Characiformes	Erythrinidae	*Hoplias malabaricus*	traira	02
Characiformes	Erythrinidae	*Hoplias lacerdae*	trairão	08
Characiformes	Anostomidae	*Leporinus copelandii*	piau	28
Siluriformes	Heptaperidae	*Rhamdi aquelen*	bagre	86
Characiformes	Characidae	*Hyphessobrycon reticulatus*	lambari	207
Characiformes	Curimatidae	*Cyphocharax gilbert*	sairu	74
Perciformes	Cichlidae	*Geophagus brasiliensis*	acará	183
Siluriformes	Trichomycteridae	*Trycomyceterus immaculatos*	cambeva	01
Siluriformes	Loricariidae	*Harttia loricariformes*	cascuda-folha	03
Siluriformes	Loricariidae	*Callichthys callichthys*	tamboatá	01
Total Geral				**732**

A família mais predominante da coleção foi a Characidae seguido das famílias Ciclhidae, Loricaridae, Heptapteridae, Curimatedae, Anostomidae, Erytrinidae, Gymnotidae, Trycomyteridae. A dominância da família Characidade já é um padrão amplamente conhecido em toda a região neotropical por ser uma família com grande diversidade morfológica e ecológica, também pelo fato desse grupo ser muito complexo e apresentarem diversas formas corporais e predileções alimentares que os permitem ocuparem diversos tipos de habitat (BRITSKI *et al.*, 1999; NELSON, 2006).

O número de espécies depositadas no MZNB (n=15), representa um valor próximo ao que se conhece para o rio Carangola (n=20; Melo *et al*.,2006). Até o momento somente um estudo fez levantamento de espécies no rio Carangola, que carece de mais estudos. O rio Muriaé, o qual o rio Carangola é afluente, possui maior riqueza ictiológica conhecida com quase 40 espécies (BIZZERIL & PRIMO, 2001).

O registro da espécie exótica *Hoplias larcerdae* (trairão) é preocupante, pois trata-se de um peixe agressivo e de grande porte em comparação a maioria dos peixes existentes no rio Carangola. A presença desta espécie em pouco tempo pode levar a uma grande perda das espécies nativas (VIEIRA & RODRIGUES, 2010). Também foi encontrado no estudo de Melo *et al.* (2006), um exemplar de outra espécie exótica *Clarias gariepinus* (bagre-africano).

A introdução de espécies exóticas está entre as maiores causas de degradação da riqueza ictiológica dos rios sendo considerada a segunda maior causa de extinção das espécies nativas (SIMBERLOFF, 2003). A bacia do rio Paraíba do Sul, incluindo a sub-bacia do rio Carangola compõe umas das bacias hidrográficas com maior número de espécies exóticas do Brasil, com aproximadamente 50 espécies conhecidas, um número consideravelmente alto (ALVES *et al*., 2007; MAGALHÃES & JACOBI, 2008). A maior parte dos peixes exóticos da região é proveniente do polo de piscicultura da cidade de Muriaé, considerada um dos maiores criadouros de

peixes ornamentais do Brasil. Praticamente todas as espécies exóticas capturadas próximas ao rio Muriaé estão se reproduzindo em ambiente natural (MAGALHÃES & JACOBI, 2008).

CONCLUSÃO

O Museu de Zoologia Newton Baião de Azevedo da Universidade do Estado de Minas Gerais possui um rico acervo ictiológico no tocante rio Carangola, e torna-se importante para estudos científicos por ser a única a representar o rio em questão. O rio Carangola precisa de estudos voltados à sua conservação, principalmente pelos registros de espécies exóticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, A. N. & BERNARDES, N. **Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e arredores de São Paulo**. In: Congresso Internacional de Geografia,

XVIII, Rio de Janeiro. Guia de Excursões (4). Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 304 p. 1958.

ALVES, C. B. M. VIEIRA, F. MAGALHÃES, A. L. B. & BRITO, M. F. G**. Impacts of non-native fish species in Minas Gerais, Brazil:** present situation and prospects. In: BERT, T.M. (Ed.), Ecological and genetic implications of aquaculture activities. Netherlands: Kluwer Academic Publishers. 2007.

ARAÚJO, F. G. & SANTOS, L. N. **Distribution of fish assemblages in Lages Reservoir,** Rio de Janeiro, Brazil. Brazilian Journal of Biology: 563-576. 2001.

ARAÚJO, J. R. S. & NUNAN, G. W. **Ictiofauna do rio Paraíba do Sul: danos ambientais e sociais causados por barragens, hidrelétricas e poluição no trecho fluminense.** Rio de Janeiro, CPDMA-ALERJ, 59 p. 2005.

BIZERRIL, C. R. S. F. **A ictiofauna da bacia do rio Paraíba do Sul.** Biodiversidade e padrões biogeográficos. Braz. Arch. of Biol. Technol.: v. 42, n.2, p. 233-250. 1999.

BIZERRIL, C. R. S. F. & PRIMO, P. B. S. **Peixes de águas interiores do estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: FEMAR-SEMADS, 417 p. 2001.
BRITSKI, H. A. SILIMON, K. Z. S. & LOPES, B. S. **Peixes do Pantanal: manual de identificação.** Brasília, Embrapa. 184 p.1999.
COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP. A bacia do rio Paraíba do Sul: dados gerais. 2009. Disponível em: <http://ceivap.org.br/bacia_1_2.php>. Acesso em: dez. 2009.
DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 147, DE 30 DE ABRIL DE 2010 (COMPAM 2010).
DRUMMOND, G. M. MARTINS, C. S. MACHADO, A. B. M. SEBAIO, F. A. & ANTONINI, Y. (Org.). **Biodiversidade em Minas Gerais: um Atlas para sua conservação**. 2. ed. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas. 222p. il. 2005.
ESCHMEYER, W. N. & FONG, J. D. *Species of Fishes by family/subfamily.* Disponível em:

http://research.calacademy.org/research/ichthyology/catalog/*SpeciesByFamily*.asp. Acesso em: 12 fev. 2010.
ESCHMEYER, W. N. & FONG, J. D. Species of Fishes by family/subfamily Electronic Data base accessible. Disponível em: http://research.calacademy.org/redirect?url=http://researcharchive.calacademy.org/research/Ichthyology/catalog/SpeciesByFamily.asp. Acesso em: 7 set. 2012.
FROESE, R. & PAULY, D. (Eds), *FishBase*. World Wide Web electronic publication. Disponível em: www.fishbase.org. Acesso em: fev. 2009.
GÉRY, J. **Characoids of the world**. Neptune City, T.F.H. Publications, 672 p. 1977.
Instituto Socioambiental, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Grupo de Trabalho Amazônico, Instituto Sociedade, População e Natureza, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia e Conservation International. **Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade na Amazônia**

brasileira. Brasília, Ministério do Meio Ambiente. 144 p. 2001.
IUCN Summary statistics 2008 Red List. Disponível em: http://www.iucn.org/about/work/programmes/species/red_list/2008_red_list_summary_statistics/index.cfm. Acesso em: nov. 2008.
The IUCN Red List of Threatened Species. Version 2014.3. <www.iucnredlist.org>. Downloaded on 2014.
KOTTELAT, M. & WHITTEN, T. **Freshwater biodiversity in Asia, with special reference to fish**. World Bank Tech. Pap. n. 343, 59 p. 1996.
LIMA, F. C. T. & MOREIRA C. R. **Three new species of *Hyphessobrycon* (Characiformes: Characidae) from the upper rio Araguaia basin in Brazil**. Neotropical Ichthyology, 1(1): 21-33. 2003.
MAGALHÃES, A. L. B. & JACOBI, C. M. **Ornamental exotic fish introduced into Atlantic Forest water bodies, Brazil.** Neotropical Biology and Conservation, v. 2, p. 73-77. 2008.

McALLISTER, D. E. HAMILTON, A. L. & HARVEY, P**. Global fresh water biodiversity: striving for theintegrity of freshwaterecosystems.** Sea Wind, v. 11, n. 3, p. 140. 1997.
MELO F. C. S. A. MACHADO A. C. OLIVEIRA. A. P. C. CRUZ. J. M. LATINI. A. O. **Ictiofauna do rio Carangola, bacia do rio Paraíba do Sul, no município de Carangola, Minas Gerais, Brasil.** Lundiana7(2): 133-140. 2006.
MOREIRA, C. R. LANDIM, M. I. & COSTA, W. J. E. M. *Hyphessobrycon heliacus*: a new characid fish (Ostariophysi: Characiformes) from the upper Rio Tapajós basin, Central Brazil. Copeia, 2002 (2): 428-432. 2002.
NELSON, J. S. **Fishes of the world**. New York, John Wiley. 601p. 2006.
REIS, R. E. KULLANDER, S. O. & FERRARIS JR. C. J. (Orgs.) **Check list of the freshwater fishes of South and Central America**. Porto Alegre: edipucrs. 2003.
REIS, R. E. KULLANDER, S. O. AND FERRARIS, C. J. **Check List of the Freshwater Fishes of South**

and Central America. Porto Alegre: EDIPUCRS. 729 p. 2003.
SIMBERLOFF, D. Confronting introduced species: a form of xenophobia? Biological Invasions, n. 5, p. 179–192. 2003.
VIEIRA, F. Peixes. In: DRUMMOND, G. M. MARTINS, C. S. MACHADO, A. B. M. SEBAIO, F. A. ANTONINI, Y. (Ed.). **Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação.** Belo Horizonte, Fundação Biodiversitas, pp. 72-81. 2005.
VIEIRA, F. RODRIGUES, R. R. **A fauna de peixes dos afluentes do rio Paraíba do Sul no estado de Minas Gerais**. In :MG. Biota: Boletim Técnico cientifico da diretoria de Biodiversidade do IEF – MG. v.3, n.1 (2010) – Belo Horizonte : Instituto Estadual de Floresta. 2010.

USO DE PLANTAS MEDICINAIS NO MUNICÍPIO DE CARANGOLA - MG

Jaquelina Alves Nunes[54]
Geisiany Schitini Damique Lanes[55]

RESUMO: Desde os mais remotos períodos, o homem busca na natureza recursos que melhorem sua condição de vida a fim de aumentar sua sobrevivência e melhorar sua saúde Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi realizar um levantamento do uso das plantas medicinais utilizadas pela população do município de Carangola - MG, a fim de conhecer e resgatar a cultura voltada para a fitoterapia como prática de saúde preventiva, curativa e terapêutica. Para realização desse estudo foram feitas entrevistas com 200 moradores, sendo 100 no bairro Chevrand e 100 no bairro Ouro Verde, na cidade de Carangola, MG. Para o levantamento do uso de fitoterápicos (plantas medicinais) e informações acerca do nível socioeconômico dos entrevistados foram aplicados questionários semiestruturados a adolescentes, adultos e idosos, com faixa etária entre 12 e 80

[54] Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Carangola, Departamento de Ciências Biológicas. E-mail: jaquelina.nunes@uemg.br. Autor correspondente
[55] Graduada em Ciências Biológicas.

anos. As indicações terapêuticas, afecção e patologias foram listadas de acordo com relato dos informantes e base bibliográfica. Nas entrevistas foram registradas 22 espécies de plantas medicinais pertencentes a 14 famílias botânicas, dentre essas as mais ricas foram: Asteraceae, Lamiaceae e Fabaceae. Do total de entrevistados, 137 fazem de uso de plantas medicinais e 63 não as utilizam, representando 68,5% e 31,5%, respectivamente. Dentre os que fazem uso das plantas medicinais, 66% são mulheres, 59% adultos, 26% idosos e 14% adolescentes. Quanto a escolaridade dos informantes, 73.5% possuem ensino médio completo/incompleto. Dos domicílios visitados 62% residem em casas e 38% em apartamentos, com renda familiar mensal entre 1 e 3 salários mínimos. A origem do conhecimento destas comunidades em relação à utilização de plantas medicinais está ligada às pessoas adultas (59% dos casos), à utilização intuitiva das plantas e aos idosos. O costume de transmitir conhecimentos sobre a medicina popular a outras pessoas interessadas parece vigorar em Carangola, uma vez que, pessoas idosas, adultos e adolescentes fazem uso das plantas medicinais e tem o costume de ensinar às pessoas mais jovens da própria família. As plantas mais citadas para fins medicinais foram: Boldo (*Plectranhus*), Camomila (*Matricaria chamomilla*), Erva Cidreira (*Lippia* sp.), Assa Peixe (*Vernonieae* sp.) e Tanchagem (*Plantago* sp.). Este trabalho mostrou que uso das plantas medicinais na cura de

doenças está presente na cultura popular de Carangola, MG sendo sua prática e conhecimentos repassados entre os familiares. A utilização das plantas no município de Carangola é bastante difundida, sendo esse um dos recursos mais utilizados pelos entrevistados na cura de algumas doenças como problemas renais, insônia, feridas.
Palavras chaves: Plantas Medicinais; Fitoterápicos; Recurso Terapêutico.

INTRODUÇÃO

Desde os mais remotos períodos, o homem busca na natureza recursos que melhorem sua condição de vida a fim de aumentar sua sobrevivência e melhorar sua saúde. O uso de plantas medicinais como práticas terapêuticas vêm desde a antiguidade e ainda hoje esses saberes são repassados de geração em geração através da tradição oral e do acúmulo de saberes específicos de cada região (Lorenzi, 2008). O uso de plantas medicinais como recurso terapêutico é considerado uma prática milenar construída a partir da sabedoria do senso comum (Firmo, 2011).

De acordo com Lopes et al. (2005), uma planta medicinal é toda aquela que administrada ao homem ou ao animal que exerça alguma ação terapêutica. O tratamento feito com seu uso é chamado Fitoterapia. A Organização Mundial de Saúde (OMS) destaca que as plantas medicinais são espécies vegetais a partir das quais produtos de interesse terapêutico podem ser obtidos e usados na espécie humana como medicamento (Stasi, 2010).

Nesse contexto, Albuquerque (2005) ressalta a importância da Etnobotânica, como estudo da inter-relação direta entre pessoas de culturas viventes e as plantas do seu meio, aliando fatores culturais, ambientais e concepções desenvolvidas por essas culturas sobre plantas e o aproveitamento que se faz delas.

No Brasil, o conhecimento sobre as plantas medicinais está diretamente ligado a cultura indígena, européia e africana, sendo um país com grande diversidade biológica e cultural, que se destaca pelo vasto acervo de saberes sobre o manejo e utilização de plantas medicinais. Possui uma

grande diversidade de espécies medicinais, com um maior percentual encontradas na Amazônia, no Cerrado e na Mata Atlântica, respectivamente (Azevedo, 2005). O índio tem um vasto conhecimento sobre a flora medicinal, retirando dela diversos remédios. Já a influência européia teve início com a vinda dos primeiros padres da Companhia de Jesus chefiados por Nóbrega, em 1579, que formulavam receitas à base de plantas para o tratamento de doenças (Bevilacqua, 2010).

As plantas medicinais cada vez se tornam mais importantes e essenciais no processo de cura, principalmente com as concepções atuais da biodiversidade e sustentabilidade, que buscam os recursos naturais como fonte para melhoria na qualidade de vida (Jorge, 2003). Dessa maneira, o uso de plantas medicinais está se tornando cada vez mais comum na sociedade, sendo corriqueiro encontrar plantas medicinais comercializadas em feiras livres e mercados populares ou cultivadas em quintais residenciais.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, 80% da população mundial faz uso de algum tipo de erva na busca de alívio da dor, e desse total, apenas 30% deu-se por indicação médica. Entretanto, é importante pensar que o uso popular não é o suficiente para validar as plantas medicinais como medicamentos eficazes e seguros, afinal, muitas são as plantas que podem trazer prejuízos a saúde (Bevilacqua, 2010).

O Brasil apesar de deter a importante parcela de biodiversidade mundial, possui baixo potencial de uso de plantas como fonte de novos medicamentos. Dessa forma, é imprescindível promover o resgate, o reconhecimento e a valorização do uso das plantas como elementos para a promoção da saúde e qualidade de vida. Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi realizar um levantamento do uso das plantas medicinais utilizadas pela população do município de Carangola - MG, a fim de conhecer e resgatar a cultura voltada para a fitoterapia como prática de saúde preventiva, curativa e terapêutica.

MATERIAL E MÉTODOS
Área de estudo

O município de Carangola localiza-se na região leste de Minas Gerais, pertencente à mesorregião da Zona da Mata. Com uma área de aproximadamente 352,510Km² é constituído pelos distritos de Alvorada, Lacerdinha, e Ponte Alta de Minas, bem como municípios limítrofes de Alto Caparaó, Caparaó, Divino, Espera Feliz, Faria Lemos, Fervedouro, Orizânia, Pedra Dourada, São Francisco do Glória e Tombos.

Apresenta uma população, de acordo com o IBGE, estimada de 33.410 habitantes, sendo que a maior parte se insere no setor agropecuário e da cafeicultura, como também na prestação de serviço.

Coleta de Dados

A pesquisa de campo foi realizada, semanalmente, no município de Carangola - MG, no período compreendido entre junho e julho de 2015.

Para realização desse estudo foram escolhidos dois bairros do município: Chevrand e Ouro Verde, onde foram feitas entrevistas com 200 moradores, sendo 100 em cada bairro. Para o levantamento do uso de fitoterápicos (plantas medicinais) e informações acerca do nível socioeconômico dos entrevistados foram aplicados questionários semiestruturados a adolescentes, adultos e idosos, com faixa etária entre 12 e 80 anos.

As indicações terapêuticas, afecção e patologias foram listadas de acordo com relato dos informantes e base bibliográfica; tendo por base o sistema de classificação de plantas APG III (2009). Foi adotada nomenclatura de acordo com a Lista de Espécies da Flora do Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas entrevistas foram registradas 22 espécies de plantas medicinais pertencentes a 14 famílias botânicas, dentre essas as mais ricas foram: Asteraceae com 8 espécies, Lamiaceae com 5

espécies, Fabaceae com 2 espécies, as demais famílias apresentaram uma única espécie cada (78.5%) (Tabela 1).

Asteraceae e Lamiaceae estão sempre presentes nos trabalhos etnobotânicos e etnofarmacológicos como famílias mais representativas (Marodin & Baptista, 2001; Almeida & Albuquerque 2002; Pinto et al., 2006). Também são apontadas como famílias mais citadas quanto ao número de uso (Marodin & Baptista 2002). A família Lamiaceae apresenta distribuição cosmopolita e caracteriza-se por apresentar substâncias com atividades biológicas e grande importância terapêutica (Alves & Povh, 2013; Freitas et al., 2012); enquanto Asteraceae apresenta óleos essenciais, poliacetilenos e lactonas sesquiterpênicas (Cronquist, 1981). Para Moerman & Estabrook (2003), evidências apontam que as famílias botânicas com compostos bioativos tendem a ser mais bem representadas nas farmacopéias populares já que a seleção de plantas para uso medicinal não é feita ao acaso.

Do total de entrevistados, 137 fazem de uso de plantas medicinais e 63 não as utilizam, representando 68,5% e 31,5%, respectivamente. Dentre os que fazem uso das plantas medicinais, 66% são mulheres, 59% adultos, 26% idosos e 14% adolescentes (Figura 1). Quanto a escolaridade dos informantes, 73.5% possuem ensino médio completo/incompleto (Figura 2). Dos domicílios visitados 62% residem em casas e 38% em apartamentos, com renda familiar mensal entre 1 e 3 salários mínimos (Figura 3). O total da prevalência do uso de plantas medicinais em Carangola (68,5%) pode ser considerado baixo quando comparado a outros estudos realizados no Brasil com prevalência superior a 80% (Oliveira & Gonçalves, 2006; Schwambach & Amador, 2007; Macedo, 2007; Veiga Junior, 2008; Sales, 2009). No entanto, representa um valor considerável visto que representa mais da metade dos informantes.

A origem do conhecimento destas comunidades em relação à utilização de plantas medicinais está ligada às pessoas adultas (59% dos

casos), à utilização intuitiva das plantas, e aos idosos. O costume de transmitir conhecimentos sobre a medicina popular a outras pessoas interessadas parece vigorar em Carangola, uma vez que, pessoas idosas, adultos e adolescentes fazem uso das plantas medicinais e tem o costume de ensinar às pessoas mais jovens da própria família, tal fato e corroborado em diversos estudos (Schwambach & Amador, 2007; Veiga Junior, 2008)

É relevante salientar que, em muitos casos, as plantas medicinais são utilizadas devido o seu baixo custo e acesso facilitado (Pinto, 2008). Entretanto, foi possível perceber que, em Carangola, os entrevistados afirmaram usar esse recurso por acreditar em sua eficiência, e não por ser um recurso de baixo custo. Além disso, a terapia com plantas medicinais tem grande aceitação devido à crença de que essas são isentas de riscos e efeitos adversos e por trazerem alívio para diversos problemas de saúde (Teixeira & Nogueira, 2005). Isso pode ser preocupante, na medida em que, muitas plantas quando usadas de forma abusiva ou inadequada

podem causar diversos efeitos adversos, além de poder interagir com outros medicamentos já utilizados (Lopes et al., 2015). Outros fatores de risco ao uso de fitoterápicos devem ser considerados como potencial tóxico da planta, características específicas do usuário, o risco de contaminação e a falta de regulamentação (Tabach, 2010).

O aumento do uso de plantas medicinais pela população brasileira pode ter se dado devido à questão econômica e social, pois o alto custo dos medicamentos alopáticos e a grande dificuldade de consultas no Sistema Único de Saúde (SUS) levando o indivíduo a buscar seus próprios recursos, ou seja, as plantas como sinônimo de cura (Silva, 2014).

A maioria dos entrevistados utiliza plantas medicinais como recurso fitoterápico, desses 62% os cultiva em seu domicílio, o que coincide com outros trabalhos (Arnous et al., 2005; Souza & Felfli, 2006; Veiga Junior, 2008; Brasileiro et al., 2008). Isso mostra uma familiaridade da população com as plantas e grande conhecimento, além de um baixo índice de compra de produtos certificados, o que

pode ocasionar risco de erros na identificação planta, o que pode levar a possíveis efeitos adversos ou até intoxicações (Lopes et al., 2015). Os demais entrevistados fazem uso de chás industrializados ou adquirem em casa de vizinhos ou parentes. Em um estudo similar, realizado com 196 entrevistados no município de Teutônia (RS), a autora Schwambach (2007) concluiu que 92,9% dos entrevistados responderam utilizar as plantas medicinais no autocuidado, sendo que 71,7% desses utilizam chás eventualmente, para o tratamento de situações específicas para qual a planta medicinal é indicada, e somente 8,3% utilizam um determinado chá todos os dias.

As plantas mais citadas para fins medicinais foram: Boldo (*Plectranhus*), Camomila (*Matricaria chamomilla*), Erva Cidreira (*Lippia* sp.), Assa Peixe (*Vernonieae* sp.), e Tanchagem (*Plantago* sp.) (Figura 4). Resultados similares foram encontrados por Lopes et al., (2015), Macedo et al., (2007) e Sales et al., (2009).

Foram mencionadas as afecções para as quais se utilizam fitoterápicos em Carangola, com destaque para tratamento de feridas, insônia, problemas renais (Tabela 2). O uso como calmante ou problemas gastrointestinais receberam bastante citações, o que também ocorreu em outros trabalhos (Lopes et al., 2015; Souza & Felfli, 2006; Brasileiro et al., 2008; Schwambach, 2007).

Com relação a parte da planta utilizada na produção dos medicamentos, os moradores de Carangola-MG, utilizam principalmente a folha (89%), sendo sua maioria preparados na forma de chá (89%). Diversos autores citam a predominância do chá como modo de preparo (Sales 2009; Schwambach, 2007) e a folha como parte mais utilizada nos preparos medicinais (Freitas et al., 2015).

Este trabalho mostrou que uso das plantas medicinais na cura de doenças está presente na cultura da população do município de Carangola, sendo sua prática e conhecimentos repassados entre os familiares, de geração em geração. A utilização

das plantas no município de Carangola é bastante difundida, sendo esse um dos recursos mais utilizados pelos entrevistados na cura de algumas doenças como problemas renais, insônia, feridas.

Os entrevistados usuários das plantas medicinais em Carangola, em sua maioria, cultivam a planta no próprio domicílio, sendo as plantas mais utilizadas foram: boldo, camomila, erva cidreira, assa peixe, rosa branca e tanchagem.

Constatou-se que as plantas medicinais continuam sendo de suma importância para a sociedade carangolense, tendo significativo valor como recurso terapêutico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, U.P. de **Introdução a Etnobotanica**. Editora Intersciencia Ltda. 2005.

ALMEIDA, C.F.C.B.R. & ALBUQUERQUE, U.P. **Uso econservação de plantas e animais medicinais no Estadode Pernambuco (Nordeste do Brasil): um estudo de caso**. Interciência 27(6): 276-285. 2002.

ALVES, G.S.P.; POVH, J.A. **Estudo etnobotânico de plantas medicinais na comunidade de Santa Rita, Ituiutaba – MG**. Biotemas, 26 (3) 231-242. 2013.
APG III. **An update of the Angiosperm Phylogeny Group classification for the orders and families of flowering plants:** APG III. The Linnean Society of London, Botanical Journal of the Linnean Society 161: 105-121. 2009.
ARNOUS, A.H; SANTOS, A.S.; BEINNER, R.P.C. **Plantas medicinais de uso caseiro – conhecimento popular e interesse por cultivo comunitário**. Revista espaço para a saúde. 6 (2)1-6. 2006.
AZEVEDO, C.M.A. **A regulamentação do acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados no Brasil.** Biota Neotropica.5:19-27. 2005.
BEVILACQUA, H.E.C.R. **Histórico das plantas medicinais e das referências legais básicas.** In: HARAGUCHI, L. M. M. e CARVALHO, O. B. Plantas Medicinais. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Divisão Técnica Escola Municipal de Jardinagem. São Paulo. 2010.
BRASILEIRO, B.G.; PIZZIOLO, V.R.; MATOS, D.S.; GERMANO, A.M.; JAMAL, C.M. **Plantas**

medicinais utilizadas pela população atendida no "Programa de Saúde da Família", Governador Valadares, MG, Brasil. Rev. Bras. Cien. Farmac. 44(4): 629-636. 2008.

CRONQUIST, A. An integrated system of classification of flowering plants. New York, Columbia University Press. 1981.

FIRMO, W.C.A.; MENEZES, V.J.M.; PASSOS, C.E.C. **Contexto histórico, uso popular e concepção científica sobre plantas medicinais.** Caderno de Pesquisa. v. 18, n. especial. São Luiz. 2011.

FLORA DO BRASIL 2020 EM CONSTRUÇÃO. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/ >. Acesso em: 25 Fev. 2016

FREITAS, A.V.L.; COELHO, M.DE F.B.; MAIA, S.S.S. e DE AZEVEDO R.A.B. **Plantas medicinais: um estudo etnobotânico nos quintais do Sítio Cruz, São Miguel, Rio Grande do Norte, Brasil.** Revista Brasileira de Biociências. 10 (1): 48-59. 2012.

JORGE, S.S.A. **Plantas Medicinais:** Coletânea de saberes. 2003.

LOPES, C.R.; SILVA, F. ;ALMASSY, A.A.; CASALI, V.W. **Folhas de chá.** Viçosa: UFV, 2005.
LOPES, M.A.; NOGUEIRA, I.S.; OBICI, S.; ALBIERO, A.L.M. **Estudo das plantas medicinais, utilizadas pelos pacientes atendidos no programa "Estratégia saúde da família" em Maringá/PR/Brasil**. Revista Brasileira Plantas Medicinais, Campinas, v.17, n.4, supl. I. 2015.
LORENZI, H.; MATOS, F.J.A. **Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas cultivadas**. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2008. 512p.
MACEDO, A.F.; OSHIIWA, M.; GUARIDO, C.F. **Ocorrência do uso de plantas medicinais por moradores de um bairro do município de Marília – SP.** Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada.28 (1): 123-127. 2007.
MARODIN, S.M. & BAPTISTA, L.R.M. **O uso de plantas com fins medicinais no município de Dom Pedro de Alcântara, Rio Grande do Sul, Brasil**. Revista Brasileira de Plantas Medicinais, 4(1): 57-68. 2001.
MARODIN, S.M. & BAPTISTA, L.R.M. **Plantas medicinais do Município de Dom Pedro de**

Alcântara, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil: espécies, famílias e usos em três grupos da população humana. Revista Brasileira de Plantas Medicinais 5(1): 1-9. 2002.

OLIVEIRA, F.Q.; GONÇALVES, L.A. **Conhecimento sobre plantas medicinais e ftoterápicos e potencial de toxicidade por usuários de Belo Horizonte, Minas Gerais**. Revista Eletrônica de Farmácia. 3(2):36-41.2006.

PINTO, L.N. **Plantas medicinais utilizadas por comunidades do município de Igarapé-Miri, Pará.** Dissertação de Mestrado para obtenção do título de Mestre em Ciências Farmacêuticas. Belém. 2008.

SALES, G.P. dos S.; ALBUQUERQUE, H. N. de; CAVALCANTI, M. L. F. **Estudo do uso de plantas medicinais pela comunidade quilombola Senhor do Bonfim – Areia-PB.** Revista de biologia e ciências da terra. 2009.

SCHWAMBACH, K.H. **Utilização de plantas medicinais e medicamentosno autocuidado no município de Teutônia, RS.** Porto Alegre: UFRGS. 2007.

SCHWAMBACH, K.H.; AMADOR, T.A. **Estudo da Utilização de Plantas Medicinais e Medicamentos em um Município do Sul do Brasil.** Acta Farmacéutica Bonaerense. 26(4): 602-608. 2007.

SILVA, R. **Plantas medicinais na comunidade dos Frossard, Divino, MG**. Trabalho de Conclusão de Curso Departamento de Ciências Biológicas na Universidade do Estado de Minas Gerais Campus Carangola. UEMG. 2014.

SOUZA, C.D.; FELFILI, J.M. **Uso de plantas medicinais na região de Alto Paraíso de Goiás, GO, Brasil.** Acta Botanica Brasilica, 20(1) 135-142. 2006.

STASI, L.C. **Plantas medicinais**: **o que o profissional de saúde precisa saber.** In: HARAGUCHI, L. M. M. e CARVALHO, O. B. Plantas medicinais. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Divisão Técnica Escola Municipal de Jardinagem. São Paulo, 2010.

TABACH. R. **Farmacovigilância de plantas**: dados do CEATOX – HCFMUSP. In: HARAGUCHI, L. M. M. e CARVALHO, O. B. Plantas medicinais. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.

Divisão Técnica Escola Municipal de Jardinagem. São Paulo. 2010

TEIXEIRA, E.R e NOGUEIRA, J.F. **O uso popular de ervas terapêuticas no cuidado com o corpo.** Revista Gaúcha de enfermagem. Porto alegre. 2005.

VEIGA JUNIOR, V.F. **Estudo do consumo de plantas medicinais na Região Centro-Norte do Estado do Rio de Janeiro: aceitação pelos profissionais de saúde e modo de uso pela população.** Revista Brasileira de Farmacognosia, 18(2):308-313. 2008.

Tabela 1. Plantas medicinais utilizadas pela população dos bairros Chevrand e Ouro Verde do município de Carangola, MG.

Família	Nome Científico	Nome Popular	Parte Utilizada	Modo de Preparo	Tipo de Patologia
Apiaceae	*Foeniculum* Mill.	Erva Doce	Folha	Chá	Anti-inflamatório
Asteraceae	*Vernonia* sp.	Assa Peixe	Folha	Maceração	Feridas
	Bidens pilosa L.	Picão	Folha	Chá	Dores de estômago
	Matricaria chamomilla L.	Camomila	Folha	Chá	Insônia
	Baccharis sp.	Carquaja	Folha	Chá	Azia
	Artemisia sp.	Losna	Folha	Chá	Infecções
	Achillea millefolium L.	Novalgina	Folha	Chá	Dores
	Solidago L.	Arnica	Folha	Chá	Dores
	*Cynarascolymus*L.	Alcachofra	Folha	Chá	Ajuda na digestão
Equisetaceae	*Equisetum arvense* L.	Cavalinha	Folha	Chá	Anti-inflamatório
Euphorbiaceae	*Phyllanthusniruri*L.	Quebra Pedra	Planta Inteira	Chá	Eliminação de calculos renais
Fabaceae	*Bauhinia*sp.	Pata de Vaca	Folha	Chá	Calculos nos rins
	*Platycyamus*Benth.	Pau Pereira	Casca	Chá	Ma digestão
Lamiaceae	*Plectranthus*L'Her	Boldo	Folha	Chá	Figado
	Rosmarinus officinalis L.	Alecrim	Folha	Chá	Intestino/ Rins
	*Mentha*sp.	Hortelã	Folha	Chá	Dores

	*Leonurus*sp.	Macae	Folha	Cha	Figado
	*Ocimum*sp.	Alfavaca	Folha	Cha	Dores
Liliaceae	*Aloe vera*sp.	Babosa	Folha	Cha	Analgesico/cicatrizante
Malvaceae	*Gossypium*sp.	Folha de Algodão	Folha	Cha	Inflamações
Myrtaceae	*Eucalyptusglobulus*	Eucalipto	Folha	Cha	Bronquite/ Sinusite
Plantaginaceae	*Plantago*sp.	Tanchagem	Folha	Cha	Inflamações
Poaceae	*CymbopogonSpreng*	Capim Cidreira	Folha	Cha	Insônia
Rosaceae	*Rosa Alba* L.	Rosa Branca	Folha	Cha	Infecções
Verbenaceae	*Lippia*sp.	Erva Cidreira	Folha	Cha	Insônia
Zingiberaceae	*Zingiber*Boehm.	Gengibre	Raiz	Cha	Anti-inflamatório

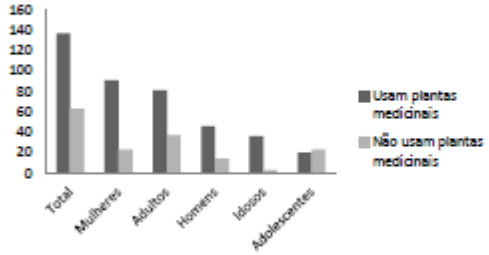


Figura 1: Indivíduos entrevistados que utilizam e não utilizam plantas medicinais, Bairros Chevrand e Ouro Verde no município de Carangola, MG.

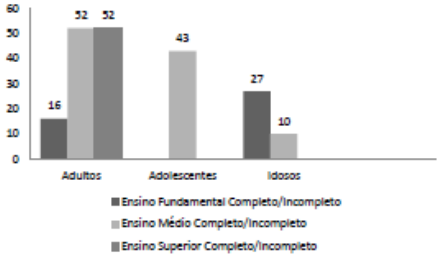


Figura 2: Grau de escolaridade dos entrevistados a respeito das plantas medicinais, nos Bairros Chevrand e Ouro Verde no município de Carangola – MG.

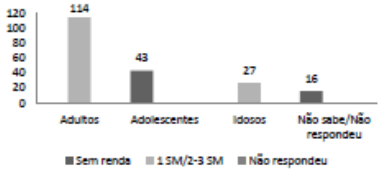


Figura 3: Renda dos entrevistados (salário mínimo= SM) a respeito das plantas medicinais, nos Bairros Chevrand e Ouro Verde no município de Carangola – MG.

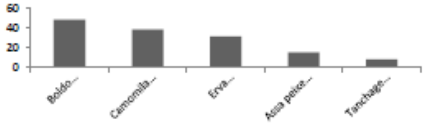


Figura 4: Plantas medicinais mais citadas para uso população de Carangola – MG.

Tabela 2. Comparação da utilização das plantas medicinais entre o uso descrito na literatura e uso mencionado pelos entrevistados no município de Carangola, MG.

Planta Medicinal	**Usos mencionados na literatura**	**Usos mencionados em Carangola, MG**
Assa Peixe	E usado como expectorante, ajudando a eliminar o catarro acumulado das vias respiratórias; em casos de bronquite; asma; pneumonia, dores musculares, reumatismos usado em casos de febres altas; a raiz usada em chá tem poder hemostático, ou seja, contém hemorragias; trata afecções de útero, rins, combate hemorróidas, também e ótimo para tratamento de afecções de pele, contusões e ate diabetes.	Feridas
Erva Cidreira	Regular menstruação, cólicas, tem efeito tônico no útero e, às vezes, pode ajudar em casos de esterilidade, insônia nervosa, problemas gastrintestinais funcionais, herpes simplex, lava feridas, combate mau hálito, antidepressivo, antialérgico (embora possa irritar peles sensíveis), digestivo, revigorante, carminativo, hipotensor, nervino, sudorífero, tônico geral, antiespasmódico, bálsamo cardíaco, antidisentérico, antivômitos	Insônia
Camomila	Ansiedade, insônia, síndromes febris, dispepsia, flatulência, náusea, vômito, inflamação bucal e do aparelho geniturinário. Dor de origem reumática. Clareadora dos cabelos. Menstruação dolorosa.	Insônia, calmante
Boldo	Afecções do fígado e do estômago, litíase biliar, cólicas hepáticas, hepatites, dispepsia, tontura, insônia, prisão de ventre, reumatismo, gonorréia.	Fígado, má digestão
Quebra Pedra	Diurética, fortificante do estômago, para cistite, antiinfecciosa das vias urinárias, para hipertensão arterial (diurético). A ação analgésica e relaxante muscular de seus alcalóides ajuda na expulsão dos cálculos renais, por atuar no relaxamento dos ureteres.	Problemas renais
Pata de Vaca	Problemas do aparelho urinário, diabetes.	Cálculos nos rins

PARTE 3: ÁREA DE
SOCIAIS APLICADAS

ASPECTOS DE GESTÃO E DE CARACTERIZAÇÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS DA CANA-DE-AÇÚCAR NA REGIÃO DE FRUTAL

Júlio Afonso Alves Dutra[56]
Lucas Fernando Buosi[57]

RESUMO: Em nossa pesquisa buscamos entender, lançando mão do registro de entrevistas feitas com executivos do setor canavieiro de Frutal – MG, o formato da composição que envolve o binômio *produto* (cana-de-açúcar e seus derivados) ***x*** *satisfação do consumidor* final interessado neste segmento de produtos e serviços. Assim, a partir de um olhar investigativo e caracterizador voltado especificamente à cadeia de suprimentos da cana-de-açúcar na região de Frutal, do modo como tais executivos a descreveram na oralidade, este artigo, objetiva sintetizar e balizar tais posicionamentos frente a um referencial teórico elucidativo sobre o gerenciamento da cadeia de suprimentos do setor da cana em

[56] Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – unidade Frutal. E-mail: jaadutra@hotmail.com
[57] Estudante do curso de Administração da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – unidade Frutal. E-mail: lucasfernandobuosi@hotmail.com

Frutal – MG. Neste sentido, observando o funcionamento do segmento, sugerimos aos gestores do segmento a implementação do modelo SCOR (*supply chain operations reference*), já que estes dois itens em destaque (produto ***x*** satisfação) são itens do escopo compreendido por este modelo e também de responsabilidade de toda a cadeia produtiva (produtores, fornecedores, varejistas e operadores logísticos). Por isso, esse fato se constitui como parte de nossa situação-problema, já que em tal processo de gestão se exigiria dos gestores da cadeia de suprimentos (*supply chain management* – SCM) a elaboração de mecanismos avançados de gerenciamento que incluíssem todos os atores citados. Metodologicamente, por meio de uma pesquisa bibliográfica e aplicada, isto é, ao caracterizarmos o SCM e aplicarmos o SCOR ao *case* frutalense, percebemos que este, para melhor se desenvolver, deveria ser intermediado pela rotina de decisões de cada parceiro da cadeia, mediante um alinhamento estratégico dos processos internos e externos de gestão, desde que, obviamente, composto por algum tipo de procedimento que fosse orientado pela demanda real do setor. Foi assim, então, que entendemos que o modelo de referência das operações na SCM poderia ser o modelo SCOR, desenvolvido primeiramente pelo *Supply-Chain Council*[58],

[58] O *Supply-Chain Council* é uma entidade sem fins lucrativos, composta principalmente por operadores dedicados

uma vez que este modelo é utilizado para analisar uma cadeia logística e identificar oportunidades de melhoria no fluxo de todo trabalho realizado pelas equipes operacionais. Como resultado deste nosso trabalho, é válido informar que o modelo SCOR, por ter um enfoque operacional, se não contribui para melhorar a cadeia produtiva da cana-de-açúcar em Frutal – MG, ao menos evidencia as deficiências do SCM.
PALAVRAS-CHAVE: cadeia de suprimentos, modelo SCOR, cana-de-açúcar

INTRODUÇÃO

Neste século XXI, as organizações passam por complexas e variadas mudanças provenientes de fatores como competição acirrada, interdependência econômica dos países, transformações tecnológicas cada vez mais rápidas, globalização dos mercados, dentre outros. Assim, o fato de as empresas rurais, ou mesmo as propriedades rurais terem de conviver com

---

à pesquisa de meios para o progresso dos sistemas e práticas de gerência de cadeias de suprimentos (www.supply-chain.org).

a realidade de uma economia aberta e os desafios da concorrência atingirem dimensões globais, faz com que elas tenham que rever suas condições de competição ou sobrevivência.

A realidade é que no contexto atual dos negócios modernos, elas tendem a não competirem mais individualmente, mas, sim, em termos de cadeias, deflagrando-se, assim, uma verdadeira concorrência das cadeias de suprimentos entre as organizações.

Independentemente do porte e do tipo de organização, todas as empresas que fazem parte de uma cadeia precisam ser produtivas. A produtividade média é que vai definir a competitividade da cadeia frente à concorrência local e internacional. Equilibrar a produtividade das empresas, especialmente nas empresas rurais, ainda é um desafio para a economia brasileira. Neste sentido:

> Farina (1999), ao ressaltar sobre a competitividade, trata da participação de mercado como indicador de resultado, obtido por meio de custos e produtividade ou inovação em produto e processo. Neste ponto

> verifica-se uma opção de escolha ao produtor rural. Ao analisar a atual atividade produtiva, o mesmo pode perceber a baixa participação de mercado e verificar sua ineficiência aos custos e produtividade motivados pela pequena área de terra. A inovação em produto ou processo pode ser uma alternativa interessante, deixando as pressões internacionais de uma commodity e optando por cultivar produtos que melhor se encaixam no perfil da propriedade (UECKER & UECKER & BRAUN, 2016, p. 12).

O ambiente competitivo no qual as empresas estão inseridas tem estimulado o surgimento de abordagens gerenciais como o SCM (*supply chain management*), ou em português, Gestão de Cadeia de Suprimentos (GCS) que, de acordo com Pires (2004), é condição que pressupõe um modal em que as empresas redefinam suas estratégias competitivas e funcionais mediante seus posicionamentos dentro das cadeias de suprimentos nas quais se inserem.

Por isso, as empresas necessitam constantemente buscar desenvolver um modelo próprio de organização para conquistar melhores índices de eficiência e de competitividade,

especialmente em um cenário em que os principais agentes geradores de receita são mais afeitos à tradição e insistem demasiadamente em manter determinadas posições conservadoras (como é o caso do agronegócio, que é o principal fornecedor de recursos para as empresas do setor sucroalcooleiro).

Assim, aquela imagem, até certo ponto romântica, donde se visualiza um pequeno produtor rural numa paisagem, ou da imaginação da agricultura familiar com ou sem conotações ideológicas, portanto, não se aplicam a contextos competitivos e voltados para a obtenção de altos índices de profissionalização. Desse modo:

> NANTES (1997) discute essa situação, ressaltando que em tempos de crédito fácil, como o que ocorreu até meados da década de 80, o produtor rural não se via pressionado a desenvolver sua eficiência profissional. O domínio das técnicas agropecuárias era, em tempos passados, suficiente para manter a produtividade num nível aceitável, proporcionando uma lucratividade atraente ao produtor. Atualmente, com a abertura dos mercados e o acirramento da concorrência interna a realidade é bem diferente. Já não basta só produzir, é

> necessário saber o que, como e quando produzir e principalmente, como e quando vender. A implantação da mentalidade administrativa é necessária durante a transição da propriedade rural tradicional para empresa rural. Isto é, as transformações devem iniciar-se pela mudança de postura e mentalidade do produtor rural. Suas atitudes e comportamentos é que irão determinar a passagem de um sistema de produção tradicional para um sistema moderno, operando de forma estratégica (UECKER & UECKER & BRAUN, 2016, p. 03).

Assim sendo, ao que nos parece, a gestão da cadeia de suprimentos no setor da cana-de-açúcar em Frutal – MG segue uma rotina híbrida, que, ao mesmo tempo em que combina um *modus operandi* de avanços e retrocessos gerenciais em seus processos, realoca o setor dentro do caráter geral de seu segmento. Isto é, o GCS frutalense no setor canavieiro pode ser definido como um modelo gerencial que tem simultaneamente como objetivos a manutenção do controle operacional do negócio em nível familiar e também a instituição de sinergias por meio da integração dos processos de negócios-chave

ao longo da cadeia de suprimentos (o que é bem contemporâneo, especialmente se comparado ao primeiro ponto dos objetivos).

Vale dizer, que a finalidade principal da GCS é o de atender o consumidor final e outros *stakeholders*[59] da forma mais eficaz e eficiente possível, ou seja, dotá-los de produtos e ou serviços de maior valor perceptíveis pelo cliente final, disponibilizados ao menor custo possível (aqui, vale ressaltar, já começamos a trabalhar com os fundamentos e práticas de gestão, extraídos de entrevista coletada junto a um executivo da "Usina Cerradão", empresa sucroalcooleira da cidade de Frutal – MG).

[59] Do inglês "stake" (interesse, participação, risco), e "holder" (aquele que possui). No mercado, esta expressão que significa "público estratégico**",** e descreve uma pessoa ou grupo que fez um investimento ou tem ações ou interesse em uma empresa, negócio ou indústria (adaptado de http://www.significados.com.br/stakeholder/).

Ademais, a GCS frutalense, apesar de vanguarda em certas instâncias, também pode ser considerada contemporânea no contexto dos conhecimentos relacionados à tradição da gestão empresarial, uma vez que abrange interesses de diversas culturas e conceitos já consolidados dentro das empresas industriais (aqui, vale ressaltar, já estamos alinhados aos fundamentos e práticas de gestão, extraídos de entrevista coletada junto a um executivo da "Usina Vale do Rosário", empresa sucroalcooleira da macrorregião da cidade de Frutal – MG). Portanto, a GCS pode ser considerada como um ponto de convergência na expansão de outras áreas tradicionais no ambiente empresarial, em especial nas atribuições da gestão de operações, da logística, de compras e de *marketing* (PIRES, 2004).

Em suma, para melhor apresentarmos os resultados de nossa pesquisa, na primeira seção, aborda-se o tema das "Particularidades da Gestão Contemporânea da Cadeia de Suprimentos", enfatizando-se a importância das empresas passarem a atuar de forma integrada, em cadeia, isto é,

demonstrando que hoje, mais que uma estratégia de gestão, atender à necessidade do consumidor final é uma questão de sobrevivência, devido ao fato de que, com isso, se agrega valor em todas as etapas produtivas. Na segunda parte, no tópico "O Modelo SCOR Aplicado ao *Case* Sucroalcooleiro de Frutal – MG", faremos a descrição do modelo SCOR (*supply chain operations reference*), destacando o seu funcionamento, definindo seus processos e a sua configuração ao longo da cadeia de suprimentos, bem como a forma como os seus indicadores de desempenho são correlacionados com o ambiente produtivo sucroalcooleiro frutalense.

E, finalmente, após esta etapa, apresentaremos nossas conclusões e as principais referências articuladas neste trabalho.

1. PARTICULARIDADES DA GESTÃO CONTEMPORÂNEA DA CADEIA DE SUPRIMENTOS

Segundo Cooper, Lambert e Pagh (1997)[60], a expressão "cadeia de suprimentos" (*supply chain*), ao lado de se popularizar a partir de uma tradição crítica que se constrói em torno dos ambientes corporativos, surge também em meio a um contexto marcado por transformações significativas no mundo:

[60] O texto ora referido tem dois formatos disponíveis ao usuário: um, pago, e, noutro, aberto à leitura do pesquisador, sem custos. Contudo, o formato aberto, é disponibilizado somente no modo "imagem". Por esta razão, optamos por realizar um recorte do texto original, a mero título de apresentar o esforço da pesquisa, sem abrir mão da relevância do levantamento de dados realizado.

> How is SCM different from this definition of logistics? Many of those writing, talking, and offering seminars about SCM are using the words as a synonym for logistics. And generally, academia is following rather than leading business practice regarding SCM. Consultants proposed the term and educators proposed structure and theory for executing SCM. The term "supply chain management" is relatively new in the literature, appearing first in 1982 [2]. About 1990, academics first described SCM from a theoretical standpoint to clarify the difference from more traditional approaches to managing the flow of materials and the associated flow of information [3].

Ao par disso, sabe-se que foi a partir também dos anos de 1980, que ocorreram intensas mudanças na regulamentação do transporte, que apareceu a emergência da comercialização do microcomputador e a consequente revolução da informação, e que se passou ainda a ter uma maior aceitação dos movimentos de gestão de qualidade e que se instituíram o desenvolvimento de parcerias e alianças estratégicas (BOWERSOX & CLOSS, 2001).

Desde então, acentuou-se a percepção pelas organizações, de que os clientes estavam demandando cada vez mais produtos ou serviços customizados, com prazos de recebimento confiáveis e próximos da pronta entrega, fazendo, com isso, que

recaísse sobre a logística o papel preponderante nas operações de uma companhia, deixando de ser tratada como um processo de apoio para se tornar uma atividade estratégica:

> Um exemplo paradigmático de como a adoção de tecnologia de informação permitiu redesenhar o fluxo de produtos é o caso Dell Computers, que estabeleceu relacionamentos cooperativos com seus fornecedores a partir da internet. Através de páginas exclusivas na web, os fornecedores da Dell passaram a acessar a demanda de cada componente em tempo real. Suas previsões de venda deixaram de ser baseadas em dados de faturamento ou expedição, permitindo o planejamento de suas operações de produção e distribuição sem as interferências típicas da recomposição dos níveis de estoque (WANKE, 2006, p. 33).

Desse modo, verificou-se com maior clareza nos cenários nacionais e internacionais a necessidade de se enfrentar a competição global entre empresas, contexto este que tem feito evoluir os processos de gestão, deixando de pertencer a uma realidade

individual, fazendo-os evoluir para o conceito de redes de empresas: nestas esferas elas passam a competir de uma forma integrada, por meio de organizações virtuais componentes de uma rede, instaladas nos mais distintos ambientes geográficos:

> Com o processo de globalização que marcou o Brasil desde o início da abertura econômica iniciada bruscamente em 1990, muitos setores industriais do país passaram a se defrontar com a realidade da competição em uma escala global. Muitas empresas atuando em mercados, muitas vezes, reservados e / ou monopolizados tiveram que conviver com uma competição baseada em valores de desempenho globais. Cresceu, então, a lógica da chamada manufatura de classe mundial (*world class manufacturing*). Em tese, não interessa muito mais onde você produz nem sob qual realidade isso é feito. O que interessa de fato é como se atende com produtos e / ou serviços a um mercado com um conjunto crescente de exigências (PIRES, 2004, p. 34).

A fim de se acomodar, então, esta dispersão geográfica dos integrantes deste novo mercado,

convém destacar que acompanha a importância recém-adquirida pela logística, o pensamento de Balou (2006), donde se salienta que as atividades logísticas podem ser divididas em “principais” e de “suporte”.

Entre as atividades principais temos a movimentação física, responsável pelo transporte em todos os fluxos logísticos da empresa, e a gestão de estoques, incluindo estoques de produtos em processo, estoques de insumos e matéria prima, estoque operacional e estoque de produtos acabados.

As atividades de suporte compreendem a “armazenagem” – que se resume na administração do espaço necessário para manter estoques –, e o “manuseio” dos materiais – abrangendo procedimentos para separação de pedidos e alocação de materiais.

Ainda entre essas atividades temos a gestão das compras, as embalagens de proteção, o processo de *stakeholders*, o da programação do produto, a manutenção de informações etc.

A gestão da cadeia de suprimentos tem sido reconhecida gradativamente como a atividade de integração dos "processos-chave" de negócios desenvolvidos por meio de cadeia produtiva. Por outro lado, verificamos em nossa pesquisa, particularmente recorrendo ao ponto de vista de nossos entrevistados, que existe uma visão restrita observada ainda em alguns representantes do meio empresarial, segundo os quais, a gestão da cadeia de suprimentos não passa de um novo nome para o antigo conceito de "logística integrada":

> Hoje, os mercados estão cada vez mais globalizados e dinâmicos e os clientes cada vez mais exigentes. Para satisfazê-los, proliferam cada vez mais as linhas e modelos de produtos, com ciclos de vida bem mais curtos. E a coordenação da gestão de materiais, da produção e da distribuição passou a dar respostas mais eficazes aos objetivos de excelência que os negócios exigiam. Surgiu, então, o conceito de Logística Integrada. Isto significou considerar como elementos ou componentes de um sistema todas as atividades de movimentação e armazenagem que facilitam o fluxo de produtos desde o ponto de aquisição dos materiais

> até o ponto de consumo final, assim como os fluxos de informação que gestionam os produtos em movimento (FIGUEIREDO & ARKADER, 2016, p. 01).

Na verdade, ao colocarmos frente a frente os relatos de nossos entrevistados com os argumentos teóricos listados em nossas referências, cremos que esse ranço de resistência em abandonar a logística integrada significa muito mais do que um simples apego à extensão das atividades clássicas da logística, uma vez que desde a definição de "cadeia de suprimentos" dada pelo *Global Supply Chain Forum*[61], todos passaram a concordar que elas (ambas as logísticas em foco) são capazes de ir bem mais além das fronteiras de uma organização:

[61] Evento da Área da Administração e Negócios, realizado em novembro de 2015 e que, em 2016, será realizado em abril, no HASLAM COLLEGE OF BUSINESS, da Universidade do Tennessee, nos EUA (https://translate.google.com.br/translate?hl=pt-R&sl=en&u=https://scforum.bus.utk.edu/&prev=search).

> Em linhas gerais, o campo da Logística evoluiu de um tratamento mais restrito, voltado para a distribuição física de materiais e bens, para um escopo mais abrangente, em que se considera a cadeia de suprimentos como um todo e as atividades de compras, administração de materiais e distribuição. Assim, não se limita a uma única função dentre as estudadas em Administração, como o Marketing ou as Operações, mas representa, de fato, uma área de integração desses distintos enfoques (FIGUEIREDO & ARKADER, 2016, p. 02).

Os gestores das empresas devem desenvolver habilidades para construir as alianças necessárias para integrar as empresas envolvidas nesses processos, comprometendo-se com o planejamento e a integração dos fluxos de informações. Assim, vemos que a competitividade no setor da cana-de-açúcar em Frutal – MG é, e será cada vez mais, relacionada ao desempenho de redes interorganizacionais alinhadas pela competência logística e não via consórcio de empresas que atuem isoladamente.

Vale lembrar, que diversas entidades têm abordado o assunto "gestão da cadeia de suprimento", fato este que conduziu ao desenvolvimento de alguns modelos representativos de gestão, tanto acadêmica quanto empresarialmente. No presente trabalho, evitando alongamentos desnecessários e para melhor compreendermos estas questões, adotamos o modelo SCOR como modelo de Gestão da Cadeia de Suprimentos da cana-de-açúcar em Frutal – MG.

2. O MODELO SCOR APLICADO AO *CASE* SUCROALCOOLEIRO DE FRUTAL– MG

Segundo Stephens (2001), o modelo SCOR (*supply-cain operations reference model*), é considerado como sendo o primeiro modelo desenvolvido com o objetivo de melhorar o desempenho da cadeia de suprimentos industriais. O modelo SCOR ou "modelo de referência das operações da cadeia de suprimentos" é também um

método de gestão que faz uso do *benchmarking*[62] e de diversos tipos de avaliações para o aperfeiçoamento do desempenho da cadeia de suprimentos. Ele, o SCOR, atua como instrumento coadjuvante que possibilita o gerenciamento de competências ao longo de toda a cadeia produtiva.

Em nossa pesquisa, este modelo se comporta de modo relevante, ainda que oriundo de práticas da indústria, na medida em que nos permite associar a ele uma concepção de que a cadeia produtiva engloba a rede de fornecedores, de distribuidores, a logística, as operações de gerenciamento e os fluxos de informação, de produtos, de serviços, de conhecimentos e de recursos materiais e financeiros,

[62] É um processo de investigação em que uma empresa determina, de forma sistemática, quão competitivos são seus processos frente aos dos concorrentes, por meio da comparação com outras empresas, integrantes do mesmo ambiente em que ela está incluída (http://www.sobreadministracao.com/o-que-e-o-benchmarking/).

estrutura esta bem apropriada ao setor sucroalcooleiro frutalense (aqui, vale ressaltar, que tornamos a recorrer aos fundamentos e práticas de gestão, extraídos de entrevista coletada junto a um executivo da "Usina Cerradão", empresa sucroalcooleira da cidade de Frutal – MG).

Sabe-se que o modelo SCOR foi projetado a partir de um contexto de gestão empresarial da indústria norte-americana para auxiliar o aprendizado das companhias em relação aos processos internos e externos ao seu ramo de atuação. Desse modo, o modelo SCOR pode ser também considerado como um desdobramento da teoria da reengenharia de processos, desde que este seja aplicado à cadeia de suprimentos.

É neste sentido, então, que dissemos que o SCOR incorpora também os conceitos de *benchmarking* e de análise das melhores práticas (*best practices analysis*), uma vez que permitem quantificar o desempenho de empresas similares concorrentes no mercado e estabelecer metas calcadas nos melhores resultados do segmento dentro

de uma faixa mais ampla deste ou daquele mercado, incorporando, assim, as melhores práticas e soluções de sistemas (*softwares*) em uso no ambiente corporativo.

As empresas que adotam este modelo, de pronto, podem obter os seguintes resultados:

- Identificação dos melhores *softwares* para prover suas necessidades;
- Consolidação de sua real vantagem competitiva no mercado em que atua;
- Avaliação efetiva de seus processos próprios;
- Quantificação dos benefícios por ocasião da interposição de mudanças;
- Comparativo entre desempenhos semelhantes de seus concorrentes;
- Emprego de informações de *benchmarking* e das práticas de aperfeiçoamento.

Isto posto, percebe-se que o SCOR é um modelo de estrutura interfuncional (que permite a interação cooperativa e avaliativa entre vários setores

da organização) que contém definições eficientes e aplicáveis de padrões de processos, terminologias, métricas, todos associados aos processos da cadeia de suprimentos, voltando-se sempre para o confronto dos resultados esperados com as melhores práticas vigentes no mercado.

No nível mais elevado de emprego do modelo SCOR (apresentado na figura 01 e na sua respectiva descrição abaixo), consolidam-se os processos de negócios do planejamento, suprimento, produção, entrega e retorno, do modo como são descritos para cada elo no canal de suprimentos:

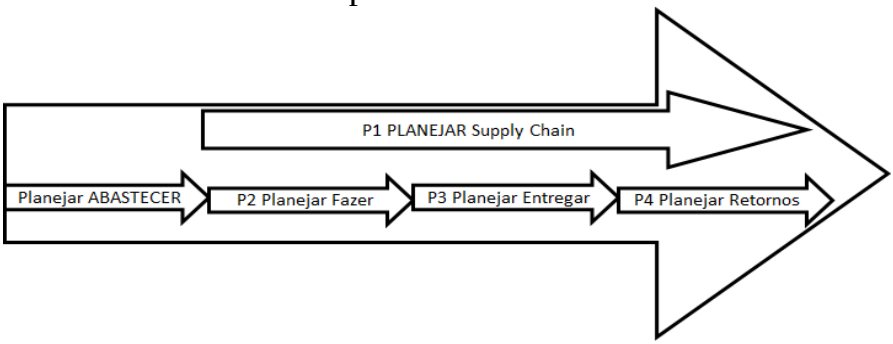


Figura 01: Modelo SCOR
Fonte: Pires (2004)

As atividades de planejamento (P1) – equilibram demanda e recursos, e preveem a integração entre atividades e organizações;
Atividades de suprimentos (Abastecer) – são aquelas relacionadas com a aquisição de matérias-primas e fazem a ligação entre as organizações e seus fornecedores: nesta fase se pode, por exemplo, abastecer a propriedade rural com as "mudas" da cana-de-açúcar e plantá-las;
Atividades de produção (P2) – momento em que se transformam as matérias-primas em produtos acabados – algumas empresas, como distribuidores ou varejistas, não desempenham tais atividades –: nesta fase, por exemplo, faz-se o tratamento das mudas até que elas atinjam o ponto de colheita;
Atividades de entrega (P3) – aqui, todas as atividades relacionadas com o gerenciamento de pedidos e expedição de produtos acabados – neste ponto, entrega-se a cana-de-açúcar na usina;
Atividades de retorno (P4) – diz respeito à devolução de matérias-primas aos fornecedores, ou,

ainda, à devolução de produtos acabados aos clientes (BALLOU, 2006).

Na figura 02, a seguir, e na sua respectiva descrição, apresentamos os cincos processos de gestão previstos pelo modelo SCOR (aqui, vale ressaltar, que recorremos aos fundamentos e práticas de gestão, extraídos de entrevista coletada junto a um executivo da "Usina Vale do Rosário", empresa sucroalcooleira da macrorregião da cidade de Frutal – MG), a saber:

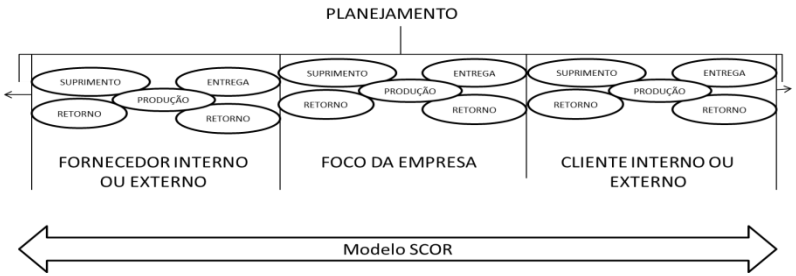


Figura 2: Cinco processos de negócio do modelo SCOR
Fonte: Ballou (2006)

a) **Planejar:** no escopo do processo de planejamento e gerenciamento do abastecimento e da demanda por cana-de-açúcar, planejamento de estoques, da distribuição e da capacidade produtiva;
b) **Abastecer:** realiza-se, aqui, a aquisição de matéria-prima (mudas, replantio, ou a própria cana-de-açúcar), a qualificação e a certificação dos fornecedores, monitora-se a qualidade, faz-se a negociação de contratos com vendedores e recebem-se os materiais;
c) **Fabricar:** etapa de fabricação do produto final (açúcar, etanol, vinhaça, bagaço, energia etc.), realização de testes, acondicionamento em embalagens, previsão de mudanças nos processos, lançamento e apropriação de produtos;
d) **Entregar:** momento de gerenciamento dos pedidos feitos pelo mercado e da oferta de crédito ao consumidor, gerenciamento do armazém, do transporte, da expedição e do atendimento, criação de base de dados sobre os consumidores, produtos e preços;

e) **Retorno:** novo aporte de matéria-prima (novas mudas, replantios), oferta do produto acabado, realização de manutenção, reparos e inspeção no ambiente produtivo, processos estes que se estendem à fase de pós-venda, dando suporte ao consumidor.

Vale ressaltar que, em nosso trabalho, as descrições acima nos ajudaram a entender a dinâmica dos processos de gestão da cadeia de suprimentos típica do setor sucroalcooleiro frutalense, do modo como havíamos proposto no início de nossa pesquisa e, de um modo bem particular, quando os confrontamos com os relatos de nossos entrevistados.

Ampliando o espectro de nosso, neste sentido, a articulação destes mesmos conceitos ao pensamento de outros pesquisadores, bem como à prática de gestão relatada por nossos entrevistados, apontam para a ideia de que o emprego do modelo SCOR poderia permitir o aperfeiçoamento de processos e o alinhamento da empresa de cana-de-açúcar às demandas específicas de seu segmento de mercado.

Na fala de nossos entrevistados, convém dizer, percebemos que o problema de gestão logística e ou de cadeia de suprimentos, do modo como se pensava no passado, tem sido lentamente revisto pelos mais distintos mecanismos e indicadores de produção e de qualidade. Por isso, procuramos em nossa pesquisa, reunir autores que entendem a tradição e a inovação do mercado local e global contemporâneo.

Em suma, salienta-se aqui, que a força do modelo SCOR, aplicável ao setor sucroalcooleiro, pode residir na capacidade de se instituir um formato padrão de gestão para facilitar a comunicação entre os diferentes setores que envolvem toda a cadeia produtiva.

CONCLUSÕES

Dentre os principais objetivos deste projeto de pesquisa, se pretendia oferecer contribuições para o desenvolvimento do discente bolsista. Ao colocarmos em prática os conhecimentos teóricos e

práticos adquiridos em sala de aula, expandiram-se de forma significativa os conteúdos estudados.

Estes avanços podem ser medidos, a partir da constatação de que houve, por parte do estudante envolvido na pesquisa:

- Intenso desenvolvimento pessoal;
- Aquisição de novos conhecimentos, otimizando-se o aprendizado;
- Percepção de que a inserção social da Administração como profissão é real, efetiva, e não apenas teórica;
- A compreensão de que os conteúdos estudados durante a pesquisam podem ajudar as empresas a solucionarem problemas de gestão;
- Avaliação crítica do próprio modelo de formação universitária;
- Desenvolvimento de ações de pesquisa multidisciplinares / interdisciplinares;
- Aperfeiçoamento da capacidade de organização e gerenciamento de rotinas administrativas; e,

- Ajuda no processo de formação de decisões do aluno.

Especificamente tratando do modelo SCOR, colocamos em destaque, por exemplo, que no nível 2, descrito na figura 01, que a empresa que atua no segmento da cana-de-açúcar em Frutal – MG (neste ponto, esclarecemos que, para chegarmos a esta conclusão, que nos valemos do que disseram nossos entrevistados) pode ser configurada a partir dos processos que lhe sejam mais essenciais, dependendo da etapa que esteja sendo operacionalizada dentro do modelo.

Por meio de indicadores (descritos na figura 01), vimos que se faz possível o gerenciamento dos 05 processos indicados na figura 02.

A adesão da organização aos requisitos descritos na figura 02 permitirá ao gestor descobrir ineficiências de seus processos, bem como o auxiliarão quanto às ações de solução de tais problemas, nivelando a proporção dos impactos das transformações sugeridas ao parâmetro dos

resultados comerciais esperados. Neste ponto, vale dizer que uma das principais deficiências detectadas em nossa revisão bibliográfica, reside na questão da comunicação entre os diversos atores e departamentos envolvidos em toda a cadeia produtiva.

A implementação do modelo SCOR no setor sucroalcooleiro frutalense, ao padronizar linguagens e métricas, além de ajudar as organizações a solucionar lacunas na comunicação, também poderá ajudar as organizações envolvidas a melhor se definirem, seja sob o ponto de vista da gestão de suas respectivas cadeias de suprimentos, seja sob o ponto de vista da competitividade.

Finalmente, e não menos importante, há certo consenso reinante entre pesquisadores do modelo, que o SCOR também contribui para a redução de custos operacionais de empresas, em quaisquer segmentos que estas venham a atuar. Contudo, apesar de interessante, este é um viés da temática que abordaremos em outro trabalho.

REFERÊNCIAS

BALLOU, R. H. *Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos*: Planejamento, organização e logística empresarial. 6ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. *Logística Empresarial*: O Processo de Integração da Cadeia de Suprimentos. São Paulo: Atlas, 2001.

FIGUEIREDO, Kleber; ARKADER, Rebecca. *DA DISTRIBUIÇÃO FÍSICA AO SUPPLY CHAIN MANAGEMENT: O PENSAMENTO, O ENSINO E AS NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO EM LOGÍSTICA*. Disponível em: http://www.rslima.unifei.edu.br/download1/Adm09/98_Ago_Kleber%20e%20Rebecca_Da%20Distribuicao%20Fisica%20ao%20Supply%20Chain%20Management.pdf. Acesso em 16/01/2016.

LAMBERT, D. M.; COOPER, M.C., PAGH, J. D. Supply Chain Management: more than a new name for logistics. *The International Journal of Logistics Management*. 1997, v. 8. Disponível em:

https://www.academia.edu/2446196/Supply_chain_management_more_than_a_new_name_for_logistics, e também em: http://www.emeraldinsight.com/toc/ijlm/8/1. Acesso em 16/01/2016.
PIRES, S. *Gestão da cadeia de suprimentos*: conceitos, estratégias, práticas e casos. São Paulo: Editora Atlas, 2004.
UECKER, Gelson Luiz; UECKER, Adriane Diemer; BRAUN, Mirian Beatriz Schneider. *A GESTÃO DOS PEQUENOS EMPREENDIMENTOS RURAIS NUM AMBIENTE COMPETITIVO GLOBAL E DE GRANDES ESTRATÉGIAS*. Disponível em: http://www.sober.org.br/palestra/2/429.pdf, acesso em 16/01/2016.
WANKE, Peter. Logística, Gerenciamento de Cadeias de Suprimentos e Organização do Fluxo de Produtos. In: FIGUEIREDO, Kleber Fossati; FLEURY, Paulo Fernando; WANKE, Peter. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos – planejamento do fluxo de produtos e dos recursos. São Paulo: Atlas, 2006, p. 26-47.

O PRINCÍPIO DA SERENDIPIDADE NAS INTERCEPTÇÕES TELEFÔNICAS E NA BUSCA E APREENSÃO

Fausy Vieira Salomão[63]
Lorena Isadora Siqueira[64]

RESUMO: As provas no direito processual penal são de extrema importância, pois são através delas que se buscam provar a verdade dos fatos. Porém não será qualquer prova aceita pelo ordenamento jurídico brasileiro, há uma vedação explícita na Constituição Federal, onde são proibidas as provas ilícitas. Porém sobre as provas que surgem fortuitamente durante as investigações, estas não são ainda positivadas em nossas leis. O trabalho visa analisar em que situações essas provas, surgidas pelo princípio da Serendipidade podem ser utilizadas. Foram utilizados métodos dedutivos e analíticos, fazendo uma comparação

[63] Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – unidade Frutal. É o orientador do trabalho apresentado no artigo aqui publicado. E-mail: fausysalomao@hotmail.com
[64] Bacharel em Direito da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – unidade Frutal.

entre os diversos posicionamentos doutrinários e também, analisando juntamente nossas jurisprudências a cerca do tema discutido. Pode-se concluir que somente aquelas provas que possuem o 1° grau, ou seja, possuem conexão com os elementos das diligências que estão sendo realizadas, são as que poderão ser utilizadas, as que pertencerem ao 2° grau não serão totalmente descartadas, serão utilizadas como *notitia criminis,* dando ensejo à uma nova investigação.
Palavras-Chave: Provas, descoberta fortuita, princípio da Serendipidade.

INTRODUÇÃO

No ordenamento jurídico existem vários princípios que visam garantir a efetividade da justiça. No direito penal esses princípios são ainda mais efetivos, pois buscam proteger principalmente a dignidade dos acusados de cometerem infrações criminais. Há também de se falar nos princípios constitucionais, que mesmo sendo de extrema importância não possuem caráter absoluto possuindo exceções.

Os principais princípios constitucionais abordados durante o trabalho foram à dignidade da

pessoa humana, a privacidade, e a inviolabilidade de alguns direitos. No caso das interceptações telefônicas elas são constitucionalmente invioláveis, salvo quando se tratar de instrução criminal e que terá, dessa forma, seus requisitos dispostos por uma lei específica no caso a Lei 9296/1996. Outra inviolabilidade também tratada é a do domicílio que possui exceções entre elas a do mandado de busca e apreensão.

Assim, quando o Estado necessita realizar medidas como as citadas, que podem violar alguns direitos constitucionais, como a inviolabilidade do domicílio, da privacidade, deve ser realizada diligências fundamentas e observados os cumprimentos de vários requisitos, que caso não sejam observados, tornaram a medida ilícita e todas as provas colhidas nesta diligência não terão validade, isto ocorre, pois, se busca evitar o abuso de autoridade.

Dessa forma, foi observado que durante tais diligências pode ocorrer o surgimento de novas provas, de maneira fortuita, que antes não estavam

previstas nas diligências. Deve-se, então, considerar se tais provas podem ser utilizadas e reconhecidas como lícitas.

Para atingir os objetivos propostos foi utilizada a metodologia analisando as posições doutrinárias e jurisprudenciais a cerca do tema, além métodos dedutivos e analíticos sobre as principais hipóteses de validade deste princípio na legislação brasileira.

1. A SERENDIPIDADE NAS INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS E NA BUSCA E APREENSÃO

Durante as diligências realizadas nos procedimentos da busca e apreensão e das interceptações telefônicas podem surgir provas novas cuja autoridade não tenha descrito anteriormente no mandado, requisito básico para realização desses atos. Assim, deve-se verificar se tais provas podem ser utilizadas como meios probatórios.

1.1 Lei nº 9.296/96 de 24 de julho de 1996, Lei das interceptações telefônicas

A inviolabilidade das pessoas sempre foi uma preocupação dos Estados que visam proteger a intimidade e a vida privada de seus cidadãos. Com o avanço das tecnologias essa preservação passou a cada vez mais correr o risco de ser violada.

O artigo 5º X da Constituição Federal estabelece que:

> São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Com o avanço das telecomunicações e da internet ficou mais complicado exercer a proteção e garantia desse direito fundamental. Apesar deste direito ser considerado constitucional, cabe destacar que tais direitos não são absolutos comportando exceções. Como o artigo que trata desta garantia se trata de uma norma de eficácia limitada ele necessita

de outra norma, uma lei, que viesse complementá-lo a fim de gerar efeitos. Por este motivo, surgiu então a Lei n° 9.296/96, que discorre sobre a Interceptação Telefônica, possuindo assim caráter excepcional, pois é, em si, a exceção da inviolabilidade das comunicações prevista em nossa Constituição.

Assim, como a regra é a inviolabilidade das comunicações, a quebra das mesmas acarretaria uma exceção, a qual é devidamente regulada pela nossa Carta Magna que dispõe somente ser possível esta quebra por meio de ordem judicial e nas hipóteses e forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Esse avanço da tecnologia e das comunicações telefônicas vem sendo muito utilizado como forma dos criminosos conversarem sobre os crimes. O meio facilita a comunicação e assim os detalhes, os planejamentos dos crimes que vão ocorrer, ou mesmo algumas informações daqueles que já ocorreram.

No nosso ordenamento jurídico a sentença deverá sempre ser motivada, motivação esta que

deriva das provas obtidas durante o trâmite do processo, daí tal importância da prova obtida por esse meio, pois esta configura uma prova importantíssima onde são descobertas as práticas criminosas.

São vários os meios utilizados para que se possa ter acesso à comunicação entre as pessoas, entre eles, a gravação, a escuta e por fim a interceptação. Geraldo Prado define cada um delas da seguinte forma:

> A interceptação se refere à captação da conversa telefônica entre dois ou mais interlocutores (ou dos dados transmitidos por essa via ou meio análogo) por terceira pessoa, sem o conhecimento de qualquer deles. A escuta telefônica por sua vez é a mesma captação, por terceiro, mas com a anuência de um dos interlocutores. Completa não haver ilicitude na gravação na conversa telefônica por um dos interlocutores e assim também na sua divulgação, sem

> o consentimento do outro, apenas quando haja justa causa para a conduta[65].

Dentre as conversas captadas vários são os assuntos decorrentes delas, pois se levando em consideração que não se sabe sobre a interceptação as pessoas conversam normalmente e sobre inúmeros assuntos. É muito comum, no entanto, surgirem assuntos que versam sobre outros crimes ou outras pessoas relacionadas ao crime investigado, é o que conhecemos como o fenômeno da Serendipidade.

O problema que surge diante do fato é o de não haver uma norma que discorra sobre este novo fato que surgiu de forma fortuita, devendo então nos fundar nos ensinamentos doutrinários e nas decisões dos nossos tribunais a cerca do assunto.

O caso analisado no presente trabalho será aquele que trata da interceptação em sentido estrito, por ser este o meio previsto na Lei analisada.

---

[65]PRADO, Geraldo. **Limite às interceptações telefônicas e a Jurisprudência do Superior Tribunal de justiça**. 2.ed Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p.50-51.

Todavia, para se obter uma prova lícita por meio da interceptação telefônica é preciso seguir rigorosamente os requisitos dispostos na mesma, sob pena de ser declarada ilegal e não possuir nenhum valor probatório; e posteriormente, sendo essas provas obtidas por meio lícito, será feito avaliação daquelas que surgiram fortuitamente quanto à sua validade ou não dentro do processo.

Primeiramente, ao tratarmos de interceptação telefônica temos que destacar qual seu objetivo, que sendo uma medida cautelar visa à colheita de provas antes de seu perecimento. Essas provas se dividem em parte objetiva (fática) e subjetiva (pessoas), ou seja, por meio desta medida surgirão provas relacionadas aos fatos criminosos em si, bem como, às pessoas autoras destes fatos.

Além disso, por ser uma medida cautelar deverão estar presentes o *fumus boni iuris e o periculum in mora,* os requisitos para ser decretada, respectivamente, devendo estar presentes indícios de autoria e materialidade de um crime e o perigo que a demora pode acarretar. Os requisitos citados devem

ser analisados em virtude da necessidade de decretação de medida cautelar, isto se dá pelo fato de que a "interceptação telefônica só ocorrerá para prova de investigação criminal e em instrução processual penal", como preceitua o artigo 1° da Lei 9.296/96.

Como esta medida se trata de uma exceção a uma norma constitucional ela exige vários elementos para que possa ser decretada afim de não ferir tais normas garantidoras segundo o artigo 2° da Lei:

> Não será admitida a interceptação telefônica quando: I- não houver indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal; II- a prova puder ser feita por outros meios disponíveis; III- o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.

No parágrafo único do referido artigo também consta:

> Em qualquer hipótese deve ser descrita com clareza a situação objeto da investigação, inclusive com a

> indicação e qualificação dos investigados, salvo impossibilidade manifesta, devidamente justificada.

Tais requisitos são bem objetivos e para que se possa ser decretada a interceptação ela deverá respeitar tais vedações elencadas no artigo citado anteriormente devendo sempre haver indício razoável de um fato criminoso e que não pudesse ser descoberto por outro meio.

Neste caso é necessário se esgotar todos os meios possíveis de obtenção de prova no curso de uma investigação criminal não podendo iniciar uma investigação, sendo a interceptação telefônica a última medida a ser tomada. Porém essa medida só se destina aos crimes punidos com reclusão.

Mesmo respeitados tais requisitos a lei ainda exige que somente o Juiz seja a autoridade competente para decretar a medida podendo ocorrer de ofício ou a requerimento da autoridade policial ou membro do Ministério Público nos moldes do artigo 3° da Lei, mas tal pedido deve conter que sua decretação é necessária, além de indicar os meios a serem empregados. Caso determinada competência

não seja respeitada e a medida seja decretada por outra autoridade, isto irá incorrer em crime, previsto no artigo 10° da mesma Lei.

Sobre este fato o STJ tem se pronunciado da seguinte maneira:

> A ausência de autorização judicial para excepcionar o sigilo das comunicações macula indelevelmente a diligência policial das interceptações em causa, ao ponto de não se dever – por causa dessa mácula – sequer lhes analisar o conteúdos, pois obtidos de forma claramente ilícita.[66]

Além disso, essa competência destinada ao poder judicial visa proteger a integridade das pessoas que estão sendo investigadas, pois dessa forma, é menos provável que haja ilegalidades durante a investigação. Isto se pode notar levando em consideração que se fosse da competência de outras autoridades certamente haveria abuso de poder por parte das mesmas.

---

[66]EDcl no HC 130429- CE, 5.ªT., rel. Napoleão Nunes Maia Filho, 27.04.2010,v.u.

Neste sentido se posiciona Luiz Flávio Gomes:

> A exigência da lei de que a autoridade judicial seja competente para a "ação principal" tem sua razão de ser: a interceptação é medida cautelar que envolve o sigilo das comunicações, isto é, a intimidade, a vida privada das pessoas, por isso, tudo deve ser feito em "segredo de justiça", para que poucos tenham conhecimento das incontáveis comunicações telefônicas do investigado ou acusado, não quer a lei nem se quer que muitos juízes venham a participar dessa medida cautelar. Estão em jogos direitos fundamentais, que constituem a base para o desenvolvimento da personalidade do sujeito. A revelação de uma comunicação telefônica que nada tem haver com o que se investiga pode arrasar a vida de uma pessoa.[67]

A decisão do Juiz também deve respeitar algumas regras dispostas na lei, sua decisão deve ser fundamentada sob pena de nulidade, indicando

[67]GOMES, Luis Flávio; CERVINI, Raúl. **Interceptação Telefônica: Lei 9296 de 24.07.96**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p.157.

também a forma de execução de diligência que não poderá exceder o prazo de 15 dias e que poderá ser renovável por igual tempo desde que comprovada à indisponibilidade da medida.

A interceptação que ultrapassar este prazo será tida como manifestamente ilegal dessa forma, caso durante o tempo estipulado não se obteve êxito na descoberta de alguma prova o período de 15 dias pode ser prorrogado por igual período desde que comprovada sua necessidade.

Sobre a necessidade da continuidade da interceptação Antônio Alberto Machado discorre:

> [...] a contumácia ou continuidade da prática criminosa constitui circunstância autônoma que justifica a renovação da diligência a ser determinada também por uma nova decisão, em novo despacho fundamentado. Nem teria sentido o criminoso, escoado o prazo da primeira interceptação, pudesse prosseguir na sua prática delituosa imune a esse tipo de investigação.[68]

[68]MACHADO, Antônio Alberto. **Curso de processo penal**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.p. 482.

Caso depois de decorrido esses dias mesmo assim não foi suficiente para obter todas as provas almejadas na decretação da interceptação, poderá ocorrer uma nova decretação, em outro despacho judicial, seguindo novamente todos os requisitos legais já citados.

1.1.1 A Serendipidade nas interceptações telefônicas

Ocorre que mesmo seguindo todos os requisitos da lei, podem surgir casos que não foram descritos nas diligências da interceptação, esses casos surgem então de forma fortuita e inesperada, o que é denominado Princípio da Serendipidade. Dessa forma, resta a indagação de como seriam tratados esses casos diversos dos previstos inicialmente na ordem judicial e ainda as novas pessoas e provas que surgiram, se tais casos assim seriam lícitos e propiciar alguma utilidade ao processo.

Ao lidar com o tema Serendipidade percebemos que existe uma grande divergência ao se tratar de provas que surgiram no processo, uma vez que jamais seria possível a descrição de tais, pois até o presente momento sequer sabiam-se de sua possível existência. É sobre este ponto que surgem as divergências, pois como é claro que a medida decretada que não cumpra os requisitos legais é ilícita, restaria prejudicada o surgimento dessas novas provas que não foram descritas na decretação na interceptação.

Os entendimentos sobre tal assunto também se divergem, a doutrina se divide no que diz respeito à validade das provas descobertas fortuitamente. Uma parte alega que seria possível desde que houvesse uma conexão entre o crime que deu origem a medida cautelar. Já a outra parte que vai contra esta possibilidade fundamentando que a prova surgida é ilícita, levando em consideração o artigo 2° da Lei 9296/96, já que não houve a descrição clara dessas provas devendo as mesmas serem descartadas.

José Paulo Baltazar Jr afirma:

> De início, é possível afirmar que, no momento da investigação não há uma delimitação completa e exata do objeto, não havendo como se exigir os rigores do princípio da correlação entre a denúncia e a sentença. Investiga-se com base em uma hipótese, mas sem uma definição totalmente precisa dos contornos do fato, o que é próprio da denúncia. Assim estando os fatos descobertos dentro dos contornos mais ou menos fluidos do tema da investigação, a prova deve ser admitida[69].

Atualmente já é pacífica nos tribunais a possibilidade da utilização das provas que surgiram de forma inesperada nas interceptações telefônicas desde que entre elas possa haver uma conexão sendo estas consideradas lícitas. A parte final do artigo 2º da lei 9296/96 permite esta análise, pois embora

[69]BALTAZAR Jr, José Paulo. **Dez anos da lei da Interceptação Telefônica (Lei n° 9296 de 24 de julho de 1996). Interpretação Jurisprudencial e anteprojeto de mudança**. Revista Jurídica. São Paulo, Ano 54, dezembro de 2006, n°350, p.259.

tenha surgido uma prova contra uma pessoa que não foi elencada na diligência restaria impossível, pois não se tinha conhecimento de que esta se tratava de pessoa envolvida no crime investigado.

Deste modo, não poderia o Estado deixar de exercer seu *jus puniendi* onde teria apenas por base algumas formalidades, pois no processo penal se busca a verdade material. Portanto não seria ilícita a prova descoberta fortuitamente desde que houvesse conexão com o delito investigado na medida cautelar decretada.

No entanto, não termina aí as divergências, há também de se destacar quanto ao crime futuro, ou seja, aquele crime que está sendo preparado pelos criminosos por meio de comunicações telefônicas e que está prestes a ocorrer. Neste caso, ele se diferencia quanto ao caso discutido anteriormente, em que os crimes já foram praticados, pois nestes as provas colhidas só são válidas caso haja conexão, diferente deste, que por ser um crime que ainda não ocorreu deve ser analisado de forma diferente.

Nesse sentido temos o seguinte julgado do STJ:

> PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. ART. 288 DO CÓDIGO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA OFERECIDA EM DESFAVOR DOS PACIENTES BASEADA EM MATERIAL COLHIDO DURANTE A REALIZAÇÃO DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA PARA APURAR A PRÁTICA DE CRIME DIVERSO. ENCONTRO FORTUITO. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONEXÃO ENTRE O CRIME INICIALMENTE INVESTIGADO E AQUELE FORTUITAMENTE DESCOBERTO. I - Em princípio, havendo o encontro fortuito de notícia da prática futura de conduta delituosa, durante a realização de interceptação telefônica devidamente autorizada pela autoridade competente, não se deve exigir a demonstração da conexão entre o fato investigado e aquele descoberto, a uma, porque a própria Lei nº 9.296/96 não a exige, a duas, pois o Estado não pode se quedar inerte diante da ciência de que um crime vai ser praticado e, a três, tendo em vista que se por um lado o Estado, por seus órgãos investigatórios, violou a intimidade de alguém,

> o fez com respaldo constitucional e legal, motivo pelo qual a prova se consolidou lícita. II - A discussão a respeito da conexão entre o fato investigado e o fato encontrado fortuitamente só se coloca em se tratando de infração penal pretérita, porquanto no que concerne as infrações futuras o cerne da controvérsia se dará quanto a licitude ou não do meio de prova utilizado e a partir do qual se tomou conhecimento de tal conduta criminosa. Habeas corpus denegado. (grifo nosso). [70]

Estando já entendidos quanto aos crimes pretéritos e futuros surge uma questão dentre eles. Sabemos que a interceptação só é válida para aqueles delitos punidos com reclusão, mas podem surgir durante a medida cautelar, indícios suficientes de autoria e materialidade de crimes punidos com detenção. O ministro Joaquim Barbosa entende ser constitucional a utilização das provas surgidas durante a interceptação, desde que esta tenha sido

[70]STJ - HC: 69552 PR 2006/0241993-5, Relator: Ministro FELIX FISCHER, Data de Julgamento: 06/02/2007, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJ 14.05.2007 p. 347.

feita sobre crimes punidos com reclusão, está será lícita, sendo assim também serão lícitas aquelas novas provas que mesmo sendo punidas por detenção sejam conexos a estes:

> [...] No caso, o Ministério Público ofereceu denúncia contra juiz de direito, com base no encontro fortuito de prova da prática, em tese, dos crimes de prevaricação, advocacia administrativa e favorecimento pessoal, pelo envolvimento com delegado de polícia que vinha sendo alvo de interceptação telefônica. O TJMG rejeitou a denúncia, sob o fundamento de os crimes imputados ao juiz serem punidos com detenção, o que violaria o disposto no art. 2º, III, da Lei 9.296/96.Para o Ministério Público, o acórdão em questão viola o art. 5º, XII e LVI, da Constituição da República, que possibilitaria a legalidade da prova fortuita.[...] Assim, segundo o Ministério Público, a prova não poderia ser considerada ilícita, nos termos do art. 5º, LVI, da Constituição da República. O entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais teria afrontado, ainda, o entendimento do Supremo Tribunal Federal, firmado no HC 83.515, verbis:"5. Uma vez realizada a interceptação telefônica de forma fundamentada, legal e legítima, as informações e

provas coletadas dessa diligência podem subsidiar denúncia com base em crimes puníveis com pena de detenção, desde que conexos aos primeiros tipos penais que justificaram a interceptação.Do contrário, a interpretação do art. 2º, III, da Lei 9.296/96 levaria ao absurdo de concluir pela impossibilidade de interceptação para investigar crimes apenados com reclusão quando forem estes conexos com crimes punidos com detenção. Habeas corpus indeferido.[..]Portanto, ao reconhecer a legalidade da interceptação decretada, mas a ilegitimidade do uso do resultado desta diligência como prova da prática de crimes de detenção nela descobertos, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais conferiu interpretação errônea aos dispositivos constitucionais invocados pelo Agravante, razão pela qual a decisão merece reforma (grifo nosso).[71]

Ao se tratar de Serendipidade, os casos que carecem de preceitos normativos para se dirimir as

[71]STF - AI: 626214 MG, Relator: Min. JOAQUIM BARBOSA, Data de Julgamento: 26/03/2010, Data de Publicação: DJe-094 DIVULG 25/05/2010 PUBLIC 26/05/2010.

controvérsias que surgem deveram ter um juízo de proporcionalidade, onde estão postos contra si as garantias constitucionais e de outro lado o poder de punir do Estado. Deve-se ressaltar que as práticas de crimes se sobressaem, pois estas violam os bens mais preciosos como a vida, o patrimônio, entre outros e que são protegidos tanto constitucionalmente, como pelos nossos Códigos Penal e Processual Penal. Dessa forma o poder de punir do Estado fala mais alto que as formalidades constitucionais visando um bem maior qual seja a efetiva justiça.

1.2 A Busca e Apreensão

A busca e apreensão é medida cautelar do processo penal destinada à colheita de provas visando evitar o perecimento das coisas e desaparecimento das provas e pessoas descritas em um mandado onde é feita descrição de toda a investigação como meio de uma política de segurança pública evitando dessa forma a violação das garantias constitucionais, e no caso

principalmente a privacidade e a intimidade. Como na interceptação telefônica esta medida também está sujeita ao surgimento de novas provas durante a realização das diligências. Com o surgimento de tais provas fortuitas estamos novamente frente ao princípio da Serendipidade.

Diferentemente da interceptação telefônica que possui uma lei que regulamenta seu procedimento, a busca e apreensão não possui o mesmo privilégio e para que possamos adentrar ao assunto devemos analisar as disposições do Código de Processo Penal em relação às medidas cautelares neste âmbito.

Sobre o que vem a ser a busca e apreensão ensina Cleunice Pitombo:

> A busca, portanto, é ato do procedimento persecutivo penal, restritivo de direito individual (inviolabilidade da intimidade, vida privada, domicílio e da integridade física ou moral), consistente em procura, que pode ostentar-se na revista ou no varejamento, conforme a hipótese: de pessoa (vítima de crime, suspeito, indiciado, acusado, condenado, testemunha e perito), semoventes, coisas (objetos, papéis e documentos),

> bem como de vestígios (rastros, sinais e pistas) da infração.[72]

É importante frisar que tais medidas cautelares não são inseparáveis por mais que pareçam ser a busca e a apreensão são medidas independentes entre si podendo dessa forma existir independente uma da outra, sobre tal fato discorre Gustavo Henrique Badaró:

> Há casos em que a busca é positiva, mas não se apreende o que foi buscado. Assim, por exemplo, no caso de busca de criminosos, haverá a sua prisão e não a sua apreensão (CPP, art. 240, §1°, alínea "a"). No caso de busca de pessoas, como a vítima de um delito, à busca seguirá imediata apreensão, mas a pessoa será ao seguir, posta em custódia da autoridade ou de seus agentes. Por outro lado, é possível que a apreensão não seja precedida de busca, como ocorre quando a coisa é entregue espontaneamente à autoridade, lavrando-se apenas o ato de exibição e apreensão, (p. ex.: o autor

[72]PITOMBO, Cleunice A. Valentim Bastos. **Da busca e da apreensão no processo penal**. 2ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.p. 109.

> do crime confessa o delito e entrega a arma ao delegado de polícia).[73]

As medidas cautelares necessitam de dois requisitos genéricos: Adequabilidade e necessariedade, porém é importante destacar aqueles direcionados à busca e apreensão, estes estão dispostos no capítulo XI DA BUSCA E DA APREENSÃO, também do Código de Processo Penal. Em seu primeiro artigo, de número 240 §1° está presente um rol que define a medida que visa a obtenção de provas em infrações penais.

Para Julio Fabbrini Mirabete:

> O art. 240 relaciona ainda objetos e pessoas que podem ser objeto da busca e apreensão tanto pela autoridade policial como pelo juiz, quando fundadas razões a autorizarem. Embora a busca e apreensão estejam insertas no capítulo das provas, a doutrina as considera mais como medida acautelatória, liminar,

[73]BADARÓ, Gustavo Henrique RighiIvahy, **Direito Processual Penal: Tomo I/ Gustavo Badaró, Márcia Dinamarco**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 271.

> destinada a evitar o perecimento das coisas e das pessoas.[74]

Sobre o artigo 240 surgem algumas divergências se tal rol seria exemplificativo ou taxativo. Entendemos, porém, se tratar de situações exemplificativas que permitem a utilização da medida em casos diversos que não estejam presentes neste rol, mas que se demonstre necessário, da mesma forma entende Nucci, em seu comentário a respeito deste artigo do Código de Processo Penal:

> Trata-se de rol exemplificativo, nada impedindo que outras hipóteses semelhantes às apresentadas sejam vislumbradas, podendo o juiz expedir mandado de busca (e apreensão, se for o caso) para tanto. Deve-se ter em vista a natureza da busca, que serve para a obtenção de provas, inclusive formação do corpo de delito, bem como para, cautelarmente, apreender coisas. Defendemos, a utilização da analogia, se for preciso, para ampliar o rol mencionado, o que é expressamente autorizado pelo art. 3.º deste Código,

[74]MIRABETE, Julio Fabbrini. **Código de Processo Penal interpretado.** 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 621.

> salientando, no entanto, que a relação já é extensa o suficiente para prescindir do processo analógico.[75]

Já o artigo 241 dispõe que caso a busca não seja realizada pessoalmente pela própria autoridade policial ou judiciária deverá ser expedido mandado. É exigido que tal mandado deva conter alguns requisitos, estes elencados no artigo 243, dispostos a seguir:

> I - indicar, o mais precisamente possível, a casa em que será realizada a diligência e o nome do respectivo proprietário ou morador; ou, no caso de busca pessoal, o nome da pessoa que terá de sofrê-la ou os sinais que a identifiquem;
> II - mencionar o motivo e os fins da diligência;
> III - ser subscrito pelo escrivão e assinado pela autoridade que o fizer expedir.

[75]Nucci, Guilherme de Souza, **Código de processo penal comentado**, 13. ed. rev. e ampl. – Rio de Janeiro : Forense,2014.p. 523.

O ponto mais relevante ao se tratar dessa medida cautelar é que a mesma se sobrepõe às garantias fundamentais e se tratando da busca e apreensão as principais são a inviolabilidade ao domicilio, privacidade e intimidade dos investigados. Assim, se tais direitos fossem absolutos isto acarretaria a mitigação das medidas cautelares vez que estas se sobrepõem de alguma forma a diversas dessas garantias em seu caráter de exceção.

Sobre o fato de não serem tais direitos absolutos discorre o Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal:

> COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PODERES DE INVESTIGAÇÃO (CF, ART. 58, §3º) - LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS - LEGITIMIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL - POSSIBILIDADE DE A CPI ORDENAR, POR AUTORIDADE PRÓPRIA, A QUEBRA DOS SIGILOS BANCÁRIO, FISCAL E TELEFÔNICO - NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO DO ATO DELIBERATIVO - DELIBERAÇÃO DA CPI QUE, SEM FUNDAMENTAÇÃO, ORDENOU MEDIDAS DE

RESTRIÇÃO A DIREITOS - MANDADO DE SEGURANÇA DEFERIDO. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. –[...] OS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS NÃO TÊM CARÁTER ABSOLUTO. Não há, no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimam, ainda que excepcionalmente, a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitados os termos estabelecidos pela própria Constituição. O estatuto constitucional das liberdades públicas, ao delinear o regime jurídico a que estas estão sujeitas - e considerado o substrato ético que as informa - permite que sobre elas incidam limitações de ordem jurídica, destinadas, de um lado, a proteger a integridade do interesse social e, de outro, a assegurar a coexistência harmoniosa das liberdades, pois nenhum direito ou garantia pode ser exercido em detrimento da ordem

pública ou com desrespeito aos direitos e garantias de terceiros [..] (grifo nosso)[76].

Neste caso, se de alguma forma as garantias individuais se encontrarem em situações que confrontem o interesse público e até o bem estar social elas devem ser suprimidas, pois deverá prevalecer o bem maior.

1.2.1 A Serendipidade e a Busca e Apreensão

Já sabemos que o mandado de busca e apreensão deve descrever o que de fato está se buscando apreender, todavia, durante as diligências podem surgir provas não descritas no mandado, o que conhecemos por Serendipidade e assim deverá ser verificado se essas provas são lícitas ou não ou se serão consideradas como flagrante.

[76]MS n° 23.452/RJ, Tribunal Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, DJ12.05.2000, p. 20

É autorizada constitucionalmente a violação do domicílio em situações taxativas sem consentimento da pessoa residente no determinado domicílio nos casos de flagrante delito, ocorrência de desastres ou como forma de se socorro, ou por determinação judicial, neste caso, não poderá ocorrer no período da noite.

Ao se tratar de flagrante delito devem estar previstas as causas que indicam que está ocorrendo o flagrante, elencadas no artigo Art. 302 do Código de Processo Penal:

> I - está cometendo a infração penal;
> II - acaba de cometê-la;
> III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração;
> IV - é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

Dessa forma, ocorrendo algumas dessas situações é desnecessário uma ordem judicial para se adentrar no domicílio. Da mesma forma todas as

provas que puderem ser encontradas fortuitamente por estarem em presença de flagrância serão apreendidas.

O flagrante pode ocorrer também no momento em que se foi realizar a medida cautelar, isso acontece geralmente nos crimes permanentes, sobre este fato esclarece Renato Brasileiro de Lima:

> Se a autoridade munida de mandado de busca e apreensão, depara-se com certa quantidade de droga no interior na residência, temos que a apreensão será considerada válida, pois, como se trata de delito de tráfico de drogas na modalidade de "guardar", espécie de crime permanente, haverá situação de flagrante delito, autorizando o ingresso no domicílio mesmo sem autorização judicial. Portanto, na hipótese de flagrante delito (*v.g.*,crimes permanentes), mesmo que o objeto do mandado de busca e apreensão seja distinto, será legítima a intervenção policial, a despeito da autorização para entrar na casa lhe ter sido deferida com outra finalidade.[77]

[77]Lima, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**, vol. I/ Renato Brasileiro de Lima-2. ed., Niterói, RJ: Impetus, 2012.p. 1022.

Fica evidente que a questão de provas fortuitas não interfere na medida de busca e apreensão quando estamos diante de alguma flagrância, pois o flagrante se sobrepõe ao mandado de busca e apreensão, não podendo ser afirmado que surgiram novas provas que não estavam descritas neste, uma vez que, se tratando de flagrante delito não é necessário mandado de busca e apreensão e todas as provas ali encontradas são de suma importância para a instrução criminal devendo todas serem consideradas lícitas.

A busca e apreensão podem ocorrer tanto na forma domiciliar quanto na forma pessoal. Porém a busca pessoal ocorre geralmente em situações de flagrante onde é desnecessário um mandado que discorra quais provas deverão ser buscadas não ocorrendo aqui à descoberta de provas fortuitas. Ao se tratar de casos fortuitos o estudo deve-se direcionar aquelas referidas à busca e apreensão em domicílios que diferentemente da busca pessoal está sujeita a descoberta de tais provas.

Ao se tratar de buscas domiciliares, Nucci discorre:

> As buscas domiciliares, em se tratando de processo penal, somente poderão ser feitas nas seguintes situações: a) durante o dia, com autorização do morador, havendo ou não mandado judicial; b) durante o dia, sem autorização do morador, mas com mandado judicial; c) durante a noite, com ou sem mandado judicial, mas com autorização do morador; d) durante o dia ou a noite, por ocasião de flagrante delito, com ou sem autorização do morador.[78]

Dessa forma, à busca e apreensão domiciliar só poderá ocorrer se não tiver a autorização do morador quando estiverem embasados no mandado judicial respeitados seus requisitos legais elencados no artigo 243 do Código de Processo Penal.

Somente assim as provas colhidas serão lícitas, assim como aquelas que surgiram fortuitamente, caso

[78]Nucci, Guilherme de Souza. **Código de processo penal comentado**. 13ª ed. rev. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014.p. 520.

não haja mandado judicial, ou este esteja maculado de algum vício, e não haja a autorização do morador para se adentrar em seu domicílio.

O procedimento desta medida exige vários requisitos, como todos estes tem o objetivo de proteger as garantias constitucionais da inviolabilidade do domicílio, porém apresenta exceções, aquelas trazidas pela própria Carta Magna, em seu art. 5º, XI, que estabelece a excepcionalidade da violação a esse direito fundamental em situações estritamente restritas: flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial. Fora estes casos, o domicílio é inviolável e aquele que adentrar sem autorização do morador comete o crime disposto no artigo 150 do Código Penal.

Por ser tratar de uma exceção ao direito da inviolabilidade do domicílio o mandado judicial não pode ser genérico, ao analisarmos seus requisitos anteriormente notamos que este exige clara descrição do local a sofrer a busca, bem como os objetos a serem buscados, ou seja, não se pode entrar em uma

residência e sair procurando quaisquer provas naquele local, é exigido por lei que antes haja descrição do que se procura apreender. Nesse ponto surge a dúvida quanto aos objetos surgidos fortuitamente, ou seja, aqueles objetos que não poderiam ser previstos estarem ali presentes, mas que são de suma importância para a instrução criminal.

Discordando com tal posicionamento Pacelli de Oliveira destaca que:

> Devem ser consideras ilícitas as provas de infração penal que não tenham estrita relação com o mandado de busca e apreensão expedido, evitando dessa forma, o incentivo à prática do abuso de autoridade. [79]

No mesmo sentido, Lopes Júnior leciona que:

> Deve ser delimitado o objeto, ou objetos buscados, para evitar um substancialismo inquisitório. Se o que se busca é uma arma que se faça a busca direcionada para isso, não estando autorizada a autoridade

[79]OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal**. 11.ed. atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.p.368.

> policial buscar e apreender documentos, cartas ou computadores.[80]

Os tribunais entendem serem possíveis, como por exemplo, na APL: 00651517420118260050 SP 0065151-74.2011.8.26.0050, na qual o apelante encontrava-se inconformado com a sentença que o condenou pelo crime de posse irregular de artefatos explosivos, sustentando a ilicitude da prova tendo em vista a violação de seu domicílio sem autorização judicial. O encontro dos artefatos ocorreu de forma fortuita, uma vez os policiais realizaram as diligências procurando por outros objetos suspeitos de um crime de sequestro, cabendo destacar que a entrada do policial foi autorizada pelo colega que também residia ali, não tendo do que se falar em prova ilícita.

> Penal. Prova. Licitude. Encontro fortuito, em diligências realizadas para investigação de outro crime

[80]LOPES JUNIOR, Aury. **Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional**. Vol. I.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.p. 706/707.

> atribuído ao apelante. Serendipidade. Jurisprudência do STJ. Entrada no domicílio autorizada por colega de apartamento. Flagrante permanente. Processo Penal. Prova. Negativa do réu que se mostra isolada em relação ao restante do conjunto probatório. Condenação Mantida. Penal. Dosimetria. Ausência de comprovação de que os artefatos explosivos foram obtidos com abuso de poder ou violação de dever inerente ao cargo. Afastamento da agravante do art. 61, II, g. Penal. Regime e penas alternativas. Imposição de regime semiaberto e negativa de substituição bem justificadas em razão das circunstâncias judiciais desfavoráveis.(grifo nosso).[81]

Concordando com tal posicionamento Renato Brasileiro de Lima discorre:

> Ao cumprir o mandado de busca e apreensão, desde que não haja desvio de finalidade, a polícia pode apreender qualquer objeto que contribua para as investigações, ainda que seja de caráter pessoal e

[81] TJ-SP - APL: 00651517420118260050 SP 0065151-74.2011.8.26.0050, Relator: Souza Nery, Data de Julgamento: 26/06/2015, 6ª Câmara Criminal Extraordinária, Data de Publicação: 26/06/2015.

> independentemente de ter sido mencionado de forma expressa na ordem do juiz. Isso porque não há necessidade de que a manifestação judicial que defere a cautelar de busca e apreensão esmiúce quais documentos ou objetos devem ser coletados, até mesmo porque tal pormenorização só poderia ser implementada após a verificação do que foi encontrado no local. Portanto, supondo que a ordem judicial diga respeito ao recolhimento de documentos relacionados aos fatos investigados, é perfeitamente possível a apreensão de documento pessoal, capaz de revelar detalhes da vida privada do indivíduo (*v.g.*, agenda pessoal).[82]

Então, como na interceptação telefônica, a busca e apreensão também deverá levar em consideração a conexão entre as provas surgidas e o mandado. Serão válidas aquelas conhecidas como 1° grau pela doutrina, já as de 2° grau, ou seja, aquelas que não possuem nenhum liame à descrição do

[82]Lima, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**, vol. I/ Renato Brasileiro de Lima-2. ed., Niterói,RJ: Impetus, 2012.p. 1022.

mandado não serão totalmente rejeitadas servindo de *notitia criminis* podendo dessa forma ensejar novas investigações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Principio da Serendipidade não tem previsão legal em nosso ordenamento jurídico o que gera várias correntes divergentes entre si, seja na doutrina ou na jurisprudência, questionando-se a validade ou não dessa prova que surge fortuitamente.

Com relação às provas surgidas fortuitamente durante as diligências policiais, seja na interceptação telefônica ou na busca e apreensão, serão consideradas válidas, como defende a corrente majoritária da doutrina e a jurisprudência de nossos tribunais. No entanto, como requisito de validade, exige-se que a Serendipidade presente seja a de primeiro grau, ou seja, que as provas encontradas tenham conexão com o crime que originou as diligências. Caso as provas encontradas não possuem conexão com o crime, as mesmas não serão

totalmente descartadas servindo no caso como *notitia criminis*, e darão início a um novo procedimento investigatório.

Mesmo que essas provas possam parecer uma violação a alguns princípios estejam elas de acordo com os requisitos em lei serão lícitas devendo-se levar em consideração o juízo de razoabilidade e da proporcionalidade, pois a solução de um crime é um bem maior e este deve sobrepor a alguns pontos de mera formalidade, como por exemplo, em uma interceptação telefônica que se descobre uma terceira pessoa envolvida que não estava sendo investigada, mas que tem conexão com o crime utilizado, esta interceptação valerá como prova, pois a interceptação originária era lícita e cumpria todos os ditames legais sendo válidas as provas surgidas ao mero acaso e conexas nessa medida cautelar.

Se fossemos seguir o entendimento de que não poderia ser utilizada a interceptação neste caso, este crime ficaria impune. Então, analisando por este ponto de vista concordamos com a parte da doutrina que afirma ser possível a utilização de tais provas

surgidas na interceptação levando em consideração que as garantias constitucionais não podem servir como escudo, ou seja, como um meio de proteger a prática de crimes por não possuírem caráter absoluto.

Dessa forma, as provas que surgirem fortuitamente serão válidas desde que não tenham relação com meios ilícitos, e serão utilizadas no processo desde que haja conexão com o crime anterior. Caso não haja serão utilizadas como meio para dar ensejo a uma nova investigação, ficando evidente a extrema importância das provas surgidas pelo princípio da Serendipidade para o processo penal brasileiro

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADARÓ, Gustavo Henrique RighiIvahy. **Direito Processual Penal: Tomo I/ Gustavo Badaró, Márcia Dinamarco.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BALTAZAR JR. José Paulo.**Dez anos da lei da interceptação telefônica (Lei 9296 de 24 de julho de 1996. Interpretação Jurisprudencial e**

anteprojeto de mudança. Revista Jurídica.São Paulo, Ano 54, dezembro de 2006, n° 350.
GOMES, Luis Flávio; CERVINI, Raúl**. Interceptação Telefônica: Lei 9296 de 24.07.96**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
Lima, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**, **vol. I/ Renato Brasileiro de Lima-**2. ed., Niterói,RJ: Impetus, 2012.
LOPES JUNIOR, Aury. **Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional. Vol. I**.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
MACHADO, Antônio Alberto. **Curso de processo penal**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
MIRABETE, Julio Fabbrini. **Código de Processo Penal interpretado.** 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.
NUCCI, Guilherme de Souza, **Código de processo penal comentado**, 13. ed. rev. e ampl. – Rio de Janeiro : Forense, 2014.
OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal**. 11.ed. atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

PITOMBO, Cleunice A. Valentim Bastos. **Da busca e da apreensão no processo penal**. 2ª ed.,São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
PRADO, Geraldo. **Limite as interceptações telefônicas e a Jurisprudência do Superior Tribunal de justiça.**2.ed Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

O PLANO NACIONAL DE MINERAÇÃO 2030 E A ESTRATÉGIA NEODESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRA.

Pedro Ivo Oliveira Nasser [83]
Frederico Daia Firmiano[84]

Resumo: O Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM30) foi apresentado pelo governo federal em 2010, com perspectivas de investimento nas atividades de mineração para os próximos 20 anos. Por promover a expansão do setor, por meio da ampliação dos investimentos aliada à intervenção estatal, o PNM30 demonstra o lugar estratégico da mineração na economia política do neodesenvolvimentismo. Aliás, nos últimos 12 anos, o país está formulando sua aposta estratégica buscando conciliar o crescimento econômico e as políticas neoliberais, tendo no Estado o indutor da economia. A presente pesquisa teve como objetivo estudar o Plano

[83] Graduando em Direito pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG / Passos. E-mail: ressanip@hotmail.com

[84] Professor Doutor da UEMG – Unidade Passos e Coordenador do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Crise, Neodesenvolvimentismo e Direitos Sociais (GEIND), do CNPq.

Nacional de Mineração 2030, buscando identificar o papel estratégico ocupado pelas atividades extrativas minerais para o processo atual de desenvolvimento brasileiro.

Palavras-Chave: Setor Mineral; Plano Nacional de Mineração 2030; Neodesenvolvimentismo.

1- INTRODUÇÃO

O Brasil é conhecido como detentor de uma das maiores reservas minerais do mundo, ocupando um importante papel na economia mundial, na condição de explorador e exportador de minérios de alta qualidade. Seu setor mineral se projeta, assim, como um dos pilares da economia, contribuindo de modo decisivo para a produção de um saldo positivo na balança comercial.

Para assegurar o aproveitamento econômico das reservas nacionais e projetar o País no cenário mundial como exportador de *commodities*, garantindo a participação econômica do setor mineral como um dos propulsores do neodesenvolvimentismo brasileiro, o governo

federal, por meio do Ministério de Minas e Energia, lançou em 2010, o Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM30).

O Plano de Mineração 2030 elenca como um pilar importante para o desenvolvimento nacional o conhecimento geológico, a fim de proporcionar a descoberta e o aproveitamento dos recursos minerais; e individualiza o potencial da mineração brasileira.

As mudanças socioeconômicas e no âmbito da infraestrutura que os governos petistas operaram no país, no quadro do crescimento econômico dos chamados "países emergentes", os BRICs, possibilitaram um forte crescimento da Indústria Mineral Brasileira. No período 2001 a 2011, a produção mineral brasileira saltou de US$ 7,7 bilhões para US$ 50 bilhões (DNPM/IBRAM, 2011). A China se destaca como principal mercado consumidor do Brasil. Seu crescimento estrondoso e intenso processo de urbanização registrados nos últimos anos contribuíram para a expansão das exportações brasileiras até o presente momento.

O levantamento feito pelo PNM30 demonstra que uma porcentagem significativa das exportações dos bens minerais é direcionada para a China, responsável pela importação de 59% do minério de ferro brasileiro, o que, por sua vez significa 9% das exportações totais brasileiras, tornando a economia política da mineração no Brasil altamente vulnerável, já que dependente de um único consumidor.

Além disso, cabe ressaltar que o Brasil, em sua pauta de exportações, mantém um crescimento oportuno para os bens primários em detrimento dos bens de intensidade tecnológica. As *commodities* respondem por 56% das exportações brasileiras (BRASIL, 2010). Esse processo, conhecido como "reprimarização" da pauta de exportações brasileira, é, supostamente, um dos desafios da política mineral brasileira que, oficialmente, visa alterar sua estrutura política, viabilizando um desenvolvimento com maior inserção e competitividade do Brasil no mercado mundial. Como veremos, no entanto, trata-se de uma contradição irresoluta.

Esta pesquisa faz parte do Projeto “Impactos sociais e ambientais do neodesenvolvimentismo no Brasil: o caso da mineração em Paracatu-MG”, coordenado pelo Professor Doutor Frederico Daia Firmiano e teve como objetivo estudar o Plano Nacional de Mineração 2030, buscando identificar o papel estratégico ocupado pelas atividades extrativas minerais para o processo atual de desenvolvimento brasileiro e as contradições socioambientais que elas geram, particularmente, no município de Paracatu–MG.

Nossa pesquisa foi realizada a partir de levantamento de dados, revisão bibliográfica e análise documental. Buscamos construir a discussão teórica que cerca o Plano Nacional de Mineração 2030 e suas premissas neodesenvolvimentistas. Para tanto, estudamos o período do chamado “neodesenvolvimentismo brasileiro”, ou o padrão de desenvolvimento econômico e social encetado pelo Partido dos Trabalhadores, sobretudo, a partir de 2005, buscando elementos históricos que permitissem, dialeticamente, a contextualização do

PNM 2030 no quadro do neodesenvolvimentismo brasileiro.

2- O NEODESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO

Depois da década de 1990, o Brasil passou a desempenhar uma "nova" função na estrutura global produzida pela mundialização do capital. Agora conduzido por uma espécie de "tripé do desenvolvimento capitalista servil" - ajuste fiscal, juro real elevado e câmbio flutuante - o crescimento econômico, a geração de empregos, as políticas sociais e todos os clamores desenvolvimentistas foram, definitiva e irreversivelmente, condicionados pelo ajuste estrutural às condições de crise do capital. Operando como plataforma de valorização financeira do capital especulativo transnacional, com ampla estrutura de produção assegurada pela industrialização do período desenvolvimentista anterior, sob forte indução do Estado, o Brasil saltou rumo à especialização produtiva.

A voracidade do capital em crise estrutural, alimentada pela busca incessante pela ampliação de sua viabilidade produtiva nos anos 2000, criou, no entanto, uma nova ilusão: de que o país estava vivendo uma espécie de novo desenvolvimentismo, ou neodesenvolvimentismo. Por meio de dois principais instrumentos, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), os governos do Partido dos Trabalhadores tentaram ativar o crescimento da economia, gerando empregos e apoiando seus programas sociais. Com o primeiro, o Estado passou a destinar volumosos recursos públicos para a reestruturação patrimonial de determinados setores do capital. Através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ajudou a formar verdadeiros players globais para atuarem no mercado internacional nos ramos da construção civil, alimentos, energia, siderurgia, transportes, etc. Já com o PAC, em suas fases 1 e 2, impulsionou um processo de recomposição e formação de infraestrutura social e

produtiva, com destaque para os setores de energia, saneamento, habitação, ferrovias, aeroportos, portos, estradas, entre outros[85].

Ao lado dos pesados investimentos em infraestrutura produtiva e social e de volumosos recursos destinados para o capital privado, houve o incremento do consumo popular e a expansão do mercado interno, com aumento do salário mínimo, introdução do crédito consignado e crescimento do emprego: foram cerca de 21 milhões de novos empregos criados no país em cerca de 10 anos[86]. Depois de 2005 os investimentos em educação também aumentaram e o número de estudantes com acesso ao ensino superior dobrou, com o Programa Universidade para Todos (Pró-Uni), que subsidia o ingresso do estudante nas universidades ou centros universitários privados no País, e o Programa

[85] Pochmann, Márcio. "O Estado e seus desafios na construção do desenvolvimento brasileiro". Margem Esquerda – ensaios marxistas, São Paulo, n° 15, novembro de 2010, p. 41-42.

[86] Sampaio Jr., op. cit., p. 201.

Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATC) que amplia o acesso ao ensino em nível técnico, buscando qualificar o trabalhador para o ingresso no mercado de trabalho. E conforme lembrou Maria Orlanda Pinassi, os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff foram pródigos na concessão de direitos para as chamadas "minorias", com a Lei Maria da Penha, os direitos ampliados aos negros, aos índios, aos homossexuais, entre outros[87].

Mesmo sob as condições de crise do capital, os aspectos acima expostos deram "[...] um lastro mínimo de realidade à fantasiosa falácia de que, finalmente, o Brasil estaria vivendo um [novo] ciclo [virtuoso] de desenvolvimento" e que seria possível constituir uma espécie de "terceira via", conciliando o compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, a austeridade fiscal, a busca de competitividade internacional com o crescimento econômico, políticas sociais e o papel regulador do Estado[4].

[87] Paulani, op. cit.

No seio da mundialização do capital, a liberalização da economia brasileira a condenou definitivamente à servidão financeira dentro da ordem[5], deixando-a a mercê do livre movimento do capital transnacional. Com isto, o desenvolvimento capitalista da periferia do sistema do capital ficou condicionado pelas articulações econômicas responsáveis pelo padrão atual da acumulação de capital, não deixando margem para nenhuma forma de controle social possível sobre a reprodução capitalista além do ponto da atenuação temporária das contradições deste processo. E o programa neodesenvolvimentista, tão em voga em alguns países da periferia do sistema do capital, como no Brasil, não pode realizar sequer o programa mínimo do desenvolvimentismo do passado, pois cumpre hoje uma função revitalizadora da periferia no que toca ao seu lugar na divisão internacional do trabalho, anteriormente preparada pela industrialização, qual seja, a função de plataforma de valorização financeira e de exportador de produtos de baixa densidade tecnológica e *commodities*. Não sem

produzir e reproduzir contradições insuperáveis no interior da ordem.

A discussão acerca do Plano nacional de Mineração possibilitou a identificação de diretrizes estratégicas que vem ao encontro com o projeto neodesenvolvimentista encetado no Brasil a partir da chegada do PT ao mais alto posto do Estado. O neodesenvolvimentismo se constituiu no Brasil, sobretudo, a partir de 2005, apresentando-se como uma política de desenvolvimento que busca compatibilizar, sem sucesso, crescimento econômico e equidade social. Isto porque não abandona as premissas do neoliberalismo, nem rompe a histórica dependência econômico-financeira do país com relação ao capital transnacional. (FIRMIANO, 2014).

O modelo de atividades e investimentos previstos pelo PNM30 impulsiona a economia nacional para alta dependência das exportações de minério, ampliando o espaço para a transnacionalização da exploração mineral do Brasil. O neodesenvolvimentismo, apoiado pela produção de *commodities* em larga escala, vem imprimindo um

caráter de especialização produtiva e reversão neocolonial da economia brasileira, com impacto no aprofundamento das condições de dependência econômica e financeira do Brasil com relação aos países centrais. (SAMPAIO JR., 2012; FIRMIANO, 2014). Ao passar pelo processo de reprimarização, o país mergulhou em um cenário de extrativismo assustador. Buscando atender as exigências do mercado externo e viabilizar o crescimento e manutenção das economias do norte a questão ambiental e social no cenário nacional tornou-se submissa aos interesses externos.

3- O PLANO NACIONAL DE MINERAÇÃO 2030

Quando se fala em setor mineral, a questão em pauta é ampla, incluindo mineração e transformação, metalurgia e não-metálica. Um levantamento feito pela Empresa de Pesquisa Energética com o Ministério de Minas e Energia (EPE\MME) em 2010 demonstrou que o setor mineral, entre a década de

1980 e 1990, teve crescimento nulo com alguns segmentos apresentando taxas negativas. Mas quando analisamos o período entre 2000 e 2008, notamos uma inflexão quanto ao crescimento: o período citado atingiu crescimentos recordes com 10% na Mineração, 2% na transformação, 3% em não-metálicos e 6% na metalurgia, alcançando em 2008 uma participação de US$ 69 Bilhões no PIB Brasileiro.

Durante as últimas décadas, o Brasil protagonizou transformações estruturais que inseriram o país em um novo processo de desenvolvimento, sem, no entanto, colocar em questão "a dupla articulação – dependência externa e segregação social – responsável pela continuidade do capitalismo selvagem" (SAMPAIO JR, 2012, p.680). E desconsiderando por completo "o impacto devastador da ordem global sobre o processo de formação da economia brasileira", sem sequer questionar o antagonismo existente entre estabilidade da moeda, disciplina monetária, busca incessante de competitividade internacional, liberalização da

econômica com igualdade social e soberania nacional. (Idem, p.680). Os investimentos em infraestrutura e a exploração do subsolo brasileiro para exportação se destacaram como justificativas para o desenvolvimento econômico alcançado. Neste processo a mineração vem cumprindo um papel fundamental.

Entende-se por mineração os processos e atividades que realizam a extração de substancias minerais do solo. A atividade mineral está diretamente ligada aos fenômenos sociais e as questões de crescimento e desenvolvimento do país. O Brasil mantém a atividade mineral desde o período colonial. Foi esta a responsável pela ocupação do território nacional em algumas regiões, como também a manutenção da metrópole, Portugal, por muito tempo.

O Brasil hoje mantém a balança comercial positiva com forte contribuição do setor mineral e com as exportações que exercem função fundamental na economia (ao lado de outras *commodities* importantes, advindas, sobretudo, do agronegócio).

No território nacional encontra-se um dos maiores patrimônios minerais do mundo, garantindo ao país seu papel de produtor e exportador dos minérios aqui encontrados. (BRASIL, 2010.)

A indústria mineral brasileira conseguiu crescer de maneira vigorosa nas últimas décadas. As mudanças, socioeconômicas estruturais, no cenário nacional possibilitaram este crescimento.

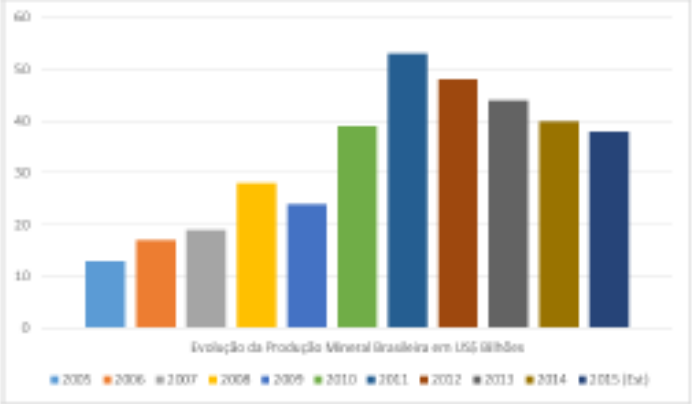


Figura 1 – Evolução da PMB
Fonte: IBRAM.

A PMB, sigla usada pelo setor mineral para determinar a Produção Mineral Brasileira (PMB), aumentou consideravelmente nos últimos 12 anos. Uma das razões para tanto, como dito anteriormente, foi o crescimento da economia mundial aliado com as novas demandas dos países emergentes. De acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM, 2015), a PMB brasileira saltou de R$7 bilhões referente a 2000, para R$53 bilhões referente a 2011. Embora tenha registrado queda nos anos seguintes (2012 com R$48 bi; 2013 com R$44 e 2014 com R$40 bi), o PNM 2030 vem em um momento no qual a manutenção do padrão produtivo do setor mineral se converte em elemento chave da economia política neodesenvolvimentista.

O levantamento geológico brasileiro mostra que o país ocupará um papel mais promissor na exploração mineral nos próximos anos. Estima-se que menos de 30% do território nacional são conhecidos por levantamento geológico de interesse mineral, conforme dados de 2011. Na expressão de terras indígenas, a representação deste percentual é

de 13%, enquanto a Amazônia equivale a 25%, levantando a preocupação acerca da possibilidade de implementação de atividade de mineração nestes territórios protegidos por legislação. (BRASIL, 2010)

Os investimentos realizados pela mineração no Brasil no período 2011 a 2015 alcançaram, segundo a IBRAM, o patamar de R$ 66,7 bilhões; e a perspectiva do período de 2014 a 2016 é alcançar a marca dos R$ 75 bilhões, atingindo cifras nunca antes registradas na história mineral brasileira.

Figura 2 – Investimentos na Mineração
Fonte: IBRAM.

O Plano Nacional de Mineração 2030 orientará o setor nas próximas duas décadas, fortalecendo o papel da mineração por meio de criação e regulamentação, como o novo marco regulatório e a criação de agências reguladoras.

O ex-ministro de Minas e Energia e responsável pela elaboração do Plano Nacional de Mineração 2030, Edison Lobão, destaca que o presente documento objetiva planejar os rumos da

mineração brasileira, sendo esta "uma ferramenta estratégica para nortear as políticas de médio e longo prazo para o setor" (BRASIL, 2010, XIII). O Plano prevê investimentos em torno de R$ 350 bilhões para o setor, desde pesquisas até abertura de novas minas e implantação de unidades de transformação mineral. É esperado pelo ex-ministro o crescimento de até 5 vezes a exploração de minerais.

O PNM 2030 elenca diretrizes para todas as áreas responsáveis pelo desenvolvimento do setor mineral, a geologia, os recursos minerais, mineração, transformação mineral e a metalurgia, e servirá como referência para o Planejamento do setor mineral até 2030, submetendo políticas ambientais e industriais ao desenvolvimento mineral brasileiro, de modo que, inicialmente, é possível dizer que a tendência ao processo de reversão neocolonial sobre o qual fala Sampaio Jr. (2012) deve se aprofundar.

O setor mineral, alvo do Plano Nacional de Mineração, é compreendido por meio das etapas de geologia, mineração e transformação mineral. O setor mineral em 2013 representava cerca de 5% do

PIB global, gerando, aproximadamente, US$ 3,5 trilhões em receita anual bruta, no PIB Brasileiro a porcentagem alcança a marca de 4%, US$ 85 bilhões. A participação de bens minerais nas exportações brasileiras foi de 23,5%, responsável por manter a balança comercial brasileira positiva. (MME, 2013).

A perspectiva do Plano é que possibilite um caminho "promissor" para o setor mineral, através de diretrizes estratégicas, aumentando a participação do setor no desenvolvimento econômico do país e seu papel no cenário mundial. Por meio de sua efetivação e monitoramento, as políticas contribuirão na resposta do governo federal para que o setor mineral seja um alicerce para o desenvolvimento do País. Para materializar esses objetivos apresenta-se "Três diretrizes formam os Pilares do Plano: i) governança pública eficaz, ii) agregação de valor e adensamento do conhecimento por todas as etapas do setor mineral e iii) sustentabilidade". (BRASIL, 2010, XIII).

A governança pública eficaz deve, segundo o Plano, promover o uso dos bens minerais extraídos

no País no interesse nacional e promover condições para investimentos produtivos, requerendo uma participação do MME (Ministério de Minas e Energia), responsável por dar andamento nas demais diretrizes. Consolida-se, por meio do Novo Marco Regulatório do Setor Mineral, a criação do Conselho Nacional de Política Mineral e da Agência Nacional de Mineração e da revisão dos *royalties* da Mineração.

No que toca a agregação de valor e adensamento de conhecimento, o PNM abrange todas as etapas constitutivas do setor mineral e exige uma articulação do governo com o setor privado para promover a ampliação dos mapeamentos para o território não-amazônico e amazônico, como também a Plataforma Jurídica Brasileira.

De acordo com o Plano Nacional de Mineração, a sustentabilidade é um requisito para as etapas da cadeia produtiva mineral e se define como um resultado dos objetivos anteriores e da articulação governamental com a sociedade civil. Prevê uma atividade mineral que possibilite ganhos econômicos

para o desenvolvimento do país com a manutenção da qualidade ambiental. No entanto, aliar o equilíbrio ambiental com uma atividade extrativista é algo impensável quando se entende a real atividade fim de cada termo, bastando observar o padrão historicamente constituído da atividade mineral, a exemplo do município de Paracatu e, mais recentemente, de Mariana, ambos no estado de Minas Gerais[88].

Com a ampliação do conhecimento geológico espera-se um investimento de R$ 2 bilhões para os mapeamentos do território, ou da constituição do que poderíamos chamar de "geopolítica da mineração".

O desenvolvimento nacional está relacionado com a ampliação da atividade mineral, assim, neste

[88] Em 2015 a barragem de rejeitos da Samarco rompeu atingindo o munícipio de Mariana em Minas Gerais, ocasionando mortes e impactos ambientais. Fala-se que os impactos ambientais demorarão décadas para serem amenizados. Os rejeitos atingiram os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia trazendo perdas ecológicas para ambos os estados

cenário, a mineração, geologia e a transformação mineral são os combustíveis que impulsionam o processo de desenvolvimento. Para alcançar o pretendido sucesso na ampliação da atividade mineral no país, o Plano Nacional de Mineração elencou onze objetivos estratégicos.

A governança pública esperada pelo Plano é um resultado de articulações entre governo e entes federativos, com a inclusão de investimentos do setor privado. Trata-se basicamente de articulações referentes à estrutura do setor mineral, gestão da política mineral como também a elaboração e promulgação de normas jurídicas regulamentadoras da atividade. Por meio destas articulações e novas regulamentações cria-se um ambiente onde o investimento do capital é expandido possibilitando os demais objetivos do plano.

Para o governo, as normas legais que regulam o setor estão defasadas e não vão de encontro com a premissa de desenvolvimento projetado; *"as legislações correlatas são inadequadas para proporcionar um ambiente regulatório moderno e*

ágil para dar suporte ao desenvolvimento do setor mineral brasileiro alinhado às necessidades e aos interesses nacionais" (BRASIL, 2010. 123). Espera-se de um novo marco regulatório mineral uma maior participação do Estado para regulamentação, um foco no desenvolvimento gerado pelo setor mineral, a maximização do aproveitamento das minas como também a criação de um cenário propício para investimentos estrangeiros e nacionais. Assim, o governo alcança um sistema regulatório que viabilize de todas as maneiras, removendo obstáculos, o desenvolvimento das atividades de produção que se constrói cada vez mais como uma necessidade econômica do país.

São elencadas as seguintes ações dentro da diretriz da governança pública, visando impulsionar o neodesenvolvimentismo por meio de um setor mineral apoiado e fortalecido por um Estado mais presente:

> *1- Aprovação e consolidação do novo modelo regulatório do setor mineral com a*

criação e implantação do Conselho Nacional de Política Mineral e da Agência Reguladora.

2- Reorganização da SGM/MME e reestruturação da CPRM como decorrência das mudanças do modelo regulatório.

3- Conclusão, aprovação e consolidação da proposta de PL sobre a nova CFEM, que prevê alterações na base de cálculo, no ponto de incidência, nas alíquotas e nos critérios de uso, além de permitir calibragem das taxas.

4- Normatização, para que direitos minerários sejam aceitos como garantias para fins de financiamento à produção mineral.

5- Melhoria no sistema de informação de dados do setor mineral. Formação e implantação de comitês dos segmentos do setor mineral para subsidiar as decisões do Conselho Nacional de Política Mineral.

6- Definição dos instrumentos de gestão e indicadores para acompanhamento do Plano

> *2030 e dos PPAs, com atualizações periódicas das previsões de demanda e investimentos.*
> *7- Apoio à criação ou à consolidação de instituições estaduais do setor mineral. Articulação interministerial para elaboração de proposta para criação de mecanismos de financiamento à pesquisa mineral e de linhas de crédito e de financiamento voltados às atividades do setor mineral.*
> *8- Apoio à criação de núcleos de inteligência mineral no País.*
> (BRASIL, 2010, 124)

O Plano Nacional de Mineração 2030 demonstra uma estratégia de desenvolvimento para o setor mineral, centrado na forte intervenção estatal e na ampliação da economia política das *commodities*, como se tem praticado no Brasil nas últimas décadas. Sua pauta, ao atender ao atual projeto de desenvolvimento do país, produz a depreciação da economia nacional, expressa, entre outros, por uma maior dependência comercial.

Com a justificativa de possuir normas defasadas, o aparato legal que regulamenta as atividades do setor mineral passa por uma transformação que atende as diretrizes e objetivos previstos no PNM30, entre elas, o aumento da produção e o Estado como indutor da economia. O novo marco legal da mineração, assim, em detrimento da soberania nacional, coloca o País em uma posição subordinada aos interesses do mercado mundial.

Uma das contradições desse processo, é que, ao promover o aprofundamento da vulnerabilidade externa da economia brasileira, o Estado, simultaneamente, torna-se o maior protagonista da condução do desenvolvimento, estabelecendo a intensificação das atividades de uso dos recursos naturais. Assim, o Estado Brasileiro passou a assumir políticas econômicas que viabilizam as atividades extrativistas, incentivando a atividade e garantindo saldo positivo na balança comercial. Mas estas medidas são acompanhadas por "adaptações legais" que possibilitam o avanço dos interesses econômicos

provados sobre as conquistas ambientais e trabalhistas do conjunto da sociedade nacional, já que estimula atividades concentradoras de renda e geradoras de desigualdades sociais em prejuízo de garantias e direitos sociais e ambientais de que o Estado se denomina defensor. (CPT, 2014)

4- OS IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DA MINERAÇÃO: O CASO DE PARACATU-MG

A articulação realizada pelo Plano Nacional de Mineração, ao incentivar o aumento da atividade mineradora em escala nacional, amplia, da mesma forma, as conseqüências e impactos sociais e ambientais resultantes da exploração mineral.

O aumento da produção mineral não gera um aumento em investimento de infraestrutura ou de preparo técnico que garanta a segurança do "empreendimento" e a adequação em maior produção, mas sim uma sobrecarga em um sistema já falho e com pouca garantia. Através de um

despreparo e uma visão de lucro ascendente, a negligência para com a manutenção do empreendimento resulta em situações desastrosas para as comunidades e o meio ambiente, tragédias anunciadas como as ocorridas em Mariana, Minas Gerais, em 2015.

E o papel do Estado como garantidor da segurança destas comunidades? O Estado torna-se agente deste processo: uma fiscalização mais branda aliada a uma política menos preventiva, facilita e agiliza as licenças ambientais e a exploração do subsolo[89]. Até porque nossos representantes no Congresso não conseguiriam tamanhas doações eleitorais de mineradoras se estas não alcançassem lucros exorbitantes as custas de regulamentações e "falhas" benéficas para tais atividades, identificando

[89] - http://www.brasildefato.com.br/node/33413 - Bento Rodrigues: uma história que se repete como tragédia- As consequências do rompimento das barragens de Fundão e de Santarém, da empresa Samarco, são um triste 'déjà vu' de irresponsabilidade socioambiental do setor de mineração no país. Acessado em 08/12/2015.

relações, no mínimo obscuras, entre o capital das mineradoras com a política nacional. Diga-se de passagem que, somente a Vale contribuiu cerca de 49 milhões de reais nas eleições do ano de 2014[90], e o deputado federal relator do novo marco regulatório de mineração, Leonardo Quintão, teve mais de 40% de seus gastos de campanha bancados por empresas ligadas à mineração[91].

A contradição acontece no momento em que o Estado e nossos representantes, por força constitucional, deveriam legislar, administrar e julgar visando o bem comum e um desenvolvimento social que garantisse para a população os direitos elencados em nossa carta maior, a Constituição da República de 1988. Em certo momento, a realidade se distancia da

---

90 http://www.cartacapital.com.br/sociedade/quanto-candidatos-e-partidos-recebem-da-vale-6889.html. Acessado em 08/12/2015.

91 http://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/leonardo-quint%C3%A3o-%C3%A9-40-financiado-por-mineradoras-1.913364. Acessado em 08/12/2015.

normativa constitucional, talvez por necessidade dos parlamentares de atender o "investimento" aplicado em seus mandatos em época eleitoral, e a política mineral nacional continua neste mesmo caminho, caminho da degradação ambiental, desregulamentação dos direitos trabalhistas, de comunidades desapropriadas, de violência, destruição e manutenção da pobreza.

A degradação ambiental ocasionada pela exploração mineral e por consequência ampliada pelo investimento político e econômico do Plano Nacional de Mineração 2030 é assustadora. Os recursos hídricos ficam comprometidos, a geologia local é alterada com erosões e assoreamentos, o solo perde sua permeabilidade, a vegetação e a fauna local são modificadas, sendo muitas das vezes impossível realizar a recuperação, mesmo com catalogação, a qualidade do ar é alterada por meio da nuvem de poeira. Tudo isso demonstra como é impossível conciliar o desenvolvimento econômico, na lógica capitalista, com o direito fundamental ao meio ambiente equilibrado. Em Minas Gerais eventos

semelhantes ao de Mariana já ocorreram diversas vezes, Itabirito (1986 e 2014), Nova Lima (2001), Cataguases (2003), Miriaí (2007)[92].

Os direitos trabalhistas são conquistas sociais que protegem os trabalhadores de abusos e desmandos dos empregadores, garantindo normas de coação que regulam e possibilitam que o trabalho seja exercido de maneira digna e saudável. No entanto, quando se fala no setor mineral, a mineração é considerada como a atividade mais perigosa para se trabalhar, por não garantir aos trabalhadores medidas de segurança eficazes.

A indústria extrativa oferece riscos de acidentes e até riscos de morte; é comum presenciar desrespeito quanto ao piso salarial, jornadas de trabalhos e abusos físicos por parte dos empregadores. Para se ter ideia, em fevereiro de 2015, o Ministério do Trabalho e Emprego visitou as instalações da Vale, na Mina do Pico de Itabirito-

[92] http://www.otempo.com.br/cidades/minas-j%C3%A1-sofreu-com-outros-rompimentos-de-barragens-1.1159501 . Acessado em 29/02/2016.

MG, onde encontrou 309 pessoas submetidas ao trabalho análogo à escravidão, com jornadas exaustivas, condições degradantes, ameaças e fraudes[93].

Os conflitos com as comunidades são frequentes nas áreas da atividade mineradora. Para que a mineração aconteça é necessária a demanda de recursos, energia, solo e água. Isso afeta diretamente as comunidades locais que ficam sujeitas aos mandos e desmandos da mineradora. Geralmente são comunidades pequenas, desprovidas de recursos e conhecimento, frágeis, que acabam sendo esmagadas pelo "investimento" mineral na região subsidiado pelo Estado. (CPT, 2014)

Com os investimentos e a abertura feita pelo Estado, o setor mineral deve se expandir sobremaneira. O aumento da atividade extrativista está causando consequências ambientais e sociais para as comunidades locais, comprometendo a

[93] http://reporterbrasil.org.br/2015/02/governo-responsabiliza-vale-por-trabalho-analogo-ao-de-escravo-2/ < acessado dia 13/11/2015>

própria existência. Este cenário pode ser observado, entre outros, no município de Paracatu-MG. A "cidade do ouro" assim ficou conhecida por possuir a maior mina de ouro do país e uma das maiores minas a céu aberto do mundo. A mineração na cidade é liderada pela empresa Kinross Gold Corporation. Atualmente, o município está passando por problemas de contaminação relacionados ao extrativismo desenfreado da empresa canadense, contaminação por arsênio[94]. Se o setor extrativista consegue gerar tantos danos no cenário atual, o que se deve esperar quando a projeção do Plano Nacional de Mineração 2030 se concluir? Qual será a realidade da população de Paracatu-MG e de outras cidades que estão sujeitas as atividades de extração mineral?

A cidade de Paracatu está situada no noroeste de Minas Gerais e conta com uma população de aproximadamente de 80 mil habitantes. Há em seu

[94]http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/04/liberacao-de-arsenio-de-mineradora-de-paracatu-mg-e-tema-de-audiencia.html. <acessado 13/11/2015>

território reservas disponíveis de ouro, o que torna a cidade atrativa para a exploração mineral. As atividades de extração começaram em Paracatu no século XVIII. Entre os anos de 1960 a 1980 as atividades de extração aconteciam de maneira equilibrada com o meio ambiente e com as comunidades locais, através do garimpo artesanal a população de maneira inofensiva ao meio ambiente conseguia suplementação de renda, uma forma alternativa de manter a qualidade de vida e garantir a sobrevivência local. Entretanto, a partir de 1980 chegou em Paracatu a garimpagem com almagação por mercúrio, essa forma de garimpagem deixou um legado de miséria, e destruição ambiental como o assoreamento do córrego, completa destruição da vegetação ribeirinha, assim também a apatia institucional das instituições públicas frente à degradação socioambiental, suspendendo a atividade de garimpo em todo o município.

Em 1987 a RPM (hoje denominada Kinross Gold Corporation) passou a operar a partir da mina Morro do Ouro, com previsão de exaustão em 2016.

Depois da realização de novos estudos, foi desenvolvido um projeto de expansão que utilizará a mina até o ano 2042, garantindo para a Kinross a capacidade de 61 milhões de toneladas ao ano de minério extraído. (SANTOS, 2013).

Há em Paracatu quatro territórios quilombolas, São Domingos, Machadinho, Família Amaros, Cercado e Porto do Pontal. Nos três primeiros territórios é possível identificar diversos conflitos entre a comunidade e a Mineradora Kinross, visto a proximidade com a mina e os interesses no projeto de expansão que envolvem os territórios mencionados. (SANTOS, 2013).

No município, os problemas ambientais que mais se destacam e que estão em riscos de agravamento com a vigência do Plano Nacional de Mineração 2030 referem-se ao uso insustentável da água pela mineração, uso inadequado do solo, poluição ambiental por agentes químicos liberados na mineração. A questão do uso insustentável da água se desenvolve uma vez que para a mineração funcionar é necessária grande quantidade de água,

sinalizando conflitos a partir do aumento da demanda. A Mineradora Kinross já assoreou o Córrego Santo Antônio com rejeitos e constrói nova barragem de rejeitos no Córrego Machadinho para atender projetos de expansão. (SANTOS, 2013).

Na expressão de problemas acarretados pela atividade mineral é importante mencionar o uso do cianeto e sua liberação. O cianeto é altamente tóxico e utilizado para beneficiar minério de baixo teor e manter o custo baixo, atendendo à lógica do capital. Na mina do Morro do Ouro, em Paracatu, o cianeto é utilizado para extração do ouro de componentes sólidos. Uma parte do cianeto utilizado é recuperado, a parte residual é descartada na barragem de rejeitos. É preocupante o uso de barragens para descarte de um material tóxico como o cianeto, pois ao longo dos anos as barragens podem romper e, o material tóxico, contaminar o lençol freático. Este material é altamente tóxico para os organismos vivos, persistem por longo período de tempo e são passíveis de acumulação nas plantas e animais. Em 2003, a Kinross disponibilizou ao público informações de

cianeto na poeira fugitiva na mina, onde foi possível afirmar que uma parte do cianeto utilizado no processo é exalada como também aqueles depositados nas barragens. Essa foi a última informação cedida para o público. Desde então, como a produção aumentou, é bem provável que a poeira fugitiva esteja com maiores porcentagens de cianeto, afetando diretamente os próprios trabalhadores da mina como também a população da cidade, que se encontram a 200 metros de distância. (SANTOS, 2013).

Outro problema a ser agravado pelo Plano Nacional de Mineração em Paracatu é a contaminação pelo arsênio. Ao impulsionar a mineração, o Plano desenvolve um projeto que amplia as negligências e degradações resultantes de tal atividade. Em Paracatu, a contaminação por arsênio é um assunto importante que já ganhou repercussão em mídia internacional[95].

[95] - http://www.theguardian.com/sustainable-business/2015/may/13/canadian-mining-company-spied-on-opponents-and-activists-in-brazil <acessado 13/11/2015>

O arsênio é encontrado no minério explorado. À medida que se aprofunda a cava, o minério aumenta o teor de arsênio. Essa condição não é desejável para a população, visto a toxidade do arsênio e suas consequências no desenvolvimento de câncer. Cria-se então uma preocupação, além do cianeto, sobre o armazenamento desta substância e o risco que ela demonstra para a comunidade. Durante o processo mineral, uma porcentagem do arsênio é recuperada e é armazenada em barragens de rejeitos e o restante, cerca de 20%, fica disponível na natureza em forma de poeira fugitiva, comprometendo o equilíbrio ambiental da região. Demonstra-se a irresponsabilidade e a insegurança que a comunidade está sujeita, uma vez que uma amostragem realizada no Córrego Rico, jusante a Mina Morro do ouro, revelou um teor de arsênio quase 600 vezes maior que o natural da região, como demonstra o estudo realizado por Rezende (2009) e Moura et al (2008).

O projeto de expansão em andamento acarretaria aproximadamente mais 70 toneladas

anuais de arsênio inorgânico liberados em barragem, meio ambiente e na comunidade paracatuense, em uma barragem no Ribeirão Machadinho, prejudicando a fonte de abastecimento da cidade. (SANTOS, 2013).

A Mina do Morro do Ouro deve ser entendida como um empreendimento que gera uma elevada quantidade de resíduos tóxicos e que está em conflitos com territórios

Munícipio de Paracatu e a Lavra da Kinross. Fonte: Google Maps, 2015.

tradicionais e a zona urbana de uma cidade de aproximadamente 80 mil habitantes – 200 metros – um empreendimento que envenena o meio ambiente, compromete o abastecimento de água da população, divide a população e abusa do poder econômico.

Um desrespeito com a vida humana ao usar processos minerais liberando cianeto e arsênio, desrespeitando e negligenciando a legislação ambiental de prevenção e precaução.

Na comunidade Família dos Amaros, a mineradora começou a usar o território como área de servidão da mina. Os quilombolas ficaram impotentes, pois se tratava de uma questão jurídica em andamento, em passos lentos por sinal, o processo de titulação das terras não era concluído. O Ministério Público Federal entrou com uma ação civil solicitando a condenação da mineradora e a paralisação imediata de obras no território e o respeito à demarcação do INCRA, demonstrando o desrespeito da atividade mineradora com as tradições

locais e a até mesmo com a legislação nacional. (SANTOS, 2013).

Na comunidade Machadinho, a Kinross fez uso de pressão e manipulação da comunidade através de contratos sigilosos e com preços inferiores ao valor real. O Ministério Público também moveu uma ação onde relacionava as atitudes da mineradora de pressionar a venda da área em detrimento da preservação de uma comunidade tradicional local que sofre na lentidão da titulação das terras como outras comunidades quilombolas.

Já a comunidade São Domingos limita-se a oeste com a área de lavra da mineradora, teve seu território reconhecido em 2004, há na comunidade um cemitério tradicional que representa os traços históricos da comunidade. Com o avanço da Kinross, adquirindo propriedade dentro da comunidade acabou por adquirir também metade do cemitério citado, sendo essa questão objeto de litigio na justiça pelo qual a mineradora recuou quanto ao cemitério e evitou um desgaste maior na comunidade. Para desmotivar as pessoas a deixarem a comunidade a

prefeitura de Paracatu acabou por fechar a Escola municipal Severiano Silva Neiva, em 2009, a única escola que atendia a comunidade. Por ser a comunidade mais próxima da lavra há problemas relacionados com a poeira fugitiva causando doenças respiratórias e com a carência da água que foi totalmente consumida no projeto mineral vizinho. Hoje, o córrego que abastecia a comunidade, chamado São Domingos, não existe mais, restando apenas rejeitos tóxicos. As nascentes e o lençol freático secaram e o único poço artesiano não consegue abastecer a comunidade, sendo que o abastecimento acontece apenas às terças-feiras. Para desestabilizar a comunidade e conseguir suprir o conflito territorial e alcançar a expansão, a Kinross visa os jovens da comunidade, iludindo-os com conquistas de empregos, desenvolvimento e melhor condição socioeconômica. (SANTOS, 2013).

O projeto de mineração como ocorre em Paracatu é reflexo de uma política mineral que atende aos interesses do capital estrangeiro, satisfazendo as necessidades de um sistema que se

demonstra indiferente aos impactos sociais e ambientais. O aumento da cadeia produtiva desse setor deve ampliar e intensificar esses problemas. São frutos de um produtivismo irresponsável e da obsolescência programada que dão vida ao projeto que se vê.

Os impactos não são apenas ambientais, a população é atingida diretamente em conflitos por terra, aumento da violência, manutenção da pobreza e perda de qualidade de vida. Por se tratar de um megaprojeto usa-se da desinformação crônica, através de omissões e manipulações de resultados, e a venda de um marketing promissor que traga desenvolvimento social e econômico na região, o que se demonstra muito longe da realidade. Em Paracatu, a contaminação por arsênio e cianeto são, com frequência, sonegados em dados de monitoramento. O ouro, no município, deixa a desigualdade social à céu aberto, além da degradação ambiental assustadora, reflexos do novo Brasil colônia, onde as novas metrópoles são as empresas transnacionais.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mineração demonstra ser extremamente danosa para o meio ambiente, para a economia e para as comunidades locais. Não há moeda de troca equivalente às perdas e prejuízos que as comunidades sofrem. A política mineral brasileira precisa ser repensada, a forma de exploração como acontece não demonstra um projeto inteligente para o futuro do país. A classe política desqualificada acarreta golpes cotidianos nos direitos resguardados na carta maior.

O Plano Nacional se adequa bem à lógica neodesenvolvimentista que hoje parece presidir o processo de acumulação capitalista brasileiro. Demonstram ser extremamente danosas suas projeções de ampliação e manutenção do setor mineral, como apresentado. A visão futura desejada reflete a caracterização de um Estado deficiente e representante de interesses da lógica do capital em detrimento dos direitos sociais e trabalhistas, solidificando a estrutura de uma economia dependente que busca, de modo incessante, seus bens

primários como forma de se inserir na nova estrutura global do capital. Não sem deixar como legado histórico o aviltamento da classe que produz essas riquezas.

6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Plano Nacional de Mineração 2030. Brasília, 2011.

CEPEDA, Vera Alves. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo : um balanço histórico. Estud. av. [online]. 2012, vol.26, n.75 [cited 2015-04-28], pp. 77-90 . Availablefrom: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000200006&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0103-4014. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000200006.

CPT. Conflitos no Campo – Brasil 2014 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Edmundo Rodrigues Costa[Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2014.

FIRMIANO, F. D. O padrão de desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e a atualidade histórica da reforma agrária. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Ciências e Letras-UNESP, Araraquara, 2014.
IBRAM. Evolução da Produção Mineral Brasileira (PMB). Março de 2015.
IBRAM. Instituto Brasileiro de Mineração. A Força da Mineração Brasileira. IBRAM 35 anos. 2012.
IBRAM. Instituto Brasileiro de Mineração. Industria da Mineração. Ano VI, nº 41. Fevereiro de 2011.
MALERBA, Juliana; MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz Jardim. (Orgs.). Novo Marco Legal da Mineração no Brasil: Para quê? Para quem? – Rio de Janeiro: FASE editora, 2012.
MILANEZ, Bruno; PEREIRA DOS SANTOS, Rodrigo Salles. Neodesenvolvimentismo e conflitos ambientais urbanos e rurais: disputas por espaço e recursos entre classes e grupos sociais. Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 2013. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com

_docman&task=cat_view&gid=1186&Itemid=412. Acesso: 15 Mar 2015.
MOURA, P.A.S. et al. Quantificação e distribuição de arsênio e mercúrio em sedimentos da Bacia do Rio São Francisco. In: XXII Encontro Regional da Sociedade Brasileira de Química, MG, Belo Horizonte, 2008.
PAULANI, Leda. "A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil". Estudos Avançados, nº 66, vol. 23, 2009.
PAULANI, Leda. Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.
PINASSI, M. O.; CRUZ NETO, R. G. La minería y la lógica de producción destructiva en la Amazonía brasileña. Herramienta, n° 51, Out 2012. Disponível em: http://www.herramienta.com.ar/revista-impresa/revista-herramienta-n-51. Acesso em: 20 Abr 2015.
PINASSI, Maria Orlanda."(Neo)desenvolvimentismo ou luta de classes?" Herramienta Web, n° 13, jun

2013. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-web/herramienta-web-13>. Acessoem: 14 nov. 2013.
PINASSI, Maria Orlanda. "(Neo)desenvolvimentismo ou luta de classes?" Herramienta Web, n° 13, jun 2013. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-web/herramienta-web-13>. Acesso em: 14 nov. 2013.
POCHAMANN, Márcio. Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.
POCHMANN, Márcio. "O Estado e seus desafios na construção do desenvolvimento brasileiro". Margem Esquerda – ensaios marxistas, São Paulo, n° 15, novembro de 2010, p. 34-43.
REZENDE P. S. Avaliação da mobilidade e biodisponibilidade de metais traço em sedimentos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Tese (Doutorado em Química). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2009.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. "Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa". Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº 112, out-dez, 2012.
SANTOS, Márcio José dos. O ouro e a dialética territorial em Paracatu: opulência e resistência. (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental) Brasília, 2013.
SILVA, José Graziano. A modernização dolorosa. RJ: Zahar, 1980.

PARTE 4: ÁREA DE LINGUAGENS, LETRAS, ARTES E COMUNICAÇÃO

MULHERES QUE SOMOS: UMA ANÁLISE DA MULHER CONTEMPORÂNEA[96]

Priscila Angelo Paes Landim[97]

RESUMO: Hibridos de mulheres com bichos, ressaltando características do comportamento feminino em diversas áreas do cotidiano.

> *A força chamada morte é uma das bifurcações magnéticas do lado selvagem. Se aprendermos a identificar as dualidades, acabaremos dando de cara com a caveira descarnada da natureza da morte. Dizem que só os heróis conseguem suportar a visão. O homem sem dúvida consegue. A mulher, sem a menor sombra de dúvida, consegue. Na realidade, eles são inteiramente transformados pela visão.*
>
> ***(Clarissa Pinkola Estes – Mulheres que correm com os lobos)***

---

96 Memorial descritivo apresentado ao curso de Bacharelado em Artes Plásticas da Escola Guignard/UEMG. Orientador: Prof. Lamounier Lucas. Produzido em 2014.

97 Bacharel em Artes Plásticas da Escola Guignard/UEMG. E-mail: priscapaes@gmail.com

1 APRESENTAÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido durante os meses de fevereiro até setembro de 2014 e tem como pesquisa a figura feminina e suas diversas formas de manifestações. Estas são representadas por híbridos de mulheres e bichos. As análises foram feitas de acordo com o que percebi no meu convívio diário e em experiências vividas ao longo dos meus 30 anos.

2 MEMORIAL DESCRITIVO

2.1 - Etapas de produção

2.1.1 Criação

A ideia de fazer intervenção uma urbana já estava nos meus pensamentos. No entanto, na minha primeira conversa com meu orientador ele esclareceu que seria necessário pensar em uma maneira de transpor o trabalho para o espaço expositivo. Mesmo não sabendo ao certo naquele momento o que seria

meu trabalho já combinamos que eu faria registro em foto e vídeo para gerar um produto final que seria exposto na Guignard.

Minha maior referencia de criação partiu da leitura do livro *Mulheres que Correm com os Lobos*, de Clarisse Pinkola. Nele, a autora fala da mulher selvagem através de mitos e histórias dos arquétipos femininos.

Foi quando decidi que iria trabalhar figuras femininas hibridas com animais. Decidido o tema, busquei alguns livros que falassem da psique da mulher. Li o *Animus e Anima* de Emma Jung, que trata da relação das características femininas do homem e das características masculinas na mulher. Li também *O Livro de Ouro da Mitologia*, de Thomas Bulfinch, que conta a historia de deuses e heróis da mitologia.

Tentei comparar e perceber a figura feminina em relação aos animais. Gente é bicho pensante, e para alguns, mais evoluído em relação a outras espécies. Levando as proximidades em consideração, foi realizada uma pesquisa que comparasse outras

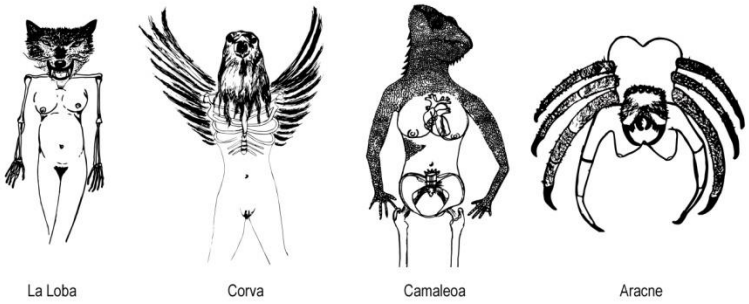
espécies com o ser humano do gênero feminino. E, a partir daí, semelhanças com os híbridos foram explorados.

E dessa maneira, a posição e a postura da mulher, que mesmo tendo conquistado algumas coisas no quesito igualdade de gêneros, ainda tem relações com a mulher primitiva, com a intuição e com as velhas formas de manter a espécie viva.

Através do uso da linguagem da arte urbana, busquei levar os desenhos aos lugares onde essas mulheres-bicho estão representadas. Como se fossem demarcar território.

O primeiro desenho feito foi La Loba. Primeiramente, desenhei com lápis depois passei nanquim, em seguida digitalizei e por último vetorizei no Adobe Illustrator. O desenho foi impresso em papel vegetal para gravar a tela de serigrafia.

Em seguida criei a Corvo. Depois a Aracne e, por último, a Camaleão.



2.1.2 Execução

Imprimi primeiramente a La Loba, e em seguida, a Corva.

Foto 01 – Gravação da matriz da La Loba

Crédito: Pablo Bernardo

Foto 02 - Impressão da gravura da La Loba

Crédito: Pablo Bernardo

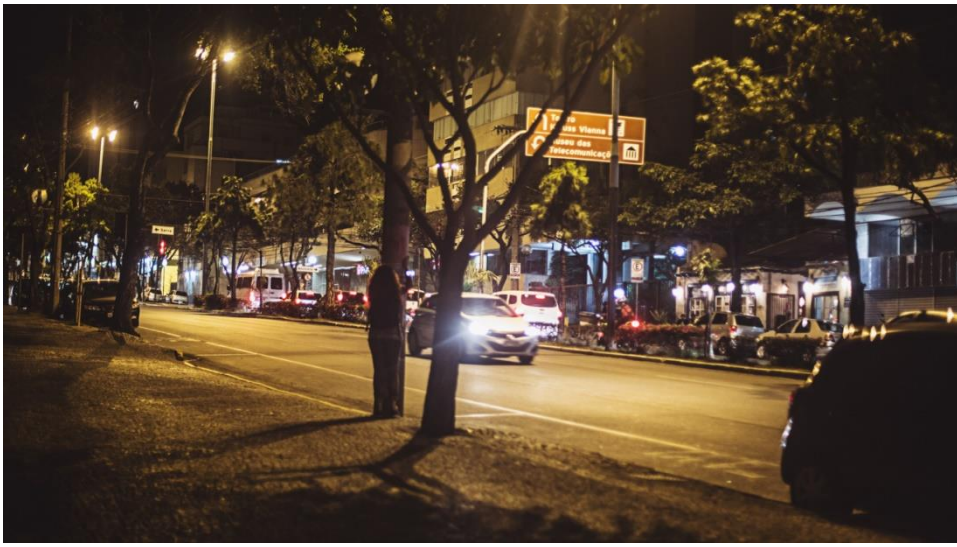
Então fui para as ruas colar os lambe-lambes dessas duas primeiramente. O primeiro lugar que colei foi na Rua Guaicurus, conhecida por ser ponto de prostituição há anos. Lá a Corva foi afixada.

Foto 03 - Rua Guaicurus – Belo Horizonte / MG

Crédito: Pablo Bernardo

Colei também na Avenida Afonso Pena, uma vez que esse local também é referência em prostituição.

Foto 04 - Avenida Afonso Pena – Belo Horizonte / MG



Crédito: Pablo Bernardo

Já a La Loba, foi colada na área hospitalar em frente à Maternidade do Hospital das Clínicas e em outros locais em que são feitos exames obstétricos.

Foto 05 - Avenida Francisco Sales – Belo Horizonte / MG

Crédito: Pablo Bernardo

Foto 06 - Avenida Alfredo Balena – Belo Horizonte / MG

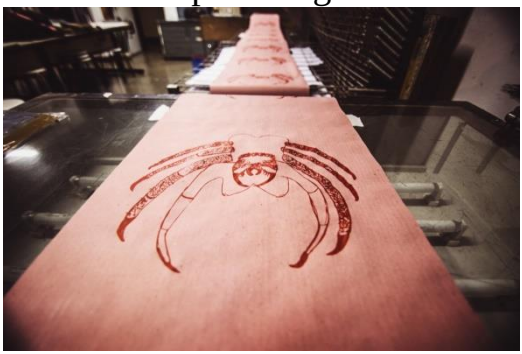
Crédito: Pablo Bernardo

Em sequência, gravei a tela da Aracne e, por último a da Camaleoa.

Foto 07 - Gravação da matriz da Aracne

Crédito: Pablo Bernardo

Foto 08 - Impressão gravura Aracne



Crédito: Pablo Bernardo

Foto 09 – Gravação da matriz Camaleoa

Crédito: Pablo Bernardo

Foto 10 - Impressão gravura Camaleoa

Crédito: Pablo Bernardo

A Aracne também foi colada na Afonso Pena e em outros pontos da cidade.

Foto 11 - Avenida Alfredo Balena – Belo Horizonte / MG

Crédito: Pablo Bernardo

Foto 12 - Rua Espirito Santo – Belo Horizonte / MG

Crédito: Pablo Bernardo

3 DEFESA CONCEITUAL

Emma Jung, em seu livro Animus e Anima, afirma:

> Em geral pode-se dizer que o espiritual da mulher, tal como se apresenta, é um caráter pouco desenvolvido, infantil ou primitivo: curiosidade em vez de desejo de conhecimento, preconceito em de lugar de julgamento, imaginação ou sonho em vez de pensamento, desejo em vez de vontade. Onde o homem trata de problemas, a mulher contenta-se com adivinhações; onde se alcança a sabedoria e conhecimento, a mulher se satisfaz com crenças e superstições, ou faz suposições. (JUNG, 1967, p. 29)

Já Clarissa Pinkola Estes escreve:

> A mulher ingênua concorda em permanecer "na ignorância". Mulheres fáceis de serem logradas e aquelas com instintos fragilizados ainda se voltam, como as flores para o lado em que o sol se apresenta. A mulher ingênua ou magoada pode então, com

> extrema facilidade, ser seduzida com promessas de conforto, diversão e arte, promessas de inúmeros prazeres, de uma ascensão social aos olhos da família, das colegas, ou de maior segurança, amor eterno ou sexo ardente. (ESTES, 1992, p.40)

Com base nos argumentos distintos acima apresentados e nas múltiplas faces da mulher, há uma busca por trabalhar as várias facetas do feminino e suas inúmeras formas de interpretação. O trabalho consiste numa imagem do sexo feminino, pensada e representada com animais. Dessa maneira buscar a reflexão de até onde os extintos primitivos estão presentes na mulher contemporânea e como pode ser manifestado.

Este trabalho não foi pensado para ser exposto em galerias e demais museus. A linguagem escolhida foi a intervenção urbana através do lambe-lambe. O público que esta pesquisa pretende alcançar são pessoas que não costumam frequentar espaços expositivos.

E, dessa maneira, os cartazes perdem sua aura de obra de arte, longe do lugar asséptico das galerias

e se apropriam dos espaços públicos, fazendo parte do cenário em que estão inseridos. Dessa maneira demarcam também os lugares.

Com a finalidade de transformar esse trabalho em algo além do que mais um cartaz na rua, existe a intenção de se usar a linguagem gráfica para estabelecer uma comunicação mais provocativa, incomodando e instigando a reflexão por parte do receptor diante das imagens.

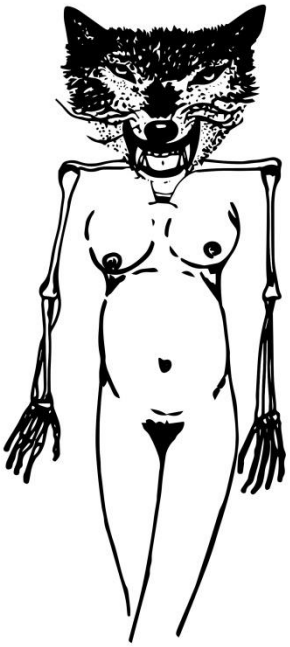
A serigrafia foi utilizada na produção de lambe-lambes que foram colados em lugares específicos onde exista a presença da mulher bicho, de acordo com as figuras retratadas. Locais tais como, maternidades, zonas boêmias, dentre outras ruas da cidade em que a presença da mulher seja forte.

Usando recursos de comunicação em massa e técnicas comuns a esse meio, o trabalho propõe a discussão da identidade feminina e suas variáveis.

É importante dizer que alguns desses cartazes não duraram muitos dias nas ruas. Cheguei a ver alguns rasgados, outros rabiscados e uns retirados

pelo serviço de limpeza da prefeitura. A rua tem esse dado, é efêmera e não tem como prever o que vai acontecer.

3.1 A ser a primeira La Loba:



La Loba tem como referência o mito mexicano de mesmo nome. Ela é uma velha que vaga pelos desertos e estradas recolhendo ossos, além de habitar uma caverna também coberta por ossos. A lenda conta que ela sabe cacarejar e fazer mais sons de animais do que falar, e quando canta consegue dar vida aos ossos novamente. A figura é composta por:

- Cabeça de loba – fazendo alusão ao pensamento desses mamíferos que são extremamente inteligentes – que observa e espera o momento de atacar e recuar.
- Ombro, braços e mãos de ossos, que personificam a função da loba do mito, que no caso do desenho é a renovação.
- Corpo, nu e grávido, representando a vida que a loba traz em si.

La Loba foi colada em frente a maternidades justamente por que é lá que estão as mulheres que carregam em si a renovação, e é sabido que muitas estão lá sem apoio de companheiro, família e amigos. Mesmo em meio a tantas adversidades essas mulheres que ali estão assumem e geram mais um

ser. É na hora do parto que todas as mulheres vivem a divindade da vida.

3.2 Corva:

A Corva, por sua vez, representa as prostitutas. É uma tentativa de representar as mulheres que se refazem todos os dias.

Antes da Idade Média, o corvo era considerado um pássaro que trazia sorte. Nos contos nórdicos, Odin abre mão de um de seus olhos para obter sabedoria e quem vê por ele são dois corvos, Hugin (Espírito e Razão), e Munin (Memória e Entendimento), que viajam durante o dia para trazer novidades para o deus.

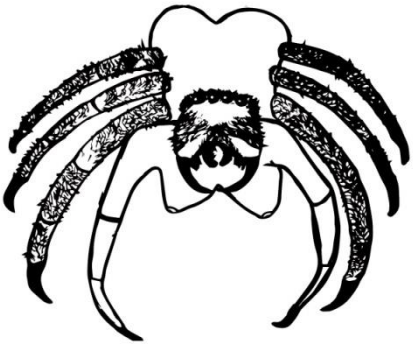
Depois da Idade Média a Igreja tomou o poder e o corvo passou a ser considerado mau agouro, porque, segundo relatos da época, acompanhavam as bruxas.

A Mulher Corvo foi criada com base nessa ideia estabelecendo uma relação entre a figura do corvo e o ofício de profissional do sexo, que é tão antigo quanto a humanidade e é tratado como algo ruim, errado e de má sorte. Ela é representada por:

- Cabeça de corvo, como a representação da sabedoria que essas mulheres precisam desenvolver para trabalhar;

- Tórax de osso, onde os ossos representam a renovação dos sentimentos. Como é da cultura humana utilizar o coração para representar afeto, há uma valorização na figura dessa região tão significativa em contraste com uma profissão onde normalmente não é admitida a expressão dos sentimentos;
- Corpo de mulher, ferramenta de trabalho;
- Sexo exposto, uma vez que é o meio por onde elas dão prazer e fazem dinheiro;
- Asas, representando a liberdade sexual.

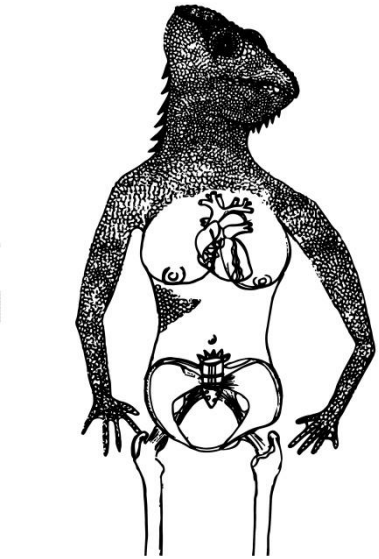
3.3 Aracne:



Como referência ao conto da Aracne, essa mulher trata da personalidade feminina que traça e tece seu próprio caminho. Essa representação se baseia também na espécie viúva negra, que mata o macho após o coito. Essa mulher representa o poder e sedução feminina. Ela é composta por:

- Tórax de mulher, seios e nádegas à mostra, partes do corpo feminino usadas para seduzir;
- A cabeça e os olhos de aranha, representando a capacidade da mulher de ver várias coisas ao mesmo tempo;
- Boca com quelíceras (como os ferrões são chamados na fisiologia aracnídea) que servem param injetar o veneno;
- Braços de aranha, representando a capacidade da mulher de fazer várias coisas e de se livrar rapidamente de situações de perigo;

3.4 Camaleoa:



A Camaleoa por sua vez representa a mulher que se adapta a todas as situações. O camaleão é conhecido por sua capacidade de se camuflar em

qualquer ambiente em no máximo 20 segundos. Sua visão chega a 360 graus, apesar de sua audição não ser muito boa. Essa híbrida tem as seguintes características:
- Cabeça, ombros, braços e mãos de camaleão, partes do corpo usadas para se comunicar, logo se adaptar, mudar de cor e textura;
- Olhos de camaleão, que permite que observe tudo ao seu redor;
- Seios e coração a vista. Justamente por se adaptar, essa mulher é aquela que aceita tudo e se adequa por amor (por isso o órgão em evidencia);
- Bacia exposta e protuberante, já que ela está apta a parir e tem condição física para isso;
- É uma híbrida puramente emocional, não escuta bem como os camaleões, o que a faz agir intuitivamente a todo tempo;

Os cartazes lambe-lambes foram colados nas ruas de Belo Horizonte. Durante a ação, foi feito registro audiovisual, que serão usados na exposição para mostrar o trabalho.

Já sobre a escolha do suporte para a execução dos lambe-lambes, foi a partir de um material que aguentasse uma carga de tinta e que também tivesse uma gramatura que fosse viável para ser afixada nas ruas. A decisão pelo papel de rolo partiu das demandas ditas anteriormente. E também por conta da cor rosa que ele tem que remete ao feminino.

Esse papel é usado para embrulhar compras. Antigamente servia de embalagens para carne. E, muitas vezes, a mulher é considerada assim, só um pedaço de carne que como o papel é descartado após o uso.

O vermelho da tinta das figuras serve para reafirmar a feminilidade.

Fiz o grude e preferi aplicar com as mãos e colocá-los em uma garrafa com jato para fazer alusão à ejaculação. Uma fez que o sêmen é parte da concepção dos seres vivos, logo a presença masculina é tão relevante quanto a feminina.

É importante dizer que esse trabalho tem como referência o feminismo e não busca de maneira alguma a separação dos gêneros e sim a igualdade.

Bibliografia

ESTES, CLARISSA PINKOLA. Mulheres que correm com os lobos: mitos e história do arquétipo da mulher selvagem/ de Clarissa Pinkola Estes; tradução Waldéa Barcellos; consultoria da coleção, Alzira M. Cohen. – Rio de Janeiro: Rocco, 1994. 608 p.

JUNG, EMMA. Animus e Anima. De Emma Jung; tradução Dante Pignatari – São Paulo: Editora Culttrix, 1991. 112 p.

MÓVEIS, MERCADO E SUSTENTABILIDADE

André Vitarelli[98]
Gabriele Abreu Rocha
Isadora Mayumi Watanabe Nicacio
Polyanna de Paula Moreira
Edson José Carpintero Rezende[99]

RESUMO: Na atualidade, o sistema sustentável busca ascender ao mercado consumidor, entretanto a sua aplicabilidade na produção industrial, em grande escala, desperta vários questionamentos. Os produtos de origem sustentável vêm sendo gradativamente incorporados à sociedade, seja por meio da aplicação de leis, pela pressão feita por Organismos não governamentais internacionais - ONGs-, seja por uma maior conscientização da população. Ainda assim, essas iniciativas são muito restritas. No sistema moveleiro moderno, a produção busca incorporar práticas

[98] Os quatro primeiros autores são estudantes ligados ao Programa de Graduação em Design de Produto, Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil. E-mail: vitarelliandre@hotmail.com

[99] Professor doutor orientador do curso de graduação da Universidade Estadual de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

ecológicas, utilizando para isso, madeiras reaproveitadas ou compósitos como o AKS7, desenvolvido pela Universidade do Estado de Minas Gerais- UEMG. Essa produção é acessível somente a uma parcela restrita de consumidores, àqueles dispostos a pagar mais caro por um produto que respeita a natureza.
Palavras-chave: design; sustentabilidade; móveis; materiais; mercado; ecodesign.

INTRODUÇÃO

O Design, antes restrito à concepção da embalagem ou formato do produto, atualmente engloba o conjunto de atividades projetuais. Essas reúnem o projeto territorial, o gráfico, o de arquitetura e o projeto de bens de consumo, ou seja, trata-se de um tema complexo e amplo, que apresenta vários aspectos a serem explorados. Dentre esses aspectos, há a aplicação do Design em produtos sustentáveis, a partir da conscientização da importância estratégica da sustentabilidade ambiental e da sua aplicabilidade nas diversas fases de produção.

O desenvolvimento de produtos limpos requer novas tecnologias ou modos de produção e uma forma inovadora de pensar o design. Isso, na maioria das vezes, acarreta um aumento de custos. Tornando esse produto um objeto de luxo. Isso restringe o mercado. Para que a fabricação e o desenvolvimento, desses produtos se tornem viáveis, ou seja, acessível social, cultural e economicamente, há a necessidade de mudança na mentalidade e no comportamento dos usuários-consumidores.

O design para a sustentabilidade deve aprofundar suas propostas na constante avaliação comparada das implicações ambientais, das diferentes soluções técnicas, dos efeitos econômicos e de suas repercussões sociais.

Já durante a concepção dos produtos e serviços, o design sustentável deve ter essa visão do todo, analisando as condicionantes componentes do ciclo de vida. É importante analisar a sustentabilidade dentro do cenário de uma sociedade consumista, já que esta se enquadra em um mundo

em que os recursos naturais estão se tornando cada vez mais escassos.

Diante do exposto, esse artigo pretende: abordar a contextualização do consumidor dentro no cenário histórico da sustentabilidade e do eco-design; analisar os produtos que, ao seu tempo, ofereceram um design arrojado com matérias primas sustentáveis e de qualidade e avaliar o interesse da indústria pela produção sustentável.

O CONTEXTO DO DESIGN SUSTENTÁVEL

O uso excessivo de nossos recursos naturais e os danos gerados aos diversos ecossistemas difundiram a urgência e a necessidade de estudo e de novas propostas sobre a sustentabilidade e temas associados. Isso gerou uma abundância de conceitos relativos à sustentabilidade, que não possuem uma definição única e consensual, o que permite várias interpretações, dificultando o desenvolvimento de produtos sustentáveis. A sustentabilidade tem três dimensões: a sustentabilidade ambiental, econômica

e social. Dessas definições deriva uma série de outras, que respondem às necessidades particulares de cada setor (CALDERÓN; RAMÍREZ, 2008; DANGELO, 2008).

Dias (2006) diz que a dimensão ambiental deve se pautar pela ecoeficiência de seus processos produtivos, adotando uma produção mais limpa, uma postura de responsabilidade ambiental, e deve procurar participar de todas as atividades governamentais locais e regionais no que diz respeito ao meio ambiente natural. No projeto de um produto, as ações do designer podem incluir, por exemplo, a aplicação de princípios como a minimização de recursos, a escolha consciente da matéria prima, a extensão da vida dos materiais, dentre outros (TUKKER, *et al.*, 2006).

A dimensão econômica trata do capital artificial, fruto da atividade que provê produtos e serviços para aumentar tanto a renda monetária, como o padrão de vida de indivíduos e grupos, incluindo a economia formal e a informal. Num projeto, por exemplo, as ações do designer nesta

dimensão podem incluir a aplicação de princípios como a minimização e a escolha de recursos de baixo impacto; a extensão e a otimização da vida dos materiais; e a facilidade de montagem e desmontagem (SCHMIDT, 2007; TUKKER *et al*., 2006; DIAS, 2006).

Em termos sociais, a empresa deve satisfazer aos requisitos de proporcionar as melhores condições de trabalho aos seus empregados, procurando contemplar a diversidade cultural em que atua (SCHMIDT, 2007; TUKKER *et al*., 2006; DIAS, 2006).

O mais importante da abordagem das três dimensões, na sustentabilidade empresarial, é o equilíbrio dinâmico necessário e permanente que deve haver entre si, e ser levado em consideração pelas organizações. A intransigência em planejar uma dessas dimensões levará ao desequilíbrio do sistema e à sua insustentabilidade (DIAS, 2006).

Estilos de vida ecológicos, que buscam a aproximação de valores relacionados à natureza, existem há muito tempo. Em meados do século XX,

a conscientização ambiental ocorreu em decorrência do aumento de denúncias sobre os problemas de contaminação ao meio ambiente. O processo desencadeado gerou um grande número de normas e regulamentos internacionais (MENDES; ONI; RAIL, 2010; DIAS, 2006).

Em 1983, surge a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento CMMAD sendo publicado o relatório "Nosso Futuro Comum". Nele se apresenta a definição clássica de desenvolvimento sustentável. No mesmo ano, entra em vigor o Protocolo de Montreal, abordando a proibição dos gases destruidores da camada de ozônio. A legislação, tanto mundial quanto nacional, começa gradativamente a mudar seus conceitos. Durante o ano de 1989, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente introduziu o conceito de produção mais limpa para definir a aplicação continua de uma estratégia ambiental preventiva e completa; que envolve processos, produtos e serviços, de maneira que se previnam ou reduzam os riscos de curto ou longo prazo para o ser humano e o

meio ambiente. Acontece, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, RIO-92. Nela se publica a Agenda 21, documento responsável pela divulgação de 27 princípios que determinam os direitos e as responsabilidades dos Estados na constituição de um mundo sustentável (KAZAZIAN, 2005; DIAS, 2006; UNITED NATIONS, 1992).

A sociedade brasileira, em sintonia com essas mudanças, já contempla na legislação atual, restrições que visam a proteger esses três aspectos citados, tais como: proibição de uso de madeira clandestina da Amazônia e de produtos que provoquem a deterioração da camada de ozônio. Há, também, normas que privilegiam a compra de veículos com combustíveis mais limpos e o uso de equipamentos que racionalizam o consumo de água, ou que reduza o desperdício da mesma (BIDERMAN *et al.*, 2006; CASTILLO; RODRIGUES, 2010).

Na ultima década, o eco-design foi testado e implementado com sucesso na Europa, EUA, Austrália e Japão. No começo dos anos 90, produtos

eletrônicos europeus eram líderes na prática e pesquisa do eco-design, incorporadas em informações tecnológicas industriais. Essas atividades eram originárias de diretrizes provenientes da União Europeia e das respectivas legislações nacionais. Porém, em muitas partes do mundo, particularmente nos novos países industrializados na Ásia, América Latina e África, as experiências com o eco-design ainda são escassas (BIJIMA; CRUL; DIEHL, 2002; REBITZER, 2003).

"Cabe ao designer o questionamento sobre o impacto social e econômico acerca de uma idéia" (CASTILLO; RODRIGUES, 2010, p.7). O designer deve dar a devida atenção às agressões ambientais e ao uso excessivo de recursos naturais, principalmente com foco na produção industrial. As peças de eco-design observam, não só os aspectos ambientais, mas também o contexto social em que essa é produzida. Porém, será necessária uma conscientização da sociedade, que deverá ser alcançada por meio da mudança cultural (PEREIRA, 1996). Nesse contexto, os estudos sobre mudanças de comportamento,

cultura do consumo e projeção dos estilos de vida, contribuem para o entendimento de transformações mais profundas e expressivas na sociedade. Essas necessitam do design como agente mediador e inovador de cenários. Desta forma, poderão ocorrer certas mudanças e rupturas com os atuais estilos de vida que são, presumivelmente, "insustentáveis" da forma como se apresentam (MENDES; ONO; RIAL, 2010).

A escassez de matéria prima é outro desafio a ser enfrentado pelo eco-design, considerando que o desenvolvimento das indústrias não prevê a sustentabilidade. O ideal seria contemplar uma produção descentralizada e em pequena escala, voltada para a demanda local, no qual a preservação ambiental seria mais que um requisito, tornando-se consequência. A inovação no eco-design anseia pelo desenvolvimento de novos produtos e serviços, que não aderem ao modelo capitalista, e por incrementar mudanças nos produtos já existentes. Tudo isso, buscando, da forma mais ecológica possível, atender

as características esperadas pelos consumidores, nos produtos (NUIJ, 2002; SOARES, 1999).

Em países desenvolvidos, o eco-design é uma atividade multidisciplinar, que trabalha a mistura de serviços e a inovação de sistemas. Esse programa tem o potencial de melhorar as oportunidades de mercado, a eficiência e a qualidade do produto. Para os países emergentes, o uso do *"design for sustentability"* é o próximo passo no progressivo crescimento da prevenção contra a poluição, que começa desde a linha de produção até a inclusão do eco-design (CRUL; DIEHL, 2006).

A ESTÉTICA, O VALOR E A SUSTENTABILIDADE

Várias "dimensões de qualidade" são consideradas na escolha de um produto ou serviço. As qualidades estéticas desses são avaliadas por um processo subjetivo, fortemente influenciado por questões culturais e históricas. Para o consumidor, o valor de um produto está diretamente relacionado à sua "qualidade percebida" e à confiança que se

constrói em relação à marca, à sua origem, ao local e forma de exposição e de comercialização (WALKER, 2005; KRUCKEN, 2009).

O designer industrial tradicional desenvolve produtos com ênfase na redução de custos, na facilidade do uso (*"easy-for-use"*) e com grande apelo estético, tornando-os, assim, distinguíveis no mercado (WALKER; DORSA, 2002). Para Araujo *et al.* (2011), a possibilidade de associar um determinado negócio sustentável a um empreendimento rentável é identificada na proposta de durabilidade subjetiva. Segundo Walker (2005), a construção de produtos sustentáveis teria de renovar a tipologia estética. Ela deveria ser claramente diferente dos modelos atuais insustentáveis e estar de acordo com um princípio da sustentabilidade. A aplicação da tipologia estética sustentável proposta, tende a aumentar o ciclo de vida do produto, tornando essa longevidade um atrativo capaz de convencer o público alvo a pagar um preço proporcional, caso haja disposição de se adquirir um produto desta natureza.

A conscientização do consumidor e a sua opção de compra dando preferência a um eco-produto é essencial na mudança em direção à produção e ao consumo sustentáveis. As decisões políticas que possibilitam aos compradores públicos optar por produtos com menor impacto ambiental geram um acréscimo na demanda que virá a estimular uma maior oferta, no qual conduzirá a um preço mais módico. Entretanto, os desafios para a implementação dos princípios que norteiam a dimensão ambiental da sustentabilidade são complexos, pois questionam a natureza do estilo de vida e suas aspirações para o futuro (BIDERMAN *et al.*, 2006; FUKUSHIMA, 2009).

Na prática, o eco-design tem sido adotado por grandes empresas como, Dow, Philips, IBM, Electrolux e BT. O eco–design tornou-se para elas uma estratégia de mercado e uma ferramenta essencial para a transgressão da mentalidade industrial e consumidora. Nessa linha são lançados novos conceitos que são agregados ao desenvolvimento sustentável de produtos.

O Human Centered Design/ Design Centrado no ser Humano -HCD-, oferece técnicas, métodos e dicas para guiar um processo que auxiliará as comunidades, permitindo que seus desejos orientem a criação e implantação de soluções. O HCD busca ouvir de um jeito diferente os usuários e trabalhar em projetos inovadores para atender essas necessidades e programar soluções, tendo sempre em conta a sustentabilidade financeira destes projetos. Essa técnica vem sendo adotada por empresas multinacionais como a Positivo e a Philips (ARAUJO, 2011; SMITH, 2002; ULLMANN, 2012).

Para Castillo; Rodrigues (2010), as empresas passaram a vislumbrar a sustentabilidade como uma oportunidade de negócio e não como uma dolorosa fonte de gastos e modificações. Para isso, passam a adotar estratégias de marketing próprias e se reposicionam no mercado. Bistagnino (2009) enfatiza que há um futuro pela frente, no qual é possível projetar e promover comunidades ecologicamente sustentáveis. Entretanto, é preciso

compreender a fundo o novo contexto social e desenhar modelos para as futuras tecnologias, que aprendam com a natureza em vez de tentar controlá-la.

Há diversos autores que questionam a aplicação da sustentabilidade no cenário atual, amplamente corrompido pelo capitalismo. Para Lima (1997), o sistema de mercado não existe para satisfazer as necessidades das pessoas, mas sim para atender aos desejos dos consumidores e a lucratividade dos produtores. Experiências na implementação do eco-design na indústria indicam que é uma tarefa complexa, visto que é uma combinação de novas e pré-estabelecidas disciplinas (REBITZER *et al.*, 2002).

Os aspectos do eco-design enfatizados pelas empresas não incorporam, necessariamente, considerações sociais e éticas. Ambientalistas, governos, planejadores econômicos, políticos e empreendedores, adotam os termos "sustentabilidade" ou "desenvolvimento sustentável" para expressar visões, às vezes muito diversificadas,

de como a economia e o ambiente devem ser controlados. Por mais pura, universal e atrativa que seja essa definição, ela é vaga e imprecisa (LEMOS, 2007; SMITH, 2002).

Stahel (1995) argumentou a favor de Lemos (2007), afirmando que o novo "conceito" está sendo difundido sem que se apresente uma possibilidade de realização. Herculano (1992) lembrou que a palavra sustentabilidade remete ao conceito de ecologia, que significa tendência à estabilidade, ao equilíbrio dinâmico e a relação de interdependência entre ecossistemas. Já a palavra desenvolvimento remete à acumulação e à expansão dos meios de produção e das forças produtivas, encerrando-se em um antagonismo de difícil solução.

A inevitável crise da cultura capitalista está levando a sociedade a refletir e adotar uma nova postura em relação ao consumo, fabricação, reciclagem, distribuição e responsabilidade social. O design será capaz de influenciar o permanente desenvolvimento da qualidade ecológica dos produtos e, mais criticamente, contribuirá para a

efetiva redução da quantidade excessiva de produtos (RAMS, 2002).

Cramer; Van Lochem (2002) enfatizam que a difusão de informações, a evolução da tecnologia, a globalização, o descobrimento de novos usos, a redução de valor e o crescimento na infraestrutura, expandiram as possibilidades de inclusão do eco-design, como fator significativo de tomada de decisão pelo mercado consumidor.

RECURSOS ECOLÓGICOS

As matérias primas com a qual os produtos são compostos são, atualmente, extremamente diversificadas. Metal, madeira, borracha, elástico, vidro e plástico convivem harmoniosamente em peças inusitadas. As extrações dessas fontes primárias acarretam diversas formas de impacto ambiental, com efeitos nocivos à saúde do ser humano e ao ecossistema. Em uma abordagem mais simplificada e pragmática, o uso maximizado de materiais pré-industrializados, como metal, madeira,

borracha, elásticos, vidro, plástico e elementos de encaixe, podem vir a ser uma solução alternativa para a obtenção de produtos ecológicos. Materiais com fibras naturais, como bagaço de cana, fibra de bananeira, de coco, de jura e de algodão, também permitem a confecção de produtos mais limpos e menos poluentes (KINDLEIN JÚNIOR, 1994; MANZINI; VEZZOLI, 2005; PEREIRA, 1996).

Recentemente, o Projeto Construa Limpo desenvolveu o compósito AKS7. Produzido em 2004 é uma das diversas opções desenvolvidas por pesquisadores na busca por materiais alternativos. O compósito permite que se crie produtos obtidos a partir de agregados advindos da reciclagem ou do reaproveitamento da construção civil. O compósito foi desenvolvido inicialmente pela Universidade do Estado de Minas Gerais e apresenta leveza e resistência, além de possibilitar diversas opções de acabamento e formas. O produto é inovador e se apresenta como solução ecologicamente correta para produção de móveis e de objetos decorativos (SILVA; SOARES; BOLDT, 2009).

Na Espanha, foi produzido um material que se obtém de uma mistura de casca de amêndoa pulverizada com resina sintética, nomeada *Maderon*. As cascas são recolhidas regularmente, reduzindo a produção de lixo dos setores industriais alimentícios. Apesar de esta resina ser atualmente sintética avançam as pesquisas para que, no futuro, o material sintético seja substituído por resina natural (MANZINI; VEZZOLI, 2005).

No ramo moveleiro, esta estratégia de associar tais materiais considerados sustentáveis foi adotada na série Réanim (2003), quando se usou "próteses" fluorescentes como peças de mobiliário que iriam para o lixo por estarem quebradas ou desgastadas. O mesmo princípio foi adotado em um projeto mais recente, o *Cuisine d'objects* (2009), no qual oferece formas para reaproveitar vários utensílios de cozinha e transformá-los em novos objetos como, por exemplo, o *tabouret façon tatin*, um banco que reutiliza uma forma de torta como assento e cabos de vassoura como pernas (CASTILLO; RODRIGUES, 2010).

Entre os exemplos nacionais tem-se a mesa Morphus, que utiliza como matéria-prima o compósito AKS7 e o vidro, utilizados na estrutura e superfície do mobiliário. Ele se enquadra nesse contexto por seu caráter sustentável e por ser reciclado e reciclável, simultaneamente. O processo de fabricação do compósito utiliza uma tecnologia mais limpa e de baixo potencial poluidor pelo reaproveitamento de sacaria e argamassa, minimizando os impactos ambientais. Há também, a cadeira Ekol, que foi desenvolvida a partir de um compósito biodegradável, aproveitando o pó de madeira das empresas do pólo moveleiro de Ubá e combinada ao polímero natural PHB (Polihidroxibutirato). Outro exemplo é a linha Foglio, que utiliza o papelão como matéria prima. Ela é composta por duas peças de apoio, tanto para o uso de notbooks, como apoio para bebidas, lanches, etc. em salas de TV, lounges e ambientes descontraídos (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2012).

Vale citar também o sofá desenvolvido pelos irmãos Campana, em que o encosto e o assento são feitos em papelão ondulado, fazendo o uso de um material pré-industrializado e tornando-o absolutamente coerentes com as proposições de eco-design (PEREIRA, 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi apontada de maneira simples e reduzida a aplicação do design de forma sustentável na indústria moveleira, especificamente na produção de cadeiras. Na atual sociedade capitalista, não há interesses políticos e econômicos para se viabilizar a produção de produtos ecologicamente corretos. E também, são apresentadas muitas propostas em torno do assunto, mas não há nenhuma forma de realização e de por em prática esse processo na indústria.

Porém, colocar o eco-design em funcionamento necessita de certos procedimentos e estruturas que permitam a sua implementação, que não são complexos. Além disso, conciliar esses três

fatores não é de fácil realização pelo fato da produção sustentável exigir um custo maior, mas não é algo impossível de ser feito.

REFERÊNCIA

ARAUJO, Fernanda Steinbruch *et al*. A Durabilidade subjetiva dos produtos como auxílio às estratégias de sustentabilidade: Uma aplicação no sistema Produto-Serviço. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cbgdp2011/downloads/9997.pdf>. Acesso em: 19 de maio de 2012.

BIDERMAN, Rachel *et al*. Guia de compras públicas sustentáveis: Uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável. Disponível em: <http://www.cqgp.sp.gov.br/gt_licitacoes/publicacoes/Guia-de-compras-publicas-sustent%C3%A1veis.pdf>. Acesso em: 04 de jun. de 2012.

BISTAGNINO, Luigi. Design Sistêmico: uma abordagem interdisciplinar para a inovação /

tradução: Lia Krucken. In: Design e sustentabilidade / org. Djion de Moraes e Lia Krucken. Barbacena, MG: EdUEMG, 2009.
CALDERÓN, Alejandro Flores; RAMÍREZ, Vicente Borja. Conceptos para la implementación del desarrollo sustentable del producto. Disponível em: <http://somim.org.mx/articulos2010/memorias/memorias2008/articulos/A1/A1_363.pdf>. Acesso em: 24 de abril de 2012.
CASTILLO, Leonardo; RODRIGUES; Lia. A sustentabilidade e o design mobiliário: um entrelace histórico. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://blogs.anhembi.br/congressodesign/anais/artigos/69692.pdf>. Acesso em: 04 de jun. de 2012.
CRAMER, Jacqueline; VAN LOCHEM, Herman. The practical use of the eco-efficiency concept in industry: The case of Akzo Nobel. IN: CHARTER, Martin. The Journal of Sustainable Product Design. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2002. p. 171-180.
CRUL, M.R.M.; DIEHL, J.C.. Design for sustainability: a practical approach for developing

economies. Paris: UNEP, 2006. Disponível em: <http://www.d4s-de.org/manual/d4totalmanual.pdf>. Acesso em: 24 de abril de 2012.
DANGELO, Rodrigo. Diretrizes de Projeto para Produtos Sustentáveis com o Conceito "Faça-Você-Mesmo". Disponível em: <http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/sustentabilidade/rodrigo_diretrizes.pdf>. Acesso em: 04 de jun. de 2012.
DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São paulo: Editora Atlas, 2006.
DIEHL, Jan Carel; CRUL, Marcel; BIJMA, Arianne. Ecodesign in Central America, Ecodesign methodology: Product Improvement Tool (PIT). IN: CHARTER, Martin. The Journal of Sustainable Product Design. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2002. p. 197-205.
DORSA, Ed; WALKER, Stuart. Making design work sustainability, Product Design and Social Equity. IN: CHARTER, Martin. The Journal of

Sustainable Product Design. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2002. p. 41-48.
FUKUSHIMA, Naotake. Dimensão Social do Design Sustentável: Contribuições do Design Vernacular da População de Baixa Renda. Disponível em:<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/20931/Fukushima%2cN_DSSustentabilidade_PPGDesgin.pdf?sequence=1>. Acesso em: 04 de jun. de 2012.
HERCULANO, Selena Carvalho. Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz. IN: GOLDENBERG, M. Ecologia, ciência e política. Rio de janeiro, Revan, 1992.
KAZAZIAN, T. Haverá a idade das coisas leves: design e desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora Senac, 2005.
KINDLEIN JR, Wilson. Uso de fibras naturais na confecção de produtos biocompatíveis. Anais P&D Design 94. Rio de Janeiro, 1994.
KRUCKEN, L.. Design e território: valorização de identidades e produtos locais. São Paulo: Nobel, 2009.

LEMOS, Haroldo Mattos de. O desenvolvimento sustentável na prática. Rio de Janeiro: Comitê brasileiro das Nações Unidades para o meio ambiente, 2007.
LIMA, Gustavo F. da Costa. O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. Disponível em: <http://www.cefetsp.br/edu/eso/debatesustentabilidade.html>. Acesso em: 20 de mai. de 2012.
MANZINI, E.; VEZZOLI, C. O desenvolvimento de produtos sustentáveis: os requisitos ambientais dos produtos industriais. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
MENDES, Mariuze Dunajski; ONO, Maristela Mitsuko; RIAL, Carmen Silvia. Consumo e design: projetos e metamorfoses sociais mediando estilos de vida sustentáveis. In: QUELUZ, Marilda Lopes Pinheiro (org.). Design & consumo. Curitiba : Peregrina, 2010.
NUIJ, Robert. Eco-innovation: Helped or hindered by Integrated Product Policy. IN: CHARTER, Martin. The Journal of Sustainable Product Design.

Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2002. p. 49-51.
PEREIRA, Andréa Franco. O design e o uso de materiais sob uma visão ecológica. IN: Congresso brasileiro de pesquisa. Anais P&D design 96. Rio de Janeiro: AEnD-BR, 1996. cap. 4, p.13-21.
RAMS, Dieter. Waste not want not. IN: CHARTER, Martin. The Journal of Sustainable Product Design. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2002. p. 131-133.
REBITZER, Gerald. Ecodesign in the European Electr(on)ics Industry And analysis of the current practices based on cases studies. IN: CHARTER, Martin. The Journal of Sustainable Product Design. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2003. p. 233-245.
SCHMIDT, Flávia. Entendendo o que é sustentabilidade. Disponível em: <http://www.percepcoes.org.br/artigos.asp?idartigo=2>. Acesso em: 04 de jun. de 2012.
SILVA, Ethiene Pereira da; SOARES, Monique Petrilo; BOLDT, Rachel Sager. Aplicação do

compósito AKS7 no design de móveis. 2009. Disponível em: <http://portal.anhembi.br/sbds/anais/SBDS2009-008.pdf>. Acesso em: 20 de mai. de 2012.
SMITH, M. T. Eco-innovation and market transformation. IN: CHARTER, Martin. The Journal of Sustainable Product Design. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2002. p. 19-26.
SOARES, Flávia. Quando o eco-design é mais que verde. IN: Associação de ensino de Design do Brasil. Estudos em Design. Rio de janeiro: 1999. Quadrimestral. v. 7 - n. 3.
STAHEL, Andri Werner. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e uma busca de alternativas sustentáveis. IN: CAVALCANTI, Clóvis. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo, Cortez, 1995.
TUKKER, A. *et al.* (2006). Environmental impact of products (EIPRO): Analysis of the life-cycle environmental impacts related to the final consumption of the EU-25, Disponível em:

<http://ec.europa.eu/environment/ipp/pdf/eipro_summary.pdf> Acesso em: 04 de jun. de 2012.
ULLMANN, Christian. Três simples passos. IN: STRAUB, Ericson. Abcdesign. Rio de janeiro: Editora Infolio, jan. 2012. n. 38.
UNITED NATIONS, Report of the United Nations Conference on Environment and Development. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-1annex1.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2012.
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Prêmios ED*:* catálogo institucional de premiações obtidas pela comunidade acadêmica da escola de design da universidade do estado de minas gerais no biênio 2008-2010. Belo Horizonte, 2012.
WALKER, Stuart. Desmascarando o objeto: reestruturando o design para sustentabilidade. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/661/66120205.pdf>. Acesso em: 19 de mai. 2012.

O POSICIONAMENTO DA IGREJA CATÓLICA NAS COMUNICAÇÕES DE MÍDIAS IMPRESSAS E ONLINE VEICULADAS EM FRUTAL-MG[100]

Gustavo Tofanin Cristofoli[101]
Daniela Soares Portela[102]
Alaor Ignácio dos Santos Júnior[103]

APRESENTAÇÃO

O presente artigo tem como principal objetivo apresentar o trabalho produzido pelo projeto de pesquisa de Iniciação Científica intitulado "O

[100] O presente trabalho foi desenvolvido com o apoio de bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica – PIBIC / UEMG / FAPEMIG, contemplada pelo edital 06/2013.

[101] Estudante do curso de Comunicação Social da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) – unidade Frutal. E-mail: gu.tofanin@hotmail.com

[102] Professora do curso de Comunicação Social da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) – unidade Frutal.

[103] Professor do curso de Comunicação Social da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) – unidade Frutal.

posicionamento da Igreja Católica nas comunicações de mídias impressas e online veiculadas em Frutal-MG", desenvolvido com o apoio de bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica – PIBIC / UEMG / FAPEMIG, contemplada pelo edital 06/2013.

O projeto foi realizado, desde a implantação da bolsa de Iniciação Científica, em março de 2014, pelo graduando em Comunicação Social, Gustavo Tofanin Cristofoli, sob a orientação da professora doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), em 2009, Daniela Soares Portela e a co-orientação do professor mestre em Letras pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP), no ano de 2002, Alaor Ignácio dos Santos Júnior, junto à Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), com os auxílios das instalações da unidade de Frutal-MG, onde os dois orientadores e o orientando compõem o corpo docente e discente, respectivamente.

A pesquisa realizada através de entrevistas, levantamentos, recolhimento de materiais e análises

dos mesmos, visa à compreensão e o desenvolvimento de pensamentos críticos a respeito dos métodos comunicativos efetuados pela Igreja Católica, na cidade de Frutal, em veículos oficiais impressos e online, periódicos ou não; embasados através de conhecimentos teóricos produzidos sobre o tema, tendo como base os livros "Catolicismo Midiático" de Brenda Carranza (2011) e "Novas Comunidades Católicas" de Brenda Carranza (2009), indicados pelos orientadores.

Métodos esses, que evidenciam a relação atual de uma grande e mundialmente influente instituição, em um momento ímpar de sua história, com a população frutalense, sob o viés ético proposto pela filosofia da religião.

1. INTRODUÇÃO

Desde a popularização de aparelhagens de comunicação massiva, como a imprensa e a internet, várias instituições são desafiadas a se apresentarem para o público através desses meios comunicativos,

para não ficarem defasadas e esquecidas diante da crescente concorrência de mercado e pelo cotidiano, cada vez mais informacional e globalizado, progressivamente acessível para a população em geral.

Com as religiões não seria diferente. Algumas historicamente conservadoras, influentes e milenares, como o caso da Igreja Católica Apostólica Romana, estudada nesse trabalho; tiveram que aceitar e compreender a inevitável expansão das novas tecnologias e deixar alguns paradigmas de lado, para se apropriarem de métodos massivos de comunicação e para se posicionarem nas relações tecnológicas da contemporaneidade, conquistando seu espaço, diante das crescentes ofertas do campo religioso.

1.1 – Cenário atual

O catolicismo, que em 2011 abrangia em torno de 17,5% da população mundial, cerca de um bilhão, duzentos e quatorze milhões de fiéis, tem sua maior parcela registrada no continente americano, com

48,8% do total de católicos batizados, segundo dados publicados no site da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), sobre o Anuário Pontífice que fora apresentado ao Papa Francisco. Segundo o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população católica apostólica romana brasileira está em aproximadamente cento e vinte e três milhões, duzentos e oitenta mil fiéis, do total de cerca de cento e noventa milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil brasileiros, alcançado 64,62% da população brasileira. Minas Gerais, com uma população em torno de dezenove milhões, quinhentos e noventa e sete mil, 10,27% da população do país, tem aproximadamente de treze milhões, oitocentos e dois mil católicos, 70,43% da população do estado. O município de Frutal, localizado na região denominada como triângulo mineiro, na fronteira com o interior do estado de São Paulo, tem cerca de cinquenta e três mil e quatrocentos habitantes, onde aproximadamente trinta e dois mil e duzentos são católicos, ou seja, 60,36% do total de frutalenses,

também de acordo com as informações disponíveis no site do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE.

Esses dados ajudam a compreender que, inegavelmente, até hoje a religião católica apresenta imensa influência no mundo e principalmente na América Latina, perceptível na grande incidência de nomeações de nações, estados, cidades, bairros, ruas, escolas, fundações, hospitais, famílias, feriados, entre outros tipos de referências; apesar de viver momentos intempéries, com perda de fiéis, após mais de dois mil anos de história.

1.2 – Contextualização histórica da influência católica

A influência cristã é tão notória, que o calendário ocidental começa a partir do nascimento de seu fundador e principal apóstolo, Jesus Cristo. Desde então, no ano zero, a religião Católica, fundada por Pedro e Paulo (principais

disseminadores da filosofia cristã), iniciou a sua longa história de expansão pelo planeta.

Inicialmente perseguida no Império Romano pelo Imperador Nero, que promovia espetáculos de perseguição e extermínio de cristãos em arena pública; mas que posteriormente, tornou-se a religião oficial do mesmo Império Romano, instituída pelo imperador Teodósio, cerca de trezentos anos depois da morte de Jesus Cristo.

Com o passar dos séculos, o cristianismo dividiu-se entre o oriente e o ocidente (Constantinopla e Roma, respectivamente), criando-se a primeira ramificação sofrida pela doutrina, já que se iniciaram várias divergências de crenças e políticas, pois a igreja bizantina já não se subordinava mais às ordens do Papa - bispo de Roma - como chefe dos cristãos e nem aos privilégios e direitos dirigidos somente ao clero. Ao mesmo tempo, a igreja romana expandia-se, rumo aos bárbaros no norte da Europa, para a criação do Sacro Império Romano Germânico, no ocidente.

No ano de 476, com a fragmentação do Império Romano, a Igreja Católica, politicamente estruturada, inicia o período de maior representatividade política, detenção da produção do conhecimento e de maior dominação do cotidiano da população - subordinados ao Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, fundado pelo Papa Gregório IX -; entrelaçando-se diretamente a religião com o Estado. Até mesmo o enorme número de fiéis é conseqüência da manutenção de alguns traços dessa soberania que são visíveis até hoje.

É nesse mesmo período da Idade Média que, segundo José Marques de Melo, em seu livro "Comunicação Eclesial: utopia e realidade"; se inicia a relação entre a Igreja Católica e a Comunicação Social. Segundo o autor, todo o período de relacionamento do catolicismo com os métodos de comunicação em massa pode ser enquadrado em quatros partes, devido aos documentos oficiais publicados em cada uma delas: a censura e repressão, a aceitação desconfiada, o deslumbramento ingênuo, e a avaliação crítica.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com o exposto anteriormente sobre as dimensões históricas e o alcance populacional do catolicismo no mundo, continente americano, no Brasil, no estado de Minas Gerais e na cidade de Frutal, fica ainda mais fácil e clara a compreensão da importância da comunicação eclesial, como provedora de sentido, de forma a se tornar uma cultura midiática, de intermediação entre o indivíduo e a sociedade, assim como dito por Berger e Luckmann (2004) (*apud* Carranza 2011); em harmonia com as práticas tecnológicas intrínsecas na contemporaneidade da sociedade atual de consumo, como esclarece a autora Brenda Carranza (2011):

> Entrelaçada com a sociedade de consumo, a mídia constituir-se-á em seu fruto mais precioso, fazendo circular bens comerciais e simbólicos e serviços para reprodução social dos indivíduos e suas subjetividades.
>
> São esses dois eixos: mídia e sociedade de consumo, que fusionados, de forma complexa, geram uma diversidade de sociabilidades no ato de consumir,

> superando, portanto, a visão de que os meios de comunicação de massa são puramente meios e revelando que participam do conjunto de interações intersubjetivas na cultura moderna.

A partir das práticas comunicativas efetuadas pelas religiões, reforça-se a ideia já descrita pelos pesquisadores Candido Procopio Ferreira de Camargo (1971); Antônio Flávio Pierucci e Reginaldo Prandi (1996) (*apud* Prandi 2008) de que a religião, que pode ser considerada internalizada, "intervém na visão de mundo, muda hábitos, inculca valores, enfim, é fonte de orientação da conduta", e o conceito de cultura descrito por Eunice Durham (2004) (*apud* Prandi 2008), de que "a cultura constitui um processo pelo qual os homens orientam e dão significado às suas ações através de uma manipulação simbólica que é atributo fundamental de toda prática humana".

Partindo de tais ideias, torna-se evidente a influência que as comunicações eclesiais podem exercer perante o público, com a participação na formação da opinião pública e na produção e

disseminação de bens simbólicos, voltados para as condutas católicas; assim como é descrito no Decreto oficial Inter Mirifica.

> Há que fomentar, antes de mais, as publicações honestas. Ora, para imbuir plenamente de espírito cristão os leitores, deve criar-se e difundir-se uma imprensa genuinamente católica--quer por parte da própria hierarquia católica, quer promovida por homens católicos e dependente deles--editada com a intenção de formar, afirmar e promover uma opinião pública em consonância com o direito natural e com as doutrinas e preceitos católicos, ao mesmo tempo relacionados com a vida da Igreja. Devem advertir-se os fiéis da necessidade de ler e difundir a imprensa católica para conseguir um critério cristão sobre todos os acontecimentos. (INTER MIRIFICA, 1966)

A manipulação simbólica é exercida pelas religiões cada vez mais pelos meios comunicativos de massa, como a imprensa e a internet, por alcançar um público abrangente, cada vez mais conectado com as produções midiáticas. Essa união de uma doutrina milenar em constante processo de

atualização e permanente desafio de evangelização, com instrumentos cada vez mais modernos de produção de sentido, promove vários fatores, assim como explica Carranza (2011):

> A artificialidade da montagem, cujo êxito reside na capacidade de não apresentar fissuras e tornar natural a produção; a capacidade que o meio tem de construir a realidade a partir de experiências indiretas, forjadas no simulacro e no espetáculo, aproximando o indivíduo de uma realidade representada e manipulada, parecendo verídica, portanto, convincente; a própria forma estética, contendo uma beleza específica, que, associada à qualidade, pode chegar até a constituir-se em arte, seduzindo por seu caráter estético; a indissociabilidade da forma dos conteúdos, o que significa que toda forma concreta de comunicação é já uma forma de codificar a realidade, em termos de Marshall McLuhan (1967): o meio é a mensagem."

Esses fatores permitem o entendimento do novo posicionamento gerado à partir da participação da religião no campo comunicativo em larga escala:

> Se essas características do sistema midiático ajudam a identificar os mecanismos e dispositivos que são acionados para viabilizar a lógica da materialidade da produção, cartografar o regime de linguagem desse sistema facilita a compreensão do porquê os meios de comunicação social se convertem em adversário morais da religião (CARRANZA, 2011).

Tais afirmações retratam melhor o desafio da compreensão da linha tênue que separa o conjunto de princípios católicos das imoralidades das quais os meios de comunicação em massa são acusados continuamente. A partir do momento em que a Igreja Católica aceita como "dons de Deus" e se insere nesses meios comunicativos, ela estará à mercê da problemática que envolve tais processos de comunicação em larga escala, por possuir interesses e visões próprias, mesmo que teoricamente esses sejam voltados para o bem comum, como é demonstrado em documentos oficiais sobre o tema.

> A mãe Igreja sabe que estes meios, rectamente utilizados, prestam ajuda valiosa ao género humano, enquanto contribuem eficazmente para recrear e

> cultivar os espíritos e para propagar e firmar o reino de Deus; sabe também que os homens podem utilizar tais meios contra o desígnio do Criador e convertê-los em meios da sua própria ruína; mais ainda, sente uma maternal angústia pelos danos que, com seu mau uso, se têm infligido, com demasiada frequência, à sociedade humana (INTER MIRIFICA, 1966).

Marcelo Ayres Camurça, descreve, à partir de estudos literários, a atual condição católica após inserir-se na cultura comunicacional moderna. “[...] a literatura sócio antropológica atual sobre o catolicismo no país tem detectado o desenvolvimento no seio da Igreja católica de uma porosidade constante com estilos de vida moderna, contudo revestindo-os com uma rubrica sagrada. (2009, p.60)"

O desafio da evangelização à partir de instrumentos de comunicação, arrisca a mercantilização de valores cristãos, pela aproximação estabelecida com outros utilizadores do meio, assemelhando-se conteúdos de cunho religioso

com os demais veiculados através de uma mesma prática.

As produções impressas, há muito temidos pela Igreja, hoje já não representam tamanha preocupação, sob o viés ético; devido suas características próprias de alcance individual e limitado, e uma cultura nacional pobre de leitura, como já mencionava José Marques de Melo.

> Há uma constatação irrefutável: o uso dos meios impressos de comunicação é hoje reduzido, em todo mundo. Tanto o acesso quanto o tempo dedicado pelo público ao rádio e à televisão são maiores que aqueles destinados ao livro, jornal e à revista.
> Existe assim uma supremacia quantitativa dos veículos eletrônicos sobre os veículos impressos.
> A partir dessa evidência, configura-se uma crise da leitura. (MELO, 1985)

Em contraposição, a internet, por ser em sua essência um meio livre, de ampla concorrência e dinâmica, amplia a disputa entre conteúdos de diversas origens e finalidades, inclusive os voltados

para a evangelização, promovendo a possibilidade de pequenas distorções em ocorrência de interações com terceiros do material propagado em diversos canais.

Em 2002, o documento oriundo do Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais já alertava os praticantes do catolicismo sobre a necessidade de compreensão sobre a utilização da internet, devido seus recursos, para a propagação dos valores pregados pela Igreja Católica.

> Uma vez que o anúncio da Boa Nova às pessoas formadas por uma cultura dos mass media exige uma cuidadosa atenção às características singulares dos próprios meios de comunicação, actualmente a Igreja precisa de compreender a Internet. Isto é necessário a fim de que ela possa comunicar-se eficazmente com os indivíduos – de modo especial com os jovens – que se encontram mergulhados na experiência desta nova tecnologia, e também em ordem a fazer bom uso da mesma (PONTIFÍCIO, 2002).

A utilização dos dois meios (impressos e a internet) possibilitam um alcance, uma abordagem e um posicionamento diferente da instituição perante

seus os receptores. A utilização de diferentes meios, por parte de um mesmo emissor, "incentiva" o uso de todos os meios disponíveis, ao invés de "desestimular", como afirma Melo (1985), ao comentar sobre os estudos de Lazarsfeld.

> A conclusão principal dos seus estudos é que o surgimento de novos meios acarreta mudanças na estrutura de produção, determinando alterações na política comunicacional dos já existentes, mas não elimina o *seu* uso. Cada meio passa a ter um espaço definido de atuação, atendendo a expectativas e necessidades específicas do público receptor (MELO, 1985).

Com isso, caracteriza-se o desafio da compreensão, através da comunicação social, do papel da Igreja na atualidade em cada pequena região, assim como nas Paróquias de Frutal; à partir de uma comunicação cada vez mais abrangente e inevitavelmente imersa no contexto tecnológico da atualidade.

3. HISTÓRICO COMUNICACIONAL

"De acordo com Marques de Melo (2005), as mudanças que a Igreja realizou em sua ação comunicativa correspondem a alterações que ocorreram na sua estrutura eclesial que se transformaram no decorrer da história" (CITON, 2014, p.3)

3.1 – Censura e repressão

A primeira fase, de censura e repressão, descrita por Marques de Melo, começa com uma publicação do Papa Inocêncio VIII, intitulada "Inter Multiplices", no ano de 1487; no qual, a Igreja, temendo as mudanças que viriam a partir da criação da imprensa, por Gutemberg, no mesmo século; posicionou-se sobre os meios de comunicação impressa, receando um abalo na vida espiritual dos cristãos. Esse posicionamento de censura se deu

devido à detenção da produção e veiculação do saber e por estar à sombra da Inquisição.

Ainda na Idade Média, ocorre o Concílio Ecumênico de Trento, no ano de 1545, convocado pelo Papa Paulo III. Nessas reuniões, que duraram até 1563, foram discutidas as doutrinas Católicas da época, sob a tensão estabelecida pelo surgimento da doutrina protestante, por Martinho Lutero, que contestava diversas imposições e dogmas regidos pelo catolicismo, como, por exemplo, a concentração do conhecimento, rebatida na época com o aumento significativo no número de publicações de livros e com diversas traduções da bíblia – conjunto de livros que embasa a crença católica–; e que hoje é a principal concorrente do catolicismo no mercado religioso brasileiro. Foram promulgados e mantidos diversos dogmas e normas, a partir dos decretos oriundos desse Concílio, como os sete sacramentos, o culto às relíquias e aos santos, o celibato clerical, o pecado original, a condenação da doutrina protestante, a indissolubilidade do casamento e a indicação da criação dos seminários.

Nesse mesmo período de censura às comunicações, o pontífice Clemente XIII lançou em 1766 a Carta Encíclica Christianae reipublicae, onde apresenta ao clero os perigos das publicações impressas, reafirmando o compromisso dos líderes católicos em impugnar impressos de cunho anticristão.

> O bem-estar da comunidade cristã, que foi confiada a nós pelo príncipe dos pastores e o Guardião das almas, obriga-nos a fazer com que a licenciosidade desacostumada e ofensiva de livros, que emergiram do esconderijo para causar a ruína e a desolação, não se torne mais destrutivo, uma vez que se espalha triunfalmente no exterior (CLEMENTE, 1766 *apud* ALVARENGA, 2014).

3.2 – Aceitação desconfiada

Após um longo e rígido período de repressão para com as comunicações sociais, o Papa Leão XIII iniciou um período de certa aceitação, mas com

desconfiança, ao começar a vislumbrar que os tão temidos meios comunicacionais poderiam ser utilizados como vias alternativas de difusão da missão católica (MELO, 1985), já que "Ele enfatizou que era necessário opor 'escrito a escrito', 'publicação a publicação'" (PUNTEL, 2012 *apud* ALVARENGA, 2014). "Os males que afligem a sociedade são numerosos e graves, mas a Igreja, depositária de valores da moral e da justiça, possui os meios para vencer esses males" falou o pontífice Leão XIII (PULGA, 2006 *apud* CITON, 2014, p.2)

Após, perdurou na Santa Sé um longo período no qual a Igreja silenciou-se sobre o assunto comunicação. A Igreja, que estava plenamente orientada, até então, pela ideologia do cristianismo, com os acontecimentos que ocasionaram a revolução industrial; começou a se deparar com grandes dificuldades para se conciliar com os meios de comunicação e com as mudanças oriundas deles, colocando-se em "atitude de isolamento com o mundo", como descreve Carmen Pulga. (CITON, 2014, p.2).

Já no século XX, após mais de cem anos da última publicação sobre o tema, o Papa Pio XI publicou outro documento abordando a comunicação. A Carta Encíclica Vigilanti Cure, em 1936, ressaltava a problemática do cinema para a Igreja. O que chama a atenção para essa carta é que além de "se defender dos perigos destes meios", ela também demonstrou a preocupação e assumir "uma posição um pouco mais positiva" (DARIVA, 2003 *apud* ALVARENGA, 2014). Seguindo o mesmo posicionamento de liberdade e abertura para os poderes comunicativos, o pontífice PIO XII publica, cerca de duas décadas depois, a Carta Encíclica Miranda Prorsus, onde o Papa assume que a Igreja agiu com "prudência e vigilância de mãe", em várias vezes que tema foi abordado. "A Igreja encara os meios de comunicação social como dons de Deus", afirmou o então Papa PIO XII (PONTIFÍCIO, 2002 *apud* CITON, 2014, p.2).

Já com evidentes sinais de abertura para a comunicação social, essa segunda etapa descrita por Marques de Melo termina com a abertura do

Concílio Ecumênico Vaticano II, que começou no dia 11 de outubro de 1962, com o Papa João XXIII e teve seu término em 8 de dezembro de 1965, com o Papa Paulo VI.

Como resultado desse Concílio, foram produzidos diversos documentos, um deles, intitulado Decreto Inter Mirifica, tornou-se um marco na história da relação entre a ciência comunicativa e o catolicismo romano. Esse decreto trata do relacionamento entre a "ordem moral e a comunicação", indicando as formas corretas para o uso católico desses meios, propõe a formulação de uma "consciência reta sobre a informação, justiça e caridade no desenvolvimento da opinião pública", descrevendo também os deveres dos usuários, produtores, autores e autoridades civis (ASSIS, 2003, p.10 *apud* ALVARENGA, 2014).

> Em face disto, o sagrado Concílio, acolhendo a vigilante preocupação de Pontífices e Bispos em matéria de tanta importância, considera seu dever ocupar-se das principais questões respeitantes aos meios de comunicação social. Confia, além disso, em

> que a sua doutrina e disciplina, assim apresentadas, aproveitarão não só ao bem dos cristãos, mas também ao progresso de toda a sociedade humana. (INTER MIRIFICA, 1966).

O Inter Mirifica indica também a obrigação do aproveitamento das oportunidades da Igreja se estabelecer nas comunicações do século XX, convocando também a participação popular.

> [...] este sagrado Concílio chama a atenção para a obrigação de sustentar e auxiliar os diários católicos, as revistas e iniciativas cinematográficas, as estações e transmissões radiofónicas e televisivas, cujo fim principal é divulgar e defender a verdade, e prover à formação cristã da sociedade humana. Igualmente convida insistentemente as associações e os particulares, que gozam de uma grande autoridade nas questões económicas e técnicas, a sustentar com largueza e de bom grado, com os seus bens económicos e a sua perícia, estes meios, enquanto servem o aposto lado e a verdadeira cultura (INTER MIRIFICA, 1966).

A partir de então, começa a se desenhar as posições tomadas pela Santa Sé para adentrar na terceira fase estabelecida por José Marque de Melo, definida como um "deslumbramento ingênuo" pelos meios de comunicação social (MELO, 2005 *apud* ALVARENGA, 2014). Esse deslumbramento se dá pela mudança de posicionamento da Igreja, assumindo um caráter de que "é preciso evangelizar, utilizando os modernos meios de comunicação" (MELO, 1985 *apud* ALVARENGA, 2014), para se ajustar com a contemporaneidade, a partir das conclusões do Concílio Vaticano II.

3.3 – Deslumbramento ingênuo

Essa terceira etapa inicia-se com a publicação do documento pós-conciliar, promulgado para o cumprimento de determinações do Vaticano II, da Instrução Pastoral Communio et Progressio, em maio de 1971, pela Pontíficia Comissão para os Meios de Comunicação Social. O texto apresenta uma postura

pastoral, visando clara expectativa e maior nexo na compreensão da comunicação.

> A comunhão e o progresso da convivência humana são os fins primordiais da comunicação social e dos meios que emprega: a imprensa, o cinema, o rádio e a televisão. Com o desenvolvimento técnico destes meios, aumenta a facilidade com que maior número de pessoas e cada um em particular pode ter acesso a eles; aumenta também o grau da penetração e influência na mentalidade (COMMUNIO ET PROGRESSIO, 1971 *apud* ALVARENGA, 2014).

O documento ainda fala da liberdade e comunicação, de publicidade e dos direitos à informação, aproveitando para clarear sobre o papel dos emissores e receptores, a partir da nova perspectiva católica, convocando todo o corpo da Igreja à participação. “os bispos empenhem-se, com a colaboração de sacerdotes e leigos, no trabalho apostólico no domínio da comunicação social” (COMMUNIO ET PROGRESSIO, 1971 *apud* ALVARENGA, 2014).

Esse terceiro momento caracteriza, além do aumento no uso eclesial das comunicações, uma mudança no funcionamento da ordem informacional, assim como define Ariani Castellar Citon, “Esta abertura para os meios de comunicação permite que a Igreja fale à sociedade de uma forma mais ampla, no entanto a Igreja começa também a ter que ouvir” (2014).

3.4 – Avaliação crítica

A partir disso, é sinalizado o início do quarto período, de avaliação crítica, descrito por Melo. Essa avaliação crítica surge, pois com a necessidade de efetivamente alcançar o público, acontece o que é descrito por Citon, “A Igreja, na qual não predominava a socialização da palavra, começa ‘a incentivar, a patrocinar, a respaldar experiências de comunicação do próprio povo’ (MELO, 2005, p.26)” (2014).

Essa nova etapa da comunicação eclesial, segundo marques de Melo, é marcada pelo

Documento de Puebla, de 1979, que surgiu após a III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, no México. A Conferência foi promovida, a partir das dificuldades impostas devido à diminuição da fé em escala mundial, inclusive na América Latina, um continente historicamente regido pelo catolicismo.

Nessa fase, começa-se a se tornar essencial para o catolicismo, a participação da comunicação social como instrumento de ajuda à igualdade social, alinhando-se assim, a comunicação com os fundamentos da filosofia cristã e aproximando-se dos ideais da Teologia da Libertação, que ganhava força no catolicismo da América Latina, desde os anos 60. "A Igreja vem trabalhando não apenas para dar voz as que não têm voz nem vez, mas, sobretudo para os que sem voz e vez construam seus próprios meios e comunicação" (MELO, 2005, p.29).

Desde então, quando a Igreja Católica percebe que a evangelização pelos meios de comunicação de massa são uma via de mão dupla, para a aproximação da realidade de seus fiéis; foram publicados alguns documentos sobre o tema, como o Aetatis Novae, de

1992 e também Igreja e Internet, em 2002, ambos oriundos do Conselho Pontifício para as Comunicações Sociais. Esses documentos já demonstram um posicionamento mais atualizado sobre a atuação do catolicismo para com os meios atuais de comunicação, como principalmente a internet.

3. OS IMPRESSOS

Segundo o sistema hierárquico que rege a religião católica, Frutal, que possui três paróquias localizadas no próprio município e uma situada no distrito de Aparecida de Minas, está sob o comando da Arquidiocese de Uberaba, que por sua vez, é subordinada da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que está sob os auspícios da Santa Sé, localizada no Vaticano e comandada pelo atual Papa Francisco.

As comunicações impressas veiculadas em cada paróquia frutalense recebem influências diretas de todos esses patamares da hierarquia da instituição,

assim como afirma o Padre Eliseu Pereira de Carvalho, Pároco da Paróquia de Nossa Senhora Aparecida, quando questionado sobre os órgãos produtores dos impressos eclesiais que compõem a comunicação local.

> Nós temos a Igreja universal, que é a Igreja no mundo todo, que divulga o material e que trás também os seus documentos, que repercutem e são estudados dentro da Paróquia; até porque a nossa ação pastoral é sempre em comunhão com toda a Igreja. E tem os impressos da Arquidiocese que também nós veiculamos na Paróquia. Arquidiocese quando produz o material é para todas as Paróquias. E da Paróquia nosso material é realmente só material de divulgação de atividades.

Esse sistema de funcionamento das comunicações caracteriza algumas limitações que podem ser inoportunas para a abordagem de conteúdos que aproximariam fiéis em potencial, devido às restrições na produção de conteúdos relevantes e atraentes, que possibilitariam associações com a realidade da sociedade frutalense.

Figura 1: 47ª edição do Jornal Metropolitano da Arquidiocese de Uberaba.
Figura 2: 6ª edição do Boletim Informativo da Paróquia de Santo Antônio, disponibilizado também pelo site.

Os periódicos das imagens acima, apresentam total caráter informativo, voltado para os fiéis praticantes do catolicismo, já que são distribuídos nos ambientes religiosos ou administrativos da Igreja. O Jornal Metropolitano, da figura 1, é produzido pela Arquidiocese de Uberaba e disponibilizado mensalmente em todas as Paróquias

de sua cobertura. Já o Boletim Informativo, da figura 2, é produzido pela Pastoral de Comunicação da Paróquia de Santo Antônio, sendo distribuído semestralmente nas Igrejas que compõem o setor paroquial. Além desses, há também a Folha da Matriz, produzida e veiculada mensalmente pela Paróquia de Nossa Senhora do Carmo, liderada pelo seu pároco, Padre Sebastião Ribeiro, que relata sobre o conteúdo produzido para os periódicos locais.

> Eu diria que nenhum artigo desses jornais da Igreja trata-se propriamente da doutrina, pode ser que tenha um artigo ou outro que fale sobre um tema doutrinal. Sempre os jornais procuram ter um artigo que fale alguma coisa sobre isso, mas normalmente a nossa preocupação é mais pastoral. Ou seja, é a vivência da fé, chamando o pessoal para uma reunião, uma coisa ou outra.

Sendo assim, além de compreender um conteúdo apenas internamente informativo e com o uso de termos próprios, a disponibilização restrita dos periódicos aos locais católicos limita o acesso do

restante da população com material eclesial impresso, dificultando o processo de conversão e evangelização dos não seguidores.

Figura 3: Cartaz de incentivo a participação dizimista, produzido pela Arquidiocese de Uberaba.
Figura 4: Panfleto de divulgação da Acolhida da cruz e do icone de Nossa Senhora em Frutal, realizado pelas três Paroquias do municipio.
Figura 3: Cartaz de divulgação do 1° Cicletaço da Padroeira, produzido pela Paroquia de Nossa Senhora do Carmo.

Os materiais impressos avulsos, como nos três exemplos acima, ilustram que apesar de contribuir para a divulgação e a promoção de acontecimentos internos ou abertos realizados pela Igreja, ao serem

utilizadas majoritariamente para fins pontuais e oportunos, acabam caracterizando-se como uma comunicação pouco humanizada e mecanicista, voltada somente para a própria religião, afastando-se do interesse de fiéis em potencial, por não produzirem vínculos de familiaridade com os cotidianos dos demais frutalenses não católicos.

Dessa maneira, fica clara a preocupação principal da instituição em manter seus fiéis, deixando de lado a oportunidade de promover uma aproximação com os não católicos e, consequentemente, atrair novos adeptos à doutrina.

Reginaldo Prandi elucida sobre a tomada de posicionamento necessária para as religiões tradicionais, como o catolicismo, ao entrar em contato com um público regional, assim como ocorre nas comunicações eclesiais frutalenses.

> Religiões tradicionais de crescimento vegetativo têm que reter seus seguidores, evitar que mudem de religião. Religiões que crescem pela conversão têm que conquistar novos adeptos. Um modo de a religião se posicionar consiste em

> considerar que os devotos estão no mundo, numa sociedade, num território, numa cultura que é preciso conhecer para defender ou capturar (2008).

À partir de análises proferidas sobre os materiais impressos coletados nas paróquias e fornecidos pelos párocos do arquivo das pastorais de comunicação, é possível perceber que, apesar de duas das três paróquias do município produzirem veículos próprios de comunicação impressa e materiais esporádicos de divulgação de eventos da própria Igreja local, os conteúdos disseminados apresentam predominantemente um caráter propriamente informativo, abordando temas de relevância unicamente católica, sem buscar aproximações e conexões com os acontecimentos da região, da cidade ou até mesmo dos bairros em que se localiza os ambientes católicos em que são disseminados, distanciando-se assim, das possibilidades de interesse comum com as populações que se encontram distantes das religiões – cerca de quatro mil e novecentos frutalenses, segundo dados do Censo de 2010 -, que seriam o principal público à ser

alcançado pela conversão; assim como fora apetecido no Decreto Sobre os meios de Comunicação Social.

> Procurem, de comum acordo, todos os filhos da Igreja que os meios de comunicação social se utilizem, sem demora e com o máximo empenho nas mais variadas formas de apostolado, tal como o exigem as realidades e as circunstâncias do nosso tempo, adiantando-se assim às más iniciativas, especialmente naquelas regiões em que o progresso moral e religioso reclama uma maior atenção (INTER MIRIFICA, 1966).

4. A INTERNET

Todas as paróquias de Frutal começam a se aproveitar cada vez mais das vantagens provenientes dos canais comunicativos existentes na rede mundial de computadores, fazendo-se presente em redes sociais ou através de sites próprios.

O Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais elucida a perspectiva católica sobre a utilização da internet como meio de comunicação eclesial e de interação com o seu povo. “No espaço

cibernético, pelo menos na mesma medida que em qualquer outro lugar, eles podem ser chamados a navegar contra a corrente, a praticar o contraculturalismo e até mesmo a ser perseguidos por amor àquilo que é verdadeiro e bom" (PONTIFÍCIO, 2002).

Figura 5: Página no Facebook da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo.
Figura 6: Site da Paróquia de Santo Antônio.

As paróquias frutalenses apropriam-se de meios online para propagarem suas comunicações, indo de encontro ao público, de acordo com a crescente cultura digital; como exposto na figura 5, que mostra a página da Paróquia de Nossa Senhora

do Carmo em uma rede social e a figura 6, que apresenta o layout do único site próprio entre as paróquias de Frutal, o da Paróquia de Santo Antônio, que atualmente está fora do ar.

Assim, o único site próprio que era mantido, apresentava caráter basicamente institucional, apresentando a cultura católica e possibilitando o *feedback* dos internautas, mas sem grandes capacidades atrativas para novos seguidores; assim como no caso dos meios impressos; sem apresentar conteúdos com associações para com a sociedade à parte do ambiente religioso.

Já os sites que funcionam como redes sociais, devido algumas ferramentas que disponibilizam, promovem maior possibilidade de interação entre os fiéis e a instituição local, funcionando como uma "via de mão dupla" entre as duas partes, assim como ressalta Citon.

> "Diante disso, pode-se afirmar que com a chegada da internet e a utilização dos sites a Igreja ganha um novo ambiente para a evangelização e relacionamento com os fiéis. Ambiente no qual deve

> ser pautado pela via dupla de comunicação, gerando então a evangelização a partir da realidade dos fiéis" (CITON, 2012).

O conteúdo veiculado nas *fanpages* das paróquias é, muitas vezes, oriundo de outros sites, com poucas publicações próprias, mas predominantemente caracterizadas com uma roupagem cristã ou, indiretamente, carregadas com a ideologia do catolicismo, mas, normalmente, assemelhando-se aos demais conteúdos propagados na mesma rede social. Os *posts* da própria paróquia, basicamente são voltados para os acontecimentos internos da comunidade católica local.

Os materiais disseminados nas páginas das paróquias frutalenses provocam uma relação virtual entre duas culturas: a cultura dos meios digitais, praticada pelos internautas; com a cultura católica, disseminada nos conteúdos dos espaços católicos online. Esse tipo de prática caracteriza-se com "Inculturação", descrito por Marcelo Azevedo ao se basear no artigo "Catequesis e inculturación" (1978), do Padre Arrupe.

> *Inculturação* é o processo ativo que, a partir do próprio interior da cultura, recebe a revelação católica através da evangelização, e que a compreende e traduz segundo seu modo de ser, de atuar e de se comunicar. Esta semente da fé se desenvolve então nos termos e segundo a índole da cultura que a recebe. A *enculturação* é o processo pelo qual a vida e a mensagem cristã são assimiladas pela cultura de modo a não somente se expressar pelos elementos próprios dessa cultura, como também a se constituir em inspiração, norma e força que transformam, reanimam e recriam essa cultura (Azevedo, 2007 *apud* PRANDI, 2008).

Então, apesar de estar presente no ambiente online, acessível ao público, a cultura que compõe o catolicismo de Frutal, fica à mercê dos funcionamentos e interpretações do ambiente online e de seus utilizadores, por se submeter à lógica que rege os espaços digitais, concorrendo lado a lado com a infinidade de conteúdos e opiniões disponibilizadas no mesmo meio.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de abrangente, por se comunicar através de diversos meios e vários veículos, a Igreja Católica em Frutal apresenta certas dificuldades de comunicação para novos públicos, devido à busca por um posicionamento neutro sobre os acontecimentos sociais externos do ambiente das paróquias, o que possibilitaria a ocorrência de familiaridade de opiniões e pontos de vista com mais receptores.

Assim, em comparação entre os dois meios estudados, percebe-se grandes semelhanças entre a utilização feita por eles, comprovando certa defasagem no uso das possibilidades de interação disponibilizadas por cada um dos formatos comunicativos abordados.

Esse posicionamento, no artifício de "estar na mídia sem ser da mídia" (BRAGA, 2004 *apud* CARRANZA, 2009), imposto pela hierarquia da Igreja, dificulta que os meios comunicacionais oficiais da instituição no âmbito local adquiram

maior expressão fora das comunidades católicas, sem conseguir aproximar-se do devido público para conversão.

Assim, compreende-se a estratégia de inculturação utilizada, principalmente nos veículos online, para a cultura católica entrar em contato com as demais culturas que emergem da contemporaneidade, devido à sua inegável influência.

Enfim, a comunicação eclesial para a cidade de Frutal apresenta dificuldades de acompanhar as novas culturas modernas, já secularizadas, que influências os novos meios de comunicação e que, na mesma proporção, são influenciados por eles.

6. REFERÊNCIAS

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CAMARGO, Candido Procópio Ferreira de. (1971), **Igreja e desenvolvimento**. São Paulo, Cebrap.

PIERUCCI, Antônio Flávio & PRANDI, Reginaldo. (1996), **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo, Hucitec.
DURHAM, Eunice Ribeiro. (2004), **A dinâmica da cultura**. São Paulo, Cosac Naify.
CARRANZA, Brenda. (2011). **Catolicismo Midiático**. Aparecida, SP: Idéias & Letras.
MCLUHAN, Marshall. **La Galáxia de Gutenberg**. Barcelona: Circulo de Lectores, 1993.
CARRANZA, B., MARIZ, C. e CAMURÇA, M. (2009). **Novas comunidades católicas: em busca do espaço pós-moderno**. (2ª edição). Aparecida, SP: Idéias & Letras.
MELO, José Marques de. **Para uma Leitura Crítica da Comunicação**. Edições Paulinas, 1985.
CITON, Ariani Castellar. **Comunicação Virtual: O site como ferramenta de evangelização para a Igreja Católica.** Chapecó, SC: Intercom, 2012.
ALVARENGA, Ricardo Costa. **NOVOS RUMOS DA COMUNICAÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA: o processo de construção do**

Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil. Chapecó, SC: Intercom, 2014.
PULGA, Carmem Maria. **Interface – Igreja e Mídia: Uma experiência de comunicação religiosa na web.** Dissertação de Mestrado, São Paulo, 2006.
MELO, José Marques. **Comunicação Eclesial: utopia e realidade.** São Paulo: Paulinas, 2005.
PRANDI, Reginaldo. Converter indivíduos, mudar culturas. **Tempo soc.**, São oPaulo, v.20, n.2, nov. 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702008000200008&Ing=pt&nrm=iso. acesso em 21 out. 2014. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702008000200008.

A CURADORIA DE ARTE NO CIBERESPAÇO: CONCEITOS PRESENTES NA CONSTRUÇÃO DE UM MUSEU VIRTUAL

Celina F. Lage[104]
Jade Liz de O. França[105]

RESUMO: Este artigo apresenta reflexões sobre conceitos presentes na construção do Museu Virtual de Brasileiros e Brasileiras no Exterior, a saber imigração, identidade, rede, memória, cibercultura e virtualidade. Observa-se que na contemporaneidade os indivíduos estão conectados por redes, através da identificação com outros indivíduos no âmbito virtual. O ciberespaço permite que as identidades sejam reafirmadas ou transformadas, conferindo-lhes grande fluidez e se configura como um espaço propício para criação, manutenção e difusão de memórias pessoais ou coletivas. O museu ganha nova potência na medida em que se virtualiza e

[104] Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Escola Guignard. E-mail: celinalage@gmail.com
[105] Estudante da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Escola Guignard.

desterritorializa, se tornando um espaço poético e experimental.
PALAVRAS-CHAVE: Cibercultura. Memória. Museu Virtual. Curadoria Digital. Fotografia.

1. Introdução

> *"Hoje em dia, por toda a parte, são as memórias artificiais que apagam as memórias dos homens, que apagam os homens da sua própria memória."*
>
> *Baudrillard*

Apresentamos aqui algumas reflexões sobre conceitos presentes na construção do projeto curatorial do *Museu Virtual de Brasileiros e Brasileiras no Exterior*, cuja plataforma pode ser acessada no endereço eletrônico

<memoria.eu.org>[106]. Os conceitos pesquisados e que pautaram a construção do museu foram imigração, identidade, rede, memória, cibercultura e virtualidade. A partir desta pesquisa de cunho teórico, foi criado um projeto curatorial inovador, que pretende responder à demanda dos brasileiros que vivem no exterior em relação à preservação de sua memória e à divulgação de sua arte.

106 O projeto curatorial do Museu Virtual foi resultado de pesquisa desenvolvida com o apoio do Programa institucional de Bolsas de Iniciação científica (PAPq) da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e da FAPEMIG, Brasil. O projeto foi premiado pelo Instituto Brasileiro de Museus e Ministério da Cultura do Brasil no âmbito do "Pontos de Memória no Exterior" em 2013. A Profa. Dra. Celina F. Lage (celinalage@gmail.com) é professora do Programa de Pós-Graduação em Artes (UEMG), e a curadora e pesquisadora Jade Liz (jadelizf@gmail.com) é bacharelanda em Artes Plásticas na Escola Guignard (UEMG).

2. Imigração, identidade, rede e memória na cibercultura

Muitos são os motivos que levam um indivíduo a migrar de país. Algumas vezes é a busca por mudanças, novas oportunidades, construção e reconstrução da vida, o motivo que leva alguém a tomar um novo rumo, se deslocando em direção a diferentes países do mundo. Nessa trajetória, ele leva consigo suas vivências pessoais, além da bagagem cultural do contexto no qual estava inserido. O deslocamento em si já proporciona o aprendizado e a assimilação de novas atitudes e hábitos. As trocas e transformações na vida de um indivíduo, que vão se sucedendo nos percursos feitos, criam uma espécie de rede cultural, através da liga e da mistura de diferentes influências culturais. A identidade de cada indivíduo é algo complexo, que está intimamente ligada à esta rede formada de vivências e aprendizados. Essa idéia de rede é potencializada ainda mais se pensarmos na expressão da identidade no âmbito virtual, onde a troca de informações e

influências culturais não ocorrem no tempo e no espaço pautado pelos referências da realidade, mas acontecem em grande volume e a todo momento.

Identidade é um termo de difícil definição. Anteriormente seu conceito estava atrelado a um sujeito unificado, mas atualmente em cada área de conhecimento vemos seu conceito se tornar mais permeável e transitório. Assim, "identidade" está relacionada ao ser, à essência, à relação com o outro, às representações, ao "ser identificado" no convívio social, ou seja, também está relacionada à ideia de rede, pois pressupõe relações interpessoais. Novas relações em novos ambientes transformam os indivíduos e suas identidades. Na contemporaneidade assistimos à uma crise das identidades. Segundo Hall,

> a questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declino, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito

> unificado. A assim chamada "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 2001:7)

Mesmo com o postulado da crise das identidades no contexto contemporâneo, ainda assim a definição do conceito de identidade continua sendo uma incógnita. Como Dias constata, "parece que descobrir e definir identidade é tendência geral para o conhecimento e a comunicação, e, portanto, para entendimento na convivência social" (DIAS, 2008:16). Sendo assim, o convívio social, ou seja a relação com o outro é fundamental. É inerente do ser humano a troca de sons, de palavras, de informações, de imagens, como afirma Lévy "sua natureza é traduzir o outro em si ou implicar em sua própria organização a história de suas relações com seu ambiente" (1996:103). Essas trocas e compartilhamentos conferem ainda mais fluidez à

identidade, no exercício da tradução do outro em si. Desta forma, a experiência da alteridade pode se dar tanto de forma física quanto virtual.

Comunidades online, criadas entre pessoas que nunca se encontraram fisicamente e talvez nunca se encontrarão, são geradas através de áreas de interesse em comum. Com a velocidade do trânsito de informações e a constante interação entre essas pessoas, a distância geográfica se torna mínima e desimportante. O ciberespaço é construído em conjunto, não há um "centro emissor em direção a uma periferia receptora", esquema de difusão de comunicação "um-todos"(LÉVY, 2005:128). O estudioso afirma:

> eu defino o ciberespaço como o *espaço de comunicação aberto pela intercomunicação mundial dos computadores e das memórias dos computadores*. (...) A perspectiva da digitalização geral das informações provavelmente tornará o ciberespaço o principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade a partir do inicio do próximo século." (LÉVY, 1999: 94)

O campo virtual é muito mais ampliado do que o real, ele possibilita a conexão de lugares distantes em frações de segundo, além de tornar possível a presença em vários sítios ao mesmo tempo, permitindo ao corpo e às suas representações que se multipliquem. Os indivíduos criam enraizamentos e se relacionam na medida em que sentem necessidade de interagirem entre si e ocupar novos espaços. Weil considera este enraizamento como uma relação que se estabelece com o passado, mas também com o futuro:

> o enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. (WEIL, 1943: 411)

A identidade e a identificação dos indivíduos não é necessariamente territorializada, como

podemos pensar em se tratando de uma identidade comum, proveniente de uma mesma origem geográfica, como por exemplo o ser brasileiro, o originar-se do Brasil. Os indivíduos e as comunidades se relacionam na ciberculura sob o signo da sincronização e da interconexão, em um espaço desterritorializado. Lévy explica o conceito de desterritorialização:

> quando uma pessoa, coletividade, um ato, uma informação se virtualizam, eles tornam 'não-presentes', se desterritorializam. Uma espécie de desengate os separa do espaço físico ou geográfico ordinários e da temporalidade do relógio e do calendário. (...). A sincronização substitui a unidade de lugar, e a interconexão, a unidade de tempo. (LÉVY, 1996: 21)

Outro conceito que está intimamente relacionado ao conceito de identidade é o de memória, a qual não é permanente, está em constante criação e transformação diante das nossas experiências no mundo. Novas memórias surgem

enquanto outras são apagadas. Cada vez que nos lembramos de um fato, a memória vai sendo reescrita, reconfigurada e reconstruída de uma forma dinâmica. Desse modo, mantemos, descartamos e alteramos imagens mentais na medida de nosso interesse.

A maneira como a memória cultural é transmitida, durante toda a história humana, passou por transformações. Tradição oral, manuscritos, imagens, imprensa, internet, todos têm um papel importante no fortalecimento e na manutenção das culturas. Cada mídia apresentou uma revolução em seu tempo e uma maneira diferente de lidar com as informações, com a cultura e com a memória. A maneira como acessamos as informações na atualidade é caracterizada por uma velocidade muito grande na troca de informações e na sua polifonia. Temos a autonomia de escolhermos entre diversas fontes de informação, além de publicar diferentes versões de um mesmo fato. Um imenso banco de dados de memórias da humanidade, desde que uma vez relatadas e registradas, estariam hipoteticamente

disponíveis para serem novamente acessadas no futuro. Se não houver algum erro ou mudança entre as ligações, a rede não esquecerá o fato. Lima examina:

> as mensagens lingüísticas eram sempre recebidas no tempo e lugar em que eram emitidas. Tanto o emissor quanto o receptor compartilhavam um universo de significado semelhante e todos evoluíam no mesmo universo semântico, no mesmo contexto. Nestas culturas, não existia nenhum modo sistematizado de armazenar as representações para futura reutilização. A transmissão do conhecimento, no transcorrer do tempo, exigia um contínuo recomeço, uma renovação suscetível a alterações visíveis de geração para geração. A história era feita a partir da capacidade de memorização dos membros do grupo social e de suas preferências. (LIMA, 2007: 276)

A geração de dados por minuto é cada vez maior, há uma necessidade de mostrar o que se está sendo feito, de registrar, deixar marcas da sua história. Redes sociais virtuais ganham força, compartilham-se textos, imagens, sons, vídeos e o

que mais for possível. A democratização de criação e recebimento de informações permite que registremos o momento que vivemos através de diversos pontos de vista, palavras-chaves permitem ainda que se aperfeiçoem os mecanismos de busca, gerando a possibilidade de uma cartografia digital, porém, surgem concomitantemente, dificuldades de mapear esse território disforme, em constante transformação e com excesso de informação.

À medida que novos sistemas digitais de registro, armazenamento, busca e interação nascem, as relações de um indivíduo com o presente e com o passado transformam-se. O museu virtual passa a ser uma forma diferente de transmissão cultural e manutenção da memória, em constante transformação.

O museu ganha assim uma nova potência, uma vez que não está necessariamente atrelado a um espaço físico, consequentemente delimitador. O museu virtual é transportável e itinerante. Há aqueles que reproduzem apenas os modelos tradicionais dos museus, se limitando às “visitas virtuais” e há outros

que tem a internet como hóspede de arte digital, carregando a característica da interatividade, onde as pessoas que o visitam não assumem uma posição passiva de espectadores, mas são convidados a interagir, a fazer parte dele.

3. A inscrição poética da memória no ciberespaço e a curadoria do museu virtual

O projeto possibilitou a criação de um espaço mais amplo de representação da memória dos brasileiros ao redor do mundo e de sua expressão artística, em forma de uma rede de construção de memórias audiovisuais e documentos digitais, constituída por uma comunidade virtual, a qual também se funda a si própria através do museu. Santaella (2007), ao falar da fotografia no âmbito do ciberespaço, caracteriza esta experiência de rede como a possibilidade de troca de experiências e compartilhamento de momentos:

> além de testemunhas do efêmero, essas imagens são voláteis, líquidas, pois, enviadas pelas redes, cruzam os ares, ubíquas, ocupando muitos lugares ao mesmo tempo. O observador já não se locomove para ir ter à foto. Pelo contrário, ela viaja até o observador. São fotos de todos para todos. (SANTAELLA, 2007: 396)

O Museu tem todo seu acervo construído e disponibilizado virtualmente, de forma colaborativa, como possibilidade de tornar visível e possível a construção poética da memória dessas comunidades e indivíduos e seu entrecruzamento, através do meio digital. Apesar da facilitação na comunicação promovida pela internet nos dias atuais, ainda percebe-se uma falta de visibilidade sobre quem são os brasileiros que vivem no exterior e também sobre o que é produzido por artistas nestas condições. A condição de isolamento e invisibilidade é conhecida da curadora e idealizadora do Museu, Celina Lage, que viveu por dez anos na Grécia como imigrante brasileira, convivendo de perto com esse grupo heterogêneo.

Sendo assim, a proposta do Museu Virtual de Brasileiros e Brasileiras no Exterior é criar um espaço de livre expressão para o registro de histórias da vida de cada pessoa, de narrativas ligadas a fatos históricos, das experiências vividas, de manifestações artísticas, de ações coletivas, de lembranças que possuem do Brasil, da expressão da sua identidade cultural, de diferentes visões de mundo, do sentimento da alteridade, de expectativas futuras, sonhos, etc., criando uma comunidade virtual que compartilha um mesmo espaço e cria, assim, memórias compartilhadas.

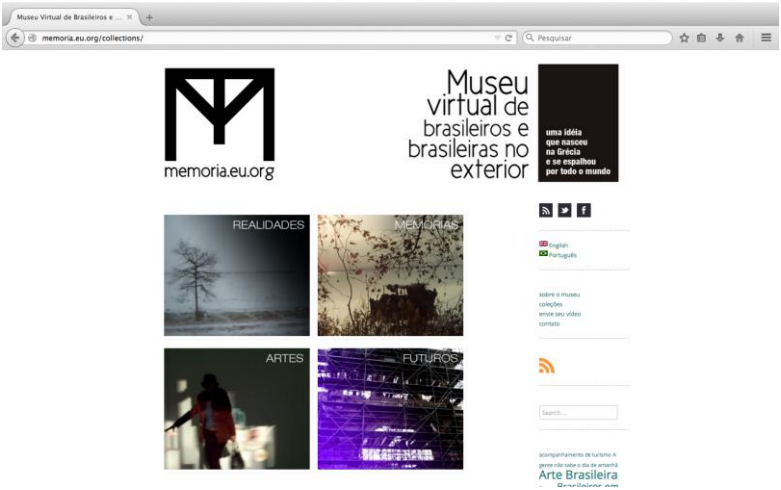


Figura 1: Visão parcial da página das coleções iniciais do Museu Virtual. Fonte: Disponível em <http://memoria.eu.org/collections/>. Acesso em: 10 fev. 2015.

Assim, no seu primeiro momento de criação, o museu contou com quatro coleções iniciais: Artes, Memórias, Realidades e Futuros. Elas reúnem vídeos-depoimentos relacionados às expressões artísticas, bem como aspectos ligados ao passado, presente e futuro dos indivíduos. No contexto fluído da cibercultura, os relatos se intercruzam através das palavras-chave, as quais estabelecem redes de

relações entre os vídeos e os indivíduos que os protagonizam. A memória de cada um passa a pertencer a uma rede representada pelo Museu, que garante sua sobrevivência através dos tempos.

A primeira coleção Artes destina-se à livre expressão e ao registro de atividades artísticas, seja de um jovem artista ou de um artista já consagrado. Memórias é dedicado às histórias e recordações de cada indivíduo através de relatos pessoais. Realidades é o espaço reservado para o presente, por onde se anda, o que se faz, os hábitos, as cores, os cheiros. Já na coleção Futuros podemos encontrar sonhos e as expectativas do que está por vir. Através da consciência da fluidez virtual, há a possibilidade de futuramente essas coleções se desdobrarem, se multiplicarem e se transformarem a partir das necessidades que forem surgindo com o recebimento dos vídeos enviados pelo público.

Muchacho afirma que "o museu virtual é um verdadeiro laboratório de experimentação que se manifesta especificamente na maneira como a tecnologia determina a própria forma da experiência"

(MUCHACHO, 2005: 1546). Nesse sentido a proposta curatorial entende o museu virtual como uma função poética. Esta função poética estaria presente tanto na virtualidade em si da proposta, quanto na criação do seu próprio espaço virtual, na idéia do museu, na interatividade da plataforma, na forma como instiga os indivíduos a se tornarem protagonistas, e na poética do self-video. Neste sentido foi criada uma chamada aberta (Fig. 2) para o envio de vídeos pelo público, com temática livre. Foram também disponibilizadas algumas dicas de filmagem para auxiliar a gravação com equipamentos caseiros, de modo a possibilitar um uso melhor dos mesmos.

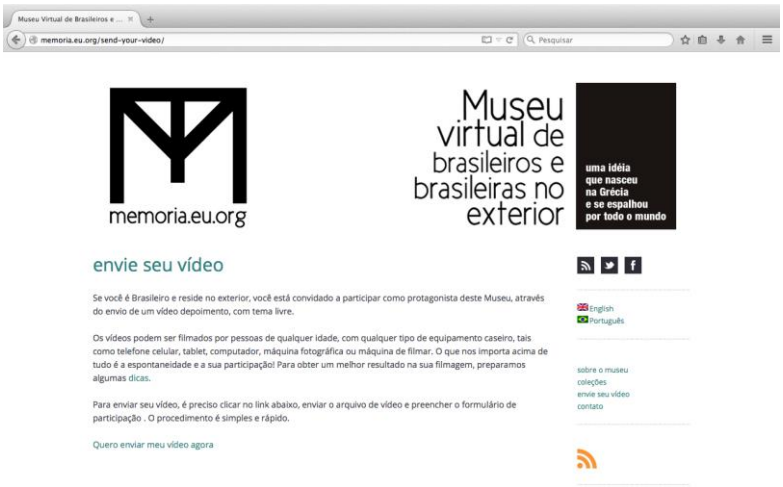


Figura 2: Visão parcial da página com a chamada aberta para envio de vídeos. Fonte: Disponível em <http://memoria.eu.org/send-your-video/>. Acesso em: 10 fev. 2015.

O visitante é também convidado a participar de exposições de fotografias, como por exemplo a exposição "Da Janela Para o Mundo" (Fig. 3), realizada em 2015. A exposição foi resultado de uma convocatória aberta lançada através das redes sociais para envio de fotografias que tivessem sido tiradas a partir de janelas por brasileiros no exterior. As fotografias foram adaptadas para o formato de Arte

Postal Digital (Fig. 4), dando origem posteriormente a três produtos distintos: uma exposição de Arte Postal Digital, um Livro de Artista eletrônico e uma exposição itinerante em projeção *site specific*. Tendo em vista os três produtos gerados, considerou-se o projeto curatorial como um projeto transmídia.

Figura 3: Visão parcial da exposição de Arte Postal Digital "Da Janela Para o Mundo". Fonte: Disponível em <http://memoria.eu.org/da-janela-para-o-mundo/>. Acesso em: 10 fev. 2015.

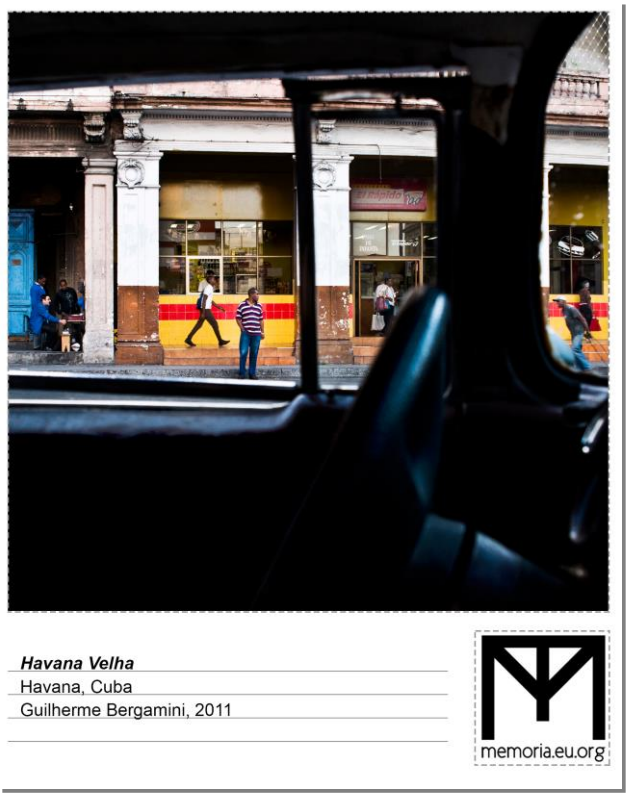


Figura 4: Arte Postal Digital, integrante da mostra “Da Janela Para o Mundo”.
Fonte: Disponível em <http://memoria.eu.org/da-janela-para-o-mundo/>. Acesso em: 20 jul. 2015.

4. Considerações Finais

A intenção do projeto do Museu Virtual é de que o visitante/participante/autor possa expressar a sua identidade, construindo a sua memória e ao mesmo tempo construindo este espaço compartilhado. Desse modo, o visitante da plataforma pode interagir com a coleção do Museu, como mero espectador ou como artista, se identificando com os outros participantes e a situação em que eles se encontram, mesmo estando em países diferentes. Assim, redes de trocas e conexões são construídas pelo projeto curatorial, em um exercício poético compartilhado com o público, que aceita participar do projeto como co-autor.

Santaella (2007) expõe essa idéia de rede de troca e conexão:

> instaura-se com isso uma geografia da percepção fugaz em territórios cujo domínio sobre a matéria é efêmero, cuja posição no espaço é tênue, cuja temporalidade se esvai nos olhares rápidos que lançamos às situações e

> os instantes voláteis nos ajudam a rememorar no piscar de olhos em que uma imagem se mostra tão-só e apenas para ceder passagem a uma outra imagem, em um moto-contínuo de fragmentos nômades de espaços e tempos desgarrados e descontextualizados que se cruzam, se interpenetram e indefinidamente se misturam. (SANTAELLA, 2007: 396)

As memórias compartilhadas na plataforma que formam o museu são exatamente estes fragmentos de espaços e tempos que se cruzam, interpenetram e se misturam. Tendo em vista ser uma obra de arte da cibercultura, ele se caracteriza como uma obra-fluxo, que se altera constantemente com a participação do público que também assume uma posição autoral (LAGE, 2014: 2). Por fim, acredita-se que o museu virtual será sempre transitório, desterritorializado e fluído, assim como as obras da cibercultura e as identidades na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, B O de. Imagem e memória - Henri Bergson e Paul Ricoeur. *Revista Estudos Filosóficos*, São João Del Rei, nº 9, p. 136 - 150. 2012. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art10_rev9.pdf>.

BRUNO, Fernanda et al. O oráculo de Mountain View: o Google e sua cartografia do ciberespaço. *E-Compós*, Brasilia, v. 6, p. 1-21, 2006. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/91/91>

DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda Inovadora. *Revista Museologia e Patrimônio*, Unirio, vol. 6 nº 1, p. 99 - 117. 2003. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/248/239>.

FROCHTENGARTEN, Fernando. A memória oral no mundo contemporâneo. *Estud. av.*, São Paulo, v.

19, n. 55, p. 367-376, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300027&lang=pt>.
HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* 10ª ed. Rio de Janeiro: dp&a; 2005.
LAGE, Celina F. O papel do Curador de Arte na Cibercultura: projetando um museu virtual. In: I SEMINÁRIO BRASILEIRO DE MUSEOLOGIA *SEBRAMUS*, (1.), 2014, Belo Horizonte. Caderno de Resumos I SEBRAMUS. Belo Horizonte: Rede de Pesquisadores e Professores do campo da Museologia, 2014. p. 36-36.
LÉVY, Pierre. *Cibercultura.* São Paulo: Editora 34 Ltda, 1999.
LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?.* São Paulo: Editora 34 Ltda, 1996.
LIMA, Gercina Ângela Borém. A transmissão do conhecimento através do tempo: da tradição oral ao hipertexto. *Revista Interamericana de Bibliotecología,* Colombia, vol. 30, n.2, p. 275 – 285, Jul.- Dic. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rib/v30n2/v30n2a13>.

MAIA, R D. *O conceito de identidade na filosofia e nos atos de linguagem.* São Carlos, 2008. 142f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2008 Disponível em: <http://www.ppgl.ufscar.br/novo/arqs/resumos/1308128363_019rubensdias.pdf>.

MUCHACHO, Rute. Museus virtuais: A importância da usabilidade na mediação entre o público e o objecto museológico. In: 4º SOPCOM, (4.), 2005, Aveiro. Livro de actas. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2005. p. 1540 – 1547.

SANTAELLA, Lucia. *Linguagens líquidas na era da mobilidade.* São Paulo: Paulus, 2007.

TÉCNICA AO TROMBONE: O ENSINO, DESENVOLVIMENTO E USO DA TÉCNICA DE EMBOCADURA[107]

Jonatha Maximiniano do Carmo[108]

RESUMO: O domínio da técnica de embocadura é um elemento essencial ao desenvolvimento do aluno e do profissional do trombone. O presente trabalho tem como objetivo informar a respeito do ensino, desenvolvimento e uso da técnica de embocadura na prática ao Trombone, contribuindo com informações técnicas e propondo alguns exercícios que facilitem essa prática. A figura da anatomia da face humana é apresentada para mostrar os principais músculos que atuam na embocadura. Alguns exercícios de

[107] Artigo apresentado à Escola de Música da Universidade do Estado de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Música com habilitação em Trombone. Orientador: Prof. Ms. Renato Rodrigues Lisboa. Em 2009.

[108] Bacharel em Música formado na Escola de Música da Universidade do Estado de Minas Gerais. É mestre em Música pela UFMG em Música, com atuação na linha de pesquisa "Música e Cultura".E-mail: maxtrombone@gmail.com

vibração labial e flexibilidade (exercícios para aumentarem a agilidade do músculo) serão propostos, buscando o desenvolvimento do profissional ou do amador em sua atividade e trabalho. A presente pesquisa não visa ser única e decisiva como fonte de pesquisa, mas sim, uma breve introdução a futuras pesquisas mais aprofundadas.
Palavras-chave: trombone, embocadura, músculos.

INTRODUÇÃO

Assim como a outros instrumentos da família dos metais[109], além do bocal, para se obter o som característico ao trombone é necessário a formação de uma embocadura[110]. Trombonistas profissionais e

[109] Geralmente, as orquestras são formadas por famílias, conhecidas como *naipes* de instrumentos. Elas são quatro: a família das cordas, a das madeiras, a dos metais e a da percussão. Sendo assim, os instrumentos da família dos metais, como o próprio nome já nos informa, são aqueles construídos de ligas metálicas. Instrumentos como trompas, trombones, trompetes e tubas fazem parte desta família.

[110] No dicionário, o termo embocadura pode ser entendido como "o ato ou efeito de embocar", ou seja, "aplicar a boca a um instrumento, para dele tirar sons". Cf. BUENO, Silveira.

amadores enfrentam uma grande dificuldade no ensino, desenvolvimento e, consequentemente, uso da técnica de embocadura na prática do trombone.

Dentre os problemas mais comuns estão *o mau posicionamento dos lábios* – que faz com que a embocadura não funcione de forma natural e, portanto, efetivamente funcional – e a *vibração ineficiente dos lábios* – que na maioria das vezes é provocada pelo mau posicionamento do bocal. A falha nesses aspectos afeta de forma decisiva a execução do instrumento acarretando na perda de resistência física dos músculos labiais, problemas de sonoridade e até mesmo lesões na pele da boca. Há também a possibilidade de ser vítima do que

---

Minidicionário da língua portuguesa. São Paulo: FTD, 2000. p. 278. Philip Farkas, trompista da Chicago Symphony Orchestra, professor e autor de um dos livros mais importantes sobre o tema "metais", *The Art of Brass Playing*, afirma que *embocadura* é "a boca, lábios, queixo e os músculos da boca, tensos e moldados de modo cooperativos entre si". Cf. FARKAS, Philip. *The Art of Brass Playing.* 1. ed. Rochester: Wind Music, 1962. p.5.

conhecemos como *distonia focal*[111], isto é, um sério distúrbio do movimento que pode impossibilitar a execução de um instrumento musical.

Na primeira parte, tratamos da função do bocal, de como o som é produzido através dele, dos principais músculos envolvidos no processo de formação da embocadura, do posicionamento do bocal e, também, de aspectos importantes para uma boa escolha do bocal. Na segunda parte, citamos alguns problemas de embocadura como a pressão demasiada do bocal contra a boca, a *técnica do sorriso* e problemas relacionados com a resistência dos músculos envolvidos na execução do instrumento.

Já na terceira parte, abordamos um fator muito importante para o funcionamento da

[111] "el musico, que en su processo de aprendizaje repite cientos de veces um mismo acto motor, se sitúa en le cumbre de las professiones con mayor riesgo de sufrir enfermedades profesionales." (2004, p. 32)" LLOBET, Jaume Rosseti. *Análisis clínico de la distonía focal en los músicos*. Revisión de 86 casos. Neurologia, n. 20, p.108-115. 2005.

embocadura: o *aquecimento labial*. E enfim, na última parte, tratamos de estudos técnicos que podem ajudar no desenvolvimento da embocadura, dentre os quais destacamos os de *vibração labial* e de *flexibilidade*, que pode ser entendida como a capacidade de fazer exercícios musicais que são agilmente controlados pelo executante.

A motivação para este tema surgiu da necessidade de desenvolver uma melhor técnica de embocadura a fim de facilitar a execução do repertório trombonístico de estudo e de trabalho. O aspecto didático do presente trabalho pretende ainda ser útil para a sistematização das experiências como professor de trombone, possibilitando agregá-lo a outras práticas de ensino que possibilitem ao educador musical e, portanto, pesquisador a observação das peculiaridades de cada aluno ao longo da atividade de ensino.

1. Produção do som ao trombone
1.1. Bocal

O som do trombone é produzido por uma pequena parte a ele acoplada: o bocal. É o bocal que entra em contato com nossa boca, sendo o responsável do alinhamento dos lábios para então, funcionar como uma espécie de pré-amplificador. Pode-se dizer que a função do bocal se assemelha à de um microfone, isto é, o instrumento, se entendido como uma caixa acústica, amplifica o som produzido no bocal. Como isso funciona?

Tocando ao bocal sem o instrumento, se obtém um som semelhante ao zumbido de um besouro, som este, conhecido entre os trombonistas, como *abelhinha*[112]. É justamente este efeito que, depois de amplificado por toda extensão do instrumento, resulta no som característico do

[112] Na literatura em inglês é muito comum relacionar esse termo à palavra *buzz* fazendo, portanto, referência ao som característico de certos insetos de *zunir*, como é o caso das abelhas, besouros, etc.

trombone. Para produzir o som deve-se ter uma pequena tensão controlada dos lábios, mas não se pode, em momento algum, esquecer de que essa tensão tem de ser muito delicada, pois tratam-se de músculos.

A conexão entre instrumento e instrumentista feita pelo bocal é a que torna possível o controle do som característico do instrumento e as mais diversas possibilidades sonoras obtidas através de uma boa técnica de flexibilidade. Como resultado teremos, então, uma boa agilidade e eficiência na execução do instrumento. A afinação e resistência, por exemplo, dependem diretamente de todo o conjunto: instrumento, bocal e instrumentista.

Portanto, levando em consideração a importância da embocadura para o devido controle da produção do som do trombone, o instrumentista depende muito de uma boa utilização dos músculos faciais, assunto este que será tratado a seguir.

1.2. Músculos

Para formação e funcionamento da embocadura, alguns músculos devem ser conhecidos (figura 1[113]). Dentre eles, destacam-se os músculos *constritores*, responsáveis pela contração muscular, e os *dilatadores*, responsáveis, portanto, pela dilatação. como podemos observar na figura a seguir.

[113] Disponível em novembro de 2009. Análisis Clínico de la Distonia Focal em los Músicos. Revisión de 86 casos. Neurologia, n. 20, p. 108-115, 2005.

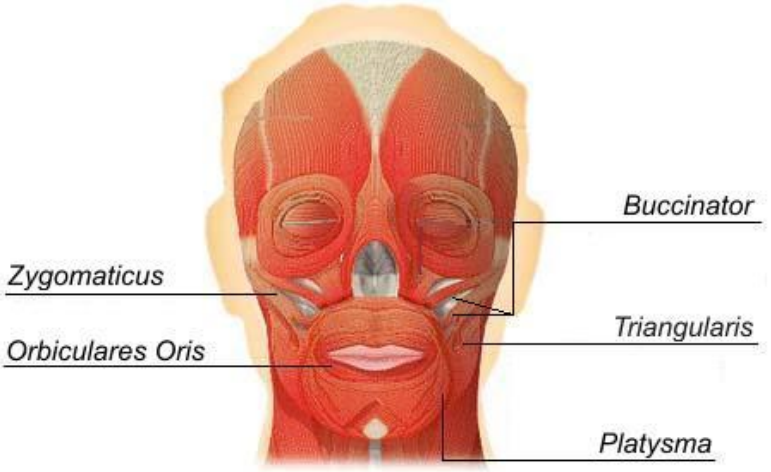


Figura 2 – Músculos úteis à embocadura.

Na figura, os músculos considerados *constritores* são os "*orbiculares oris*" (músculo do beijo), também conhecidos como *orbicular dos lábios* ou *orbicular da boca*. A principal ação deles é a de franzir e fechar os lábios e também atuam como

esfíncter da boca, podendo projetar os lábios para fora[114].

Os músculos *dilatadores*, como o próprio nome diz, são os responsáveis pela dilatação, expansão e alongamento dos músculos. Na figura, podemos observar quatro desses músculos, que são eles: os "*triangularis*" ou "triangulares" (músculo do choro), conhecidos como "depressores do ângulo da boca", são os responsáveis por abaixar os lábios inferiores, isto é, "puxa[m] a comissura labial para baixo e para fora, alonga[m] o sulco nasogênio e inverte[m] ligeiramente o lábio inferior"[115]; os "*platysmas*" ou "platisma do pescoço", também conhecidos como "cutâneo do pescoço", tem como principal ação "puxar para baixo a pele do mento [parte inferior do rosto] e para cima a pele do

[114] Cf. Disponível em http://www.clinicaarquero.com/cirugia-facial/cirugia-de-los-labios-queiloplastia/anatomia-de-los-labios/?lang=pt Acessado no dia 29 de fevereiro de 2016.

[115] Cf. LE HUCHE, F.; ALLALI, A . *A voz: anatomia e fisiologia dos órgãos da voz e fala*. Vol. I, ArtMed, Porto Alegre,1999. pp. 214-217.

pescoço, criando pregas obliquas"[116]; o "*buccinator"* ou "bucinador" (músculo do bocejo), que "estende para fora a comissura dos lábios e contrai as bochechas, quando essas estão dilatadas. Ele participa da deglutição (apertando a bochecha contra os dentes, empurra os alimentos em direção à língua)."; e, por último, os "*zygomaticus*" que são divididos em zigomáticos *maior* e *menor*: o zigomático menor é responsável por puxar o "lábio superior para cima e para fora". Acentua o sulco nasogênio e as rugas em torno dos olhos; o zigomático maior "puxa para cima e para fora a comissura dos lábios. É o principal músculo da mímica do sorriso, como a usada para pronunciar *cheese*" (Cf. LE HUCHE e ALLALI, 1999. p. 214-217).

[116] *Idem*.

1.3. Posicionamento do bocal

Deve-se levar em consideração que o posicionamento do bocal é algo particular, pessoal, e devido a isso é muito complexo estipular regras para o posicionamento. Portanto, é de extrema importância considerar a especificidade anatômica de cada trombonista, pois a embocadura é algo muito variável e inconstante.

Existe um grande número de referências que abordam essa linha de pesquisa. Grandes educadores como Denis Wick[117], Brad Edwards[118], Emory

[117] Denis Wick, importante trombonista inglês que contribui ativamente com tópicos discutindo a técnica do trombone. Cf. *Trombone Technique*. London: Oxford University Press. 1971.

[118] É professor de trombone na *University of South Carolina* e músico da *Symphony Orchestra Augusta* e da *South Carolina Philharmonic*. Publicou importantes livros sobre o ensino e aprendizado do trombone, como "Introductory Studies in

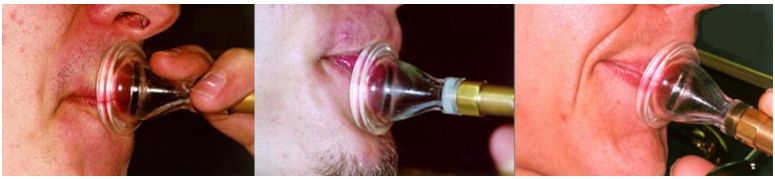
Remington[119], dentre outros, informam-nos a respeito de exemplos da embocadura e de seu uso, mas em suma, percebe-se que o consenso se distancia da conceituação de uma *embocadura ideal* e se concentrar na indicação de como se deve utilizá-la de forma eficiente.

Tem que se levar em consideração que cada pessoa possui dentes, lábios e estruturas ósseas da face diferentes se tornando impossível obrigar ou determinar ao instrumentista uma posição que não seja a ele confortável e realmente eficiente. Pequenos desvios no posicionamento do bocal são absolutamente normais e aceitáveis se considerarmos as mais diversas especificidades de cada trombonista.

Tenor and Alto Clef" e "Lip Slurs", todos eles disponíveis pela *Ensemble Publications*.

[119] Emory Remington (1892-1971) foi um importante professor de trombone da *Eastman School of Music*. É reconhecido internacionalmente como um dos mais importantes professores de metais de todos os tempos. Disponível em <http://www.esm.rochester.edu/about/portraits/remington/>. Acessado em outubro de 2009

Observe abaixo os três tipos básicos de embocadura[120]. Cada uma tem o fluxo de ar direcionado de forma diferente à taça do bocal[121]. Diferente do que se imagina o ar não é somente direcionado ao centro do bocal, mas sim com pequenos desvios diretamente para a parte superior ou para a parte inferior da taça.



Figuras 2, 3 e 4 – Os três tipos básicos de embocadura.

[120] Disponível em: <http://facstaff.unca.edu/dwilken/emb_types.htm>. Acessado em outubro de 2009.

[121] Com formato semelhante a um copo ou taça, esta é a parte do bocal responsável por definir as qualidades do som do trombone, como o seu brilho ou opacidade, sendo capaz de influenciar na timbragem e boa sonoridade.

Observa-se na figura 2 um exemplo de *"Downstream Embouchure"*, que significa fluxo de ar para baixo. Nesta configuração de embocadura, quando o músico sopra em direção ao bocal de seu instrumento, o fluxo de ar é direcionado para a parte de baixo do bocal e, como pode ser observado, isto é causado pelo posicionamento deste em sua maior parte no lábio superior. Na figura 2 já se observa o contrário, o que é chamado de *"Upstream Embouchure"*, que significa que o bocal fica com sua maior parte nos lábios inferiores e que o fluxo de ar é direcionado para cima, diretamente para a parte superior do bocal. *"Medium Placement Type embouchure"* é aquela que se encontra exatamente no centro da boca. O fluxo de ar é jogado praticamente no centro do bocal (figura 4[122]). Importante notar a respeito desse último posicionamento, que ele é muito difundido principalmente levando em consideração o fluxo de

[122] Cf. Disponível em: <http://facstaff.unca.edu/dwilken/emb_types.htm>. Acessado em outubro de 2009.

ar ser concentrado no centro do bocal, evitando desvios e aumentando a precisão de ataque das notas.

De maneira geral, é muito importante que não fiquemos “encucados” em tentar criar a embocadura perfeita. Com esta atitude, pode-se criar um grande problema: o da embocadura ineficiente. Inicialmente, deve-se preocupar em como se obtém o som e se ele é de qualidade. O resultado, de certa forma, deve ser aquele que nos deixe satisfeitos, pois o importante, como já inferido aqui, é o resultado do som e não como é produzido.

1.4. Escolha do bocal

É sempre importante pensarmos que não é o bocal que realmente resolve os problemas de execução ao trombone. Por várias vezes, tenta-se a troca de bocal para melhorar os registros agudos e/ou os registros graves, mas nem sempre o problema está no tipo de bocal utilizado e sim no mau posicionamento dele ou mesmo problemas relacionados à respiração.

Caso o problema seja diagnosticado como sendo o bocal, alguns pontos devem ser considerados para a sua escolha. Para a escolha de um bocal, algumas considerações devem ser feitas. Dentre elas deve-se observar a espessura dos lábios, qual é o calibre do instrumento e como é a formação facial, observando principalmente a arcada dentária do aluno.

Observe a figura 5[123] a seguir. Nela estão indicadas as partes que compõem o bocal: borda, cálice ou copo, garganta, *backbore* e *shank*. Saber qual é a função e como funciona cada parte do bocal, facilitará a escolha do mesmo.

[123] Disponível em: <http://www.theconcertband.com/images/Instruments/Anatomy>.

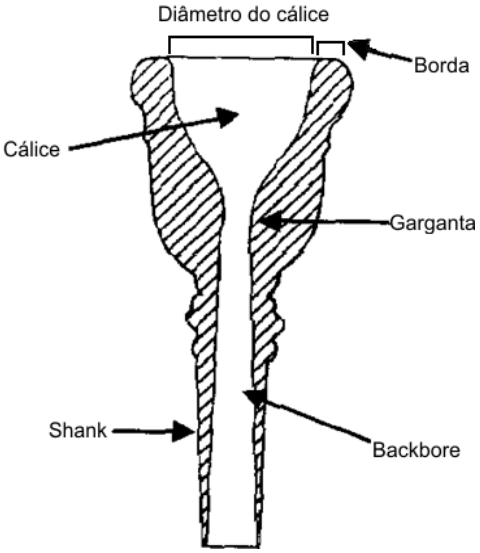


Figura 5. Partes que compõem o bocal.

A borda (*rim*)[124] é a parte que pode determinar o conforto ao tocar o instrumento, podendo estar diretamente ligada à resistência do trombonista ao tocar. A utilização de uma borda

[124] Disponível em: <http://www.trombonelessons.com/mpanatomy/mpanatomy.html>.

muito larga pode ser útil no conforto e principalmente na resistência do instrumentista, todavia, ela prejudica na flexibilidade, isto é, na troca rápida e ágil entre notas ligadas. Uma borda um pouco mais fina e chata, por outro lado, pode levar a um grande desgaste, mesmo que dê melhor apoio aos lábios e facilite a flexibilidade. Outra parte importante da borda é o seu contorno. Ao pegar um bocal, pode-se observar que a borda não é completamente plana e sim levemente arredondada na direção da taça, proporcionando maior conforto. Ao utilizar uma borda levemente arredondada, o instrumentista terá um som brilhante, uma boa flexibilidade e uma maior precisão nos ataques.

O cálice (*cup*)[125] é responsável pela cor do som e também pela extensão (facilidade de tocar registros na região grave ou na região aguda). Um cálice profundo tende a escurecer o som e favorecer o trombonista nos registros graves,

[125] Disponível em: <http://www.trombonelessons.com/mpanatomy/mpanatomy.html>. Acessado em outubro de 2009.

consequentemente dificultando os registros agudos. A profundidade do cálice influencia diretamente o volume e o timbre do som do instrumentista. Ao contrário, um cálice raso, facilitará os registros agudos e resultará em um som mais brilhante, principalmente se ele se aproximar do formato de "V". Todavia, o trombonista perceberá uma diminuição na sua amplitude sonora.

A garganta[126] (*throat*) é a parte pela qual irá passar o ar. Este é o ponto de maior resistência do bocal, pois é a parte mais estreita. Uma garganta larga permitirá a passagem de um maior volume de ar. A largura da garganta está diretamente ligada à afinação. Uma garganta estreita vai fazer com que o som fique mais focado, centrado. A garganta do bocal também é responsável pelo volume sonoro.

O diâmetro interno (*Backbore*)[127] é a parte interna de saída do ar. Ele começa onde termina a garganta e serve como "guia" do fluxo de ar em seu curso. Ele é responsável pelo controle da resistência

[126] Ibid.
[127] Ibid.

e também pela sonoridade. Quando o diâmetro interno é menor, o timbre é mais brilhante e quando mais largo, o som e mais escuro, opaco. Quando o *backbore* é longo, as notas do registro agudo do instrumento são conseguidas com mais facilidade, todavia, são notas levemente desequilibradas e com timbragem mais fraca.

E, por fim, a parte denominada cano de saída (*Shank*)[128]. A sua importância é justamente o encaixe exato no instrumento, o que é fundamental. Um alinhamento incorreto pode ter efeitos desastrosos, principalmente na afinação e respostas rápidas nos registros.

2. Problemas de embocadura

2.1. Pressão do bocal contra a boca

Muitos músicos de banda do interior já devem ter ouvido a seguinte frase: “aperta que as notas agudas saem!” Essa é uma teoria que já caiu

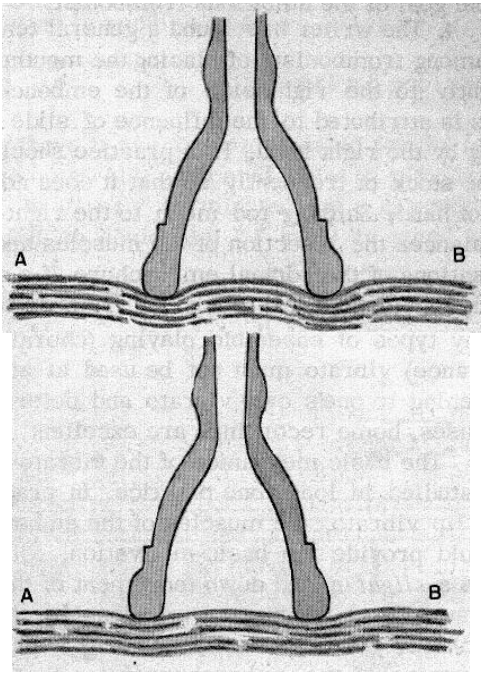
[128] Ibid.

por terra. Acredita-se que essa técnica tenha sido primeiramente usada pelos tocadores de trompa de chifre na antiguidade[129]. Essa técnica ainda é usada por pessoas que aprendem a tocar sozinhas ou que tiveram orientação de forma coletiva, em bandas ou fanfarras[130]. O ato de apertar o instrumento contra os lábios é instintivamente lógico, mas extremamente prejudicial ao desenvolvimento e à saúde do músico.

Nas regiões graves e médias[131] nota-se que esta pressão é quase inexistente, aumentando à medida que se tocam os registros agudos do trombone. Observe nas figuras a seguir o comportamento do lábio em relação ao pressionamento do bocal. Na figura 6, podemos observar uma pressão exagerada, que causa

[129] BOZZINI, J. Angelino. **Princípios Básicos da Execução dos Instrumentos de Metal.** São Paulo, 1999. p. 21.
[130] Ibid.
[131] FONSECA, Donizeti Aparecido Lopes. **O trombone e suas atualizações: sua história, técnica e programas universitários.** São Paulo, 2008. p. 86.

esmagamento dos tecidos do músculo. Já na figura 7, uma pressão menor no músculo da embocadura.



Figuras 6 e 7. Pressão do bocal contra os lábios[132]

[132] Ibid, p. 87.

O registro agudo exige uma menor abertura entre os lábios. Para entender esse processo, pode-se associá-lo ao princípio de Pascal[133], que diz o seguinte: "quanto menor a área, maior a pressão". Isso quer dizer que quanto menos ar passar pelo orifício da embocadura maior será a pressão exercida pelo ar, fazendo com que o mesmo saia mais rápido e faça com que o lábio também vibre mais rápido. Essa alta velocidade do ar aumenta a frequência de vibração do lábio, gerando então notas mais agudas.

É importante lembrar que não é possível tocar sem nenhuma pressão. Uma pequena pressão é necessária, pois é ela que impede o movimento do bocal para cima e para baixo[134], dando maior

[133] Disponível em: <http://www.passeiweb.com/na_ponta_lingua/sala_de_aula/fisica/mecanica/hidrostatica/mecanica_hidrostatica>. Acessado em outubro de 2009.

[134] FONSECA, Donizeti Aparecido Lopes. **O trombone e suas atualizações: sua história, técnica e programas universitários.** São Paulo, 2008. p. 87.

segurança ao executante e, claro, não deixando com que o ar escape pelos cantos da boca.

A explicação do *pressionar o bocal contra a boca* é a de que serve para comprimir o músculo, diminuindo o tamanho da abertura labial e tornando-a mais rígida[135], resultando na facilidade de execução de notas do registro agudo. Porém, na medida em que essa pressão é aumentada, inicia-se um processo de fadiga do músculo labial, causando sensação de dormência. Isso só acontece porque cada vez menos o sangue circula na área comprimida causando, literalmente, cãibra. Certamente, em pouco tempo o trombonista terá que parar sua atividade até que o músculo se recupere e o sangue volte a circular. Essa recuperação pode levar minutos, horas ou até dias.

Quanto menor esforço for feito para se obter notas agudas, melhor. Músculos labiais firmes e com boa elasticidade são requisitos indispensáveis para a produção de notas agudas, o que certamente não pode ser obtido à força.

---

[135] Ibid.

2.2. Técnica do sorriso[136]

Para tentar substituir a técnica explicada no item anterior, foi disseminada a explicação técnica de que para se obter notas agudas era necessário esticar os lábios pelas laterais, usando o músculo chamado *risorius*. Como o próprio nome diz, essa técnica deixa o rosto com aspecto de sorriso. Esta técnica é realmente eficaz para uma boa sonoridade e facilidade nos registros agudos, porém, uma fina camada de lábio fica exposta, em contato com o bocal e, consequentemente, contra os dentes, causando perda muito rápida de resistência. Além disso, pessoas que usam essa técnica possuem sérios problemas de flexibilidade na mudança de registros do grave para o agudo e vice-versa. Essa técnica ainda é ensinada em países como Itália, França e Rússia[137].

---

[136] BOZZINI, J. Angelino. **Princípios Básicos da Execução dos Instrumentos de Metal.** São Paulo, 1999. p. 22.
[137] Ibid.

2.3. Resistência

A palavra resistência nesse tópico está relacionada à capacidade de um instrumentista de suportar uma grande demanda de estudo ou de trabalho: um concerto, solo à frente de grupos, orquestra, musica de câmera, dentre outros. A resistência não será tratada levando em consideração cansaço do corpo em geral, mas a resistência da embocadura.

Este aspecto é como se o instrumentista fosse um atleta exigindo dos seus músculos o máximo possível para um campeonato, no qual ele precisa do seu corpo com respostas rápidas e vigorosas todas as vezes que for solicitado, sem ter tempo de descanso. Como um atleta obtém resistência para provas que requerem grande resistência, respostas rápidas e vigor físico? Treinando. É assim que deve agir um instrumentista.

O caminho prático e lógico sugerido por especialistas para ganhar e manter a resistência é o de

se sujeitar a períodos mais longos de estudo[138]. Para ser possível suportar uma grande demanda de trabalho é necessário bom estudo e desenvolvimento físico que nos dê maior facilidade e força para suportar com certa tranquilidade nossa atividade musical. Todavia, uma longa jornada de estudo de forma errada ou mesmo sem observar o tempo de descanso adequado pode levar o instrumentista a diversos problemas de embocadura.

Assim como faz um atleta, é preciso concentrar-se na busca diária da melhor forma física dos lábios. O cansaço dos músculos da embocadura é inevitável, mas sempre se deve ter em mente o limite do corpo, que deve ser respeitado. Todo trombonista necessita da busca pela maior resistência muscular, tanto para retardar o cansaço quanto para suportar grande demanda de trabalho.

---

[138] FONSECA, Donizeti Aparecido Lopes. **O trombone e suas atualizações: sua história, técnica e programas universitários.** São Paulo, 2008. p. 90.

3. Aquecimento global

Sempre, mesmo ao músico amador, para se iniciar um dia de estudo ou até se preparar para uma apresentação, é imprescindível que se faça um bom aquecimento. O aquecimento labial não precisa ter uma duração específica. O que é realmente necessário é que ele seja funcional: aquecer e preparar o trombonista para tocar todos os registro, isto é, notas na região grave e aguda de seu instrumento, articulações (forma de separar as notas), dinâmicas (forte, médio, piano, etc.), com tranquilidade.

Segundo alguns educadores, os primeiros exercícios de aquecimento devem ser os respiratórios, seguidos dos exercícios com o bocal (o famoso abelhinha ou besouro já apontado anteriormente) e logo depois o trombonista poderá realmente iniciar o aquecimento com o instrumento. O estudo de notas agudas deve sempre ser deixado para o final do aquecimento. Um esforço muito grande logo no início pode acarretar em uma

distensão dos músculos da embocadura, assim como acontece aos atletas de alta performance.

Já ao instrumento, a rotina pode ser feita da seguinte maneira: exercícios de notas longas que ajudam a desenvolver principalmente a resistência e a afinação; exercícios de flexibilidade para o desenvolvimento do sentimento de relaxamento e controle dos lábios – que podem ser somados aos de técnica de ligaduras labiais naturais, ou seja, aquelas que são feitas sem a articulação da língua; exercícios de flexibilidade com arpejos, que aproximam de forma relaxada as passagens de um registro para o outro; e, por fim, os exercícios de notas agudas, que ajudam a desenvolver o diafragma sem perder o relaxamento dos músculos da face.

O fim do programa de aquecimento deve ser simplesmente a constatação de que o músico está preparado para sua rotina de estudo ou trabalho. Um aquecimento eficaz deve ser aquele no qual foi usado o máximo de possibilidades do instrumento e do instrumentista, sem sacrificar um pelo outro. Devem

ser observados também momentos de descanso, pois descansar também faz parte do procedimento.

Lembre-se que o aquecimento não precisa ser o mesmo todos os dias. É muito importante variar as ordens dos exercícios para que a rotina de estudo não se torne uma prática monótona e diminua o nível de concentração.

E, finalmente, procure nunca se tornar completamente dependente do aquecimento completo. Muitas das vezes não haverá tempo para fazê-lo e quando isso acontecer, mantenha a calma. Existem muitas combinações que o próprio trombonista pode criar para que no menor espaço de tempo, consiga passar por todos os bons exercícios característicos que darão a segurança necessária para sua atividade.

4. Estudos técnicos diários para embocadura
4.1. Vibração labial

Para a embocadura funcionar de forma eficaz é imprescindível que os lábios estejam em contato. Só assim, a vibração produzida pela passagem do ar entre eles será suficiente para resultar no som característico do trombone. Sempre mantenha os lábios vibrando para que o som seja constante, afinado e focado. Alguns educadores defendem que a embocadura deve funcionar de maneira independente do bocal.

A seguir, alguns exercícios[139] serão propostos para o desenvolvimento de uma boa vibração labial. Os exercícios devem ser feitos lentamente e devem ser usados para descobrir a melhor posição da embocadura. Preste muita atenção no que funciona e no que não funciona. Comece os exercícios somente

[139] MELLO, Carlos Eduardo. **Masterclasse: Fundamentos.** Brasília, 2007. p. 03-04.

com os lábios, passe para o bocal e termine-os com o instrumento. Comece com notas fáceis em altura média e aos poucos dificulte e acrescente mudanças de dinâmicas.

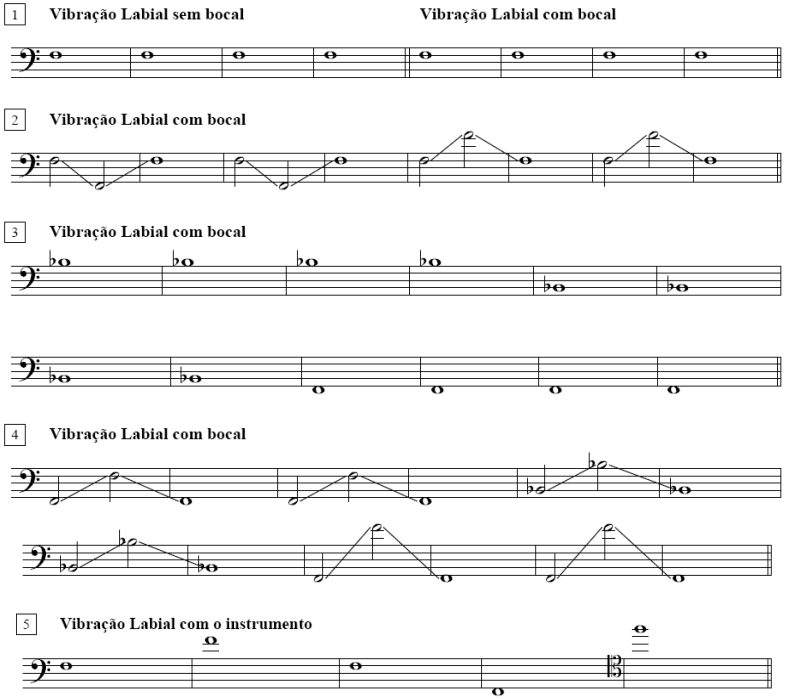


Figura 8. Exercícios de aquecimento.

4.2. Flexibilidade

No Dicionário Priberam da Língua Portuguesa[140] uma das definições para a palavra flexibilidade é: qualidade daquilo que é flexível. Levando essa definição ao instrumento, pode-se entender flexibilidade como a habilidade do trombonista de acomodar seus lábios fácil e suavemente aos diversos registros que precisa executar. Abaixo, exemplos de exercícios de flexibilidade do educador Remington.

[140] Disponível em: <http://www.priberam.pt>.

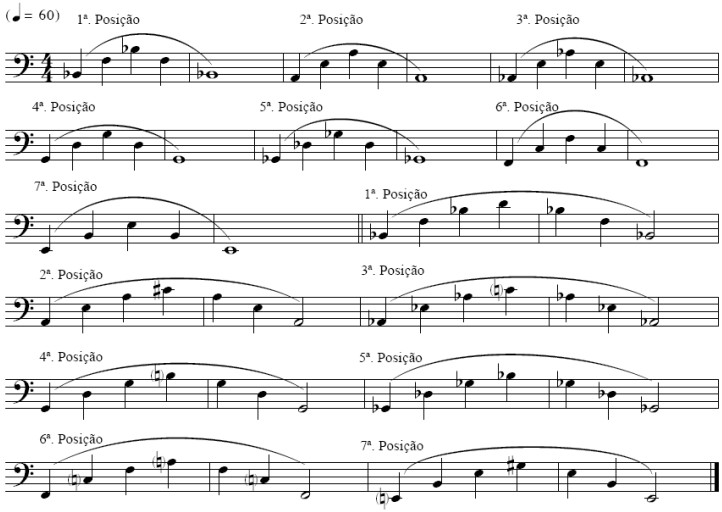


Figura 9. Exercícios de Flexibilidade da Série e Harmônica do Trombone[141]

141 HUNSBERGER, Donald. **The Remington Warm-Up Studies.** EUA, Accura Music. 1980.

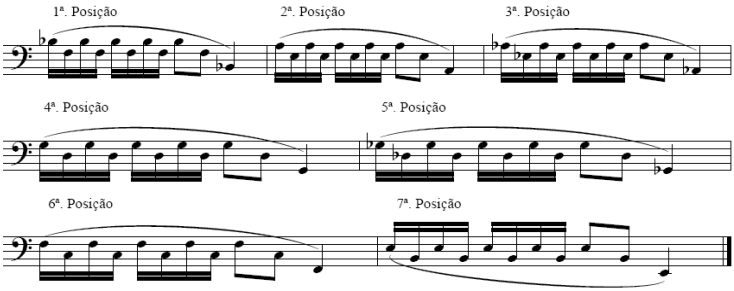



Figura 10. Exercícios de Flexibilidade da Série e Harmônica do Trombone[142]

Exercícios de flexibilidade são aqueles em que o executante alterna entre notas da mesma série de harmônicos, ou seja, notas em alturas diferentes, mas que são obtidas nas mesma posição ao trombone rapidamente. Muitos instrumentistas conseguem executar essa técnica com tamanha precisão e rapidez que o efeito final, se assemelha ao trinado de instrumentos de chave ou de *pistons*. Alguns educadores recomendam o exercício de flexibilidade como uma espécie de musculação para os lábios e músculos da face que sustentam a embocadura.

[142] Ibid.

Para estudar exercícios de flexibilidade, são necessárias algumas diretrizes a serem seguidas como[143]: evitar saltos distantes[144] (usar série de harmônicos mais próximos) e fazer o estudo em velocidade moderada; no decorrer dos exercícios, buscar os registros agudos e graves; usar literatura do instrumento para conhecer novos exercícios e linguagens[145]; e, não obstante, fazer exercícios usando os gatilhos[146], como no caso de trombones com válvulas em fá, sol*b* e ré*b* (com o uso do recurso dos gatilhos não se esqueça de que se trata de outro instrumento, com diferentes respostas e sonoridade). È muito importante repetir os exercícios usando o gatilho.

[143] MELLO, Carlos Eduardo. **Masterclasse: Fundamentos.** Brasília, 2007. p. 05-06
[144] Ibid, p. 05.
[145] Ibid, p. 05.
[146] Ibid, p. 06

CONCLUSÃO

São inúmeras as reclamações à técnica de embocadura. Não importa se são trombonistas profissionais, amadores ou simplesmente alunos: todos enfrentam, enfrentaram ou conhecem alguém que tenha dificuldades no ensino, desenvolvimento e uso da mesma. Problemas de resistência dos lábios, dificuldades na execução de ligaduras e ataques precisos, clareza nas articulações, problemas de sonoridade, dificuldade na execução de notas agudas, etc.

A embocadura, quando utilizada de forma natural e eficiente, deve ajudar o instrumentista, e não dificultar sua atividade. A busca pela embocadura que funcione de forma simples é muito intensa. Cada vez mais profissionais tem pesquisado as melhores formas de ensinar o desenvolvimento dessa embocadura ideal. Uma embocadura eficiente deve ser capaz de produzir uma sonoridade boa, uma grande extensão, variações de dinâmicas, flexibilidade e articulações diversas. Mas isso não é

uma utopia! Com estudo e objetivo, boa literatura do instrumento uma boa técnica de uso dos lábios pode ser desenvolvida e consequentemente levará à melhora e, com certeza, resolução de muitos problemas relacionados com o uso da técnica de embocadura.

REFERÊNCIAS

BUENO, Silveira. "Minidicionário da língua portuguesa". São Paulo: FTD, 2000.

BOZZINI, J. Angelino. **Princípios Básicos da Execução dos Instrumentos de Metal.** São Paulo, Weril. 1999.

CHERLIER, Théo. **32 ÉTUDES de perfectionnement pour Trombone en si bémol à 4 pistons ou Tuba.** Paris: Editions Henry Lemoine, 1946. p.30-32.

DAVIS, Michael. **The Hip-Bone Music: 15 Minute Warm-up Routine.** New York, 1997.

Dicionário da Língua Portuguesa Online <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=embocadura>. Acessado em 18 de outubro de 2009.

Dicionário *Priberam* da Língua Portuguesa Online <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=embocadura>. Acessado em 17 de outubro de 2009.

EUBANKS, Robin. **Master Class with Robin Eubanks:** Getting a Clean Attack, this master class article was written by Bob Bernotas as told by Robin Eubanks, Online Trombone Journal. Disponível em: <http://www.trombone.org/articles>. Acesso em: 30 abril 2008.

FARKAS, Philip. **The Art of Brass Playing.** 1 ed**.** Rochester: Wind Music, 1962.

FONSECA, Donizeti Aparecido Lopes. **O trombone e suas atualizações: sua história, técnica e programas universitários.** São Paulo, 2008.

GUION, David M. **Recital Repertoire of the Trombone as Shown by Programs Published by**

the International Trombone Association, Online Trombone Journal. Disponível em: <http://www.trombone.org/articles/library/recitalrep.asp>. Acessado em: 06 maio 2008

HUNSBERGER, Donald. **The Remington Warm-Up Studies.** EUA, Accura Music. 1980.

KLEINHAMMER, Edward. **The Art of the Trombone Playing.** Miami: Summy-Birchard Company, 1963.

KLEINHAMMER, Edward; YEO, Douglas. **Mastering the Trombone,** Douglas Yeo's Website. Disponível em: <http://www.yeodoug.com/mastering.html>. Acesso em 03 maio 2008.

MELLO, Carlos Eduardo. **Masterclasse: Fundamentos. Seminário de Técnica e Interpretação para Trombonistas.** Departamento de Música, Universidade de Brasília, 2007.

PAGÁN-PÉREZ, William. **Trombonpr/Handbook (manual teórico) Para los trombonistas jóvenes.** San Juan, Puerto Rico: William Pagán- Pérez, 2004.

PERETTI, Serse. **Metodo per trombone a tiro.** Milano: Edizioni Ricodi, 1928
RANDALL, Charles L.; MANTIA, Simone. **Arban's Famous Method for Trombone.** New York: Carl Fischer Publications, 1936.
SLOKAR, Branimir. **Warm-ups + techinical routines.** Bulle/Suisse: Èditions Bim, 1979**.**
WICK, Denis. **Trombone Technique.** 2. ed. USA: Oxford University Press**,** 1984.
WICK, Denis. **Trombone Technique**. London: Oxford University Press. 1971.

Sites consultados:

<http://www.geocities.com/miomusculo/facelateral.jpg> acessado no dia 18 de julho de 2009 20:39.
<http://www.soscorpo.com.br/anatomia/musculo_cabeca.jpg>. Acessado em 18 de outubro de 2009.
<http://facstaff.unca.edu/dwilken/emb_types.htm>. Acessado em 18 de outubro de 2009.

<http://www.theconcertband.com/images/Instruments/Anatomy>. Acessado em 18 de outubro de 2009.
<http://www.trombonelessons.com/mpanatomy/mpanatomy.html>. Acessado em 18 de outubro de 2009.
<http://www.passeiweb.com/na_ponta_lingua/sala_de_aula/fisica/mecanica/hidrostatica/mecanica_hidrostatica>. Acessado em 18 de outubro de 2009.

Editora Prospectiva